

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

MIGRAÇÕES DE TRABALHADORES MARANHENSES PARA O CORTE DA CANA-
DE-AÇÚCAR NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: O PERCURSO DA
“PRECISÃO”

SABRINA KELLY PONTES

SÃO CARLOS
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

MIGRAÇÕES DE TRABALHADORES MARANHENSES PARA O CORTE DA CANA-
DE-AÇÚCAR NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: O PERCURSO DA
“PRECISÃO”

SABRINA KELLY PONTES

Tese de Doutorado para o exame de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves

SÃO CARLOS
2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

P814mt

Pontes, Sabrina Kelly.

Migrações de trabalhadores maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo : o percurso da "precisão" / Sabrina Kelly Pontes. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

269 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2010.

1. Migração. 2. Migração temporária. 3. Estado. 4. Agronegócio. 5. Trabalhadores - expulsão. 6. Cortadores de cana-de-açúcar. I. Título.

CDD: 304.8 (20^a)

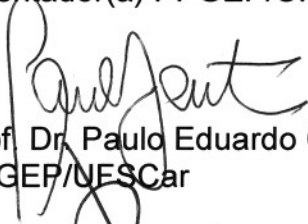


FOLHA DE APROVAÇÃO

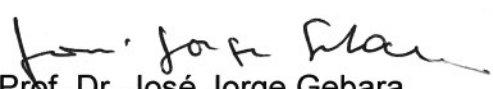
Aluno(a): Sabrina Kelly Pontes

TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA E APROVADA EM 17/12/2010 PELA
COMISSÃO JULGADORA:

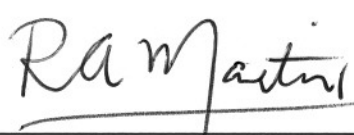

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Orientador(a) PPGEP/UFSCar


Prof. Dr. Paulo Eduardo Gomes Bento
PPGEP/UFSCar


Profª Drª Rosemeire Aparecida Scopinho
PPGPsí/UFSCar


Prof. Dr. José Jorge Gebara
FCAV/UNESP


Prof. Dr. Renato de Mello
UFSC - UDESC


Prof. Dr. Roberto Antonio Martins
Coordenador do PPGEP

*Dedico especialmente à minha
família, Trancos, barrancos e
superação.*

Eu chamo de bravo aquele que ultrapassou seus desejos, e não aquele que venceu seus inimigos; pois a mais dura das vitórias é a vitória sobre si mesmo.

Aristóteles (escritor e filósofo GRE, 384-322 a.C.)

Agradecimentos

Especialmente a todos os trabalhadores, símbolos da expropriação, violência, assalariamento; exemplos de resistência e luta; sem eles este trabalho não seria possível.

Quando imaginei que seria difícil terminar o mestrado, não tinha ideia do mais árduo, porém gratificante, seria fazer uma Tese de doutorado. É assim que começo meus agradecimentos para mostrar que é por meio das dificuldades que vem a superação, e foram muitas as dificuldades. Como me disse certa vez uma admirável e grande estudiosa do tema migrações “por muitas vezes na preparação da Tese temos vontade de desistir e abrir um comércio, uma barraquinha na feira”.

Durante a elaboração da Tese percebi que não se tratava apenas de um trabalho acadêmico, mas que seu encaminhamento estava intimamente atrelado à resolução de dificuldades internas. À medida que a Tese caminhava, um capítulo era finalizado, era possível avançar no “espiral” da psicanálise! Entre tropeços e avanços o fato é que chegou o fim. E foi possível perceber, ainda com mais força, que não somos nada nesta vida sozinhos!

A todos que compartilharam comigo esta jornada e me ajudaram direta e indiretamente que dedico meu trabalho. A quem me desestimulou, obrigada por me despertar a vontade de vencer. Aos que acreditaram, obrigada por me oferecerem o ombro amigo, as palavras incentivadoras, as leituras dedicadas, as correções, as discussões pertinentes, as trocas de textos, os desabafos!

Mas há aqueles extremamente especiais. À minha família; meus irmãos que conhecem a “dureza” da nossa caminhada acadêmica. Aos meus queridos pais. Papai obrigada pela fé inabalável, pelas orações e por deixar meu nome embaixo de Nossa Senhora! À minha mãe que aprendeu o quão bem-vinda é a mudança e o quanto é preciso encarar a vida para crescermos com ela! Exemplos de luta e aprendizado! Tudo o que sou e conquistei, devo a vocês! Obrigada!

Meu marido Alexandre, que faz parte da minha vida, da minha caminhada. Que sentou incontáveis vezes comigo para aguentar meu choro, corrigir meu texto, me ajudar, principalmente nas minhas tabelas, sem nunca, nunca reclamar ou demonstrar desânimo. Foi paciente, compreensivo, companheiro e sempre, sempre me apoiou. A você todo o meu amor!

Agradeço à minha terapeuta Diva, que me fez enxergar que “terminar” significava conquistar um espaço diferenciado em relação ao sofrimento. Este foi um dos meus maiores aprendizados!

Agradeço ao meu orientador Chiquinho pela oportunidade e por aceitar o desafio. Ao professor Paulo Bento, exemplo de humildade e ética, que me acompanha há tempos na minha jornada acadêmica, meu muito obrigada, por me escutar e me aconselhar, sempre de maneira acertada e ponderada em momentos de extrema agonia.

À professora Scopinho pelas grandes contribuições na banca. Ao professor Gebara pela delicadeza e ajuda pós-qualificação e ao professor Renato de Mello, por aceitar prontamente o convite e se sentir honrado por isso! Fiquei muito feliz com a escolha da banca!

À professora Maria Moraes, fonte de inspiração, de ética, todo o meu respeito e admiração. Ao professor Marcelo Carneiro pelas conversas *on-line*, que me ajudaram muito no fechamento da Tese.

A todos os meus queridos amigos que durante esta caminhada, cresceram, casaram, tiveram filhos, se foram ... O tempo passa e a gente com ele!

À secretaria de pós-graduação, principalmente à querida Raquel, que ajuda todos os alunos, portadora das boas notícias, e que muitas vezes para seu trabalho para nos ouvir e principalmente nos ajudar!

À família do Alexandre, minha família também, pessoas queridas e especiais!

Às minhas queridas sobrinhas, Mayara, Mirela e Sophia, fontes inspiradoras da minha vontade de ser mãe! E principalmente a Deus e Nossa Senhora, símbolos da fé e do otimismo.

À Universidade Federal de São Carlos por colocar à minha disposição sua estrutura.

Ao CNPQ, por financiar meus estudos.

Obrigada a todos!

RESUMO

O final da década de 1990 caracterizou-se em relação ao processo migratório trazendo novos elementos, entre eles, a dificuldade de reprodução da pequena agricultura familiar ocasionada pelo processo de expulsão. Neste contexto, os maranhenses passaram a ser os novos atores ou migrantes pendulares, dividindo terreno com a freqüente migração de mineiros e baianos para o interior do estado de São Paulo para trabalharem no corte da cana de açúcar. Tendo isto em vista o objetivo da tese é mostrar por que trabalhadores de regiões tão distantes do país, mais especificamente os maranhenses, estão migrando para o corte da cana no estado de São Paulo, a partir do final da década de 1990? Uma das hipóteses é de que o Estado brasileiro tem participação na migração desses trabalhadores por “promover” o processo de expulsão por meio da adoção do agronegócio enquanto estratégia de desenvolvimento do país, além do crescimento do setor canavieiro pós década de 1990 principalmente no estado de São Paulo. O percurso metodológico utilizado baseou-se numa intensa revisão bibliográfica, na utilização de indicadores do IBGE e Censos Agropecuários demonstrando uma crise na atual situação da agricultura familiar maranhense, que tem como corolário a expulsão dos trabalhadores, fundamentalmente os mais jovens. Foi utilizado também um estudo de caso com trabalhadores maranhenses nas regiões de destino migratório. Concluímos nesta pesquisa que, a migração de maranhenses não se traduz, como aponta estudos anteriores, no assalariamento temporário como meio de manter a *unidade de produção familiar*. Neste caso, a pesquisa demonstra que a migração é meio de manter a *unidade familiar*. O assalariamento tende a torna-se definitivo, isto porque o processo de expulsão e as políticas no Maranhão não dão condição de reprodução da pequena agricultura familiar, consolidando e tornando eficaz o processo migratório.

Palavras-chaves: Migrações temporárias, Estado, agronegócio, trabalhadores maranhenses, cortadores de cana e processo de expulsão

ABSTRACT

The end of the 90's was characterized in relation to the migration process bringing new elements. Among them, the impossibility of reproducing small family farms caused by the expulsion process. In this context, workers from Maranhão became the new actors, with workers from Minas Gerais and Bahia, and migrates to the state of São Paulo to work on cutting sugar cane. With this mind the objective of the thesis is to show that workers from distant regions of the country, specifically from Maranhão, are migrating to cut the cane in São Paulo, from the late 1990's? One hypothesis is that the Brazilian government has a participations in the migration of these workers by "promote" the process of expulsion through the adoption of agrobusiness as a development strategy of the country, besides the growth of the sugarcane industry after the 1990s mainly in the state of São Paulo. The used methodology is based on intensive literature review, using indicators of IBGE, Agricultural Census and official numbers showing that there is a crisis in the agricultural family on the state of Maranhão, and a study case of workers from Maranhão. It is conclude that, the migration of Maranhão, as pointed out earlier studies, it is not based on temporary wage as a means of keeping the family production unit, but in this case, migration is meant to keep the family unit. In these, cases the wage became definitive, because the process of expulsion and the policies of Maranhão do not give condition to these small farmers, strengthening and making effective the migratory process.

Key Words: Migrations, State, agrobusiness, workers from Maranhão, sugar cane cutter, expulsion process.

SUMÁRIO

ABSTRACT.....	1
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 OBJETIVO E HIPÓTESE.....	9
1.2 Aspectos metodológicos	10
1.3 ESTRUTURA GERAL DA TESE.....	11
2 A “NOVA” DINÂMICA DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: O PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO E AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE A FLORESTA	13
2.1 Introdução	13
2.2 As formas de atuação do Estado brasileiro	14
2.2.1 A crise de 1964, o Estatuto da Terra e a Modernização da agricultura	15
2.2.2 O processo de reestruturação do Estado brasileiro: um cenário geral da crise	18
2.3. Domínio neoliberal e a volta do agronegócio.....	23
2.3.1 A atual política fundiária e o agronegócio	32
2.4 Estrangeirização.....	35
2.5 A privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a expansão das siderúrgicas	38
2.5.1 Siderurgia na Amazônia Oriental	43
2.6 Os agrocombustíveis.....	49
2.6.1 A Soja.....	50
2.6.2 A expansão da fronteira agrícola.....	53
2.6.3 Os grandes projetos.....	55
2.6.4 Cana	59
3 A DINÂMICA DO DESENVOLVIMENTO DO MARANHÃO: TRANSFORMAÇÕES E CONFLITOS FOMENTADOS PELO PRÓPRIO ESTADO	65
3.1 Introdução	65
3.2 Caracterização.....	66
3.3 A agricultura familiar	69
3.3.1 A crise ambiental da agricultura familiar.....	75

3.4	<i>A modernização da agricultura chega ao Maranhão</i>	78
3.4.1	<i>A Lei de Terras no Maranhão</i>	83
3.5	<i>Consequências da política neoliberal para o estado do Maranhão</i>	97
3.6	<i>Os “novos” migrantes</i>	104
3.6.1	<i>A expansão do CAI cana e as migrações para o interior paulista</i>	107
4	A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MARANHENSE E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR	113
4.1	INTRODUÇÃO	113
4.2	<i>A dinâmica da economia maranhense</i>	117
4.2.1	<i>Os números da agropecuária maranhense</i>	118
4.3	<i>A agricultura familiar maranhense conforme suas particularidades regionais</i> .	122
4.3.1	<i>Microrregião de Chapadinha</i>	123
4.3.1.1	<i>Estrutura fundiária na microrregião de Chapadinha</i>	132
4.3.1.2	<i>Estrutura fundiária no município de Chapadinha</i>	133
4.3.2	<i>Microrregião de Codó</i>	134
4.3.3	<i>Município de Codó</i>	138
4.3.4	<i>Município de Timbiras</i>	140
4.4	<i>Assentamentos de reforma agrária</i>	143
5	A PERCEPÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE O PROCESSO MIGRATÓRIO: UM ESTUDO DE CASO	146
5.1	INTRODUÇÃO	146
5.1.1	<i>O Estudo de Caso</i>	147
5.1.2	<i>As cidades pesquisadas</i>	149
5.1.3	<i>Atividades de campo</i>	149
5.1.4	<i>O trabalho de campo e análise das entrevistas</i>	153
5.2	<i>Perfil dos Migrantes</i>	154
5.2.1	<i>A mudança da rota migratória e seu caráter pendular</i>	159

5.3 Condições de (re)produção da agricultura no local de origem: a relação com a terra	160
5.3.1 O arrendamento	162
5.3.2 Terra própria.....	164
5.3.3 Terra própria/arrendada	165
5.3.4 A posse da terra	165
5.4 A importância da floresta.....	166
5.4.1 O babaçu no sistema de produção maranhense.....	167
5.5 Outras formas de renda.....	170
5.6 O processo de expulsão.....	173
5.7 <i>Região de Destino</i>	180
5.7.1 A busca e as redes de comunicação.....	180
5.7.2 As condições na chegada /Por que contratar migrante?	184
5.7.2.1 As vantagens do trabalhador migrante para as usinas	189
5.7.2.2 O critério de seleção – subordinação	191
5.7.2.3 Contratações	195
5.8 <i>O processo de Desenraizamento</i>	198
5.8.1 Os desejos dos migrantes	204
5.9 <i>Condições de vida e trabalho</i>	209
5.10 <i>As compensações do processo migratório</i>	214
5.10.1 As estratégias de adaptação no local de origem	216
CONCLUSÃO	224
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232

Índice de tabelas

Tabela 1 Evolução da produção de carvão vegetal segundo a origem, em milhares de metros cúbicos.	47
Tabela 2 Migrações de trabalhadores maranhenses e piauienses para a região de Ribeirão Preto.	106
Tabela 3 Produção de cana-de-açúcar em algumas regiões do país.	110
Tabela 4 Evolução do Índice de Gini, no Brasil e Maranhão – 1985/2006.	118
Tabela 5 Evolução da ocupação e do emprego na agropecuária maranhense (1985-2006). ...	119
Tabela 6 Variação do número de agricultores familiares – 1995 a 2006.	120
Tabela 7 Evolução do rebanho bovino para a região Nordeste e estado do Maranhão.	121
Tabela 8 Evolução do rebanho bovino nas mesorregiões do estado do Maranhão.	121
Tabela 9 Evolução do rebanho bovino nas microrregiões do estado do Maranhão.	122
Tabela 10 Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor 2006.	124
Tabela 11 Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras – 2006.	125
Tabela 12 Quantidade produzida e participações relativa e acumulada de carvão da silvicultura, dos dez maiores municípios produtores, em ordem decrescente – 2005.	129
Tabela 13 Quantidade produzida e participações relativa e acumulada de carvão da extração vegetal, dos dez maiores municípios produtores, em ordem decrescente – 2005.	129
Tabela 14 Evolução do rebanho bovino no município de Chapadinha.	131
Tabela 15 Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor - 2006.	135
Tabela 16 Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - primeiros resultados de 2006.	136
Tabela 17 Evolução da produção de soja no Maranhão, conforme as mesorregiões (valores em toneladas).	137
Tabela 18 Efetivo de animais.	140
Tabela 19 Perfil dos homens maranhenses que vêm para o corte da cana no interior do estado de São Paulo.	157
Tabela 20 Perfil das mulheres maranhenses que migram para o interior do estado de São Paulo.	158

Índice de figuras

Figura 1 Mapa do Maranhão conforme divisão das mesorregiões.....	116
Figura 2 Percentual de imóveis rurais na microrregião de Chapadinha.	132
Figura 3 Percentual da área rural na microrregião de Chapadinha.....	132
Figura 4 Percentual de imóveis rurais em Chapadinha.....	133
Figura 5 Percentual da distribuição da área rural em Chapadinha.	133
Figura 6 Evolução do número de imóveis na microrregião de Codó.	138
Figura 7 Evolução da área na microrregião de Codó.....	138
Figura 8 Percentual de imóveis rurais em Codó.....	139
Figura 9 Percentual da distribuição da área rural em Codó.	139
Figura 10 Imóveis rurais em Timbiras.....	141
Figura 11 Distribuição da área rural em Timbiras.....	141

Índice de gráficos

Gráfico 1 Evolução da concentração fundiária no município de Chapadinha.....	134
Gráfico 2 Evolução da estrutura fundiária no município de Codó.....	140
Gráfico 3 Evolução da concentração fundiária no município de Timbiras.	142

LISTA DE SIGLAS

AEAMA - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Maranhão	ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações	INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ANP - Agência Nacional de Petróleo	IEA - Instituto de Economia Agrícola
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	INIC - Instituto Nacional de Imigração e Colonização
ANA - Agência Nacional de Águas	Ibra – Instituto brasileiro de Reforma Agrária
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica	MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
ASIMAS - Associação das Indústrias Madeireiras de Santarém e Região Oeste do Pará	MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	MST - Movimento dos trabalhadores Sem Terra
CAIs – Complexos Agroindustriais	Inda - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce	OMC – Organização Mundial do Comércio
CPT Comissão Pastoral da Terra	PAC – Plano de Aceleração do Crescimento
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento	PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	PIB – Produto Interno Bruto
ET – Estatuto da Terra	PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
ETR – Estatuto de Trabalhador Rural	PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	SRB - Sociedade Rural Brasileira
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia	SSR - Serviço Social Rural
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste	SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SUPRA - Superintendência de Política e Reforma Agrária

1 INTRODUÇÃO

Qual tem sido o papel do poder público no processo migratório brasileiro? O Estado¹ tem tido uma participação bastante importante neste processo em diversos momentos históricos. Parte dessa ação é decorrente da própria concepção do papel do Estado na vida da nação. Desta forma, a posição adotada é a de que o Estado não possui uma medida em si mesmo, ou seja, não opera acima de todas as coisas, mas está sempre em relação com a sociedade civil. É esta que lhe dá a medida, a profundidade e seus limites, mas é preciso colocar que o Estado não é um agente neutro. Assim, ele ganha vínculos mais ou menos estreitos com a classe dominante.

A princípio, o Estado, não tem a intenção de estabelecer o “bem comum”, embora, segundo Baccarin (2005), algo próximo a isso possa ser conquistado, mas atua pressionado por diferentes interesses sociais, que diversas vezes se chocam com o objetivo último de preservar o sistema capitalista, sua produção e acumulação.

Na relação sociedade e Estado, este institui-se como aparelho da classe dirigente, mas sem perder seu caráter de produto das relações de classes sociais antagônicas. Por isso é que não pode ser reduzido, apenas, a condição de aparelho da classe dominante (IANNI, 1965).

Para manter as classes dominadas afastadas do poder, o Estado necessita incorporar o interesse delas e respeitar a interferência de todos nas questões relacionadas para que se possa legitimar e manter-se no poder. É por isso que Pereira (2008) afirma que é por meio do relacionamento com todas as classes que o Estado assume caráter de poder público e pratica o controle político e ideológico sobre elas. Daí decorre esse caráter contraditório do Estado, ou seja, mesmo tendo caráter de classe e zelando pelos interesses de grupos dominantes, ele precisa incorporar também o interesse das classes dominadas.

Compartilhamos da ideia de Ianni (1965) de que as realizações governamentais possam ser entendidas como ações para que as forças do mercado possam se concretizar da melhor maneira possível, uma vez que a política econômica do Estado está concentrada sobre o processo de acumulação de capital. Entretanto, é preciso lembrar que há uma ação do Estado movida pela luta de classes, do lado dos trabalhadores. Há gastos sociais que não são feitos apenas no sentido da reprodução do capital, mas determinados pela luta de classes com finalidades sociais. São essas relações decorrentes da luta de classes que vão atuar para tentar

¹ Sempre que a palavra “Estado” estiver escrita em maiúscula, ela está representando o Estado-Nação. Isso é para diferenciá-la de seus homônimos.

moldar o papel do Estado na relação com a sociedade e, principalmente, o mover da economia.

Desta forma, partimos do princípio que parte do processo migratório é fruto dessas ações do Estado no processo do desenvolvimento econômico, sejam elas de forma explícita ou implícita, como bem coloca Martine (1989), que ao analisar as políticas que afetaram a distribuição da população no período de 1930 a 1950, constatou que a atuação do Estado operou em dois sentidos contrários, ora pela abertura de fronteiras agrícolas (maneira explícita), ora de maneira implícita por meio de políticas de industrialização que beneficiaram o Centro-Sul no pós Segunda Guerra Mundial (MARTINE, 1989).

A intervenção² pública sempre esteve presente no processo de desenvolvimento econômico do país, mas em determinados períodos ela é mais forte que em outros. Por exemplo, o papel do Estado no desenvolvimento industrial foi ínfimo até final da década de 1920, e cresce fortemente a partir dos anos de 1930, chegando ao auge no período de 1950/1970.

A partir de 1950 ele passou a exercer um papel mais ativo na vida econômica do país por meio de planejamento. Com a instauração do regime militar em 1964, o Estado passa a intervir fortemente na economia. Com isso, a escolha dos militares para a modernização da agricultura sem mudança na estrutura agrária provocou forte impacto no processo migratório.

Durante os anos de 1960 e 1970, os obstáculos fundamentais ao desenvolvimento dos países periféricos e de regiões atrasadas economicamente como a Amazônia eram conferidos a dois problemas básicos: à insuficiência de capitais produtivos e às infraestruturas aptas a atrair novos investimentos (LOUREIRO; PINTO, 2005). Assim, a estratégia de desenvolvimento para a Amazônia – colocada em prática pelos governos militares pós-1964 para desenvolver e integrar a região ao mercado nacional e internacional - entendia que seria possível atrair capitais produtivos, organizados sob a forma de conglomerados econômicos vindos de outros pontos do Brasil e do exterior, desde que fossem oferecidas vantagens capazes de induzir esses capitais para a região

A sugestão estava pautada em proporcionar vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos

² Ao pensar na questão da intervenção considera-se que ela seja orientada, na maior parte dos casos, no sentido da finalidade das empresas. Embora, considerando que o Estado aja sempre no sentido do processo de acumulação do capital.

empreendimentos que viessem a se instalar na região. Seu principal instrumento eram os incentivos fiscais, reorientados legalmente em 1967, principalmente para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que se referem à exploração de produtos primários ou semielaborados.

No início da década de 1970 conformou-se o auge do planejamento econômico. Nesta época, as medidas tomadas tenderam a concentrar mais fortemente os meios de produção, a terra e a renda. Os efeitos dessa política sobre a migração interna foi de estimular o êxodo rural.

Nos anos de 1980 a economia brasileira obteve um baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação, e o papel do Estado em relação à indústria passou a ser passivo. No que se refere à política de incentivos adotada pelos governos militares para a Amazônia Legal, nos anos de 1970 e 1980, a terra pública, habitada secularmente pelos povos tradicionais, foi colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores. Eles adquiriam-na diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares (que, em grande parte, revendia a terra pública como se ela fosse própria). Em ambos os casos era frequente que as terras obtidas fossem demarcadas pelos novos proprietários numa extensão muito maior que a do lote originalmente adquirido.

Já o início da década de 1990 foi marcado por uma profunda mudança na orientação da política econômica brasileira, conforme as regras ditadas pelo receituário neoliberal, sistematizado no “Consenso de Washington”. Diante disso, o Brasil adotou uma série de medidas que conduziu o país a maior abertura comercial, à privatização e concessão do patrimônio público, maior rigidez fiscal e à desregulamentação³ dos mercados de trabalho e de bens e serviços. Passou a prevalecer a ideia de que o planejamento e controle estatais deveriam ser substituídos pelo “livre” funcionamento das forças do mercado.

Dentre essas mudanças, houve no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso o relançamento do agronegócio, como elemento da política econômica, visando gerar superávits na Balança Comercial.

É importante ressaltar que o agronegócio para alguns autores, citados neste trabalho (FERNANDES, 2004; GUANZIROLI, 2006; OLIVEIRA, 2009a; SCHELSINGER, 2005), é

³ Assim como para Baccarin (2005), desregulamentação e liberação serão consideradas sinônimos, com o significado de eliminação ou diminuição das políticas econômicas específicas para um setor determinado. Já o termo regulamentação será usado com uma conotação determinada, associado a medidas de natureza econômica, ou seja, “um setor apresenta-se regulamentado, quando lhe são direcionadas políticas públicas específicas, que afetem o ritmo de crescimento da sua produção ou da sua capacidade produtiva instalada” (BACCARIN, 2005, p. 20, grifos do autor).

apresentado enquanto “modelo” de desenvolvimento e progresso. Porém, nesta Tese defende-se a idéia de que o agronegócio é um elemento de política econômica dentro de um modelo de desenvolvimento já existente.

Esse atual modelo de desenvolvimento, conforme Magalhães (1979), tem como elemento central o aumento de exportações primárias e de manufaturas tradicionais para gerar superávits para a Balança Comercial. O agronegócio enquanto estratégia de regulação atende essencialmente uma concepção neoliberal da política de desenvolvimento, com uma abertura à economia internacional. Esta concepção parece construir no imaginário social a idéia de agronegócio enquanto sinônimo de desenvolvimento, responsabilidade social e emprego.

Se pensarmos na concepção de modelo enquanto algo novo perseguindo objetivos diferentes do modelo anterior, pressupomos que o agronegócio não pode ser considerado como tal, pois se limita a melhoria de um modelo existente sem uma mudança efetiva na estratégia utilizada e sem uma alteração no modelo precedente. Nesse sentido, o agronegócio é um elemento do desenvolvimento econômico, estável e baseado na exportação de produtos primários, isto é, uma estratégia que se volta ao modelo primário exportador, que opera no Brasil desde o Descobrimento e que tem o agronegócio como carro-chefe (WAGNER, 2007; DELGADO, 2005c). Portanto, se constitui como um aspecto da política econômica de relançamento dos empreendimentos agroindustriais amparados na grande propriedade fundiária e voltados à geração de saldos comerciais externos.

O agronegócio enquanto elemento de política econômica, voltado para a produção de superávits na Balança Comercial, não é novo está presente na economia brasileira desde o modelo primário-exportador. Porém, o saldo da Balança Comercial que antes era dirigida a importação de bens de capital, atualmente é dirigido ao pagamento de juros, royalties e lucro das empresas.

É a necessidade de manter em equilíbrio o balanço de pagamentos do Brasil (o que entra e o que sai em dólares do país), que fez do agronegócio o eleito do governo para suprir os déficits de serviço e do setor industrial, tendo o aumento da produção de *commodities*, como a soja, a celulose, a carne, o açúcar, os biocombustíveis, entre outras, um quadro que depende de uma situação favorável no comércio internacional.

A política passou a se encaminhar pela prioridade ao agronegócio, com consequências desastrosas para o meio ambiente, para o trabalho e para o país como um todo (DELGADO, 2005c), tendo nas migrações um dos resultados dessa estratégia.

Diante disso, o agronegócio volta a ser prioridades, como forma de salvar a economia do país, por meio do superávit na balança comercial, além das obras de infraestrutura priorizadas pelos governos desde 2000, tendo como objetivo econômico dotar a região da Amazônia Legal de infraestrutura adequada para retirar todo tipo de *commodity*, principalmente energia, grãos, carne, madeira e minérios, e exportá-las para os mercados ricos da América do Norte, Zona do Euro, China e Japão.

O agronegócio quando analisado apenas do ponto de vista do mercado e da tecnologia, mostra-se bastante eficiente e competitivo. Entretanto, nesta pesquisa, a ideia é analisar o que está por trás desse modelo de desenvolvimento econômico, baseado na expansão do agronegócio. Nos interessa analisar especificamente as consequências dessa migração de trabalhadores maranhenses para o interior do estado de São Paulo pós década de 1990. Desse modo, o desenvolvimento pautado nas políticas e no suporte financeiro concedido pelo Estado, bem como as inovações tecnológicas, propagadas pelo agronegócio não deve ser considerado na mesma proporção para o conjunto da sociedade.

As políticas econômicas que o país adotou nas últimas décadas – ao vicejarem os conceitos de abertura comercial e desregulamentação financeira, associadas à exploração intensiva da natureza – trouxeram poucos benefícios. Exporta-se minério, grãos, e outras matérias-primas em crescentes quantidades, sem que isso se traduza em bem-estar para a maioria da sociedade.

Na verdade, os projetos que beneficiam o agronegócio têm gerado um processo de expropriação de milhares de pequenos agricultores de suas terras em razão do crescimento de áreas destinadas a plantação de *commodities*, que se caracterizam por grandes extensões de terras e que destroem as florestas, meio fundamental para a agricultura familiar.

Este movimento do capital na agricultura, que hoje é conhecido como agronegócio ou *agribusiness* atribui novas formas de ocupação da fronteira agrícola⁴, concentrando a terra, unificando a força de trabalho agrícola, convertendo-a em força de trabalho livre, que apressa a expulsão dos trabalhadores. As consequências são o aumento do fluxo migratório, além de consolidar a relação de trabalho assalariado no campo (ALVES, 2006).

Este processo de expulsão dos trabalhadores do campo e sua conversão em vendedores de força de trabalho não ocorreu apenas no período da modernização da agricultura, fomentado pelo Estado, entre as décadas de 1960 e 1980. Ele passa a ser constante e acontece

⁴ Fronteira agrícola, conforme Valim (1996) é o nome que se dá às áreas novas ainda não desbravadas.

em todas as regiões em que a agricultura moderna, baseada na empresa rural, tem condições de se ampliar (ALVES, 2006). Nas palavras do autor:

O exemplo mais atual deste processo é o da expansão da fronteira agrícola para as regiões do cerrado com a soja, na década de 90, que vai possibilitar uma nova fonte de trabalhadores do Maranhão e Piauí, para o Sudeste e para a região amazônica. Estes trabalhadores serão impedidos de permanecer em suas regiões de origem, porque o novo produto, lá produzido, a soja, ao mesmo tempo em que ocupa a terra, impedindo outras formas de uso da mesma, fundamentais à produção familiar como, as matas e as terras livres, para o gado, emprega pouca força de trabalho na medida em que as atividades necessárias para esta cultura foram totalmente mecanizadas. (ALVES, 2006, p. 3).

O estado do Maranhão deixa de ser um local de atração de migrantes nordestinos a partir dos anos de 1980, que até então eram absorvidos pelos quadros rurais maranhenses, transitando para uma condição de fornecedor de migrantes da região Nordeste conjuntamente com a Bahia (CARNEIRO *et al.*, 2007).

Na década de 1980, o estado de São Paulo contava com o trabalho de migrantes vindos dos estados de Minas Gerais e Bahia. A partir dos finais da década de 1990 ocorre uma mudança neste processo migratório, o território que antes era ocupado por estes migrantes passa a ser dividido por trabalhadores do Maranhão e Piauí. Parte dos mineiros e baianos torna-se moradores da região, enquanto os maranhenses e piauienses ocuparam o lugar de viajantes e trabalhadores pendulares. É importante ressaltar que este movimento temporário e pendular não se remete ao período de duração de uma safra, mas dura o tempo necessário para a obtenção do que os trabalhadores consideram o necessário para o retorno definitivo à região de origem.

Segundo Novaes (2006), a “invasão do capitalismo no campo”, em meio ao seu processo de valorização, deixa como a melhor alternativa, atualmente, a migração desta população rural para o trabalho assalariado. Uma migração temporária para a safra da cana, já que estão sendo destruídas as formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar, predominante nos estados do Nordeste (NOVAES, 2006).

É importante lembrar que o fluxo migratório de trabalhadores do Nordeste para outras regiões do País sempre foi contínuo. A diferença é que atualmente esta migração é permanentemente temporária tornando-a recente, uma vez que até a década de 1950 a migração de nordestinos para o Sul, era uma migração de áreas rurais do Nordeste para regiões urbanas do Sudeste que necessitavam de mão-de-obra devido a expansão da cidade. A migração atual é entre áreas rurais do Nordeste e do Sudeste, caracterizando-se por ser

temporária, ou seja, deixam suas famílias, por um determinado período, para trabalharem como cortadores de cana nas usinas do interior do estado de São Paulo, na medida em que a ocupação de mão de obra por esta agroindústria é sazonal.

Embora as condições de vida e trabalho a que são submetidos no corte da cana tenha evoluído pouco, a literatura aponta que a migração temporária desses trabalhadores tem aumentado em direção ao Centro-Sul do país (ALVES, 2007; CARNEIRO; SOUZA; MARINHO, 2007; DIONE MORAES; FRAZÃO; ROGÉRIO JÚNIOR, 2007; MORAES SILVA, 2007; NOVAES, 2007), com uma enorme aceitação desses migrantes pelas usinas do estado de São Paulo.

Considera-se, nesta pesquisa, o processo migratório não como o deslocamento físico em si, mas a decisão de migrar, isto é, por que eles migram e quais as causas desse processo migratório. Analisar as migrações desse ponto de vista é considerar, de antemão, que a maioria dessas migrações pendulares ou temporárias⁵ é um processo externo à vontade do migrante, ou seja, não é algo desejado genuinamente, mas produzido em função da escolha de um desenvolvimento pautado na moderna forma de produzir. Isto é, na produção em larga escala e voltada para a exportação, ao mesmo tempo exploradora da força humana trabalhadora.

Nesse sentido, como salientaram Motta e Quinteiro (1983), os movimentos migratórios apresentam a peculiaridade de ser, na maioria das vezes, um deslocamento de áreas que não oferecem oportunidades de emprego para outras, cujas possibilidades sejam maiores. Deste ponto de vista, nesta pesquisa não consideramos a oferta de emprego como principal propulsora dos deslocamentos, mas a falta de oportunidades na origem aliada ao empobrecimento progressivo que leva ao processo migratório. Em outras palavras, esta pesquisa parte do princípio que o fator determinante desse tipo de migração é a expulsão. Na medida em que os trabalhadores não mais encontram condições de reprodução nas regiões de origem é que tomam a decisão de migrar. A migração se dará a partir daí, com a verificação dos locais onde há oferta de emprego.

O processo migratório é pensado como repercussões de um problema e não uma escolha pesada entre alternativas. Isto posto, nos lembramos dos ensinamentos de Amartya Sen (2000) sobre desenvolvimento. Economista renomado que recebeu o prêmio Nobel da Paz no ano de 1998, ele considerou que o desenvolvimento está estritamente ligado a um

⁵ É importante esclarecer que utilizamos o termo “migrantes pendulares ou temporários” como sinônimos, sem fazer qualquer diferenciação. Costa (2010) utiliza o termo “impreciso” para esses migrantes.

processo de “alargamento” das liberdades reais que uma pessoa pode desfrutar. Em outras palavras, o desenvolvimento é a liberdade de escolha dos sujeitos, aquilo que podem efetivamente realizar e “consiste na remoção de vários tipos de restrições que deixam às pessoas pouca escolha e pouca oportunidade para exercerem a sua acção racional” (SEN, 2000, p. 2). Ou seja, há a necessidade de se remover as privações de liberdade, e essa necessidade depende de meios políticos e sociais como a liberdade de participação ou discordância de políticas, ou oportunidades de receber educação básica, por exemplo.

O desenvolvimento é visto, ainda segundo este autor, como a superação de diversos problemas como a persistência da pobreza e as necessidades elementares insatisfeitas; fome e desnutrição; violações das liberdades políticas e básicas; desprezo pelos interesses e atividades das mulheres; ameaças ao ambiente e sustentabilidade da nossa vida econômica e social. A ação do indivíduo é essencial nesse sentido, porém sua liberdade de ação é dependente das oportunidades sociais políticas e econômicas, existindo dessa forma uma complementaridade entre ação individual e agenciamentos sociais. A liberdade somente existe diante de alternativas e não de alternativa (no singular), ou seja, um meio para que possam escolher a maneira desejada de levar adiante seus projetos de vida. Portanto, se não existem alternativas, mas um único caminho, não existe liberdade.

Em seus ensinamentos, Sen (2000) pauta-se em três fatores: a questão dos rendimentos, da utilidade ou métrica da felicidade e da qualidade de vida. Conforme o autor, os dois primeiros são bastante debatidos na economia, porém, ele apresenta argumentos em favor do terceiro. Nessa perspectiva, não basta a satisfação das necessidades básicas como educação, alimentação, ou mesmo programas do governo como o Bolsa Família; ou a satisfação das necessidades materiais, como aparelhos de TV, DVD, motos, mas a questão central pauta-se na qualidade de vida de que essas pessoas podem gozar. Desta forma, a migração dos trabalhadores estudados perpassa por essa possível “escolha”, o processo migratório nem sempre é um ato puramente livre, ainda que não seja um fato ocasionado obrigatoriamente por alguém.

Importante ressaltar que a contribuição desta Tese é mostrar que a migração de maranhenses constitui-se na ausência de alternativas, ou seja, não é uma migração pensada como forma de resistir, de se assalariar para manter a condição de pequeno agricultor, como ressaltam diversos autores que estudam a problemática das migrações (MORAES SILVA et al., 1985; GEBARA et al., 1985; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988; SADER, 1991; MARTINS, 1988, 1995), mas a migração de maranhenses se dá pela questão da

sobrevivência. Desta forma, não se trata de pensar a migração como processo complementar a renda familiar ou, principalmente, a migração como meio de manter a unidade de produção agrícola familiar ou a estrutura de agricultor familiar em seu conceito, *mas a unidade familiar*: a sobrevivência da família, tornando-os ainda mais vulneráveis às normas de sujeição.

1.1 OBJETIVO E HIPÓTESE

O objetivo central do presente estudo é entender *por que os trabalhadores maranhenses estão migrando para o corte da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, mais especificamente a partir do final da década de 1990.*

A hipótese básica do trabalho é no sentido de mostrar que os trabalhadores estão migrando porque existe um processo de expulsão/expropriação desses sujeitos, promovido pelo agronegócio, que conta com o respaldo do Estado brasileiro, que efetiva políticas econômicas para o seu sucesso, mas não implementa políticas que possam criar condições para a reprodução da agricultura familiar nas regiões de origem dos migrantes. A ação organizada das esferas governamentais tem contemplado apenas uma determinada parcela da sociedade, deixando à margem grande parte que se vê obrigada a buscar outras formas de subsistência, por meio da venda de sua força de trabalho, que neste estudo se dá para o próprio agronegócio situado fora das regiões de origem.

Nesta perspectiva de expulsão promovida pelo agronegócio, paira uma segunda hipótese referente à migração para o interior do estado de São Paulo. Esta hipótese contempla que a expansão da área da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, ou seja, a própria reorganização do setor canavieiro, seu crescimento, é uma explicação do processo migratório para essa região. Outro indicativo para o entendimento da situação é o fato de as empresas de São Paulo darem preferência a esta mão de obra, uma vez que estes trabalhadores são considerados pelas empresas como mais “dóceis”, mais submissos e geralmente aceitam, as imposições das condições de trabalho, os baixos salários, as más condições de moradia, etc., o que não ocorre com os trabalhadores locais. Defende-se que, apesar dos avanços na mecanização o trabalho migrante, ainda é fundamental para a expansão e o crescimento das usinas, uma vez que a vinda dessa mão de obra possibilita às usinas formas de gerenciamento capazes de aumentar a produtividade e baratear o custo da produção.

A outra hipótese, referente à perspectiva dos trabalhadores, é que o desejo de migrar decorre do processo de expulsão, ou seja, a partir do momento que esses trabalhadores não possuem mais terras para viver da agricultura familiar ou as terras são insuficientes para sua reprodução, esses sujeitos passam a procurar outras formas de renda. O trabalhador decide migrar, provavelmente pela falta de oportunidade de trabalho na região, pela “precisão” (necessidade), o que gera a necessidade de procurar outras regiões onde sua reprodução e da unidade familiar possa se dar.

O contato com o mundo “moderno” ou o mundo das mercadorias influencia o imaginário do grupo social fazendo com que os objetos sejam capazes de alterar o consumo e introduzir novos arquétipos de comportamento.

1.2 Aspectos metodológicos

Para entender por que os trabalhadores maranhenses passaram a migrar para o corte da cana no interior do estado de São Paulo pós década de 1990, realizou-se uma vasta revisão bibliográfica e um Estudo de Caso. Conforme Martins e Theóphilo (2009), a estratégia de pesquisa baseada em Estudo de Caso pede avaliação qualitativa, já que tem como objetivo o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente. Segundo os autores esta estratégia de pesquisa possibilita “a penetração da realidade social, não conseguida plenamente pela avaliação quantitativa” (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 62).

Muitas foram as fontes pesquisadas para a elaboração da revisão bibliográfica. A familiaridade com o objeto a ser pesquisado também perpassou, pelas participações em congressos em que foi possível fazer contato com pesquisadores que também estudavam a questão das migrações. Esses contatos possibilitaram a indicação por especialistas de leituras básicas e, a partir delas, identificar as obras citadas pelos autores consultados.

A partir daí, sugestões de leitura e uma rede de contatos criada pela Pastoral do Migrante intitulada “Encontro dos Jovens Pesquisadores” facilitou e promoveu discussões recorrentes sobre o tema. Devido à importância dada pela mídia em relação aos agrocombustíveis, o acesso a jornais foi fundamental por trazer notícias sobre temas que estavam ligados, tanto direta quanto indiretamente, à temática das migrações.

É importante ressaltar que o levantamento bibliográfico é um trabalho que acompanha o pesquisador durante todas as fases da pesquisa; pesquisa de campo, fase de análise de dados

e durante a redação dos capítulos da tese, sempre que se verificar a necessidade de se complementar as leituras.

Para realização da pesquisa optou-se como forma de abordagem o método qualitativo. Este tipo de abordagem permite ao pesquisador compreender as representações de determinado grupo, examinar as relações estabelecidas entre diferentes atores sociais e apreender suas ideias, valores e concepções sobre determinados temas (MINAYO, 2004). A escolha metodológica é uma tarefa primordial na realização de qualquer trabalho científico. Dessa forma, o método consiste em um dos artefatos essenciais da composição da pesquisa científica.

Para analisar o processo migratório de maranhenses pós década de 1990 foi imperioso analisar as ações praticadas pelo do Estado brasileiro que comprometeram a reprodução da pequena agricultura familiar na região de origem. O estudo do processo histórico de expropriação desses sujeitos, desta região, também se fez necessário por ser responsável pela produção destes migrantes, além da análise da percepção individual dos trabalhadores a respeito da situação vivenciada. Tendo em vista este universo amplo e complexo de investigação, a pesquisa qualitativa mostrou-se mais adequada, pois, devido ao seu caráter mais interpretativo, permitiu descrever melhor a complexidade desse problema e sua interação com outras variáveis, classificando e compreendendo a dinâmica dos grupos sociais a fim de tentar abarcar as particularidades dos atores sociais envolvidos.

Depois de estabelecida a abordagem utilizada no estudo é necessário instituir como tal prática será trabalhada. Segundo Santos e Fialho (1995), o método a ser implementado vai depender do tipo de acordo com a organização, das restrições próprias das situações de trabalho, da disponibilidade dos trabalhadores, do tempo negociado para a pesquisa e dos recursos financeiros e humanos disponíveis.

1.3 ESTRUTURA GERAL DA TESE

Além desta introdução e da conclusão final, o trabalho se divide em mais quatro capítulos. No segundo, aborda-se, o processo de intervenção do Estado brasileiro até a criação do “Estado Mínimo”, pós década de 1990. A partir daí apresenta-se o projeto de desenvolvimento adotado pelo Brasil, que beneficiou o agronegócio, e as consequências negativas que essa opção política e econômica tem causado a muitas populações que são afetadas diretamente por estas escolhas.

No terceiro capítulo apresenta-se a agricultura familiar do estado do Maranhão e discutem-se as consequências do agronegócio sobre esta população até sua decisão de migrar.

No capítulo quatro discute-se a evolução da agricultura familiar no Maranhão a partir dos anos de 1980, e a implantação de atividades econômicas que se deram em decorrência de ações do governo federal que proporcionaram condições para que o processo migratório se efetivasse com maior intensidade.

No capítulo cinco apresentamos o resultado da pesquisa de campo. A importância deste capítulo é que ele apresenta, a partir da representação ideológica dos próprios trabalhadores os fatores que os levaram a migrar.

Finalmente nas conclusões, apresentamos a contribuição da Tese para o entendimento do processo de migração de trabalhadores do Maranhão para o agronegócio da cana-de-açúcar no estado de São Paulo.

2 A “nova” dinâmica do agronegócio no Brasil: o papel do Estado no desenvolvimento e as consequências sobre a floresta

2.1 Introdução

A década de 1990 é marcada por profundas alterações no modo de atuação do Estado brasileiro. A concepção de um Estado intervencionista e articulador do desenvolvimento econômico, que predomina até final da década de 1970, é substituída pela ideia de um Estado não intervencionista, isto é, preocupado com a estabilidade monetária, capaz de rigorosos controles fiscais e da não interferência direta na economia.

O capítulo apresenta, de maneira breve, a atuação do Estado no pós-guerra até o golpe de 1964 e a adesão ao paradigma liberal nos anos de 1990. O circuito neoliberal tolhe o papel que o Estado precisaria exercer para cumprir os direitos sociais agrários, presente na Constituição de 1988, que prescreve a função social da propriedade fundiária. O capítulo não tem como objetivo, portanto, apresentar as definições de Estado, mas sim, suas formas de regulação.

Neste ajustamento econômico, apregoado pelo domínio neoliberal, temos a volta do agronegócio. Esta estratégia é adotada por pressão do constrangimento externo do Balanço de Pagamentos e implica em relançamento de uma política agrícola de primazia ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Este arranjo, apoiado pelo Estado, é contrário ao movimento da reforma agrária e se dá em prejuízo da floresta e das populações, afetando diretamente a agricultura familiar.

A adoção do agronegócio, no país, tem se transcorrido em decorrência de um processo de avanço da fronteira agrícola, para o cerrado e especialmente para a Região Amazônica, provocando diversas consequências, entre elas, a expulsão de populações que vivem dos recursos da floresta. Tendo isso em vista, o objetivo deste capítulo é apresentar, de modo geral, as consequências dessa forma de desenvolvimento apostado pelo país na Amazônia Legal⁶, especificamente no Maranhão, local em que se concentra a pesquisa. A

⁶ Neste trabalho entende-se Amazônia como Amazônia Legal, que é uma definição administrativa do governo brasileiro para fins de planejamento econômico e de incentivos fiscais na região. Abrange uma área de aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados (61% do território nacional) nos estados da região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), parte do Centro-Oeste (Mato Grosso) e parte do Nordeste (a área no Maranhão situada a oeste do meridiano) (SÁ SILVA; MESQUITA, 2009). A parte que nos interessa da Amazônia Legal, para efeitos de pesquisa, é a região nordeste onde se situa o estado do Maranhão.

contextualização feita neste capítulo é importante para dar um panorama geral do projeto de desenvolvimento apostado pelo país. O intuito é apresentar de que maneira o movimento do capital na agricultura, ou agronegócio, tem afetado o Brasil e mais especificamente o estado do Maranhão, conforme será visto nos capítulos posteriores.

2.2 As formas de atuação do Estado brasileiro

Para Harvey (2005), o período de 1945 a 1970 foi uma etapa do regime político da burguesia funcionando sob amparo do domínio global norte-americano, que proporcionou grande crescimento econômico nos países capitalistas avançados. Nesse sentido, “A expansão geográfica da acumulação do capital foi garantida mediante a descolonização e o ‘desenvolvimentismo’⁷ como meta generalizada para o resto do mundo” (HARVEY, 2005, p. 55), de modo que o sistema capitalista pudesse conter a expansão comunista. No Brasil, isso ocorre por meio do crescimento da industrialização capitalista.

O sistema produtivo brasileiro relacionava-se com os demais países, especialmente como exportador de determinadas matérias-primas agrícolas e, importador, limitado por sua balança comercial, de alguns produtos industrializados e insumos básicos como petróleo, trigo, aço. Além disso, historicamente o Brasil foi cliente dos créditos e financiamentos internacionais.

Para superar essa condição, intensifica-se a adoção de políticas de diversificação econômica, por meio da industrialização. De acordo com essas ideias, muitos países da América Latina adotaram projetos de desenvolvimentos conhecidos como nacional-desenvolvimentismo. A industrialização é induzida como forma de substituir as importações, por meio de uma série de políticas que tinham como objetivo proteger a indústria infante ou nascente da concorrência internacional. Tem-se a formação do modelo tripé da industrialização brasileira: o Estado encarregado de infraestrutura e indústria de base, o capital nacional criando indústrias de bens não duráveis e o capital internacional encarregado das indústrias de bens duráveis.

⁷ Segundo Bielschowsky (2000, p. 247), entende-se por desenvolvimentismo o “[...] projeto de industrialização planejado e apoiado pelo Estado”. Para o pesquisador, este fundamento é composto por quatro pontos importantes: “a) A industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7).

Quanto à ação governamental, esta atuou para criar melhores condições econômicas, financeiras, políticas e sociais para a livre iniciativa, sendo uma das metas do programa prover infraestrutura e atrair empresários estrangeiros com seu capital e tecnologia.

2.2.1 A crise de 1964, o Estatuto da Terra e a Modernização da agricultura

Os anos de 1961-64 foram importantes do ponto de vista da ação do Estado, por marcarem anos de crise. Durante esses anos manifestaram-se alguns problemas gerados com o tipo de desenvolvimento econômico adotado pelo Brasil. A reação das classes dominantes em atender as diferentes demandas sociais vai resultar no golpe de 64. Com isso o Estado passa a ter um papel cada vez mais central na construção dos interesses das classes dominantes apoiadores do golpe de 61/64.

De acordo com Ianni (1979), o fundamento de toda a crise desses anos foi a dificuldade de resolver a contradição entre as forças políticas favoráveis à expansão do capitalismo e as forças políticas de esquerda, favoráveis à transição pacífica para o socialismo. Isto é, no âmbito da contradição capitalismo nacional ou capitalismo dependente desenvolvia-se a contradição entre as forças que lutavam pela socialização (por via da estatização progressiva da economia nacional) e as forças que lutavam pela solução capitalista (segundo os modelos de associação e dependência) (IANNI, 1979).

O combate ao comunismo era o argumento utilizado pelos militares como pano de fundo para o golpe de Estado. Entretanto, além da oposição aos projetos de reforma agrária, a reação dos militares foi também contra as alternativas contidas “no movimento dos trabalhadores rurais e no movimento social pelas reformas em geral (política, fiscal, urbana e agrária), que poderiam, eventualmente, sinalizar para uma reforma agrária ‘na marra’” (MENDONÇA, 2006, p. 36) e que poderia enfraquecer as classes dominantes do campo. Nas palavras de Medeiros (1993):

[...] a ruptura institucional de 1964 abafou as demandas emergentes dos trabalhadores, mas, de alguma forma, incorporou a crítica, proveniente dos mais diferentes segmentos sociais, ao "latifúndio". Logo após o golpe militar, o mesmo Congresso Nacional que havia bloqueado dezenas de projetos de reforma agrária, acabou por aprovar uma emenda constitucional que permitia o pagamento das terras desapropriadas com títulos da dívida pública e a suspensão da exigência de que essa indenização fosse prévia. Foi também aprovado o Estatuto da Terra, produto mais acabado da incorporação que mencionamos acima. Constituíam-se, assim, o espaço legal para a viabilização de transformações na estrutura fundiária. (MEDEIROS, 1993, p. 9).

O Estatuto da Terra estabelecia os seus quatro requisitos para o cumprimento da Função Social da Terra (FST), que permanecem até hoje previstos na Constituição Brasileira de 1988, são eles: produtividade, proteção ao meio ambiente, relações de trabalho bem estabelecidas (proteção a mão de obra e o bem-estar dos trabalhadores e patrões) (MENEGAT, 2008). Surgiu ainda como resposta às lutas e reivindicações dos movimentos sociais do pré-64, que exigiam profundas mudanças estruturais na propriedade e no uso da terra no Brasil.

Embora, o golpe de 64 representasse a vitória do latifúndio, o Estatuto da Terra trazia consigo a possibilidade de derrubar a grande propriedade improdutiva, uma vez que criava limites ao latifúndio improdutivo atingindo o setor agrário mais retrógrado e conservador. Por isso, à implantação do Estatuto da Terra segue-se grande resistência por parte dos latifundiários brasileiros. A resistência e a pressão desse segmento fizeram com que a equipe responsável pela elaboração da lei sofresse diversos e contínuos recuos.

É preciso lembrar que a possível transformação na estrutura fundiária, via Estatuto da Terra, estava sob um rigoroso domínio de um Estado autoritário, que propiciou a privatização de espaços públicos (O'DONNELL, 1993). Além disso, os movimentos sociais foram rigorosamente reprimidos, lideranças perseguidas, sindicatos sob intervenção, o que fez com que a nova lei pouco significasse em relação a medidas efetivas em direção às necessidades por terra dos trabalhadores, fazendo predominar a estrutura fundiária dominante até então.

A estrutura fundiária intocada e grandes estímulos foram cedidos pelo Estado para a modernização tecnológica do que a lei classificava como "latifúndio", isto é, a propriedade que ultrapassasse 600 módulos rurais (MEDEIROS, 1993, p. 9)⁸. No que concerne à Reforma Agrária, ela praticamente não se realizou. A estrutura fundiária continuou a mesma, na verdade o processo de concentração da terra tornou-se mais intenso após este período (DELGADO, 1985).

O projeto de Reforma Agrária que foi vencido pelo golpe militar de 1964, apregoava a constituição de um mercado interno amplo. Para isso, era necessária a distribuição de renda, para que o conjunto dos trabalhadores fosse elevado à condição de consumidores. Neste

⁸ Conforme Alves (2006a), com a modernização da agricultura e com o Estatuto da Terra, a unidade de produção básica da agricultura passa a ser a empresa rural. Isto é, uma unidade de produção agropecuária organizada na forma de empresa capitalista, com capital fixo, constante, ações, entre outros. A empresa rural difere da propriedade rural tradicional porque tem prioridade no tratamento com o Estado, ou seja, nos créditos recebidos, na compra ou ocupação das terras, além dos projetos de colonização e reforma agrária instituídos pelo Estado (ALVES, 2006).

projeto, a agricultura deveria se modernizar por meio da realização de uma Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores. Isto porque, ao se democratizar a propriedade da terra, na concepção do projeto vencido, uma grande parte dos trabalhadores teria acesso ao consumo. Conseqüentemente, este cresceria, aumentando a produção industrial e agrícola para atender a este novo mercado, estimulando o desenvolvimento econômico.

Todavia, o plano implementado foi outro, saíram vitoriosos os militares e uma parcela da burguesia. Neste, a proposta de Reforma Agrária foi abolida e a agricultura passou a ter um novo papel, isto é, passou a absorver parte da produção industrial e produtora de insumos industriais a ser processado pelo próprio setor industrial do país. Isto é, a integração técnica intersetorial de três elementos considerados básicos: a indústria produtora de máquinas, equipamentos e insumos para a agricultura; a agricultura modernizada; e as unidades processadoras, constituíram a partir dos anos de 1970 os chamados Complexos Agroindustriais (OLIVEIRA, 2009a).

A indústria comandava o crescimento econômico, cujo setor de produção de bens de consumo duráveis era o setor chave. Desta forma, um amplo mercado consumidor não se fazia necessário e, na verdade, era indispensável um mercado restrito, mas de alta renda e que pudesse consumir a produção deste setor industrial de bens de consumo duráveis. O arrocho salarial e a concentração da renda eram metas das políticas econômicas postas em prática nesta época (ALVES, 1991).

As facilidades oferecidas pelo Estado, como incentivos fiscais, atraíram para o setor agrário uma diversidade de capitais. A articulação entre Estado e negócios privados gerou, segundo Palmeira apud Mendonça (2006), o que o autor denominou de coalizão de interesses individuais em torno das possibilidades de negócios ligados à terra envolvendo aqueles favorecidos dos incentivos fiscais. Esses incentivos fizeram com que os grandes conglomerados econômicos adquirissem terras que, até então, pertenciam ao Estado.

Criou-se uma estrutura de produção agrícola que estabeleceu diferenças entre as propriedades que se inseriam no novo padrão de industrialização da agricultura e aquelas que não se inseriam ficando à margem do processo. As que estavam introduzidas no novo padrão eram as propriedades que ocupavam as melhores terras e teriam acesso ao crédito subsidiado. Apenas as grandes propriedades teriam acesso ao crédito, ou seja, aquelas que produziam determinadas culturas e respeitavam determinadas práticas impostas pelo pacote tecnológico prescrito no crédito. Eram estes produtores que teriam acesso à pesquisa, à tecnologia e à

assistência técnica que produziram produtos a serem exportados ou então, insumos à agroindústria (ALVES, 1991).

Na outra ponta do processo estavam as pequenas propriedades e os produtores menos capitalizados, que ocupavam as terras menos férteis, utilizando-se de práticas tradicionais e de mão de obra familiar. Nestes locais de produção concentrou-se a produção de produtos destinados ao consumo dos trabalhadores urbanos que eram mal remunerados devido ao arrocho salarial e, portanto, dispunham de pouca renda para pagar a esses produtores (ALVES, 1991).

Esse processo de modernização da agricultura foi chamado de perverso ou conservador justamente por perpetuar a concentração fundiária, além de favorecer o êxodo rural, a exploração dos empregados e a concentração de renda.

Em virtude de tais acontecimentos se agravaram os conflitos das relações de trabalho no campo, tendo em vista que os pequenos produtores foram expulsos de suas terras, dando lugar às empresas agroindustriais, responsáveis por elevar a mão de obra assalariada no meio rural e aumentar a utilização do trabalhador sazonal, especialmente no cultivo da laranja e da cana-de-açúcar.

O impulso amparado pelo Estado durante o processo de modernização da agricultura no Brasil propiciou, principalmente, ao capital agroindustrial canavieiro, meios materiais para que este se expandisse. Isso proporcionou uma concentração das terras disponíveis e também concentração econômica, assegurando o poder político da burguesia agrária na administração desse setor agroexportador, propiciando aos grandes capitais o acesso aos mecanismos de financiamento.

2.2.2 O processo de reestruturação do Estado brasileiro: um cenário geral da crise

A crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973, que provocou no mundo capitalista uma profunda recessão, refletia, de maneira geral, a instabilidade econômica observada nos países desenvolvidos, combinando baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Diversas situações, dentre elas o aumento do preço do petróleo e de outras matérias-primas e uma reversão cíclica nas economias industriais, com agravamento da situação financeira e piora das expectativas das empresas, contribuíram para as flutuações cambiais, o aumento da inflação e a redução dos índices de crescimento econômico.

A partir daí, as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. Particularmente, os EUA, em fins da década de 1970 e início da década de 1980, aumentaram sua taxa básica de juros, tornando-se mais atrativo para os capitais aplicados no mercado financeiro mundial. Os demais países desenvolvidos acompanharam esse aumento o que incitou, ao longo dos anos 1980, o acréscimo do fluxo de capitais para as nações mais ricas prejudicando os países em desenvolvimento. Estes, além de contarem com menor disponibilidade de capital, tiveram suas dívidas externas aumentadas consideravelmente em razão do aumento das taxas de juros internacionais. Os problemas fiscais dos países tenderam a se agravar com elevação da dívida e déficit públicos (BACCARIN, 2005).

O endividamento público diminuiu a capacidade dos países aumentarem seus investimentos e os gastos públicos, e o pagamento dos juros aumentou sua participação nos orçamentos nacionais. A partir de então, a maioria dos Estados passou a ficar com menos recursos que no período anterior, comprometendo as políticas públicas de sustentação do crescimento econômico e de gastos sociais (COUTO; ABRUCIO, 2003).

Esse novo ciclo de expansão econômica capitalista significou uma ruptura com o padrão de desenvolvimento que até então se realizava sob o controle estatal. O poder do Estado foi diminuído no momento em que seus mercados nacionais foram abertos ao fluxo de capitais e mercadorias que circulavam na economia internacional. Já internamente, a crise manifestou-se na diminuição da capacidade dos governos de regular o mercado interno.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos Estados Nacionais e da difusão das ideias neoliberais, a participação do governo nas economias desenvolvidas não caiu a partir de 1980. De acordo com Fiori (1999), os países desenvolvidos nos anos de 1973-98 cresceram a taxas próximas daquelas dos anos entre 1950 e 1970, havendo uma significativa mudança em termos qualitativos. Isto é, os gastos com custeio, transferências e subsídios tenderam a manter sua participação, uma vez que, com o envelhecimento da população foi necessário aumentar os custos previdenciários além de se manter outros gastos sociais em razão do aumento do desemprego e da exclusão social. Quanto aos investimentos realizados pelos governos, estes diminuíram, acompanhando o processo generalizado de privatizações e concessões do patrimônio público (DUPAS, 1999).

Com relação aos países em desenvolvimento, a diminuição de seu ritmo de crescimento foi ainda mais significativa a partir de meados da década de 1970. Para esses países, as taxas de crescimento mais recentes diminuíram cerca de um terço daquela do período anterior. Pouco a pouco, a partir de 1973, verifica-se uma mudança do pensamento

desenvolvimentista do pós-guerra, sendo a causa da crise a dificuldade ao financiamento externo (FIORI, 2001). Nas palavras do autor

[...] o golpe de misericórdia veio com o choque externo da subida das taxas de juros internacionais e do preço do petróleo, junto com a queda dos preços das *commodities* e a nossa exclusão do mercado financeiro internacional, após a moratória do México. Foram esses choques que provocaram um efeito em cadeia sobre o câmbio, a inflação, o endividamento interno, o crescimento econômico e finalmente a falência estatal. A causa principal da crise foi o corte do acesso ao financiamento externo, decisivo para uma economia como a brasileira, que já era, desde os anos 60, altamente internacionalizada e globalizada. (FIORI, 2001, p. 22-23).

Para entender esse fato, Baccarin (2005) apresenta como exemplo os países da América Latina e Caribe, que além de terem enfrentado as dificuldades do sistema econômico mundial, tiveram também suas economias afetadas em razão do aumento de suas dívidas externas. Assim, “os desequilíbrios fiscais apresentaram, relativamente, maior gravidade e tendeu a se generalizar na região dos processos inflacionários, que não raramente atingiam a casa dos quatro dígitos” (BACCARIN, 2005, p. 40).

O desenvolvimento deixou de ser a preocupação da política econômica da região. A maior preocupação passou a referir-se aos ajustes orçamentários e equilíbrio fiscal, além da estabilização monetária e o controle da inflação. Ao final dos anos 1980, sob o patrocínio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, um conjunto de medidas liberais que deveriam ser seguidas pelos países latino-americanos é formulado (FIORI, 1999). Esse conjunto ficou conhecido como “Consenso de Washington”. A respeito das medidas liberais, Baccarin (2005) afirma que

após analisar-se a situação econômica da região e as reformas então já em andamento por vários países latino-americanos (as exceções mais importantes eram o Peru e o Brasil), listou-se uma série de políticas que deveriam ser adotadas, com os objetivos básicos de se alcançar a estabilidade monetária, diminuir a intervenção pública na economia e garantir o livre funcionamento dos mercados. Nesse sentido, foram propugnadas medidas de redução dos gastos públicos e reforma tributária, para obtenção do equilíbrio fiscal, privatizações e concessões do patrimônio público, abertura comercial e eliminação dos controles cambiais, liberalização do movimento de capitais estrangeiros, maiores garantias aos investimentos diretos estrangeiros e à propriedade intelectual e desregulamentação dos mercados de bens e serviços e de trabalho. (BACCARIN, 2005, p. 40).

Neste período o Brasil apresentou altas taxas de inflação, além de graves problemas financeiros e fiscais. Vários planos de estabilização monetária foram tentados, mas continham a inflação apenas temporariamente (BACCARIN, 2005).

Para Sallum Jr. (2001), com a posse de Collor, em 1990, inicia-se de fato o projeto neoliberal brasileiro, aprofundado ao longo dos anos 1990. Conforme o autor, a abertura comercial se acentuou com as tarifas de importação que passaram de uma média de 31,6% em 1989, para 15% em 1992. A diminuição das taxas tarifárias, conseqüentemente ocasionou uma diminuição da arrecadação do Estado. Algo semelhante também aconteceu no sistema financeiro em 1991, quando o país adotou uma política de liberalização completa à entrada e saída de capital externo.

Essa mudança na política de ajuste externo, em razão da crise de liquidez internacional, ou seja, da rapidez com que se converte um investimento qualquer em moeda corrente com a menor perda possível de rentabilidade, fez surgir a necessidade de se recorrer aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, a política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo FHC (1999-2003) passando a perseguir a mesma estratégia de 1994, ou seja, gerar saldos de comércio exterior para suprir o déficit da conta corrente, sendo os setores primários exportadores escolhidos para gerar este saldo (RESENDE; AMADO, 2007). Desta forma,

na fase de abundância de liquidez internacional, como o foi por exemplo o período 1994 -1998, a política econômica promove a desvalorização da renda da terra. Mas recorrerá, ao mesmo tempo, a um novo surto de endividamento externo, cujo limite será a crise de liquidez internacional subsequente. E quando esta advém, a elite econômica relança a estratégia anterior. Este jogo de cartas marcadas, que experimentamos e continuamos a jogá-lo na atualidade, configurará os novos contornos conjunturais da questão agrária nestas já duas décadas de constrangimento externo da economia brasileira. (DELGADO, 2005b, p. 62-63).

Após 1994, com Fernando Henrique Cardoso (FHC) no governo, as reformas visavam à desregulamentação econômica e à diminuição do papel do Estado foram aprofundadas ganhando maior institucionalidade e amparo legal. Um dos aspectos centrais dos fins a serem perseguidos pelo governo (agenda governamental) em seu primeiro mandato foi a privatização de empresas estatais, segundo a qual é necessária a aprovação de alterações, já que a Carta de 1988 impedia que o setor privado operasse em setores em que o Estado possuía monopólio; como o caso dos setores de gás canalizado, telecomunicações e petróleo. Nesta administração, o presidente FHC inaugurou um novo padrão da relação Estado-mercado,

passando ao setor privado parte considerável do patrimônio público acumulado ao longo de vários anos. Além disso, os recursos provenientes das privatizações, que superaram os US\$45 milhões, poderiam ter sido utilizados para a diminuição da dívida pública. Esta atitude, porém não surtiu grandes resultados em razão da explosão da dívida das políticas monetária e cambial adotadas na condução do Plano Real (COUTO; ABRUCIO, 2003).

Quanto ao Estado, diante deste contexto de rápidas transformações estruturais na economia, sua atuação foi bastante fraca durante o período, fundamentalmente pela prevalência de um regime fiscal incompatível com a nova realidade do país. Em outras palavras, o déficit nominal, isto é, incluindo nas despesas os itens referentes ao pagamento de juros do período de 1998 pode ser atribuído, segundo Calmon (2001), ao pagamento de juros da dívida, e não às despesas tradicionais, relacionadas ao financiamento das políticas públicas.

Para Almeida (1999), das mudanças que constituíram a agenda de reforma do Estado, a privatização das empresas públicas foi a que mais se desenvolveu no Brasil. Em um período de menos de oito anos, uma parte expressiva das empresas produtivas do Estado passou para o controle privado. Entre 1991 e 1998 foram vendidas 63 empresas controladas pelo governo federal. Nesse período, também nos Estados ocorreram importantes privatizações. Até o final de 1998 o programa federal chegou perto de US\$ 57,5 bilhões, incluindo as dívidas transferidas aos novos proprietários.

Nas palavras de Sallum Jr. (2001):

[...] as reformas institucionais promovidas por Fernando Henrique Cardoso visaram quebrar o arcabouço legal que conformava o velho Estado nacional-desenvolvimentista, reduzindo a participação estatal nas atividades econômicas e dando tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro. [...]. Os projetos mais relevantes, do ângulo da mudança de estratégia para o desenvolvimento, foram: o fim da discriminação constitucional em relação às empresas de capital estrangeiro; transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobras, empresa estatal que se tornou concessionária do Estado, com algumas regalias - é verdade - em relação a outras concessionárias privadas; a autorização para o Estado passar a conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites etc.) a empresas privadas. (SALLUM JR., 2001, p. 326).

E mais:

[...] as mudanças no arcabouço legal, junto com uma clara opção política, fizeram com que as privatizações e concessões do patrimônio público se acentuassem nos anos noventa. Isto se evidenciou na siderurgia, na

mineração, nas ferrovias, nas rodovias, no setor elétrico, no setor financeiro, nas telecomunicações etc. Os efeitos fiscais positivos desta ação foram insuficientes para suplantarem os negativos causados pela manutenção da taxa de juros em valores elevados, de maneira que a dívida pública aumentou no período, mesmo com a diminuição do patrimônio estatal. (BACCARIN, 2005, p. 45).

Mais uma vez a política de comércio exterior é modificada durante o segundo governo FHC seguindo a mesma estratégia de 1994, isto é, gerar saldo por meio do comércio exterior para diminuir o déficit da conta corrente. Novamente os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Neste contexto, conforme Delgado (2005b), a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Nas palavras do autor:

[...] isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente, incluindo crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa, e investimento em infraestrutura comercial – como serviços agropecuários, portos, malha viária. Isto tudo, aliado à relativa desvantagem no comércio internacional durante o período do real sobrevalorizado, adiou o relançamento da modernização técnica, sem reforma, para o início do século XXI. (DELGADO 2005b, p. 66).

Verifica-se um novo arranjo político que se constitui em uma tática de relançamento de grandes empreendimentos agroindustriais calcados na grande propriedade fundiária e voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos. Essa estratégia implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. O Estado neoliberal promove ações de venda do patrimônio público financiando ativamente o agronegócio em detrimento de políticas de fomento à agricultura familiar e da reforma agrária.

2.3. Domínio neoliberal e a volta do agronegócio

No início da década dos anos 1980, com o fim do regime militar, as forças sociais voltam a se manifestar após anos de domínio autoritário. Esse período político de transição é marcado pela Constituição de 1988 que legitima a função social da propriedade fundiária. Mas, a escolha política que se dará no país a partir desta Constituição é regida também pelo que Delgado (2005a), denomina “ajustamento constrangido”, ele caracteriza

basicamente por restrições de ordem externa e interna, expressas por alto endividamento público e dependência externa. Essas restrições são geridas por meio de vários ajustes “macroeconômicos”, que no essencial *não tem*

sido capazes de equacionar esses endividamentos. Mas ao contrário prolongam essa fase de estagnação da economia por mais de duas décadas. (DELGADO, 2005a, p. 39, grifo nosso).

Ao longo de pouco mais de meio século de crescente inserção do governo na economia brasileira e de práticas protecionistas rígidas com vista ao desenvolvimento da economia pelo processo de substituição de importações, o país modificou de forma significativa sua estrutura produtiva. Antes, baseada em uma economia primário-exportadora o objetivo do modelo era diminuir a vulnerabilidade do país às alterações recorrentes das economias centrais. Esta, porém, não foi uma tática de sucesso, uma vez que a estratégia implicou em forte endividamento externo, cujos resultados obrigaram o rompimento do modelo rumo à ampla liberalização comercial na década de 1990.

Em 1980, a economia brasileira passou por um longo período de estagnação econômica, priorizando os ajustes orçamentários e o equilíbrio fiscal. Todo o empréstimo que foi feito ao Brasil pelos Estados Unidos, a juros baixos, no período da industrialização associada ao capital externo foi cobrado, todavia, com uma grande diferença: os juros já não eram mais baixos como no início, haviam subido de maneira exorbitante de modo que saldasse a economia norte-americana. Para isso, a agricultura teve o papel essencial de suprir as necessidades do financiamento do Balanço de Pagamentos. Isso porque, de acordo com Delgado (1985), o coeficiente de importações do setor agrícola sempre foi menor que o do conjunto da economia, e seu saldo no comércio exterior sempre expressivo e, em geral, contrário aos déficits da indústria.

Antigamente, argumentou-se que o predomínio de produtos primários nas exportações levava à degradação dos termos de troca e a conseqüente tendência estrutural ao desequilíbrio no balanço de pagamentos. Esse tema volta a ter importância para o Brasil à medida que a agricultura está se tornando seu setor mais ativo, com elevada participação no Produto Interno Bruto (PIB) e nas exportações. Com o acúmulo de grande passivo externo pelo país, a geração de divisas passa a ser prioridade para os governos. Nesse período “estes (setor agrícola e cadeias agroindustriais) passam a ser essenciais para suprir as necessidades de financiamento do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos” (DELGADO, 2005b, p. 62).

No Brasil, a maneira encontrada para o processo de construção e de pertencimento às exigências dos organismos internacionais se dá além das privatizações como forma de saldar a balança comercial, por meio também da adoção do agronegócio.

A oposição reforma agrária *versus* modernização técnica, que foi proposta em 1964 pelos conservadores, é trazida sob novo arranjo político articulado pelos últimos anos do governo FHC e, posteriormente, também pelo então presidente Luís Inácio “Lula” da Silva. Esse arranjo se verifica enquanto uma tática de relançamento dos empreendimentos agroindustriais apoiados na propriedade fundiária, com a função de gerar altos saldos positivos no comércio exterior, graças ao aumento das exportações de produtos agrícolas que estão garantindo, nos últimos anos, o pagamento dos juros da dívida externa pelo governo de Lula.

O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso deu início ao relançamento do agronegócio como um programa de investimento em infraestrutura incorporando novas regiões, meios de transporte, corredores comerciais ao agronegócio; desenvolvimento de pesquisa científica direcionada pelo sistema público atuando em sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; uma regulação frouxa do mercado de terras para deixar fora do controle público as terras devolutas e as que não cumprem a função social; alteração na política cambial tornando o agronegócio competitivo no comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento estrangido” (DELGADO, 2005b).

Todo o esforço de relançamento em torno do agronegócio tem encontrado espaço para se expandir, sobretudo, na produção de grãos para a exportação. Dentro dessa produção, destacam-se o milho e a soja, expandindo-se para áreas do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país.

A procura externa pelo produto agrícola cresceu 4,8% entre 2002 e 2003, com o saldo comercial externo crescendo também nesses mesmos anos. Percebe-se um grande envio de recursos ao exterior em razão da crise de liquidez de 1999. Tal fato é caracterizado por Delgado (2005a) de “expansão estrangida”, isto é, um crescimento econômico do agronegócio sem uma demanda efetiva para o conjunto da sociedade.

Essa expansão se dá por meio de três restrições. A primeira é a demanda interna de bens e serviços, ou seja, esta deve se manter relativamente estável para não pressionar o saldo externo. Isso se faz por meio de limites à demanda interna e às importações, que podem comprometer as metas do saldo comercial a ser transferido ao exterior. A segunda refere-se à limitação das oportunidades de emprego em função do alto padrão tecnológico utilizado pelo agronegócio, e a terceira restrição refere-se à manutenção de áreas de terras improdutivas. Nas palavras de Delgado (2005a):

A elevação da renda da terra e a obtenção de ganho patrimonial pelos grandes proprietários incidem sobre a totalidade do estoque de terra produtiva e improdutiva que controlam. Esta condição somente é viável se sancionada de fato pela política fundiária e tributária do governo federal, visto que, de direito, o cumprimento da função social da propriedade fundiária deveria socializar essa renda fundiária incrementada, das zonas legalmente improdutivas, mediante processos de tributação e/ou desapropriação. (DELGADO, 2005, p. 54).

O que se percebe é que a manutenção das terras improdutivas é questão fundamental no processo de obtenção de renda agrícola e da renda fundiária, isto porque o ganho patrimonial incide sobre toda a terra, produtiva ou não. O papel do Estado nesse processo é de perpetuação dessa condição, uma vez que, não se aplica os processos de tributação que deveriam ser socializados, além de não desapropriar as áreas que não cumprem seu papel social. Por meio dessa fraca política fundiária, é possível a captura da renda fundiária pelos grandes proprietários de terra, em suas fases de expansão da demanda externa. Nota-se, portanto, uma característica da política fundiária que corrobora a estratégia do agronegócio. Pensar em políticas de reforma agrária significa quebrar esta “expansão estrangida” que beneficia muitos latifundiários e dá continuidade a um ciclo secular de manutenção do latifúndio e terras “improdutivas”. A facilidade de aquisição de terras devolutas do Estado por fazendeiros, empresários, estrangeiros entre outros, gera uma disputa intensa entre aqueles que já se encontram nelas e vivem da subsistência e daqueles que se utilizam da terra como mercadoria. Desta forma, as condições ligadas à estratégia do agronegócio

na agricultura brasileira são simultaneamente matriz da moderna questão agrária. Elas representam um obstáculo ao desenvolvimento [...] da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária. Uma estratégia de desenvolvimento que incorpore esses segmentos terá necessariamente que desbloquear essa rede de restrições. Sem isso, não será viável um projeto de desenvolvimento autônomo. [...] Observe-se que a incompatibilidade com o desenvolvimento aqui deduzida é bem peculiar. É aquela que se apoia na estrutura agrária intocada e na rede de condições que relançam na atual conjuntura as estratégias do agronegócio brasileiro. Pois esta é uma forma peculiar de expelir o campesinato brasileiro. (DELGADO, 2005b, p. 71).

E complementa o autor:

Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do Balanço de Pagamentos. Ela implica em relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de

terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária. (DELGADO, 2005a, p. 22).

O agronegócio ou *agribusiness* passa a configurar na agricultura de muitos países uma nova maneira de produzir, de organizar a produção e de comercializar. Como resultado dessa nova maneira de produzir tem-se as *commodities* que são a “nova versão das matérias-primas advindas principalmente dos países pobres e cujos preços são controlados pelos detentores do mercado financeiro mundial” (MORAES SILVA, 2008, p. 4). Embora essas *commodities* estejam submetidas às oscilações do mercado mundial, tendo seus valores constantemente alterados por serem produtos de baixo valor agregado para os produtores, essa “nova versão” permite lucros maiores, já que é possível a comercialização no âmbito internacional.

Quanto ao aspecto político, o agronegócio ou *agribusiness* tem sido símbolo do desenvolvimento econômico do país (MORAES SILVA, 2008). Nesse processo de modernização conservadora a agricultura se apresenta com um novo papel, ou seja, a de fonte de divisas ou fonte de dinheiro por meio da exportação de *commodities*.

O termo *agribusiness* aparece pela primeira vez em 1957 e foi utilizado por dois economistas americanos da Universidade de Harvard. O conceito do termo se dá pela integração das atividades agrícolas, ou seja, a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos. Dessa forma, reúne fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores e distribuidores envolvidos na geração do produto até o consumidor final. Essa nova maneira de produzir se define por cada elo da cadeia que sai do mercado de insumos e fatores de produção (antes da porteira), passando pela unidade agrícola produtiva (interior da porteira), e finalmente o processamento, *marketing* e distribuição (fora da porteira) (PIZZOLATTI, 2009, p. 1).

De acordo com Porsse (2003), nessa interpretação a agropecuária é concebida como o núcleo de um sistema econômico que se denominou Complexo Agroindustrial (CAI). Este núcleo é conectado com setores a montante, responsáveis pelo provimento de insumos e de máquinas e implementos para a produção agropecuária, e com setores a jusante, responsáveis pelo processamento, transformação da produção agropecuária (agroindústria) e pela distribuição (comercialização, armazenagem e transporte) das produções agropecuária e agroindustrial, além de outros serviços associados ao agronegócio.

O conceito de CAI é uma evolução natural da agropecuária. Em outras palavras, no princípio era fundamentalmente primário, adquirindo insumos dentro do próprio setor (sementes e animais), com peculiaridades de autossuficiência, gerando uma produção cujo

excedente se destinava a demanda final. Entretanto, com a evolução da agropecuária, passa a ser chamado de agronegócio, observando um crescimento das operações para fora da porteira. Isso incluiu um aumento da participação de produtos não rurais em seu conjunto de insumos (adubos e fertilizantes inorgânicos, defensivos, etc.), além do aumento e aprimoramento das operações de processamento e transformação da produção rural para somente depois direcioná-la à demanda final (ARAÚJO NETO; COSTA, 2005). Assim, “as evoluções das interdependências do setor agropecuário com as demais atividades econômicas levam ao surgimento e utilização do conceito de agronegócio ou CAI.” (ARAÚJO NETO; COSTA, 2005, p. 4).

Sob a forma de agronegócio, as atividades agropecuárias vêm sendo cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que agem em escala global decidindo de que modo, em que quantidade, em que local e como devem ser produzidos e comercializados produtos de origem vegetal e animal (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Conforme Fernandes (2004):

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem. Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz que pode ser utilizada para reforma agrária. (FERNANDES, 2004, p. 1).

O agronegócio é aqui entendido não como um *modelo* de desenvolvimento, como exposto anteriormente, mas como um termo utilizado para se referir a uma estratégia econômica com um apelo ideológico⁹ bastante forte. Ele é feito no sentido de mudar a

⁹ Para Djik (2005), a suposição do que seja ideologia pressupõe que é um tipo de ideia, ou seja, um sistema de crenças que organizam e fundamentam as representações sociais compartilhadas pelos membros do grupo. Em segundo lugar, os sistemas de crenças são socialmente compartilhados pelos membros de uma coletividade. Em outras palavras, consistem em representações sociais que definem a identidade social de um grupo, suas crenças compartilhadas ao longo de suas condições fundamentais, seus modos de existência e reprodução. Em terceiro lugar, elas controlam e organizam outras crenças socialmente compartilhadas. “Así, una ideología racista puede controlar las actitudes sobre la inmigración, una ideología feminista puede controlar las actitudes sobre aborto o techos de vidrio en el lugar de trabajo o conocimiento sobre la desigualdad del género en la sociedad, y una ideología social puede favorecer un papel más importante del Estado en los asuntos públicos” (DJIK, 2005, p. 10). Em quarto lugar são adquiridas gradualmente e (às vezes) mudam através da vida ou por um período da vida, necessitando ser relativamente estáveis (DJIK, 2005). Oliveira (2009) complementa dizendo que a classe

imagem da agricultura capitalista, exploradora do trabalhador, concentradora de terra, renda e capital¹⁰, apresentando a agricultura como geradora de empregos, além de promover o desenvolvimento econômico e social nas áreas onde se estabelece.

O agronegócio, mais que construção de uma imagem moderna da agricultura capitalista, é um processo que tenta desfazer a ideia de caráter concentrador, predatório e principalmente expropriatório, para dar a noção de produtividade e desenvolvimento (FERNANDES, 2004). Trata-se de uma nova forma de apropriação do território idealizada pelo neoliberalismo para intensificar os processos de expansão dos capitais aplicados na agricultura capitalista e a apropriação da terra por estrangeiros no contexto da mundialização do capital.

Complementando, diríamos que o agronegócio se apropria de um discurso de projeto produtivo por excelência, apresentando a importância produtivista da agricultura e ressalta o aumento da produção, da geração de empregos, de riquezas e de novas tecnologias. Esse discurso tenta camuflar o que é verdadeiro, isto é, seu caráter concentrador de terras e capital, expropriatório da pequena agricultura, além de ser excludente e explorar os trabalhadores.

A abordagem bastante interessante de Campos e Campos (2007) apresenta a expansão do território do agronegócio no Brasil, a partir de ações que abrangem as dimensões política, econômica, espacial e ideológica. Segundo as autoras, politicamente o agronegócio se fortalece construindo uma rede de parlamentares de diferentes partidos políticos, além de investir em campanhas de candidatos a presidente, governadores, prefeitos e vereadores. O objetivo do apoio político ao agronegócio é modificar legislações, aprovar medidas governamentais e projetos favoráveis ao setor, além de ter uma ampla parcela de políticos prontos a atuarem como defensores de seus interesses.

Economicamente, o avanço do agronegócio conta com apoio do Estado que não apenas viabiliza infraestrutura, mas reserva para as atividades produtivas integradas grande parcela dos financiamentos para o meio rural. Os dados de distribuição do crédito rural, via

dominante, detentora dos meios de produção, aliada ao Estado e a mídia, utiliza-se dessa ferramenta em pró de seu discurso para fortalecer seu poder e hegemonia.

¹⁰ O capital é o trabalho acumulado pelo capitalista concretizado nos meios de produção e produto do trabalho assalariado. Já a terra é um bem natural sem condições de reprodução, portanto não é produto do trabalho assalariado, assim, não sendo produto do trabalho humano não tem valor, não podendo ser confundida com o capital. Mas, como o capital se apropria dos meios de produção e também do trabalho, também pode se apropriar da terra, sendo esta um instrumento de trabalho. No contexto de subordinação da agricultura ao capital, que tudo transforma em mercadoria, a terra adquire preço, podendo ser comprada, vendida ou arrendada, gerando renda. A apropriação da terra pelo capitalista admite que o trabalho agrícola seja subordinado ao capital, fazendo a terra parecer capital. O que equivale dizer que o capital produz lucro, o trabalho produz salário, e a terra produz renda, que se estabelece quando o capitalista paga ao proprietário o direito de se utilizar de sua terra. (MARTINS, 1995).

Banco do Brasil, no ano de 2003, demonstram como o Estado continua sendo um alicerce fundamental para o avanço capitalista no campo:

Valores repassados pelo Banco do Brasil: Aracruz celulose – R\$ 1.167 bilhão, Cargil R\$ 921 milhões, Bunge R\$ 607 milhões, ADM R\$ 585 milhões, Nestlé R\$ 330 milhões, Rhodia R\$ 304 milhões, Souza Cruz R\$ 189 milhões, Basf R\$ 120 milhões, Monsanto R\$ 68 milhões, Bayer R\$ 58 milhões. Total financiado R\$ 4.349 bilhões. (JORNAL SEM TERRA, 2004, p. 15).

Especialmente, o processo de apropriação do capital no campo por meio do agronegócio caracteriza-se pela monocultura que se utiliza de grandes propriedades. Isso possibilita pensar que o agronegócio está transformando em “produtiva” uma grande quantidade de terras que antes eram consideradas “latifúndios improdutivos”. O resultado é o aumento da concentração fundiária.

É importante ressaltar que, mesmo onde não incide um aumento da concentração fundiária, o aumento do agronegócio confere uma nova dinâmica social, alterando o modo de vida e as territorialidades das comunidades rurais, ao transformar as famílias agricultoras em elos de uma cadeia produtiva. Conseqüentemente, elas perdem autonomia sobre seu processo de produção e passam a vincular-se mais fortemente com o mercado.

Ideologicamente, o agronegócio se afirma enquanto aspecto ligado à modernização e desenvolvimento do campo, especialmente a partir de um investimento em patrocínio de meios de comunicação. Desse modo, são cotidianas as reportagens que apresentam “vantagens” do agronegócio¹¹.

Embora o neoliberalismo adote a ideia da não intervenção do Estado na economia, é importante perceber como as esferas de regulação estatal ainda continuam presentes por meios que conduzem a reprodução do capital na agricultura. Isso configura um modo de intervenção estatal na economia.

¹¹ Um dos setores do agronegócio que mais tem adotado essa estratégia é o de produção de eucalipto ou *pinus* para celulose e papel. No Rio Grande do Sul, por exemplo, em que o crescimento das monoculturas de árvores está sendo questionado por movimentos sociais e ambientais, as grandes empresas do setor deram generosas contribuições a dezenas de candidatos de distintos partidos nas eleições de 2006. O resultado foi a eleição de uma ampla base de apoio parlamentar para essas empresas. Só a Aracruz Celulose conta com uma base de 35 parlamentares gaúchos. Sem contar o enorme poder de influência que os grupos do agronegócio têm sobre órgãos internacionais como Organização Mundial do Comércio – OMC – que define regras para comércio de produtos agrícolas no mundo. (CAMPOS; CAMPOS, 2007).

Exemplos podem ser verificados, segundo dados apresentados por Faveret Filho, Paulo e Duarte (2003), por meio dos desembolsos realizados pelo BNDES para o complexo agroindustrial que em 2002,

recebeu R\$ 10,8 bilhões, o que equivale a 34% do total desembolsado. Em relação a 2001, houve aumento de 16%, enquanto os desembolsos totais do Sistema foi expandido em 1% [...], verificando-se, portanto, um significativo avanço dos desembolsos. (FAVERET FILHO; PAULO; DUARTE, 2003, p. 189).

O BNDES-*Exim*, uma linha de financiamento para exportações de bens e serviços de empresas estabelecidas no Brasil, desembolsou em 2002 um total de R\$ 13,6 bilhões, o que significa um acréscimo de 71% em relação a 2001. As exportações agroindustriais tiveram um aumento de 40% em relação ao ano anterior, recebendo R\$ 1,9 bilhão, o que equivale a 14% do total financiado (FAVERET FILHO; PAULO; DUARTE, 2003). Em fevereiro de 2010, o BNDES alcançou desembolsos no valor de R\$ 143,3 bilhões, com alta de 53% na comparação com igual período anterior.

As liberações de financiamentos do BNDES mantiveram crescimento no primeiro bimestre deste ano. Isoladamente, somaram R\$ 8,3 bilhões, com alta de 66% na comparação com o mesmo mês de 2009. Em janeiro de 2010, os desembolsos foram de R\$ 7,7 bilhões, com aumento de 74% (REVISTA PORTUÁRIA, 2010).

Percebe-se um desempenho de destaque na estrutura bancária do Estado e, particularmente a política de crédito por ela executada, bem como as diversas instituições encarregadas da concessão de subsídios financeiros e facilidades na obtenção de créditos. O BNDES-*Exim* ao favorecer as exportações de empresas estabelecidas no país incentiva de certo modo a falta de pagamento de impostos, uma vez que as empresas que exportam são beneficiadas pela Lei Complementar nº 87, de 1996, também conhecida como Lei Kandir¹². Outro aspecto é que como são empresas estabelecidas no país, isto nos leva a pensar em empresas estrangeiras, multinacionais que exportam grande parte dos lucros para seus países de origem após receberem todos os benefícios e facilidades para se instalarem em nosso território.

É essa política que indica uma proposta de modernização da agricultura em interação com os CAIs. Esse aparato financeiro geralmente é bancado por bancos públicos, com participação bastante pequena de bancos privados. Todos esses incentivos aliados aos gastos

¹² A Lei Kandir isenta do tributo de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos e serviços destinados à exportação.

públicos em infraestrutura geral aumentam a vantagem do capital, que rapidamente se integra ao empreendimento que está sendo patrocinado.

Ao analisar o avanço do capital no campo constatam-se grandes transformações nas últimas décadas que podem ser “lidas” na paisagem, na configuração territorial, na dinâmica social e no espaço. Essas transformações foram, em grande medida, provocadas pela expansão e intensificação do agronegócio no país (CAMPOS; CAMPOS, 2007). Atualmente a prioridade dada a questão da terra está calcada no setor externo, mas de modo diferente de como já esteve calcada a inserção externa numa economia relativamente protegida, iniciada na década de 1930.

Os partidários do agronegócio são adeptos de uma integração externa da economia rural, protagonizada por grandes corporações internacionais do comércio e da indústria de *commodities*, livres de restrições que se baseiam em políticas nacionais e atraídas pela política comercial norte-americana, não havendo nenhum vínculo desse projeto com a territorialidade nacional do setor rural.

No Brasil, a adoção do agronegócio ocorre por meio de um processo de expansão da fronteira agrícola, para o cerrado e para a Região Amazônica. Isso provoca, de modo mais intenso, o desmatamento e a exploração das florestas e é o “carro-chefe” dessa dinâmica de exploração da economia agrícola do país neste século.

Além do aumento da produção, tem ocorrido simultaneamente a concentração da produção nas mãos de poucas empresas. Essas empresas investem em tecnologia avançada uma vez que se encontram em um mercado bastante competitivo, o que altera significativamente o processo de produção e trabalho, desde a mudança da base técnico-produtiva, por meio da adoção de nova tecnologia de processo e produto, até a mudança organizacional dos processos de produção e trabalho. Esse processo ocasiona o desaparecimento de muitos pequenos produtores, não apenas no Brasil, mas no mundo.

2.3.1 A atual política fundiária e o agronegócio

Sabe-se que uma característica da estrutura fundiária no Brasil é seu alto grau de concentração. Além disso, é uma excelente fonte de negócios para os grandes proprietários de terra.

Delgado (2005a) afirma que no período de 1995-2002 as ações de desapropriação para fins de reforma agrária geraram uma alta valorização do patrimônio desapropriado. Como

exemplo, mostra que enquanto um imóvel rural teve preço de 100 em 1994, pelo critério de mercado valeria 60 em 1999. Mas pelo critério de desapropriação com correção monetária e juros de 6% ao ano, o autor afirma que o foi pago 141 pelo imóvel, ou seja, um custo maior que sua cotação de mercado¹³.

Para tentar amenizar o problema da terra, até 2007, o governo brasileiro trabalhava com o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que tinha como objetivo alcançar um novo tipo de desenvolvimento social sustentável por meio da distribuição de terras. Para seu cumprimento contava com alguns recursos, um deles, a desapropriação de terras que não cumprissem sua função social. Todavia, conforme exposto, o plano de reforma agrária terminou em 2007 “e poucos se lembraram deste fato, ou seja, o governo Lula só faz a reforma agrária se quiser, pois não tem mais nenhum plano para isso” (UMBELINO, 2009, p. 1).

De acordo com Umbelino (2009), o II PNRA:

[...] tinha como meta número 1 implantar em cinco anos 550 mil novos assentamentos e, como número 2, regularizar 500 mil posses. Além, é óbvio, da meta 3, relativa ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (ex-Banco da Terra do Banco Mundial), que previa assentar mais 150 mil famílias, e da meta 7, que previa reconhecer, demarcar e titular as áreas das comunidades remanescentes de quilombo. (UMBELINO, 2009, p. 1).

Entretanto, nos cinco anos de seu plano assentou um total de 448.954 famílias, incluindo neste cálculo não apenas os novos assentamentos, mas também os assentamentos relativos à regularização fundiária. Entre 2003 e 2007, referente à meta 1, o governo Lula assentou 163 mil famílias, atingindo 30% da meta de 550 mil famílias a serem assentadas. Quanto à meta 2, que se referia à regularização fundiária de 2.500 mil posses, também não foi cumprida, pois regularizou a situação de 113 mil famílias, atingindo 23% da meta. Entre os dados restantes estão 171 mil famílias referentes à reordenação fundiária, ou seja, a regularização em assentamentos antigos, e também a inclusão de cerca de duas mil famílias

¹³ Outro exemplo apresentado pelo autor refere-se ao valor da dívida fundiária da União composta com base na desapropriação de terras improdutivas destinadas à reforma agrária, instituída sob a forma de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Conforme a Constituição, esses títulos são resgatáveis em até 20 anos, com preservação do valor real, ou seja, atualizados seguindo o critério de seu valor de mercado. Entretanto, os prazos de resgate têm sido diminuídos e a valorização do TDA tem sido avaliada com um acréscimo de 6% ao ano, usando-se a taxa do mercado financeiro para a proteção contra a inflação. “Esses procedimentos tendem a converter a TDA de um título de longo prazo, vinculado ao preço da terra, em um ativo de curto prazo, altamente valorizado e com alta liquidez”. (DELGADO, 2005a, p. 78). O que se percebe por meio desses atos é uma profunda distorção dos princípios constitucionais em benefício dos grandes proprietários, favorecendo em curto prazo, os detentores de terra improdutiva.

referentes a assentamento de atingidos por barragens, que não se trata de reforma agrária. (UMBELINO, 2009).

Pelo exposto, conclui-se que até 2007 o governo do presidente Lula havia cumprido apenas parcialmente a promessa de reforma agrária, assentando 30% do total prometido para o ano em questão. O mais grave é que existe um movimento no Ministério da Agricultura para priorizar o agronegócio como gerador de desenvolvimento em detrimento dessa reforma, o que configura um impedimento.

Conforme Umbelino (2009), a política de reforma agrária do governo Lula tem como pauta dois princípios: não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas em que ela possa “ajudar” o agronegócio. “Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil” (UMBELINO, 2009, p. 2).

Conforme Delgado (2005a), a estratégia do agronegócio, inserida num projeto de expansão constrangida, é incompatível com um projeto de desenvolvimento nacional. Para o autor, no primeiro mandato do governo Lula, houve uma priorização do combate à fome, respaldada por um programa de subvenção alimentar e apoiado numa intenção de criar um sistema nacional de segurança alimentar, garantindo condições extra-mercado para a expansão da demanda interna de alimentos. Para o autor, o Programa Fome Zero¹⁴, seria o único modo de propiciar à agricultura familiar um programa público de garantia de compras e assentamentos da Reforma Agrária.

Entretanto, para que seja uma ação de envergadura é preciso que esta estratégia esteja ancorada em uma política de desenvolvimento que tenha como objetivo gerar um “Produto Potencial”, que não seja possível de ser gerado pelo agronegócio. “esse produto é aquele que incorpora a terra improdutiva, controlada pelo agronegócio, e mobiliza os desempregados, [...] descartados pelo “boom” econômico da expansão dos mercados agrícolas poupadores de terra e trabalho” (DELGADO, 2005a, p. 70).

Até o ano da pesquisa de Menegat (2007a) havia no Brasil 60 movimentos sociais de luta pela terra, e o maior deles é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desempenha um importante papel para a realização da reforma agrária. Por outro lado, há os grandes latifundiários que reunidos na chamada “Bancada Ruralista”¹⁵ exercem uma

¹⁴ Ao tornar a questão da fome símbolo da desigualdade social do país e um problema do Estado, o governo federal, criou, como um dos programas interligados ao Fome Zero, o Programa de Transferência de Renda Mínima, Bolsa Família (PBF).

¹⁵ De acordo com Menegat (2007), dos 530 deputados eleitos no Brasil, 150 estão identificados com os grandes proprietários de terra.

grande pressão por meio do poder Legislativo para que a legislação seja cada vez menos favorável à reforma agrária. Um exemplo dado pelo autor é que para que as terras não sejam desapropriadas por falta de produtividade, devem ser cumpridos alguns índices mínimos de produção, revisados a cada dois anos, conforme estabelecido no Estatuto da Terra. Embora haja o progresso tecnológico das últimas décadas, não há revisão desses números desde 1970.

A forte pressão exercida por essa bancada emperra a implementação da reforma agrária contra os processos de “estrangeirização”, tema que será aprofundado no próximo item, e concentração da terra, relacionados ao avanço da cana-de-açúcar e eucalipto. Na Amazônia, por exemplo, a Cargill¹⁶ está iniciando um grande investimento para a produção da soja (MENEGAT, 2008). Cabe lembrar que o órgão governamental encarregado de cuidar da venda de terras nacionais a estrangeiros é o Incra, porém, não se sabe por que o órgão não toma as providências contra tais vendas, uma vez que elas são irregulares.

2.4 Estrangeirização

O Brasil nunca foi um país contrário à entrada de estrangeiros. As legislações restritivas à aquisição de imóveis rurais por estrangeiros sempre tiveram por finalidade a defesa da integridade do território nacional, a soberania, a proteção econômico-social do acesso à terra.

Conforme Gonçalves (2007), a legislação agrária brasileira impôs diversas restrições à obtenção de imóveis rurais, bem como o adensamento de áreas rurais reservadas, tendo em vista prevenir o aumento da área por estrangeiros em território nacional que fuja ao controle do poder público. Entretanto, conforme o autor, existem diversas situações em que a constitucionalidade ou não, de uma norma, ato jurídico ou administrativo é posta em dúvida. Tais questionamentos se não forem cuidadosamente analisados podem tanto pela sociedade quanto por órgãos competentes gerar reflexos negativos, na sociedade, na economia, na soberania e na segurança nacional.

É o que acontece com o § 1º, do art. 1º, da Lei n.º 5.709/71, em face do parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) GQ - 181, devidamente aprovado pelo Presidente da República, que, em síntese, dispõe ser

¹⁶A Cargill é uma multinacional que tem sua sede em Mineápolis (MN), nos Estados Unidos e atua em 68 países, cinco continentes, em que se distribuem seus 159 mil funcionários. Ela produz e comercializa internacionalmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais (CARGILL, 2010).

inconstitucional esse dispositivo legal. A alegada desconstitucionalização do conceito de empresa brasileira, bem como a inconstitucionalidade do dispositivo legal supracitado, feitos pela Advocacia Geral da União, por intermédio do Parecer AGU GQ – 181, não nos parece ter guarida, face à interpretação sistemática que deve ter o direito. (GONÇALVES, 2007, p.18).

A Lei n.º 5.709/71 aborda a obtenção de imóvel rural por estrangeiros, tanto pessoas físicas quanto jurídicas, e seu § 1º, do art. 1º, cuida especialmente da questão da equiparação da pessoa jurídica estrangeira à pessoa jurídica brasileira, cujo capital majoritário seja estrangeiro. Com a referida inconstitucionalidade alegada pela Advocacia Geral da União (AGU), essas pessoas jurídicas não estão mais sob a proteção desse documento legal, estando, porém, livres de qualquer controle estatal em relação às aquisições de terras efetuadas a partir da publicação do parecer da AGU GC-181. Entretanto, Gonçalves (2007), afirma que a Lei n.º 5.709/71, por ser norma de ordem pública e de direito público, tutela os interesses públicos.

A Constituição Federal não pode ser interpretada de forma isolada como se fosse um mandamento único e não interligado com outros mandamentos da ordem constitucional. Ao se analisar a constitucionalidade do § 1º, do art. 1º, da Lei n.º 5.709/71, Gonçalves (2007) conclui que não há conflito com a Magna Carta, ou seja, em se tratando de questões referentes ao imóvel rural, verifica-se que há um conjunto de regras constitucionais que permitem vasta intervenção do Poder Público e que recebem, “*ipsis litteris*” o § 1º, do art. 1º, da Lei n.º 5.709/71. Portanto, a pessoa jurídica brasileira que possuir capital estrangeiro majoritário em sua constituição terá, sim, que se adequar àquilo que o ordenamento constitucional impuser. Assim, a AGU¹⁷ não é órgão competente para declarar a constitucionalidade ou não de qualquer diploma legal, sendo, por consequência, o parecer inconstitucional (GONÇALVES, 2007).

A partir dessa interpretação, percebe-se uma alteração que é inconstitucional já que não é a AGU adequada para declarar constitucionalidade ou não, o que parece trâmites para desqualificar a ação do Estado neste processo de intervenção, facilitando, ademais, a compra de terras nos termos mencionados.

No Brasil, a terra possui novos donos. Eles são os investidores estrangeiros que se expandiram pelo campo com a autorização do governo brasileiro, justificado pelo discurso de que a estrangeirização da terra implica mais geração de riqueza. Esta riqueza, conforme Echevengúá (2008) viria do aumento da competitividade do agronegócio e, ainda, valorizaria

¹⁷ A AGU é o órgão de defesa dos interesses da União cujos órgãos da administração pública federal ficam vinculados aos seus pareceres incluindo o órgão responsável pelo controle das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros, o Incra.

a terra em novas fronteiras agrícolas, como o sudoeste baiano e a chamada região do Mapito, que reúne parte do Maranhão, Piauí e Tocantins.

Em setembro de 2008, a revista Exame publicou uma reportagem denunciando que após seis meses de negociação, proprietários do município baiano de Jaborandi se desfizeram de suas seis fazendas, que somavam 15.000 hectares de terras, pelo valor de 40 milhões de dólares. De acordo com a revista, isso seria o equivalente ao dobro da área da Grande São Paulo. Os compradores foram dois grupos de investidores com participação majoritária de capital externo. Um deles é a Calyx Agro Brasil, sociedade formada pelo grupo francês do ramo de *commodities* agrícolas Louis Dreyfus e pela seguradora americana AIG. A Calyx comprou cerca de 11.000 hectares no sudoeste baiano por 28 milhões de dólares. Sollus Capital, o segundo grupo comprador, adquiriu 4.000 hectares por doze milhões de dólares. Ainda segundo a reportagem, a terra se situa perto da divisa da Bahia com Goiás, na parte úmida e plana de uma chapada, sendo própria para o cultivo de grãos, dispensando assim, irrigação artificial.

Esses grandes grupos podem ainda captar financiamentos a juros mais baixos. Há várias décadas, o país se submete à sangria financeira causada pelo perverso mecanismo da dívida externa, que permite a exportação de capital em detrimento da garantia de direitos básicos para a população. Atualmente, a produção extensiva de agrocombustíveis, como será visto adiante, coloca em risco a própria soberania nacional, na medida em que grandes empresas estrangeiras têm adquirido usinas e terras no Brasil, entre elas a Bunge, a Noble Group, a ADM e a Dreyfus, além de megaempresários como George Soros e Bill Gates (MENDONÇA; MELO, 2008).

É importante lembrar que a questão agrária atual, como nos lembra Delgado (2001), está mais preocupada em sanar os saldos da balança de pagamentos que realizar uma política de reforma agrária contemplada pelos movimentos sociais e abandonada no governo militar de 64, mesmo com o Estatuto da Terra e a Constituição de 1988. Assim, a facilidade de venda de terra a estrangeiros, com pouca ou nenhuma fiscalização, regulamentada de forma inconstitucional, bem como as políticas de privatização adotadas pelos governos neoliberais como processo de inserção do país no novo molde capitalista mundial, ganhou força no governo FHC, como dito anteriormente. Como a reforma administrativa era uma de suas principais metas, seu então ministro, Bresser Pereira, tentou promover uma significativa mudança no papel do Estado brasileiro, dentre elas, o ajuste fiscal e o processo de

privatizações. E é este processo que será visto com mais detalhes no item a seguir, notadamente o da Companhia Vale do Rio Doce.

2.5 A privatização da Companhia Vale do Rio Doce e a expansão das siderúrgicas

No conjunto das políticas identificadas como neoliberais no período do governo FHC, a privatização¹⁸ das empresas estatais foi um dos programas que alcançou maior êxito. Atingiram números até então nunca alcançados e as receitas geradas foram oito vezes maiores em 1995-2000 do que em 1991-1994. As privatizações foram intencionadas por FHC e sua equipe desde a candidatura. Em seu plano de governo já estavam avançadas algumas direções políticas em que na redefinição do papel do Estado, caberia ao setor privado uma forte presença, sobretudo nos investimentos em infraestrutura (SETTI, 2006).

Em 1997 ocorreu a mais significativa privatização, a da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), uma empresa de vanguarda e bastante rentável nas mãos do Estado (LIMA, 2007)¹⁹. Entre os objetivos da CVRD, estava o interesse em gerar divisas para o Estado. Desta maneira, a necessidade do Estado de buscar novas frentes produtivas de minério promoveu a entrada da CVRD na Amazônia.

É importante ressaltar que a privatização da Vale não foi significativa apenas por ser bastante lucrativa, mas, principalmente pelas consequências que gerou às populações diretamente atingidas, como será apresentado adiante, uma vez que ao ser privatizada teve que se adequar às exigências de eficiência para obter lucros²⁰.

O crescimento da produção industrial nos últimos anos e o conseqüente aumento do valor dos principais minérios no mercado internacional tem ocasionado um grande interesse do capital internacional sobre as reservas minerais existentes. Na Amazônia, esse processo é extremamente visível, com dezenas de projetos de exploração minerária em funcionamento e tantos outros em fase de instalação (PEREIRA; AFONSO; NETO, 2009).

¹⁸ O BNDES financiou muitas vezes algumas das privatizações o que fez avançar esse processo. Muitos setores que antes eram geridos pelo Estado brasileiro passaram a ser administrados por empresas privadas, numa lógica diferenciada da lógica estatal.

¹⁹ A privatização da CVRD além de outras estatais foi possível, graças à criação de emendas pelo governo FHC já que a Constituição de 1988 proibia que estrangeiros se apossassem de setores como o de mineração e de energia elétrica.

²⁰ Nos anos após a privatização da Vale a sua taxa de lucro aumentou de modo considerável, inclusive com sucessivas quebras de recordes de produção e lucro. Esse sucesso deveu-se às novas aquisições realizadas, serviços de logística prestados a clientes do ramo de siderurgia e do agronegócio, além do aquecimento do mercado de minério de ferro (CVRD, 2005).

Também no cenário internacional a CVRD conseguiu aumentar sua área de atuação. A Europa continua como importante centro consumidor, o Oriente Médio começa a se firmar como mercado para o minério de ferro, os Estados Unidos são importante e a Ásia continua como a maior parceira da companhia (COSTA, 2008).

Na área de influência do Projeto Minério de Ferro de Carajás, a China tem expandido sua participação principalmente por meio da siderúrgica Baosteel²¹, a maior produtora de aço chinesa e importante parceira da CVRD no negócio de pelotização²², a exemplo da siderúrgica instalada em São Luís no Maranhão, inaugurada em 2002, a qual é alimentada por Carajás. A Usina de São Luís será a oitava unidade dentro do Complexo de Pelotização da CVRD e a primeira a utilizar 100% do minério de Carajás (CVRD, [s.d.]). “Com a entrada em operação da Usina de São Luís, a capacidade de produção de pelotas da CVRD aumentará para 31 milhões de t/ano.” (CVRD, [s.d.], p. 1).

A ampliação do Projeto Grande Carajás, que se deu por meio da instalação do polo siderúrgico e industrial na Ilha de São Luís, tem trazido uma série de prejuízos ambientais²³. Conforme o Mapa da Injustiça Social e Saúde no Brasil (2010), o empenho das diversas esferas governamentais em viabilizar institucionalmente o polo siderúrgico e industrial da Ilha de São Luís não trouxe o interesse em melhorar as condições de saúde e saneamento das populações tradicionais²⁴, nem de fortalecer a agricultura familiar. O anúncio em favor desse polo industrial escondeu os problemas socioambientais que sua instalação poderia causar, tal como o aumento do consumo de água, equivalente a 207 milhões de litros por dia, que corresponde à totalidade de consumo da população do município de São Luís²⁵. Sobre isso, afirma Sant’Anna Júnior ([s.d.]) que a

²¹ Em 15 de dezembro de 2003, a CVRD “anunciou que os embarques de minério de ferro feitos pela Companhia aumentariam anualmente para satisfazer às crescentes necessidades da Baosteel e alcançariam 14 milhões de toneladas por ano a partir de 2010.” (COSTA, 2008, p. 69).

²² “Durante a lavra, beneficiamento e manuseio do minério de ferro são gerados ultrafinos inadequados à utilização direta nos reatores de redução para a produção de ferro primário. A pelotização é o processo de aglomeração desses finos, gerando um produto de qualidade superior para as usinas siderúrgicas” (CVRD, [s.d.], p. 1).

²³ A iniciativa da montagem do polo siderúrgico está articulada a uma série de medidas de desenvolvimento dedicadas à exploração do potencial minerometalúrgico da Amazônia Oriental, seria formado por usinas siderúrgicas dedicadas ao beneficiamento em larga escala da produção do minério obtido no sul do Pará (MONTEIRO, 2005). Esse empreendimento teria a vantagem de diminuir os custos com transporte, uma vez que se estaria próximo ao Porto de Itaqui, localizado no entorno dos ramais finais das estradas de ferro. Essas estradas ligam as minas e guseiras do interior do Pará e Maranhão aos centros de exportação do litoral, que é equipado para exportação em larga escala de minérios, seus derivados e de produtos agrícolas (SANT’ANNA JÚNIOR, [s.d.]).

²⁴ Quanto às populações tradicionais estas serão vistas com maior detalhe no próximo capítulo.

²⁵ Paralelamente a esses acontecimentos, a Vale instalou uma draga, ou seja, uma máquina para limpar o fundo de rios e lagos, em uma praia próxima ao povoado com a intenção de aumentar a profundidade das águas. Essa

emissão de 2,4 mil litros de vapor d'água por segundo, carregado de resíduos sólidos e a emissão de 1,5 toneladas de dióxido de carbono para cada tonelada de aço produzida; alterações climáticas significativas; ameaça de destruição de 10 mil hectares de manguezais, ecossistema no qual parte da população explora tradicionalmente os recursos pesqueiros, tanto para o autoconsumo, como atividades voltadas à produção de excedentes e o mercado local que se constitui em uma das áreas de reprodução do peixe-boi, espécie marinha ameaçada de extinção; [...] impactos sociais: deslocamento compulsório de mais de 14.400 mil pessoas distribuídas nas doze localidades situadas na área destinada ao polo, algumas delas há mais de meio século; atração de grande contingente populacional para o município de São Luís, sem a devida infraestrutura urbana para abrigá-lo; ampliação da violência urbana; saturação dos serviços e equipamentos disponíveis no município. (SANT'ANNA JÚNIOR, [s.d.], p. 7).

Além disso, outros empreendimentos industriais instalados têm impactado diretamente a Ilha de São Luís. A fábrica da Alumar, por exemplo, é apontada como responsável por vazamentos nos lagos de contenção de rejeitos da indústria, provocando a redução ou desaparecimento de algumas espécies de peixes. Sousa (2007, p. 2) afirma que “Geralmente esse fenômeno acontecia em períodos chuvosos, quando o volume d'água aumentava, só com o tempo é que se percebeu que isso era devido a acidentes com vazamentos nos lagos de contenção da Alumar”. Também de acordo com Sousa (2007), as fábricas da Coca-Cola e da Cervejaria Equatorial estariam derramando rejeitos químicos na cabeceira do Rio Ribeira, que nasce dentro do brejo do Maraoari.

O problema gerado pelo efeito do processo de contaminação dos recursos hídricos é a diminuição na população de peixes, moluscos e crustáceos da região, principais fontes de renda e sustento da população atingida. Espécies como o robalo, sardinha, peixe-serra e cação praticamente desapareceram. Se, na década de 1980 “os pescadores pegavam, num período de 6 horas, cerca de 30 quilos de camarão. Hoje, no mesmo tempo de trabalho, só se consegue capturar 3 quilos do crustáceo, o que afetou a economia da comunidade” (SOUSA, 2007, p. 2).

A iniciativa da criação do polo siderúrgico na Ilha de São Luís contou e conta com apoio dos governos federal, estadual e municipal, que, ainda encaram o Norte do Brasil e a Região Amazônica como um imenso espaço a ser ocupado e economicamente potencializado. Para isso, promovem a infraestrutura indispensável, que inclui a concessão de terreno para as

draga tem trazido insegurança em relação à permanência no local em razão do prejuízo para os pescadores do povoado. A remoção de areia completa a degradação causada na região. As jazidas descem o leito dos rios pela dragagem dos sedimentos, modificando o nível do lençol freático do entorno, e, uma vez retirada, a areia volta para os rios, assoreando brejos e pequenos cursos d'água, destruindo a vegetação local (SANT'ANNA JÚNIOR, [s.d.]).

instalações físicas e isenções fiscais, e proporcionam a regularização dos aspectos legais que viabilizem sua instalação.

Na Amazônia brasileira, grandes empresas do ramo da mineração são favorecidas com estradas, ferrovias, hidrovias, portos, energia, infraestrutura financiada com dinheiro público, além de créditos subsidiados, isenção de impostos, entre outros. Controlam a “coisa pública”, os meios de comunicação mais centrais e vastos territórios em que exercem gestão independente e criam entraves que repercutem com impactos na organização social, regional e no meio ambiente. A Amazônia, para essas empresas, possui um grande valor estratégico, pois ao controlar recursos e o espaço regional, fortalecem sua hegemonia.

São diversos os projetos de exploração minerária em funcionamento na Amazônia, e outros ainda a serem instalados, resultados de uma política nacional que colocam o país numa condição de fornecedor de matéria-prima e de submissão aos interesses do capital internacional. Esses projetos pouco incrementam a economia local e, além disso, trazem prejuízos às comunidades tradicionais e ao meio ambiente (PEREIRA; AFONSO; NETO, 2009).

O custo social dessa estratégia é significativo, e se traduz na invisibilidade e na opressão das populações que vivem na região. Contudo, “a reação de parte dos moradores demonstra que os mesmos não aceitam esta condição de invisibilidade e reivindicam um assento nas mesas de negociação cujas decisões interferem diretamente em seu modo de vida” (SANT’ANNA JÚNIOR, [s.d.], p. 11).

É importante lembrar que qualquer projeto não é algo que se dá sem conflitos, principalmente porque envolve diversos atores sociais com interesses diferentes. Tendo isso em vista, o Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2010) confirmou que após a mobilização da sociedade civil, a área almejada pela parceria governo-Vale foi reduzida para 1.068 hectares (inicialmente a área pretendida era de 2.471 hectares). Ainda assim, atingiu e prejudicou grande parcela da população.

Uma parte dos moradores locais, por meio de suas associações, reivindica o reconhecimento da condição de “população tradicional”, argumentando que pratica a pesca, coleta de mariscos, agricultura familiar, e que mantém uma relação sustentável com o meio ambiente, assegurando suas próprias formas de organização comunitária. Vivem ancestralmente na região, estabelecendo um estilo de vida e uma cultura própria. Sobre isso, Sant’Anna Júnior ([s.d.]) diz:

Além disso, os moradores do secular povoado do Taim, em especial, por serem descendentes de escravos, reivindicam a condição de quilombolas, o que lhes garantiria, segundo a Constituição Brasileira de 1988, o direito ao território que ocupam. Na área em questão, constituiu-se um modo de vida peculiar (cultura, sociabilidade, trabalho) adaptado às suas condições ecológicas, predominando economia polivalente, ou seja, agricultura, pesca e artesanato, constatando-se um calendário sazonal anual, conforme os recursos naturais explorados, normalmente, sob o regime familiar de organização do trabalho. A vasta extensão de manguezais, a relativa conservação dos recursos naturais e a convivência produtiva com os mesmos sem provocar impactos ambientais relevantes são os principais argumentos para justificar a Reserva Extrativista do Taim. (SANT'ANNA JÚNIOR, [s.d.], p. 10).

A extração e a transformação mineral, na Amazônia, realizada pelas principais empresas do ramo, entre elas a Vale do Rio Doce com o apoio e incentivo dos governos estadual e federal, se dão de maneira espoliatória e predatória, ou seja, expulsam populações que já viviam nessas áreas e degradam o meio ambiente por meio da poluição do ar, do solo e das bacias hídricas, além do desmatamento, destruição de *habitat* natural de animais silvestres e de sítios arqueológicos. São projetos dirigidos de fora para dentro da região, sem que os amazônidas participem das discussões e possam opinar sobre a viabilidade e as consequências desses empreendimentos.

É claro que o processo migratório em virtude desses acontecimentos é apenas a consequência de um processo de destruição que não leva em conta os povos que vivem da floresta. Para esses povos a floresta é fundamental para a sobrevivência, uma vez que é dela que retiram muitos dos recursos de que necessitam, além da necessidade da terra para o cultivo de animais e para a prática da agricultura.

É importante pensar numa massa de expropriados que resulta daquilo que o governo reconhece como “desenvolvimento” e “modernidade”, sem que haja em contrapartida uma política compensatória em relação aos expulsos e atingidos pelo progresso. Esse deslocamento compulsório força essas populações para além dos núcleos urbanos próximos dessas áreas e, assim, outros aglomerados urbanos surgem em razão desse processo migratório. Nesses novos aglomerados, muitas casas não possuem água encanada e nem esgoto sanitário, e essas famílias não têm alternativa em razão de suas condições de vida, pois geralmente são analfabetos ou de baixa escolaridade, pobres, sem profissão definida, enveredam-se em trabalhos temporários, informais e geralmente precários. Sobre essa situação, Pereira, Afonso e Neto (2009) dizem que:

Por outro lado, o impacto da mineração é estruturante ao modo que interessa às empresas. Elas se aproveitam da conivência e submissão do Estado, das

precárias condições em que vive a maioria da população dos municípios onde elas se instalam, para através da manipulação da consciência das pessoas, com o discurso da chegada do desenvolvimento e do progresso, criar um ambiente favorável para sua implantação e domínio. Desse modo, os governantes municipais, governadores dos estados e não raros deputados e políticos influentes assumem o discurso e a defesa dessas empresas além de lhes possibilitar infraestrutura, colaboração financeira e isenções tributárias, com vistas a fornecer-lhes condições competitivas e asseguratórias ao bom funcionamento dos seus empreendimentos. (PEREIRA; AFONSO; NETO, 2009, p. 1).

As empresas de mineração na Amazônia são beneficiadas pela Lei Kandir. Os produtos exportados por essas empresas, como são considerados matérias-primas, ficam isentos do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Já os valores da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que são repassados pelas empresas, são consideravelmente baixos, variando entre 1% e 3% do faturamento líquido. Como os cálculos são realizados pelas empresas mineradoras, a União, o Estado e os municípios são constantemente lesados (PEREIRA; AFONSO; NETO, 2009).

Há uma entrega pelo Estado dos recursos naturais e da riqueza, colocando à disposição das corporações seu aparato jurídico e policial, para facilitar a implantação dos empreendimentos e seu funcionamento. A “troca” é totalmente injusta, uma vez que a arrecadação de impostos é bastante baixa, como demonstrado anteriormente.

2.5.1 Siderurgia na Amazônia Oriental

Há dois importantes polos guseiros, um no Maranhão e Pará, localizado na região Norte do país e conhecido como Polo de Carajás, e outro em Minas Gerais, na região Sudeste. A produção em 2002 dos dois polos foi de 3,2 milhões e 5,8 milhões de ferro-gusa, respectivamente, representando na produção nacional 26,5% (SINDIFER, 2007).

O Polo de Carajás foi instalado no começo da década de 1990. Com sua construção, houve um movimento de grande destruição da floresta nativa porque a produção de carvão vegetal para a siderurgia do Polo de Carajás acabou provocando o desmatamento e o uso indiscriminado dos recursos na região, mesmo que de forma indireta. Isto porque, essas usinas utilizam o carvão vegetal como insumo energético e matéria-prima na fabricação do ferro.

A implantação do projeto de Ferro Carajás da CVRD, cuja infraestrutura ferroviária e portuária, além da atuação da Vale como articuladora de ações, possibilitaram o desenvolvimento da siderurgia a carvão vegetal (CARNEIRO, 2009). Este carvão vem sendo

constantemente obtido por meio da destruição da porção maranhense e sul-paraense da floresta amazônica e de formas ilegais de exploração da mão de obra (MONTEIRO, 2005).

A implantação de guseiras no complexo Carajás, no Pará e Maranhão, indica uma demanda potencial de 30.000 hectares/ano de eucalipto para a produção de carvão vegetal. A sobrevivência dessa atividade no longo prazo não pode depender da utilização de carvão vegetal de florestas nativas cada vez mais distantes. Dessa forma, grande parte de iniciativas de reflorestamento no Sul do Pará e Maranhão, devem avançar nesse sentido (HOMMA, 2003).

Para atender ao consumo interno e as exportações, o país precisa plantar, nos próximos cinco anos, pelo menos três milhões de hectares de árvores de crescimento rápido. Maranhão, Tocantins e Mato Grosso situados na borda da floresta amazônica já começam a sentir a escassez de madeira para construções rurais (cercas, currais, casas, etc.), lenha para fabricação de farinha e para cozinha, entre outros (HOMMA, 2003).

Nos últimos anos, a “utilização da madeira florestal para obtenção de carvão vegetal, aliada à extração da madeira de lei para o mercado nacional e internacional, provocou a quase total extinção da porção maranhense de floresta amazônica” (SANT’ANNA JÚNIOR, [s.d.], p. 4).

No Brasil, a produção de ferro-gusa ocorre em dois tipos de instalações: em indústrias que o produzem exclusivamente, conhecidas como guseiras ou unidades independentes (empresas que transformam o minério em ferro-gusa, matéria-prima para a produção de aço) e em siderúrgicas integradas ou semi-integradas, que além do ferro-gusa são produzidos aço e subprodutos (UHLIG; GOLDEMBERG; COELHO, 2008).

Segundo Monteiro (2006) existe uma diminuição progressiva na utilização de carvão vegetal na produção do ferro-gusa, passando para o coque metalúrgico²⁶. Já entre os produtores independentes existe uma continuidade em manter o carvão vegetal como insumo produtivo.

Estão estabelecidas na parte brasileira da Amazônia Oriental²⁷ treze indústrias siderúrgicas dedicando-se exclusivamente à produção do ferro-gusa. A instalação das indústrias siderúrgicas na Amazônia está vinculada a tentativas estratégicas de modernização da fração oriental da Amazônia brasileira, idealizadas e praticadas pelo Estado Nacional desde

²⁶ O coque metalúrgico é derivado do carvão. É usado principalmente na indústria de processamento de ferro e aço como fornos de explosão, planta de sinterização e fundições, para reduzir o minério de ferro a ferro. Mais de 90% do total de coque metalúrgico produzido é usado nas operações de forno de explosão.

²⁷ A Amazônia Oriental é formada por municípios localizados nos Estados do Pará, Amapá, Tocantins e Maranhão; e os municípios localizados no Estado do Mato Grosso, exceto os integrantes do Pantanal mato-grossense.

1980 por meio de políticas de incentivo fiscal e creditício e implementadas no âmbito do extinto Programa Grande Carajás — PGC²⁸ (MONTEIRO, 2005). Os planos do Estado naquele período anteviam o surgimento de um complexo industrial no corredor da Estrada de Ferro Carajás a partir das atividades siderúrgicas.

O projeto idealizava um complexo industrial que se diversificaria crescentemente e que fosse capaz de estimular a instalação de novas e diferentes atividades industriais na região (MONTEIRO, 2008). Tais projetos “foram ações cujos supostos teóricos, práticas e instrumentos de intervenção eram vinculados à chamada ‘economia do desenvolvimento’.” (MONTEIRO, 2005, p. 1). Se por um lado não houve no corredor da Estrada de Ferro Carajás a diversificação da produção industrial, por outro, houve um crescimento constante da produção de ferro-gusa na região (MONTEIRO; SILVA; AMARAL, 2004).

Durante as últimas décadas, sucessivas agências instalaram-se na região. O processo de produção dessas empresas implicou num consumo de altas quantidades de carvão vegetal como insumo em seu processo produtivo. Como havia uma dificuldade na obtenção deste insumo no Sudeste do país, o deslocamento destas indústrias se deu para a parte oriental da Amazônia em razão da abundância de florestas, parecendo o crescimento da produção regional de ferro-gusa consolidar-se enquanto tendência (MONTEIRO; SILVA; AMARAL, 2004).

A demanda por carvão vegetal, resultado da implantação de um parque siderúrgico²⁹, significaria, ainda nesta época, um elemento de pressão sobre a floresta, uma vez que a produção de carvão vegetal acontece pela carbonização da madeira em fornos de alvenaria, em processos separados, pouco mecanizados e, conseqüentemente, dependentes de trabalho humano. Indicava-se como alternativa a utilização de coco de babaçu, o manejo florestal e a silvicultura como fontes de biomassa (MONTEIRO, 2005).

A produção de carvão influencia diretamente os mecanismos de privatização da terra, primeiro porque a produção de carvão vegetal diminui expressivamente a despesa com a

²⁸ O Programa Grande Carajás originou-se de estudos para a exploração comercial do minério de ferro em Carajás, que data do início dos anos de 1970, e já em 1974 foi concluída a viabilidade técnico-econômica. A partir daí, a Companhia Vale do Rio Doce gera um projeto maior que posteriormente se transforma no Programa Grande Carajás. Ainda em 1974, apesar da crise do petróleo, vivia-se no país um bom momento em razão das altas taxas de expansão do produto e ao dinheiro externo em abundância. Mais tarde, a própria crise do balanço de pagamentos favoreceu a execução do projeto (HALL apud ARAÚJO, 1991).

²⁹ As guseiras independentes, ou seja, aquelas voltadas somente à produção de ferro-gusa, instaladas na Amazônia Oriental, receberam recursos públicos financeiros do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), ainda nos anos de 1980. Tendo seus projetos aprovados receberiam até 75% do valor total indicado como necessário à implantação do parque industrial e a aquisição de áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos de manejo florestal ou de reflorestamento (MONTEIRO, 2005).

“limpeza da área”, influenciando de forma direta nos mecanismos de privatização da terra por facilitar a implantação de pastagens; e, segundo, porque todos os empreendimentos requerem grandes propriedades fundiárias reservadas a projetos de “manejo florestal sustentado” ou de reflorestamento. Sobre esta questão, Monteiro (2005) afirma que

É uma atividade que auxilia mecanismos de ocupação da terra utilizados pela grande empresa que se latifundiza e pelos fazendeiros, pois atua como uma forma de incentivo ao desmatamento para a formação de pastos, uma vez que diminui os custos do desmatamento para o plantio do capim. Favorece também a concentração fundiária por outra via, pois os próprios capitais industriais latifundizaram-se, uma vez que as guseiras adquiriram grandes propriedades fundiárias destinadas à implantação de supostos projetos de manejo florestal sustentado. (MONTEIRO, 2005, p. 9-10).

O ciclo que disponibiliza carvão vegetal para as siderúrgicas inicia-se geralmente pela criação de pastagens em fazendas. Os donos da terra cedem a área e não cobram pela lenha que é retirada, exigindo, em contrapartida, que os fornecedores de carvão entreguem a área limpa com capim plantado para o plantio da pastagem (UHLIG; GOLDEMBERG; COELHO, 2008). Isso gera uma rede de ações que facilita a expansão da fronteira agrícola e do latifúndio, uma vez que os fazendeiros ou os donos da lenha não têm gastos com o desmate cedendo a lenha para terceiros que, em compensação, realizam a limpeza da fazenda. Tais ações criam uma facilidade para as siderúrgicas que não precisam se preocupar com a busca do carvão e com o plantio de eucalipto. A implantação das siderúrgicas com todo o seu processo de modificação do espaço cria uma teia de relações sociais para o processo de acumulação do capital. Ou seja, a reorganização do espaço institui necessidades de oferta e demanda que se auto-organizam dando andamento e estimulando o processo quase que automaticamente.

As necessidades criadas pelo novo ambiente proporcionam construções sociais na região moldadas por relações sociais que servem de base para formas aparentemente novas ou ampliadas. São categorias de trabalho e de trabalhadores já existentes na região e que apenas se adéquam ao novo empreendimento.

Em relação à produção de carvão vegetal proveniente da floresta nativa, esta teve seu consumo reduzido em 81,8% no período que compreende os anos de 1989 e 1997, porém teve um significativo aumento a partir de 2000 conforme apresenta a

Tabela 1. Isto se deve ao aumento da produção de carvão vegetal na região Norte do país. A situação mais preocupante ocorre na Amazônia e no Cerrado (UHLIG;

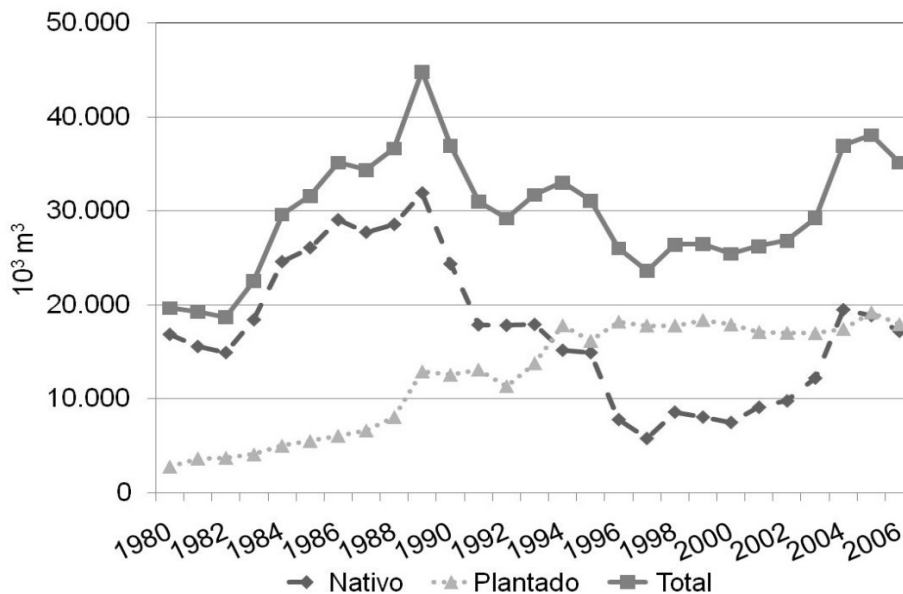
GOLDEMBERG; COELHO, 2008). É possível notar que há uma coincidência temporal entre aumento da produção de carvão nativo e aumento da migração do Maranhão para São Paulo.

O estabelecimento de um mercado de carvão vegetal na Amazônia Oriental deve-se aos preços praticados. Monteiro (1998a) estimou que os custos operacionais que envolviam a produção de uma tonelada de carvão vegetal orbitavam em torno de US\$ 30, que é um valor inferior ao praticado no estado de Minas Gerais, onde se concentram as indústrias produtoras de ferro-gusa.

Conforme dados do IBGE (2006), o Maranhão está entre os estados que mais produzem carvão vegetal de origem nativa. Sua produção é de 16,9%, ficando em terceiro lugar, atrás apenas da Bahia com uma produção de 26,9%, Mato Grosso do Sul produzindo 18,8% e a frente de Goiás e Minas Gerais com uma produção respectivamente de 10,8% e 10,4%. As indústrias siderúrgicas se ampliam no Maranhão, bem como a pressão sobre algumas grandes áreas de floresta da pré-Amazônia maranhense e sobre áreas do cerrado no leste deste estado.

O uso privado do território facilitado pela modernização da agricultura, mais especificamente no Maranhão pela Lei Sarney de Terras, conforme será apresentado no próximo capítulo, possibilitou a entrada de capital estrangeiro e a exploração dos recursos nacionais. A busca por lucros tornou a exploração predatória sem qualquer contrapartida, ou pelo menos com uma contrapartida dos governos insuficiente para sanar as consequências.

Tabela 1 Evolução da produção de carvão vegetal segundo a origem, em milhares de metros cúbicos.



Fonte: AMS, 2007 apud Uhlig, Goldemberg e Coelho, 2008.

Estatísticas do IBGE apontam que 80% do carvão vegetal que vai para as guseiras no Maranhão e no Pará são provenientes de desmatamento ilegal de floresta nativa, correspondendo a 120 mil árvores/dia abatidas na Amazônia para atender as guseiras na produção de ferro-gusa (GILLET, 2005).

O problema surge porque, para obter 1 tonelada de ferro-gusa, a guseira precisa, em média, de 1,6 toneladas de minério de ferro e 875 kg de carvão vegetal, além de calcário (100 kg), manganês (40 kg) e quartzito (65 kg). Na produção do ferro-gusa pode ser usado tanto o carvão mineral quanto o vegetal, mas este se destaca pela reduzida quantidade de enxofre. Por não haver enxofre em sua composição, o carvão vegetal melhora a qualidade do ferro-gusa e do aço fabricado, aumentando o preço do produto (UHLIG; GOLDEMBERG; COELHO, 2008). Essa característica torna, tanto a ferro gusa quanto o aço, produzidos no Brasil, mais demandados pelo mercado mundial.

Até o ano de 2006 estavam em funcionamento no Polo Carajás sete usinas (com 19 altos-fornos) no Maranhão e oito usinas (18 altos-fornos) no Pará, e todas obtêm ferro-gusa usando carvão vegetal, o que significa uma imensa destruição da vegetação nativa, já que o reflorestamento existente com espécies madeireiras destinadas à produção de carvão é insuficiente. Os 15 produtores de ferro-gusa do Polo Carajás produziram e exportaram (em números acumulados até 2005) mais de 20 milhões de toneladas. A exportação, feita pelos portos de Ponta de Madeira (MA) e Barcarena (PA), atingiu mais de 3 milhões de toneladas no ano de 2005 (HOMMA et al., 2006).

Em razão das características de mercado, o carvão vegetal é o insumo por meio do qual as produtoras independentes tendem a controlar sua margem de lucro. Isso se deve ao fato de que o valor das florestas plantadas faz aumentar o valor do carvão vegetal em comparação com o carvão obtido pela lenha originária da mata nativa, implicando na ampliação dos custos de produção do ferro-gusa. Em virtude disso, as siderúrgicas da Amazônia Oriental brasileira recorrem ao carvão da mata nativa (HOMMA et al., 2006). Desta forma,

a biomassa utilizada na produção de carvão vegetal para abastecer as produtoras de ferro-gusa na Amazônia Oriental brasileira origina-se quase integralmente de madeira oriunda da mata primária, sendo desprezível a parcela originária da silvicultura ou mesmo da carbonização do coco de babaçu. (MONTEIRO, 2005, p. 7).

As guseiras do Polo Carajás dependem de carvão vegetal originário de florestas nativas, repetindo um modo de exploração predatória comum em diversas atividades

econômicas na Amazônia (HOMMA et al., 2006). O avanço sobre a floresta nativa ocasiona uma pressão sobre os povos que habitam essas regiões, e segundo as pesquisas de Monteiro (2005), o fato é ainda agravado uma vez que é bastante baixa a geração de empregos e o salário pago a esses trabalhadores das siderúrgicas também são bem precários. Outro fator agravante é que o governo concede isenções fiscais sobre os lucros desses empreendimentos e sobre a comercialização de seus produtos, o que diminui o volume pago por essas empresas.

Esses processos incentivados pelo Estado; bem como os agrocombustíveis, sejam pela isenção de impostos, subsídios concedidos, ou pela permissão de multinacionais que enviam seus lucros ao exterior, ou mesmo, pela fiscalização insuficiente e conivente com as ilegalidades praticadas; estimulam processos de trabalho e de produção que criam formas de trabalho precárias.

2.6 Os agrocombustíveis

Os agrocombustíveis receberam fama nos últimos anos em razão da crescente demanda por energia no mundo. Em virtude disso, a busca por alternativas aos combustíveis fósseis ganhou peso na agenda dos governos, empresas, na academia, com movimentos sociais e organizações não governamentais.

O governo do presidente Lula adotou a questão da agroenergia como uma das principais bandeiras de seu mandato. O presidente viajou a vários países para divulgar o tema, firmou protocolo de cooperação com várias nações e tem lutado em foros internacionais para que os agrocombustíveis entrem no mercado mundial como *commodities*, com objetivo de abrir um novo nicho de mercado para a agricultura.

A liderança pretendida pelo Brasil no setor de agroenergia traria mudanças tanto no que se refere à ocupação de terras aptas para a agricultura, como para o futuro de diversas plantações no país. Oleaginosas que hoje ocupam grandes extensões como a soja poderão se expandir ainda mais com o aumento da produção. Por sua vez, a corrida mundial pelo etanol tem trazido ao país um grande número de investidores estrangeiros e a perspectiva do aumento da demanda interna e internacional. Isso está causando uma expansão da área cultivada com cana.

Conforme Moraes Silva (2008), o aumento da produção de agrocombustíveis no Brasil tem como finalidade principal atender à demanda de outros países. Para a autora, a missão dos países periféricos é abastecer de energia barata os países desenvolvidos, o que representa uma

nova fase da colonização, ou a “reinvenção da colônia”, podendo ser vistos como tantos outros produtos do agronegócio. As atuais políticas para o setor são alimentadas pelos mesmos elementos que outrora marcaram a colonização do Brasil: apropriação de território, de bens naturais e de trabalho, com alta concentração de terra, água, renda e poder (MENDONÇA; MELO, 2008).

A importância pretendida pelo país no setor de agroenergia trará mudanças quanto à ocupação de terras aptas à agricultura, bem como o destino de diversas áreas de plantação. A tendência aos agrocombustíveis tem atraído para o Brasil um número elevado de investidores estrangeiros, com perspectiva de aumento tanto interno quanto externo (MILANI et al., 2008).

Neste começo de século, a exploração das lavouras tem sido o carro-chefe da dinâmica da economia agrícola no Brasil. No que concerne a essas áreas a surpresa aconteceu na região Norte, na qual essa atividade teve aumento de 275,6%, deixando claro o curso de consolidação da expansão do agronegócio na fronteira norte, no caso, dos grãos (MORAES SILVA, 2008). A seguir, trataremos de um desses importantes grãos, a soja, na produção de agrocombustíveis.

2.6.1 A Soja

Atualmente o óleo de soja é o principal produto para a produção de biodiesel no Brasil. De acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a matéria-prima é responsável entre 70% a 80% da produção do agrocombustível. Outras matérias-primas também têm participação importante como o sebo bovino que vem sendo utilizado entre 15% e 20%, e o óleo de algodão com 3% a 5%. A predominância atual do óleo de soja no país pode promover novas oportunidades para o agronegócio nacional, pois outras oleaginosas, tais como o girassol, possuem um potencial enorme de desenvolvimento.

De acordo com o Portal do Agronegócio (2009), a soja continua sendo o principal produto de exportação do país. O complexo soja teve um aumento do valor exportado de 12,6%, passando de U\$\$ 9,031 bilhões para U\$\$ 10,167 bilhões, e do total de toneladas embarcadas de 28,4%, subindo de 20.695 toneladas em 2008 para 25.581 toneladas em 2009.

A indústria de biodiesel, com base na soja é três vezes mais barata que a feita a partir da mamona. A soja poderá ultrapassar a produção dos Estados Unidos, o Brasil encabeçará o *ranking* dos maiores exportadores do grão. Esse fato gera uma preocupação no que se refere a sua ampliação. Além de sua grande expansão no Cerrado na década de 1980, há a cobiça

pelas terras onde está a floresta Amazônica, uma vez que para garantir sua rentabilidade a soja precisa de extensas áreas que permitam sua produção em grande escala, provocando um processo que termina em concentração de terra e expulsão do homem do campo (MILANI et al., 2008).

O avanço da soja aumenta o desmatamento e a rapidez das mudanças no uso do território, empurrando a fronteira da pecuária e grupos sociais para áreas marginalizadas. Esse processo de ordenamento territorial que passa a ser imposto pelas empresas gera conflitos, impactos ambientais, concentração fundiária, sujeição dos produtores aos esquemas de financiamento à produção, em face do padrão produtivo que se instala. Os valores culturais introduzidos acabam se contrapondo com aqueles preexistentes (MAPA DA INJUSTIÇA SOCIAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010).

Conforme Campos e Campos (2007), um dos indicadores do avanço do agronegócio é o aumento da produção de grãos destinada principalmente para exportação. Para a safra de grãos 2006/2007, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou uma colheita em média de 131 milhões de toneladas. Para a safra de 2009/2010 seriam mais de 148 milhões de toneladas. Esses números seriam um novo recorde de produção gerado pelo aumento da produtividade da soja e do milho, que por sua vez são frutos do uso intenso de herbicidas, adubos e da elevada mecanização das lavouras. Além do problema causado pela poluição em razão da utilização de agrotóxicos, o processo de mecanização prescinde da atividade do trabalhador em algumas fases da produção, o que ocasiona problemas sociais não apenas para a região, mas para o país, como as migrações por exemplo.

O aumento da produção de soja está ligado ao aumento da demanda de seu principal produto: o consumo de carnes, especialmente as carnes de aves e suínos, que necessitam de farelo de soja para que o crescimento dos animais seja rápido e sadio. Nesses casos, o produto participa em torno de 18% da composição das rações (AMARAL, 2009).

Para Amaral (2009), milhões de pessoas em países como China, Índia, Rússia, Tigres Asiáticos e mesmo o Brasil passaram a consumir mais carnes. Esse consumo, conseqüentemente, impulsionou a demanda mundial de grãos para rações. Isso fez com que a produção de farelos no mundo praticamente dobrasse em menos de 20 anos, segundo dados da Oilworld (1999). Entre 1990 e 2008, a oferta desses produtos partiu de 134,51 milhões de toneladas e atingiu 265,29 milhões de toneladas, respectivamente. O farelo de soja responde por boa parte desse aumento: saiu de uma produção de 70,3 milhões de toneladas em 1990 para 163,0 milhões de toneladas em 2008, crescimento de 132% (AMARAL, 2009).

As previsões dos mais diversos analistas indicam que o consumo de soja no mundo tende a se expandir de modo significativo. Os estudos apontam que o Brasil, em virtude da disponibilidade de terras, é o país que reúne melhores condições para suprir o esperado aumento desse consumo (SCHLESINGER, 2004). De acordo com Schlesinger (2004):

O agronegócio da soja tomou ainda maior impulso a partir de 1996, quando a exportação dos produtos do complexo foi desonerada de impostos pela lei Kandir, acionando uma forte concentração no setor. Quatro grandes multinacionais chegaram ao País, comprando e ampliando estruturas já em operação: ADM, Bunge, Cargill e Dreyfuss. O capital nacional está representado por pelo menos duas grandes tradings, o Grupo Maggi e a Caramuru Alimentos. (SCHLESINGER, 2004, p. 3).

De acordo com Schlesinger (2004), a produção altamente mecanizada da soja ocupa o lugar de culturas exercidas predominantemente pela agricultura familiar, como o arroz, feijão e mandioca. Além disso, boa parte dos produtores de soja vendeu suas propriedades que foram incorporadas pelos latifúndios, o que promoveu ainda mais a concentração de terra em mãos dos grandes proprietários. Essa concentração aumenta à medida que o processo de produção das *commodities* avança, expropriando populações e provocando, portanto, o processo de luta pela terra.

No Maranhão, a agricultura familiar está recuando rapidamente diante da expansão da soja em algumas regiões, agravando as disparidades sociais. Em 1990, a área plantada com soja neste Estado era de quase seis mil hectares, e em 2006, atingia mais de 108 mil. Observa-se que as áreas que possuem maior vegetação nativa são as mais invadidas, como a região do sul do Maranhão (MILANI et al., 2008), especificamente a cidade de Chapadinha como será apresentado no capítulo 4. Esse fato é ocasionado pelo aumento da procura do grão e, para aumentar a produtividade, além da tecnologia empregada há um avanço sobre a fronteira agrícola em busca de terras férteis e baratas.

A promulgação da Lei de Terras do Estado pelo então governador José Sarney, em 1969, significou um marco na reorientação econômica do Maranhão. A Lei objetivava aproveitar o imenso território de vegetação nativa, favorecendo a ocupação das terras pelos empreendedores do agronegócio vindos de outras regiões do país. Segundo o Mapa da Injustiça Social e Saúde no Brasil (2010),

O clima e a topografia favoráveis, associados aos investimentos em infraestrutura, transformaram rapidamente a paisagem natural em pastagens, campos de soja, de arroz e em minas a céu aberto. A produção de soja no sul do Maranhão beneficia-se do terminal graneleiro da Cargill, em Itaqui (São

Luís), destinado à exportação, e tem a alternativa de abastecer a fábrica da Bunge Alimentos, no sul do Piauí. A malha ferroviária construída para o Grande Projeto Carajás e de outros meios de transportes propiciam o fácil escoamento da produção. (MAPA DA INJUSTIÇA SOCIAL E SAÚDE NO BRASIL, 2010, p. 1).

A opção de servir o Maranhão à expansão da fronteira agrícola brasileira não aconteceu sem prejuízos sociais. Os pequenos produtores e trabalhadores rurais, descendentes de escravos, índios ou imigrantes da lavoura açucareira nordestina, que se apoiavam na pequena lavoura de subsistência, foram gradualmente expulsos de suas terras pela especulação imobiliária e a ação de grileiros. Transformados em trabalhadores assalariados da empresa latifundiária, muitos foram substituídos pela mecanização das atividades da monocultura, tendo como consequência o aumento da migração para as periferias dos centros urbanos. Parte desses expropriados foi buscar oportunidade de trabalho nas lavouras de soja do Mato Grosso, nas minas do Pará ou nas plantações de cana-de-açúcar em São Paulo.

2.6.2 A expansão da fronteira agrícola

Historicamente o Brasil respondeu ao aumento da demanda mundial por soja com a expansão da fronteira agrícola. Isso ocorre pelo fato dos produtores poderem reduzir seus custos de produção por meio do preço da terra, como aconteceu com a fronteira do Cerrado brasileiro por agricultores oriundos da região Sul do país, região onde se instalou a moderna plantação de soja. Vencida a fronteira do Cerrado, os agricultores começaram a explorar a Amazônia, com um rápido processo de desmatamento e aumento das áreas utilizadas para a pecuária e a agricultura. Nos últimos anos a soja avançou sobre a floresta, áreas do Cerrado e a Caatinga de Estados nordestinos, como o sul do Piauí, Maranhão e oeste da Bahia (MILANI et al., 2008). O avanço da fronteira agrícola se dá da seguinte maneira:

El productor derriba la vegetación y obtiene capital vendiendo la madera más noble; forma pasto, monta el rebaño y, años después, puede invertir en cultivos más rentables, como la producción de soja para exportación, o vender la tierra por un buen precio. El avance de los rebaños, por lo tanto, es un indicio de que el cultivo de granos puede avanzar en el futuro. (MILANI et al., 2008, p. 9).

Nota-se que as plantações de soja estão se transformando nas sucessoras naturais da pecuária ao abrir novas fronteiras agrícolas, ocupando áreas que inicialmente estavam destinadas à criação de gado. De acordo com Milani et al. (2008), enquanto o gado empurra a expansão rumo ao norte a partir do Mato Grosso e rumo a oeste a partir do Maranhão, a soja

faz surgir novas cidades e aumenta a renda de municípios que antes tinham uma baixa arrecadação. Entretanto, ainda conforme os autores o desenvolvimento das cidades é insustentável e concentrado, uma vez que a soja gera um rastro de impactos ao meio ambiente como a devastação das florestas, contaminação da água, concentração de agrotóxicos, utilização de sementes transgênicas.

A expansão do capitalismo agrário é caracterizada pelo desmatamento, destruição ambiental e expulsão das populações originárias. A agricultura moderna representada pelas grandes fazendas de soja nasce no bojo da movimentação de dupla destruição: da natureza e dos povos tradicionais da floresta (MORAES SILVA, 2009).

Conforme dados do Greenpeace Internacional (2006):

Até 2004, cerca de 1,2 milhão de hectares de florestas foram convertidas em plantações de soja. Apesar de representar apenas 5% do total da área cultivada com soja atualmente no Brasil e de muitos cultivos antigos ocuparem áreas já desmatadas, novos investimentos em estradas, silos e portos pela Cargill e outras empresas fazem com que seja mais lucrativo queimar áreas intactas e florestas do que comprar áreas já desmatadas, impulsionando assim a expansão da soja na Amazônia a uma velocidade ainda maior. Esta expansão tem um preço não apenas para a floresta, mas para as populações indígenas e comunidades tradicionais, que são expulsas de suas terras para dar lugar à soja, e para milhares de pessoas que são enganadas e forçadas a trabalhar na derrubada da floresta. (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2006, p. 1).

E complementa:

O desenvolvimento de infraestrutura – principalmente estradas – através de terras públicas sem proteção oficial é um convite ao desmatamento para grileiros e fazendeiros. Oitenta e cinco por cento de todo o desmatamento ocorre nos 50 quilômetros de cada lado das rodovias. Além de financiar novas estradas e fazendas na Amazônia, o agronegócio americano está construindo a infraestrutura industrial necessária para sustentar a produção de soja em grande escala na Amazônia. Juntas, ADM, Bunge e Cargill construíram 23 silos, infraestrutura para armazenamento, portos e terminais, sendo responsáveis por quase 2/3 de todas as obras deste tipo na região. Das três, a Cargill é a que mais incentiva a destruição da Amazônia. Além de 13 silos espalhados no bioma Amazônia, a empresa construiu ilegalmente um enorme porto graneleiro às margens do rio Tapajós, em Santarém, no Pará. A Cargill estima que entre 2-3 milhões de toneladas de soja por ano sejam transportadas para o porto de Santarém depois que a BR-163 for pavimentada – um volume de exportações que exige grande crescimento no cultivo de soja e, conseqüentemente, no desmatamento desta região. (GREENPEACE INTERNACIONAL, 2006, p. 3).

A soja está na frente do avanço do agronegócio sobre as regiões mais povoadas por comunidades tradicionais³⁰ no Brasil. Em seu avanço sobre a Amazônia e a região setentrional do Nordeste brasileiro, esse cultivo tem alcançado comunidades indígenas e também quilombolas (MILANI et al., 2008)³¹.

A ampliação de monoculturas para a produção de agrocombustíveis possivelmente ampliará a grilagem de terras, além de “legalizar” as já existentes. O processo de grilagem no Brasil geralmente começa com o desmatamento, utilizando-se de trabalho escravo, depois vem a pecuária e a produção de soja. Com a expansão da produção de etanol, este ciclo se completa com a monocultura da cana (MENDONÇA; MELO, 2008).

A presença da soja em algumas regiões é mais antiga datando da década de 1970, e em outras é uma novidade trazida pela valorização das *commodities* no mercado internacional. O Maranhão, além do Mato Grosso e Paraná, também se destaca pela produção do grão.

Em pelo menos quatro Estados brasileiros (MT, MS, PR e MA), encontraram-se casos em que a soja está sendo produzida sobre terras oficialmente reconhecidas como terras indígenas³² pelo Estado brasileiro. Os agricultores se aproveitam de diversas manobras juntamente com políticos para não deixarem a área. No caso do Maranhão, áreas reconhecidas como tradicionais estão sendo destruídas por plantadores de soja como represália a ameaça de expropriação da área (MILANI et al., 2008).

2.6.3 Os grandes projetos

Os projetos de infraestrutura para a Amazônia têm em vista garantir a integração econômica da América do Sul. São iniciativas arquitetadas para o atendimento do mercado externo mundial. O fato de a Amazônia fazer fronteira com oito países sul-americanos torna-a estratégica do ponto de vista geopolítico e geoeconômico para poderosos grupos econômicos com forte atuação no mercado internacional (CARVALHO, 2006).

³⁰ Por comunidades tradicionais entende-se comunidades fruto de fortes processos de miscigenação (branco, negro e indígena) com características culturais próprias, restritas a cada grupo, com laços relacionais mais ou menos estreitos entre si.

³¹ Conforme Milani et al. (2008), os estados do Mato Grosso, Maranhão e Pará estão entre os estados com maior número de terras indígenas e quilombolas. Cabe ressaltar que quilombolas são os descendentes de escravos que se refugiavam em quilombos.

³² De acordo com o parágrafo primeiro do artigo 231 da Constituição Federal, a definição de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são aquelas onde são “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. No artigo 20 está estabelecido que essas terras são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Com a implementação do Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), na primeira metade dos anos 1990, as atividades estatais na região amazônica passaram a se desenvolver de modo desigual. Quanto aos objetivos do Estado, estes se pautavam na melhoria da infraestrutura, na promoção do crescimento econômico regional e no fortalecimento da integração ao mercado. Por outro lado, em função do PPG-7, havia o acordo de cumprir com o desenvolvimento sustentável e a proteção do espaço vital da população local e regional, assim como do ambiente, enquanto objetivo da política regional. A política nacional integrada para a Amazônia Legal tem em vista o uso sustentável dos recursos naturais ajustada aos interesses e ao bem-estar da população amazônica (KOHLHEPP, 2002).

Tem-se de um lado os países do G-7³³ pregando um programa ambiental de preservação e proteção à floresta tropical, entretanto, por outro lado, verifica-se que vários de seus membros europeus e o Japão estimulam a expansão da soja no Brasil central, deixando os campos do Cerrado para as áreas da Floresta Amazônica, com um grande apoio não só de investimento privado em infraestrutura e pesquisa, mas também investimentos públicos (KOHLHEPP, 2002). Um exemplo de empresa estatal voltada à pesquisa agropecuária é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que patrocina todo esforço de geração, adaptação e difusão da tecnologia moderna.

Como se tem observado por tudo o que foi analisado anteriormente, a ideia de sustentabilidade contrasta com o programa de desenvolvimento Avança Brasil³⁴, concebido pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), para 2000-2003, com perspectivas de planejamento até 2007 (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO, 1999).

Esses programas são idealizados para promover a atividade econômica além das ações financiadas diretamente pelo plano oficial. Grande parte das verbas para esses investimentos deve vir do setor privado, em geral de fontes internacionais. Fearnside e Laurance (2002)

³³ O G7 é um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo, são eles: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá, atualmente conhecido como G8 incluindo a Rússia.

³⁴ O programa Avança Brasil, sucessor do programa nacional para o período 1996-1999 (Brasil em Ação.) é o nome dado pelo governo brasileiro ao seu grande programa de investimentos para implantação de infraestrutura e outras atividades, em todo o país. O programa prevê, segundo Fearnside e Laurance (2002), a aplicação na Amazônia Legal, entre 2000 e 2007, de cerca de US\$ 43 bilhões, sendo US\$ 20 bilhões para obras de infraestrutura que terão impactos diretos no ambiente. Até 2007, o planejamento do governo federal incluía diversos outros programas, totalizando com isso um pacote de 338 projetos distribuídos por todo o país.

ressaltam que o plano era apresentado a potenciais investidores europeus antes mesmo dos estudos sobre os impactos ambientais. Nas palavras dos autores:

São altos os custos ambientais e sociais da destruição e degradação da floresta amazônica. Oportunidades para uso sustentável da floresta são perdidas, entre elas a captação de valores em serviços ambientais, como manutenção de biodiversidade, ciclagem de água e armazenamento de carbono. Por outro lado, os benefícios da infraestrutura de exportação são escassos, especialmente quanto à geração de emprego e a outros efeitos socialmente desejáveis. A maior parte da infraestrutura planejada de transporte destina-se ao escoamento da soja, e as usinas hidrelétricas apoiam basicamente a indústria do alumínio. Tais produtos geram poucos empregos e monopolizam recursos (financeiros e outros) que, usados de outra forma, trariam maiores benefícios à região. (FEARNSIDE; LAURANCE, 2002, p. 62).

Conforme já se tem observado, há diversos conflitos de grande significado regional em razão da existência de interesses privados envolvidos. De acordo com Kolhepp (2002):

Muitos desses projetos de infraestrutura oferecem oportunidades de investimentos a empresas privadas via privatização, *joint ventures* e outras formas de participação. Os projetos foram avaliados em grupos, a fim de identificar sinergias potenciais, e analisados dentro do contexto de nove regiões principais de desenvolvimento, os denominados "eixos nacionais de integração e desenvolvimento". Essas regiões têm uma certa identidade, uma "vocação econômica" distinta, e fazem parte de uma visão geoestratégica de longo prazo do desenvolvimento nacional. O governo brasileiro planeja realizar investimentos de grande escala (US\$ 40 bilhões) em projetos de desenvolvimento, especialmente na região amazônica, por meio do programa *Avança Brasil* (KOHLHEPP, 2002, p. 12, grifos do autor).

O objetivo dos projetos de infraestrutura   permitir o transporte da produ o agrícola, por meio da liga o dos transportes fluviais e rodoviários. O acesso navegável do Rio Madeira foi melhorado com custos baixos e está ganhando importância no transporte, especialmente de soja. O novo terminal no Rio Amazonas permite o transporte do grão para o mercado europeu por meio de cargueiros de até 80 mil toneladas, o que reduz o tempo e os custos de transporte em rela o aos portos graneleiros de Paranaguá e Santos, distantes até dois mil quilômetros por rodovia (KOHLHEPP, 2002).

O Complexo do Rio Madeira, que envolve além do transporte a energia, vai possibilitar a incorpora o de 30 milhões de hectares para o cultivo da soja na Amazônia. Os empreendimentos de rodovias e hidrovias previstos para a região têm como papel garantir a vazante da soja e de outros produtos de grande aceita o no exterior.

  importante ressaltar que em rela o   quantidade de investimentos planejados, dois terços são financiados pelo governo e, conforme Kohlhepp (2002), estão bem acima do

horizonte financeiro do Programa Piloto implementado pelo Ministério do Meio Ambiente, baseado na sustentabilidade do uso dos recursos da floresta tropical para o bem-estar da população amazônica. A partir desses fatos, pode-se concluir o antagonismo e a dificuldade da implantação do desenvolvimento baseado em projetos sustentáveis. É histórico que o desenvolvimento do país não se deu de maneira sustentável prezando o lado social e os recursos naturais. A “modernização” buscada desde a década de 1960 com a modernização conservadora da agricultura, baseada em processos de espoliação e degradação ambiental, mostra bem este fato. A contrapartida dos governos federal, estadual e municipal é muito aquém deste processo de “desenvolvimento”.

Em 28 de janeiro de 2007 é lançado no Brasil o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), programa do governo federal brasileiro que engloba um conjunto de políticas econômicas com o objetivo acelerar o crescimento econômico do país. O PAC tem como proposta cinco medidas de infraestrutura, incluindo a infraestrutura social, como habitação, saneamento, e transporte em massa, medidas para estimular crédito e financiamento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. O PAC busca continuar o projeto Avança Brasil, lançado por FHC no fim de agosto de 1999, deixando alguns de seus 365 projetos para este programa de “velhas novidades deste novo governo”. Entre as obras que passaram do Avança Brasil para o PAC estão pelo menos seis rodovias (ESTADÃO, 2007).

Conforme reportagem veiculada pelo jornal *O Estado do Maranhão* (2009), o ministro-chefe da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP-PR), Pedro Brito, assegurou que o setor portuário brasileiro é prioridade e terá nos próximos anos um investimento de R\$ 3,2 bilhões do PAC. No caso do Maranhão, há previsão de R\$ 540 milhões em recursos para aplicar em serviços de dragagem, recuperação de atracadouros e construção de novos píeres. Segundo o ministro, a capacidade dos portos deve ser melhorada e ampliada.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento do setor portuário do Maranhão, destacam-se o projeto do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram) e a ampliação do Porto do Itaqui, empreendimentos financiados pelo PAC para aplicação até fins de 2010. No total há cinco obras de infraestrutura portuária, parte delas já iniciadas, como a construção do berço 100 e o alargamento do cais sul (R\$ 112 milhões); recuperação dos berços 101 e 102 e a construção da retroárea dos berços 100 e 101 (R\$ 94 milhões). Há também a dragagem dos berços 100 a 103 para receber navios de grande porte (R\$ 34 milhões).

Todo esse investimento em infraestrutura portuária nada mais é do que uma facilitação para o escoamento de parte da produção do país que se dirige ao mercado externo. Geralmente são grãos e outros produtos do agronegócio. Como a maioria refere-se a produtos primários, o escoamento dos produtos lembra o processo de exploração colonial, com a diferença de ser apoiado pelo Estado-Nação.

2.6.4 Cana

As regiões do país que historicamente têm cultivado a cana em larga escala são o Nordeste e o estado de São Paulo. Mais recentemente a indústria se expandiu no norte do estado do Rio de Janeiro, em Minas Gerais, Espírito Santo, norte do Paraná e estados do Centro-Oeste.

O Brasil possui o menor custo de produção de açúcar do mundo porque depende ainda fundamentalmente de três fatores responsáveis pelo dinamismo do chamado setor agrário exportador brasileiro desde o seu descobrimento que é: terra barata, mão de obra barata e forte impacto sobre o meio ambiente (ALVES, 1991 2007) e também é o país mais avançado, do ponto de vista tecnológico, na produção e no uso do etanol como combustível, seguido pelos EUA.

Segundo os dados de Carvalho (2008), a produção de etanol em 2007 foi de 20,1 bilhões de litros; em 2008 foi de 27,1 bilhões de litros e se estima que em 2030 chegue a 66,6 bilhões de litros. Em 2007 foram plantados 7,08 milhões de hectares de cana, e em 2008 houve um aumento de 1,9 milhão de hectares plantados com cana em apenas um ano. Até 2008, o Brasil contava com 370 unidades sucroalcooleiras (usinas) devendo chegar a 409 até o final da safra 2012/2013. Em 2007 a previsão era de 140 novas usinas até 2015 (CARVALHO, 2008). Porém, só para o ano de 2009 o Brasil chegou a 420 usinas no país, segundo Pierossi (2009), ultrapassando as estimativas feitas até o ano de 2012/2013.

A indústria da cana sempre teve grande importância na economia e no processo histórico brasileiro. Com a crise internacional nos anos de 1970, a atividade adquiriu ainda maior dimensão, causando uma alta no mercado petrolífero e impulsionando o setor canavieiro, a partir da criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool)³⁵. De 1972 a 1995, o Estado incentivou o aumento da área de plantação de cana e a estruturação do

³⁵ Segundo Motta e Quinteiro (1983), o Proálcool, instituído em 1975, pretendia ser uma resposta ao primeiro choque do petróleo, tendo como objetivo induzir a utilização do álcool de modo a reduzir os gastos com a importação da gasolina, além de constituir uma alternativa para as variações cíclicas do preço do açúcar no mercado internacional.

complexo sucroalcooleiro, com grandes subsídios e diferentes formas de incentivo (MENDONÇA, 2006).

O Instituto do Açúcar e do Alcool, por exemplo, foi responsável durante quase 60 anos por toda a comercialização e a exportação do produto, subsidiando empreendimentos, incentivando a centralização industrial e fundiária sob o argumento da “modernização” do setor, proporcionando terras férteis, meios de transporte, energia, infraestrutura, insumos, etc. (MENDONÇA, 2006, p. 4).

O constante aumento da produção e a expressiva extensão de terras ocupadas pela produção de cana-de-açúcar encontram-se, hoje, em plena expansão fundiária rumo às terras agriculturáveis ainda não exploradas. Em 1998, o Incra apresentou dados sobre as áreas agriculturáveis no país. Na região Sudeste 97% das terras agriculturáveis já estavam exploradas. Na região Sul, a porcentagem era de 96,3%, na região Nordeste era de 74%, e na região Norte as áreas exploradas abrangiam 49% do total. Apesar dos dados não serem atuais eles servem para apresentar a expansão da cultura que estamos discutindo. Nas palavras de Pereira (2008):

Esses dados evidenciam o porquê das lavouras de soja e cana avançarem sobre a região amazônica. Elas já ocuparam quase tudo que podiam nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, não deixando escapar nem assentamentos de reforma agrária. Mais do que nunca, os empresários e fazendeiros do agronegócio vislumbram a região como a sua mais atraente fronteira agrícola. (PEREIRA, 2008, p. 63).

Outra questão é que as lavouras cujos produtos são mais voltados para exportação são as que mais se beneficiam com as políticas agrícolas e com grande parte dos créditos agrícolas. Em vista disso Guanziroli (2006) destaca que,

As culturas de exportação – como é o caso da soja, da laranja e da cana-de-açúcar, por exemplo – receberam um impulso muito maior, em razão das políticas agrícolas que as beneficiavam mais diretamente; em detrimento das culturas voltadas ao mercado interno, como o arroz, mandioca e milho. (GUANZIROLI, 2006, p. 9).

A agricultura capitalista agroexportadora tem sido historicamente favorecida com créditos e financiamentos estatais, principalmente o agronegócio canavieiro, que durante o período do Proálcool contou com subsídios diretos e exclusivos garantidos pelo Estado. Atualmente, em função de ser este a estratégia de desenvolvimento do país, seus defensores reclamam maiores volumes de créditos.

No início deste século, a opção dos governos nacionais no Brasil foi a de ampliar o setor sucroalcooleiro e modernizá-lo. Esta escolha abriu o setor para o capital estrangeiro o que facilitou a compra de usinas e terras pelas grandes empresas transnacionais, oferecendo alta quantia de crédito subsidiado pelo BNDES.

Essa opção política ignora a concentração de terras e o monocultivo em larga escala da cana-de-açúcar, praticando o desmatamento, “adotando política e ideologicamente comportamento altamente favorável a tornar o país o maior produtor mundial de etanol. Enfim, atuando [...] como agente dinamizador da expansão da economia canavieira e das usinas de etanol no país” (CARVALHO, 2008, p. 1). As consequências negativas como a expulsão de populações do campo, degradação ambiental, violação de direitos trabalhistas entre outros fatores, devem piorar. Essa piora se deve ao fato da proposta do governo “Lula” em aumentar o ingresso de grandes produtores rurais em mercados internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC)³⁶.

Essa política consolidará vantagens comerciais para o setor agrícola baseado na monocultura para exportação, indo contra as propostas dos movimentos sociais para o fortalecimento do mercado interno, do desenvolvimento rural e da soberania alimentar (MENDONÇA, 2006).

Visando liberalizar o comércio internacional por meio da redução das atividades estatais que, de alguma forma, obstaculizam ou prejudicam o comércio “leal”, as operações de comércio internacional são protagonizadas por particulares, que são os principais sujeitos beneficiados pelas normas, ao passo que são os Estados os sujeitos passivos das obrigações, além disso, suas regras são aplicadas aos interesses das multinacionais e de seus países de origem (MORAES, 2002).

Como a prioridade do governo brasileiro na OMC tem sido negociar acesso a mercados para grandes produtores rurais, o mercado interno fica subjugado e a economia rural passa a ser destruída pelos monopólios agrícolas e pelos subsídios aos projetos de expansão da agricultura que beneficia os grandes produtores.

É importante ressaltar que, embora o agronegócio tenha um importante papel para a economia brasileira, o aumento das exportações não significa melhores condições de vida no

³⁶ A OMC é uma instituição internacional que opera na fiscalização e regulamentação do comércio mundial. Com sede em Genebra (Suíça) foi fundada em 1995 durante a Conferência de Marrakech. Tem como objetivo principal expandir seu poder de regulamentação em 147 países, o que significa exercer grande influência no cotidiano de milhões de pessoas, uma vez que possui uma complexa estrutura de regras utilizadas na defesa dos interesses de grandes multinacionais e de seus países sedes (MENDONÇA, 2006).

campo. Isso se justifica uma vez que ele também é o responsável pela precarização do trabalho, pela expulsão dos trabalhadores e pelos altos impactos ambientais que prejudicam a sustentabilidade social e ambiental. A utilização de agentes químicos e a elevada mecanização impactam o meio ambiente e agravam as condições de saúde dos trabalhadores rurais, em razão da utilização direta dos produtos, e posteriormente da população, por contaminar o ar e a água com o resíduo dos produtos, e não há uma geração de emprego proporcional ao crescimento do agronegócio.

Do total de empregos gerados no campo, 87,3% estão nas pequenas unidades de produção, 10,2% nas médias unidades e apenas 2,5% nas grandes. O estudo realizado por Oliveira (2009a) demonstrou que as pequenas e médias propriedades rurais são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos, além de uma maior geração de empregos, e, ainda assim o governo tem priorizado uma política agrícola que favorece especialmente as grandes empresas. Segundo Mendonça (2006):

Em 2004, dez empresas transnacionais receberam cerca de R\$4,5 bilhões de reais do Banco do Brasil. Este valor é maior do que todo o crédito concedido aos pequenos agricultores através do PRONAF³⁷ (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). No total, o governo disponibilizou R\$37 bilhões de reais em crédito para grandes fazendeiros. (MENDONÇA, 2006, p. 8).

Mesmo com apoio governamental dirigido às usinas do Nordeste, elas permanecem ainda com dívidas, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra de Pernambuco, apresentados por Mendonça (2006). Grandes usineiros possuem débito com o Estado de mais de 3,5 bilhões de dólares. Concomitante a isso, a Zona da Mata pernambucana³⁸, onde sobressai a monocultura da cana, tem alguns dos piores indicadores sociais e econômicos do mundo, com denúncias de trabalho infantil, assassinatos de trabalhadores rurais e má gestão de recursos públicos, com a falência de muitas empresas, concentração fundiária e expulsão de muitas famílias, como afirma Mendonça (2006) a seguir:

Muitas usinas faliram em Pernambuco. Nos últimos 20 anos, o número de usinas diminuiu de 43 para 22. Porém, a área dessas usinas permanece a mesma e, portanto, há maior concentração fundiária. Neste período, estima-se uma perda definitiva de cerca de 150 mil postos de trabalho na Zona da Mata e a expulsão de 40 mil famílias [...] da região. A alternativa então é a

³⁷ Apesar de a agricultura familiar ter disponível uma linha de crédito especial (o Pronaf) disponibilizado pelo governo federal e com recursos crescentes, nem todos os agricultores se beneficiam. Muitos não têm acesso ao crédito, alguns por estarem inadimplentes com os bancos, outros por não terem orientações técnicas.

³⁸ A Zona da Mata de Pernambuco é composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 km², correspondente a 8,9% do território estadual.

busca de emprego nas cidades próximas, a migração, a resignação à condição de mão de obra temporária e clandestina ou a luta pela reforma agrária. (MENDONÇA, 2006, p. 8).

A expulsão de trabalhadores de suas terras tem ocasionado uma dependência da chamada “economia da cana”, com diversas ocupações precárias nos canaviais. O monopólio da terra pelos usineiros limita o desenvolvimento de outros setores econômicos o que gera desemprego, migração e a sujeição de trabalhadores a condições degradantes de trabalho (MENDONÇA; MELO, 2008).

A expansão da oferta de energia a partir da biomassa, principalmente do etanol, recusou a alternativa de se realizar, no país, uma ampla reforma agrária que pudesse eliminar o latifúndio e permitir que milhões de famílias com pouca terra e trabalhadores rurais sem-terra pudessem ter acesso a ela e repovoassem o rural brasileiro com elevada qualidade de vida e de produção. A opção dominante de expansão da oferta do etanol no país se deu pelo alto a partir da articulação das ações governamentais com os interesses exclusivos dos grandes capitais nacionais e estrangeiros, sem consultar os interesses populares.

O conceito de energia “limpa” e “renovável” deve ser discutido a partir de uma visão que considere também os impactos negativos destas fontes. No caso do etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, sua produção e processamento poluem o solo e as fontes de água potável, pois utilizam grande quantidade de produtos químicos. A fabricação de cada litro de etanol consome em torno de 12 litros de água (MENDONÇA; MELO, 2008).

Somente no Estado de São Paulo mais de 4,2 milhões de hectares de terra estão cobertos pela monocultura canavieira. A prática das queimadas antes do corte da cana causa muitos danos à saúde dos trabalhadores e também da população urbana. Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurosos que, com grande acumulação podem gerar chuva ácida, prejudicial ao meio ambiente. Além desses gases, há a formação de vários hidrocarbonetos ou aromáticos contendo benzeno e similares, muito prejudiciais à saúde. (MORAES SILVA, 2008, p.10).

Conforme Moraes Silva (2008, p. 8), “enquanto os homens descem (do norte e nordeste para o sudeste), os capitais (bois) sobem (do sudeste para o norte)”. Neste contexto de desenvolvimento econômico do país graças ao aumento das exportações de produtos agrícolas, é preciso considerar um fato “novo”: a migração de trabalhadores maranhenses para o interior do estado de São Paulo para o corte da cana-de-açúcar, acontecimento que até o fim da década de noventa não era visualizado.

É importante ressaltar que a adoção do agronegócio pelo país repercutiu de maneira intensa sobre o estado do Maranhão. Suas repercussões foram bastante negativas, por ser este um estado em que grande parte das ocupações encontram-se na agricultura. Desta forma, o próximo capítulo abordará os impactos da modernização da agricultura no Maranhão, a adoção do agronegócio no estado, bem como as migrações como consequência dessas ações.

3 A dinâmica do desenvolvimento do Maranhão: transformações e conflitos fomentados pelo próprio Estado

3.1 Introdução

O estado do Maranhão, conforme Andrade (1998), é um estado que exporta tensões sociais, obrigando milhares de pessoas a se espalharem por estados vizinhos e até outros países como a Venezuela, Suriname, a Guiana Francesa. Isto, após ter recebido muitos migrantes nordestinos durante décadas desde o final do século XIX, e em alguns momentos de ter sido encarado como o celeiro do Brasil (ALMEIDA, 1998).

O objetivo deste capítulo é mostrar que o processo de modernização da agricultura no Maranhão, incentivado a partir de 1970 pelos governos federal e estadual e apoiado por grandes empresas e proprietários de terra, resultou num processo de expulsão de milhares de pequenos agricultores familiares por meio da privatização das terras, sob o jugo e sujeição do Estado. Essas ações abriram caminho para a continuidade de um longo processo de exclusão e expulsão resultando na migração de milhares de homens e mulheres maranhenses para o corte da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo.

Para o entendimento dessas questões julgou-se necessário a apresentação da formação da agricultura familiar, sua definição e seu processo de produção. Este resgate da história do estado do Maranhão objetiva mostrar porque o processo de modernização da agricultura afetou estes pequenos agricultores de modo a expulsá-los e transformar muitos em cortadores de cana. Dessa forma, pressupõe-se que as migrações não são processos ocasionados por fatores de atração ou por uma escolha genuína, mas que é uma decisão tomada em razão do processo de expulsão, e falta de condições de sobrevivência na região de origem.

O capítulo está dividido em cinco partes além da *Introdução que são: Caracterização, Agricultura familiar, Modernização da agricultura maranhense, Consequências da política neoliberal e os Novos migrantes.*

A caracterização ressalta aspectos particulares do objeto, além de traços como localização e formação histórico-cultural. Essas particularidades trazem elementos essenciais para a compreensão do processo migratório, como a estrutura agrária e o fato de ser o Maranhão um estado eminentemente agrário, além de apresentá-lo como maior fornecedor de mão de obra análoga à escravidão.

Em seguida, apresenta-se o conceito de agricultura familiar utilizado na pesquisa, sua formação e modo de vida. A agricultura familiar, também conhecida como agricultura camponesa, admite uma forma de produzir que tem na unidade familiar o seu núcleo principal, às vezes, complementado temporariamente com o uso do trabalho assalariado.

A venda da força de trabalho, por meio das migrações para regiões mais distantes do estado de origem, é derivada de situações que tem impedido a reprodução desta pequena agricultura familiar no Maranhão, agravada atualmente com a modernização da agricultura maranhense a partir da implementação da Lei de Terras do Maranhão de 1969.

Esta Lei tinha como meta, sob a égide e participação ativa do Estado, a transferência de terras públicas ao patrimônio de grandes grupos por meio de uma reestruturação do mercado de terras.

Tais aspectos tomaram maiores proporções com a política neoliberal que modificou toda a dinâmica econômica da região amazônica, principalmente em relação à oferta de alimento. A Amazônia se tornou a maior fornecedora de matérias-primas, em virtude da crescente demanda por *commodities* agrícolas e minerais que se estabeleceu nestes últimos dez anos (1996/2006).

O capítulo mostra que apesar deste cenário de crescimento o governo não consegue conter a pobreza do Maranhão ou melhorar as condições de vida da maioria da população, principalmente a rural que, vítima da expropriação da terra, torna-se migrante. Essa migração, é resultado de um processo de expulsão que impulsiona o homem do campo à vida de assalariado. A migração de maranhenses, para o interior do estado de São Paulo, como apresenta o capítulo, ocorre no final dos anos de 1990 e apresenta-se como nova por ser uma migração rural e pendular.

3.2 Caracterização

A Amazônia brasileira é a área mais extensa do país e representa em torno de 45% do território, ou 52% se considerado a Amazônia Legal³⁹, jurisdição político-administrativa formalizada pelo Governo Federal e administrada pela agência governamental de

³⁹ Neste trabalho entende-se Amazônia como Amazônia Legal, que é uma definição administrativa do governo brasileiro para fins de planejamento econômico e de incentivos fiscais na região. Abrange uma área de aproximadamente 5,2 milhões de quilômetros quadrados (61% do território nacional) nos estados da região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), parte do Centro-Oeste (Mato Grosso) e parte do Nordeste (a área no Maranhão situada a oeste do meridiano) (SÁ SILVA; MESQUITA, 2009). A parte que nos interessa da Amazônia Legal, para efeitos de pesquisa, é a região Nordeste onde se situa o estado do Maranhão.

desenvolvimento (Sudam, hoje ADA) nos anos 60 para efeito de incentivos fiscais. Isso acrescenta à Região Norte o estado de Mato Grosso e uma parte do Maranhão (MESQUITA, 2009).

O Maranhão, além de fazer parte da Amazônia Legal, caracteriza-se como um estado eminentemente agrário. O estado ocupa uma área de 331.983,293 km², a oitava do país e a segunda do Nordeste em extensão, com 217 municípios e uma população estimada em 2009 de 6.367.138. Somente no ano de 1996 a população urbana ultrapassou em número à população rural: 2.711.557 (51,92%) contra 2.511.008 (48,08%). Até 1995, o estado do Maranhão era o único da Federação a possuir uma população rural (2.957.832) superior à urbana (1.972.471) (IBGE, 2010). De acordo com Pedrosa 2006, o IBGE considera como urbana apenas a população que mora no perímetro urbano dos municípios. Pode-se imaginar, a partir da realidade das cidades interioranas, que a estatística merece reparos, já que desconsidera um enorme número de pessoas, mesmo residindo nos perímetros urbanos, que sobrevive da atividade agrária.

A partir dos anos de 1980, o estado do Maranhão começa a apresentar índice negativo entre o número de emigrantes (505,8 mil pessoas) e imigrantes (456,2 mil pessoas) (MAY, 1990). Deixa de ser um local de atração de migrantes nordestinos a partir dos anos de 1980, que até então eram absorvidos pelos quadros rurais maranhenses, transitando para uma condição de fornecedor de migrantes da região Nordeste, juntamente com a Bahia (CARNEIRO; SOUSA; MARINHO, 2007). Considera-se que essa mudança está estreitamente ligada a um elemento central, que seria a distribuição da posse e propriedade da terra.

A introdução da terra no mercado imobiliário é relativamente recente. Apenas 10% da área total do Maranhão, em 1940, se encontravam nas mãos de particulares. A maior parte do território era de terra devoluta e compunha a frente de expansão. Do lado da ocupação consolidada, ainda estão os grupos étnicos provenientes da agricultura familiar tradicional (descendentes de índios, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, etc.) (ANDRADE, 1998).

Outro aspecto interessante e importante da estrutura agrária maranhense, conforme Andrade (1998):

É a ocorrência [...] de terras de uso comum, que se registra tanto em áreas dos campos e lagos da Baixada Maranhense, no entorno do Golfão Maranhense, como em extensas áreas, ao Sul e a Leste do estado, com suas chapadas, flora e fauna e formações florestais características de cerrado. Essas terras de uso comum aparecem

denominadas [...] de terras de preto, terras de santo, terras de índio e, também, em alguns contextos, de terras da pobreza, terras de ausentes, terras da nação, terras nacionais, terras da marinha. Nessas situações, o fator étnico e a territorialidade são os dois elementos básicos que fundamentam a identidade desses grupos. (ANDRADE, 1998, p. 2).

Na integração com o mercado nacional o Maranhão só se efetiva após 1964, primeiramente enquanto supridor de alimentos básicos (arroz) e pecuária bovina, posteriormente com o Grande Carajás como exportador de minério (ferro e alumínio), assistindo à diminuição da importância do setor primário na composição da sua riqueza (PAULA; MESQUITA, 2008).

O processo de transferência de terras públicas a grandes grupos econômicos foi possível a partir da chamada Lei Sarney, de 1969, que dispõe sobre as terras devolutas do Estado, tornando possível a chamada "ocupação racional da Pré-Amazônia Maranhense". Essa legislação, acompanhada de uma generosa política de incentivos fiscais e creditícios no mesmo período, resultou na destruição dos recursos florestais da Pré-Amazônia Maranhense por esses projetos agropecuários.

É sobre os pequenos agricultores, que vai se lançar uma crise em razão da implantação de projetos das grandes corporações como os plantios de soja e de eucalipto. Neste estado, o modelo de desenvolvimento privilegia grandes conglomerados econômicos em prejuízo da agricultura de base familiar. A crise, combinada com a conservação de altos preços para seus produtos, os pequenos produtores buscam resistir, mantendo suas terras. Isso gerou confrontos que muitas vezes resultaram em mortes, outros porém partem em busca de melhores condições de vida em outras regiões.

Outro fator bastante importante, mas não foco desta Tese, e que nos últimos anos têm caracterizado o Maranhão é o trabalho escravo⁴⁰. Segundo Pinheiro (2009), dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) revelam que o Maranhão ainda lidera o primeiro lugar de trabalho escravo no Brasil. Os dados mostram que 40% dos trabalhadores escravizados no Brasil são maranhenses e o estado ainda lidera o ranking nacional de exportação de mão-de-obra escrava. O Maranhão também passou a utilizar da mão-de-obra escrava e aparece com 10% dos fazendeiros escravagistas no país na chamada "Lista Suja"⁴¹. A lista formulada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apresenta o nome de empregadores explorando mão-de-obra escrava em propriedades rurais (Pinheiro, 2009). Os

⁴⁰ Em anexo dados do trabalho escravo no Brasil

⁴¹ Para ter acesso a lista consultar: <http://www.reporterbrasil.org.br/listasuja/resultado.php>

trabalhadores foram resgatados em propriedades com atividade na pecuária, na cultura da soja e nas carvoarias, atividades que mais têm crescido com a expansão do agronegócio no país.

Conforme Carneiro (2009), um elemento central para a compreensão do deslocamento desses trabalhadores é a situação vivida por suas famílias no local de origem, que se caracteriza pelo falta de acesso à propriedade da terra. Desta forma, segundo o autor, pode-se afirmar que o fato do deslocamento para o trabalho escravo está ligado a concentração da propriedade da terra e da inexistência de alternativas de trabalho na área urbana nos locais de origem desses trabalhadores.

3.3 A agricultura familiar

A fim de aprofundar o conhecimento da realidade migratória, mostraremos quem são esses migrantes e como vivem, por meio do resgate da história. Importante lembrar que, embora haja uma migração de maranhenses e piauienses para outras regiões do país (Mato Grosso, Amazonas, entre outros) este trabalho abordará apenas as migrações de trabalhadores maranhenses para o interior do estado de São Paulo, particularmente a região de Ribeirão Preto.

Com a abolição da escravatura no final do século XIX houve um processo de constituição e aumento de algumas comunidades quilombolas de negros fugidos ou libertos. Ao longo dos anos, foi-se consolidando diversos pequenos e médios grupos populacionais nas áreas mais distantes e inóspitas do interior como forma de escapar das mãos dos donos ou desenvolver um meio de vida que lhes garantisse sobrevivência sem as mazelas da discriminação racial e da exclusão social. Conforme Andrade (1986, p.188), “Os escravos, revoltados, muitas vezes reagiam ao cativo [...]” ou:

Com a libertação, os negros abandonaram as fazendas e engenhos [...] Embrenharam-se pelos cocais e pelas florestas, retirando facilmente das mesmas o seu sustento [...] podendo viver numa economia fechada, amonetária e de subsistência”. (ANDRADE, 1986, p.188).

Nesses lugares, puderam desenvolver novas formas de relação com o espaço. Utilizando-se de parte das técnicas e tecnologias apreendidas nas fazendas, esses indivíduos construíram um novo modo de vida, criando novas formas e dando novas funções àquele espaço. Com isso, tem-se a formação de várias comunidades que hoje são classificadas como tradicionais.

No Maranhão, “é nesse período que tem início e se consolida a pequena produção familiar realizada por ex-escravos, pelos chamados caboclos, moradores de latifúndios e, sobretudo, por ocupantes de novas áreas, provenientes do Nordeste” (ANTUNES, 2006, p. 125).

Conforme Sader (1991), essa pequena produção familiar teve condições de desenvolvimento em virtude de fatores históricos precisos como a vinda de outros quilombos bastante populosos para o Maranhão em virtude de ter sido o local da Balaiada⁴². Isso significou a ocupação do interior do estado por parte dos ex-escravos que formaram comunidades e organizaram o cultivo de subsistência. Outro fator de desenvolvimento da agricultura familiar, conforme a autora, está relacionado a não manutenção das grandes propriedades, visto que na época da abolição da escravatura não havia uma atividade agrícola baseada num produto que fosse rentável comercialmente como o café no sudeste do país. Dessa maneira, o estado não pode contar com o trabalho do imigrante para a manutenção das grandes áreas, sendo seu fracionamento inevitável. Segundo Sader (1991):

A baixa capitalização, obtida a partir da lavoura do algodão praticada nessas pequenas unidades, fez com que não houvesse uma ocupação mais efetiva do território maranhense. A oferta de terras devolutas permitiu, até há bem pouco tempo [décadas de 50 e 60], a manutenção de um campesinato a partir das pequenas roças voltadas para a produção comercial do arroz. (SADER, 1991, p. 68).

A colocação de Sader (1991) deixa claro a quantidade de terra disponível (terras devolutas) o que tornava possível a procura por novas áreas, dentro do estado, quando a expulsão chega aos locais onde a propriedade privada se instala, além da possibilidade de uma agricultura de pousio pela agricultura familiar como será visto adiante.

Nas três primeiras décadas do século XX, a região do Mearim no Maranhão⁴³ começou a receber seu fluxo migratório, ainda quando este fluxo é pequeno, tendo como destino o vale dos grandes rios (Parnaíba, Itapecuru, Mearim e Pindaré). Os primeiros fluxos de deslocamento populacional para os vazios demográficos datam do início dos anos de 1920, mas se intensificaram a partir dos anos de 1930/40 com a ocorrência de intensas secas no

⁴² A Guerra da Balaiada, ocorrida entre 1838 e 1841, se iniciou por questões políticas entre partidos podendo ser considerada como uma coalizão de interesses, entre vaqueiros, homens sem posses em geral e quilombolas que lutavam contra o recrutamento forçado para as forças militares e contra os desmandos de chefes políticos locais e contra os grandes proprietários territoriais (COLEÇÃO NEGRO COSME, 1998). Os balaios eram contrários aos aristocratas rurais que, até então, dominavam o Maranhão, marginalizando e afastando do poder político e econômico dessa população.

⁴³ A região do Mearim no Maranhão engloba entre outras, as cidades de Bacabal, Pedreiras, Barra do Corda, Vitória do Mearim, Arari.

sertão nordestino. Este, recebeu fortes incentivos federais com o documento do GTDN⁴⁴ que serviu de norteador para as primeiras ações da Sudene e Banco do Nordeste que defendiam também, a ideia de deslocamento de parte da população para os vazios úmidos do país, para assim, resolver essa problemática.

Assim, localizam-se três principais fluxos de migrantes: a) Maranhão; b) Goiás e Mato Grosso e, c) Amazonas (em menor proporção). Esses sujeitos se espalharam e ocuparam essas regiões formando povoamentos em diversos pontos ao longo das rodovias e suas adjacências, principalmente onde se verificavam condições favoráveis à agricultura e pecuária extensiva (AYRES JÚNIOR, 2007).

No caso do estado do Maranhão, esses fluxos adentraram cruzando desde o leste e sudeste, e aí fixando parte do contingente. Outros grupos embrenharam-se ainda mais chegando ao centro, oeste e sul do estado, suas grandes regiões praticamente desabitadas (AYRES JÚNIOR, 2007).

O processo migratório tem seu pico entre as décadas de 1950 e 1960 e se expandindo até 1970. A produção de arroz, feijão, mandioca e milho, realizada por ex-escravos e migrantes nordestinos, passa a substituir a monocultura exportadora de algodão, se transformando na principal base da economia maranhense no início do século XX.

Em 1940, com o declínio da produção algodoeira, a produção maranhense passou a se apoiar no babaçu como produto de exportação. A mudança nesse quadro agrário tradicional se iniciou a partir da década de 1950, quando a produção do estado se baseou não apenas na produção do babaçu, mas também na produção de arroz, tornando-se nessa época a capital São Luís, polo exportador de arroz para os centros urbanos nordestinos e do sudeste.

Ainda em 1950, os intermediários e usineiros do arroz começaram um processo de investimento em terra e gado como forma de reserva de valor, ou seja, a garantia de enriquecimento dos donos por terem o direito à apropriação da renda da terra. Por seu lado, o coco babaçu começa a ser utilizado para fins industriais, atingindo o aumento de sua utilização no pós Segunda Guerra Mundial com a instalação da indústria de beneficiamento no Maranhão (ANTUNES, 2006).

Desde o início de formação dos quilombos e da colonização, as famílias utilizam a terra e o coco babaçu de maneira coletiva. A reprodução desta agricultura familiar baseou-se em uma complementação entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu, seguindo uma divisão sexual do trabalho bastante definida, sendo a coleta praticada pelas mulheres e a

⁴⁴ Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste.

agricultura pelos homens. A coleta acontece num período e a agricultura em outro, desse modo, quando os alimentos da família começam a diminuir, as atividades das mulheres garantem a reprodução, pois além do azeite para consumo próprio elas vendem as amêndoas para fins industriais, desde o final da Primeira Guerra Mundial (ANTUNES, 2006).

Na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar foi assim definida:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006a).

Importante frisar que, ao tratarmos de agricultura familiar, também conhecida como agricultura camponesa (CARNEIRO, 2007), estamos admitindo uma forma de produzir que tem na unidade familiar o seu núcleo principal, às vezes, complementado temporariamente com o uso do trabalho assalariado. Em outras palavras, não emprega trabalhadores permanentes podendo contar, conforme Abramovay (2000) apud Barros (2006), com até cinco empregados temporários, diferenciando-se da agricultura patronal que pode contar com empregados permanentes e/ou temporários.

A quantidade produzida pelo trabalho familiar durante um ciclo (um ano, por exemplo), é determinada pelo número de membros da família capazes de trabalhar. A agricultura familiar tem uma racionalidade própria que visa satisfazer a reprodução da unidade de trabalho familiar, baseando-se em uma estratégia de sobrevivência, além disso, lembrando Andrade (1998), o fator étnico e a territorialidade são subsídios básicos que fundamentam a identidade desses grupos.

A existência do ponto de equilíbrio interno “consumo-trabalho” caracteriza sua unidade econômica diferenciando-a da “unidade econômica capitalista”, uma vez que, enquanto para esta, é a elevação da taxa de lucro, para a agricultura familiar uma ação

econômica depende da comparação interna de “avaliações subjetivas” (CHAYANOV, 1981). Assim, a reprodução da unidade de trabalho familiar, baseia-se em uma estratégia de sobrevivência, tendo as relações de mercado pouca importância na determinação social do valor para as unidades econômicas da agricultura familiar. O excedente da produção é vendido com a finalidade de adquirir os produtos necessários à reprodução da unidade familiar dentro dessa estratégia própria de sobrevivência, bem como pequenos negócios como a venda da força de trabalho nos períodos de entressafra, artesanato rural, caça e pesca. Dessa forma, o que conta como unidade econômica não é o indivíduo, mas o grupo familiar que atua de forma diferenciada da empresa capitalista cuja finalidade é o lucro. Podendo dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo. Hoje em dia, essas unidades são formadas, sobretudo pelas famílias assentadas por programas de reforma agrária, família de seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, famílias atingidas por barragens, famílias indígenas e de quilombolas (FERNANDES, 2009).

Chonchol (2008) utiliza alguns elementos para diferenciar a agricultura familiar da capitalista.

- a) A dimensão da terra que em geral é pequena variando de 10 a 20 hectares, podendo ser, algumas vezes, maiores nas zonas de fronteira agrícola.
- b) Sua capacidade para ocupar plenamente ou não a força de trabalho familiar e satisfazer suas necessidades básicas se divide em minifúndios e empresas familiares.
- c) Sua situação jurídica é diversa. Podem ser proprietários, arrendatários, parceiros ou meeiros, colonos, membros de comunidades indígenas, entre outros.
- d) Sua capacidade de reprodução é diversa. Em alguns casos tem recursos para prosperar com ajuda institucional, em outros, são capazes de manter-se e reproduzir-se e, finalmente, em alguns casos estão em franco processo de deterioração.
- e) Podem possuir padrões tecnológicos diversos. Às vezes possuem tecnologia parcial e empregam insumos técnicos modernos. Em outros casos, apenas se utilizam de técnicas tradicionais como mão de obra humana e força animal.
- f) O grau de integração com o mercado é diverso. Às vezes, estão parcial ou completamente integrados, inclusive com as agroindústrias, ou em outros casos o grosso de sua produção se destina ao autoconsumo;

- g) Normalmente possuem uma disponibilidade de terras úteis de baixa qualidade.
- h) Dedicam-se integralmente a produção de alimentos básicos, como batata, arroz, mandioca, feijão e a produção de porcos e aves.
- i) Quanto menor as unidades da pequena agricultura familiar, maior a proporção do ingresso que obtém fora de sua terra, seja como trabalhadores assalariados em tempo parcial, artesãos ou comércio.

Para Homem de Melo (2001), o conceito de agricultura familiar está relacionado às propriedades com menos de 100 hectares, em que o autor engloba nessa categoria as chamadas agricultura de subsistência e a pequena produção. A agricultura familiar – com área inferior a 100 hectares - correspondia a 89,3% ou 4.339.859 estabelecimentos, com 20,0% da área total. Nas palavras do autor:

O censo agropecuário de 1995/96 identificou a existência de 4.859.865 estabelecimentos agropecuários no Brasil, com uma redução de 941.944 estabelecimentos em relação ao levantamento de 1985. Isso já poderia ser uma indicação dos problemas econômicos enfrentados. Ocorreram reduções na área dos estabelecimentos, nas áreas em lavouras (permanentes e temporárias), nas matas plantadas e nas pastagens naturais. Aumentos verificaram-se apenas em pastagens plantadas. Do total de estabelecimentos, 89,3% correspondiam aos grupos de área total inferiores a 100 hectares, em um número de 4.339.859 estabelecimentos, com 20,0% da área total. Há, portanto, alguma correlação com os números do INCRA para a categoria de agricultura familiar, o que favorece a utilização dos dados publicados do censo agropecuário 1995/96 para a identificação dos produtos produzidos pela agricultura familiar. (HOMEM DE MELO, 2001, p.15).

Os pequenos agricultores combinam cultivos de subsistência com cultivos comerciais e trabalhos temporários fora da agricultura. Durante a migração temporária dos homens, as mulheres ficam responsáveis pelas atividades agrícolas.

Para os pequenos produtores maranhenses, a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação e renda da família. Seus membros fornecem a maior parte do trabalho empregado na atividade, dedicando-se integralmente aos seus roçados de subsistência, abandonando-os apenas quando necessitam voltar para uma atividade que possa complementar a renda da família. Nas regiões onde predomina a pequena produção familiar, de acordo com Alves (2007), a possibilidade de ganho monetário depende da produção dos produtos de subsistência que está sujeita, além de um conjunto de fatores climáticos, principalmente do acesso à terra. Desta forma, caracterizam-se

pela itinerância dos cultivos anuais, pela roçagem e queima da vegetação natural, pela criação de aves e suínos em pequena escala, pelo extrativismo

de madeira e frutas nativas (açai, muruci, bacuri, babaçu) e pela fabricação de farinha de mandioca. Tendo como principal finalidade a garantia do autoabastecimento ou a compra de produtos (sal, açúcar, café, roupas, calçados, medicamentos e bebidas) e serviços que, embora não sejam gerados pelo sistema de cultivo, são necessários à reprodução dos membros do núcleo familiar. Esses gastos são cobertos pela renda monetária obtida na venda de parte da produção especialmente, de farinha de mandioca. (FREITAS, 1999, p. 164-165).

3.3.1 A crise ambiental da agricultura familiar

Alves (2007) define o processo de trabalho da agricultura familiar do Maranhão da seguinte maneira:

No Maranhão [...], além de outros Estados do Nordeste, [...], as crianças e o jovens são criados segundo as tradições da pequena produção familiar, na qual a produção é resultado do trabalho da família, da qual participam os adultos, os idosos, as crianças e os jovens. Nesses estados de forte emigração de trabalhadores para o corte da cana em São Paulo, predomina o que se denomina de agricultura de toco, na qual o trabalhador, junto com sua família, arrenda uma terra para o plantio de agricultura de subsistência (arroz, feijão, milho e demais “legumes”). Essa terra é arrendada nua, sem nenhum beneficiamento, e o trabalhador deverá providenciar sozinho todas as condições para realizar a produção. Portanto, esta se inicia pela derrubada da mata, pelo corte das árvores, pelo arranco do mato, usando machado, facão e enxada. Com parte da madeira das árvores derrubadas, ele fará a cerca em torno do roçado, porque no Maranhão e no Piauí predomina o hábito de criação solta de animais; cabe a quem tem agricultura realizar a cerca. A outra parte da madeira não aproveitada na cerca e nem em construções é queimada. Depois do terreno limpo, inicia-se o plantio. É necessário deixar claro que a limpeza do terreno inicia em julho e se prolonga até novembro e dezembro, quando começa a chover e se inicia o plantio. Portanto, o plantio começa quando os trabalhadores estão retornando após a safra da cana. (ALVES, 2007, p. 45).

O primeiro aspecto destacado é a importância da agricultura para essas famílias, pois é dessa atividade que retiram grande parte de sua alimentação e parcela significativa de sua renda monetária. A policultura é sua característica básica compreendendo produtos como o milho, feijão, arroz e mandioca, o cultivo de hortaliças e frutíferas, geralmente nas proximidades da moradia. Em termos ambientais, de acordo com Ribeiro (2002), tanto a casa como o conjunto de atividades praticadas em seus arredores, incluindo também a criação de pequenos animais como porcos e aves, estão localizados nas áreas chamadas de “terra de cultura”.

Esse ambiente, para Ribeiro (2002), corresponde às formações florestais próximas a locais onde se encontram água beneficiando as atividades deste recurso e da fertilidade natural

do solo. Nestas áreas é praticada a chamada “roça de toco”, que consiste na derrubada da mata, queima e coivara, sem o uso de arado para o preparo do solo. Depois de três a quatro anos de cultivo,

inicia-se o período de pousio, com a retomada da área pela vegetação nativa. Este varia de acordo com a disponibilidade de áreas de “terra de cultura” acessíveis a uma família nuclear ou a um conjunto delas, conforme o tipo de posse/propriedade que estabelecem entre si. Assim, pode-se iniciar um novo roçado a partir de uma “capoeira fina” 3, 4 anos depois, ou, até mesmo, em uma área semelhante a uma “mata virgem”, após mais de 15 anos de “descanso”. (RIBEIRO, 2002, p. 261).

Para os agricultores itinerantes é preciso estar acessível vastas extensões de terra para que algumas áreas sejam deixadas em descanso e assim recuperarem os nutrientes por meio da decomposição da própria vegetação, “os pousios são longos de 5 a 7 anos, daí ser imperiosa a abundância de terras, pois para cultivar 20 ha, uma família camponesa necessita pelo menos 60 ha disponíveis” (SADER, 1991, p. 67). Porém, em contrapartida, nas áreas de descanso onde o babaçu é a espécie dominante, os agricultores itinerantes podem produzir com ciclos de espera relativamente curtos. Nas palavras de May (1990):

Ao invés de derrubar, os produtores precisam apenas desbastar os babaçuais e queimar as folhas e palmeiras não produtivas encontradas no local. Esta prática fornece nutrientes suficientes para a produção de arroz, milho, feijão e mandioca embaixo das palmeiras remanescentes. A maioria dos agricultores na zona do babaçu planta estas culturas sem utilizar implementos mecânicos ou fertilizantes químicos. Mesmo assim, produzem o suficiente para abastecer a população urbana da região, assim como outras cidades do Nordeste, de arroz e produtos derivados do babaçu. (MAY, 1990, p. 18).

Em quase todo o Maranhão e em algumas regiões do Piauí há o babaçu, que possibilita uma renda complementar para as famílias. A ocorrência do babaçu se dá numa zona de transição entre as florestas úmidas da bacia amazônica e as terras semiáridas do Nordeste do País. No início, o babaçu constituía apenas um dos diversos elementos das florestas originais que cobriam a região. Depois da derrubada das florestas originais pelos colonizadores para substituição de culturas e pastagens, as palmeiras do babaçu emergiram em sucessão como a espécie florestal dominante (MAY, 1990).

O trabalho de coleta do coco babaçu é basicamente feito pelas mulheres e crianças. Depois ele é quebrado para a retirada da castanha que é vendida aos comerciantes que a revende às indústrias beneficiadoras para a retirada do óleo. Do babaçu provém uma ampla

gama de produtos úteis que podem ser obtidos de seus frutos, folhas e caules. Economicamente, os produtos de maior importância são as amêndoas, contidas no fruto e ricas em óleo e. Essa renda é particularmente importante porque chega durante a entressafra das culturas anuais, fornecendo os meios imprescindíveis para a obtenção de alimentos e bens essenciais à sobrevivência das famílias.

Neste período, as cascas do babaçu são convertidas em carvão pelas famílias, constituindo combustível utilizado na preparação dos alimentos. Quanto às folhas das palmeiras, estas fornecem as fibras utilizadas no artesanato, nas cercas e palhas para a cobertura das casas. Já o caule produz palmito que junto com restos do coco e palmas servem de ração animal. A importância desses subsídios da natureza aumenta em áreas onde o acesso dos agricultores familiares é limitado. “Se não fosse o babaçu, as famílias sem terra seriam ainda mais vulneráveis à perda de colheitas e a outras formas de privação, que tornam sua permanência na agricultura cada vez mais difícil” (MAY, 1990, p. 19).

Esses agricultores preferem plantar onde os babaçus existem em grande quantidade, não apenas em razão da umidade do solo e condições propícias para a cultura, mas também, porque em alguns sistemas de propriedade o pequeno produtor tem o direito de colher os produtos da palmeira e de outras espécies da floresta que aparecem durante o período de descanso, dado que na maioria dos cultivos associados ao babaçu os produtores não têm a propriedade da terra. Mediante acordo com o proprietário, as famílias dos pequenos produtores recebem moradia, um pedaço de terra para plantar e o usufruto dos recursos em troca do pagamento de uma renda em espécie. Neste sistema, “o direito de uso às palmeiras está relacionado ao acesso à terra por meio de arranjos tradicionais nos quais os pequenos arrendatários compartilham direitos comuns de usufruto sobre um agrupamento de palmeiras” (MAY, 1990, p. 27).

Em pesquisa de campo realizada por Alves (2007), no Maranhão e Piauí, o autor verificou a ocorrência de situações que tem impedido a sobrevivência dos trabalhadores somente com o arrendamento. Uma delas, afirma o autor, é o aumento do preço do arrendamento da terra, que é pago em produto, independentemente dos fatores climáticos, e a outra é a redução das terras disponíveis ao arrendamento. A diminuição das terras para o arrendamento:

mais presentes no Maranhão, pode ser assim descrita: um trabalhador procura um proprietário de terra para arrendar a terra, o proprietário especifica qual é a terra e quais são as condições de pagamento; o

trabalhador executa as atividades de desmatar, queimar, cercar, plantar, preservando apenas o babaçu nela existente; realiza a colheita; paga a renda e abandona essa terra. Depois de colhidos “os legumes”, a terra é destinada à produção de gado, e o trabalhador expulso. Caso queira, terá de arrendar terra mais distante, longe de sua residência. Uma terra arrendada para o plantio de subsistência, dependendo de suas condições de fertilidade e disponibilidade de água, pode permitir, aproximadamente, três safras de produtos de subsistência. Somente a partir da terceira safra é que a produtividade, decorrente da fertilidade natural da terra, cai muito e passa a ser necessária a busca por outra terra. Quando o proprietário exige de volta a terra com apenas uma safra realizada, há a apropriação do trabalho realizado pelo trabalhador sem pagamento de salário. (ALVES, 2007, p. 48).

No caso do babaçu, o usufruto das palmeiras vem sendo limitado. O desmatamento e a conversão das terras em pastagens, além de diminuir a base de produção do sistema extrativista, reduzem o acesso à terra disponível à agricultura familiar. Enquanto a terra é abundante, as famílias podem se deslocar para outras áreas, mas se a fronteira for alcançada, os trabalhadores serão obrigados a deixar menos tempo para o descanso da terra, o que acarretará menor produtividade e menor capacidade de rejuvenescimento dos recursos disponíveis. Gera-se um duplo problema de destruição ambiental: o dos pequenos produtores, que antigamente com disponibilidade de terra podiam praticar uma agricultura sustentável e agora, quando têm acesso a terra, utilizam-na de maneira intensiva; e o segundo, refere-se à privatização de grandes áreas de terras que estão sendo transformadas em terras de criação de gado, com o consentimento do Estado. Isso está reduzindo cada vez mais a possibilidade de reprodução da pequena agricultura familiar.

O rápido desenvolvimento capitalista no Maranhão tem acarretado o deslocamento de milhares de pequenos produtores a uma taxa muito maior que a sua absorção pelos setores não agrícolas.

3.4 A modernização da agricultura chega ao Maranhão

A partir do final do século XIX, a monocultura exportadora do algodão entra em decadência. Até então a plantação de grande escala de culturas de exportação como o algodão e o arroz e a força de trabalho escrava, propiciaram o ingresso do Maranhão no movimento de acumulação capitalista mundial, o que originou localmente uma fase de dinamismo regional.

Essa fase persiste até o final da primeira metade do século XIX; seguindo a ela um período de declínio em razão da falta de escravos, da retração das atividades e a descapitalização dos grandes proprietários. Tudo isso conduz a quase desarticulação do

sistema produtivo da colônia na segunda metade do século XIX. Na região, os grandes proprietários não conseguiram manter sob seu controle a força de trabalho nem garantir a substituição do trabalho escravo por unidades familiares submetidas ao latifúndio por laços de arrendamento, parcerias, etc. Na maior parte do território maranhense os produtores puderam se apoderar de forma livre das terras e recuperar suas condições de trabalho e subsistência.

A partir daí a pequena agricultura familiar passa a assumir um grande peso no conjunto da economia do estado. A reorganização das relações de produção no latifúndio faz aumentar a área de cultivo destinada aos produtos alimentares como arroz, feijão, mandioca e milho, entre outros. Esse cultivo é realizado pelos ex-escravos e migrantes nordestinos, constituindo-se na sustentação da economia maranhense no início do século XX.

Nessa época, a produção permanecia ainda diretamente atrelada à subsistência do trabalhador rural, ou seja, dos posseiros que viviam em terras devolutas do estado e da União, ou de terras remanescentes de comunidades quilombolas. “Os escravos libertos cultivavam suas roças, possibilitando o surgimento de pequenos agricultores que, com base na agricultura familiar, priorizavam a produção de alimento para o autoconsumo” (ALMEIDA, 2009, p. 16), caracterizando-se como um sistema de pequena produção.

Já no final da década de 1950, migrações espontâneas provenientes do Ceará e Piauí aumentaram de maneira considerável a população rural da zona do babaçu, ocupando os vales fluviais do centro e do oeste do Maranhão na fronteira amazônica, que até então eram esparsamente povoados. À medida que esses migrantes chegavam oriundos das áreas secas do Nordeste, os recursos da propriedade comum foram se escasseando e delimitados, acarretando novas migrações para o oeste, bem como a migração rural-urbana. Posseiros que ocupavam terras devolutas e ex-escravos que herdaram comunalmente terras de engenhos deixadas por antigos senhores, foram cercados e muitos expulsos por grileiros (MAY, 1990).

Conforme Antunes (2006):

O processo de colonização do estado do Maranhão começa a apresentar sinais de saturação na década de 1960, num período ainda de expansão da demanda do coco e do aumento do valor do mesmo. Nessa altura a concentração e escassez de terras começam a coexistir com um aumento exponencial de ocupantes (casos em que a exploração se processa em terras públicas ou de terceiros, com ou sem consentimento do proprietário, nada pagando o produtor pelo seu uso) de 61.901 em 1950 para 138.745 em 1960, assim como dos arrendatários que passam de 5.281 em 1950 para 88.436 em 1960. (ANTUNES, 2006, p. 125).

Quando o complexo agroindustrial do sudeste do país passa a se desenvolver, no início do século XX, o Maranhão não pode competir em condições iguais com o algodão ou com os têxteis produzidos no Sul do país; cessando na sua quase totalidade após a década de 1950. As amêndoas do babaçu e o arroz tornaram-se as mercadorias principais a serem vendidas e assim, permitirem a obtenção de bens industrializados vindos do Sul urbanizado (MAY, 1990). O arroz então começa a concorrer no mercado nacional. Neste momento, a economia maranhense começa a se articular com o capitalismo industrial, que se desenvolvia no centro-sul, no tempo em que a expansão do sistema capitalista no Brasil tinha como ponto principal a região Sul dirigida por São Paulo.

Essa troca colocava o Maranhão no circuito da dinâmica do capitalismo industrial, inaugurada nos anos JK. É neste período, segundo Almeida (2009), que as desigualdades regionais começavam a aparecer. Isto é, áreas produtivas como o Maranhão e a Amazônia foram incorporados pelo capital urbano-industrial como fronteira de expansão e valorização do capital. Nas palavras de Almeida (2009):

Nesse processo, as oligarquias locais não foram passivas. Outros aspectos também foram fundamentais para que se substituísse esta inserção subordinada. Em primeiro lugar, a ausência de políticas de incentivos, adequadas aos processos produtivos locais. Em segundo, o desinteresse dos usineiros, comerciantes e industriais urbanos em investir na produção do arroz ou extrativismo vegetal. O capital mercantil e o excedente gerado na comercialização do arroz foram canalizados para a aquisição de terras e do gado bovino, ambos transformados em reservas de valor. O próprio estado passou a promover a venda de terras públicas para grandes grupos empresariais por preço abaixo de mercado. Esta frente de expansão foi acompanhada pela intensificação da “grilagem” no campo maranhense, pelo uso privado de terras devolutas. (ALMEIDA, 2009, p. 17).

Investidores de fora da região foram atraídos ao Maranhão a partir dos anos de 1970, quando os governos da ditadura militar estimularam a modernização da agricultura por meio de apoio às grandes empresas e proprietários de terra, atraídos pela existência de terras de baixo custo, bem como subsídios governamentais para investimentos agroindustriais. Esses investimentos foram aplicados no estabelecimento de pastagens, melhoria do gado e, cana-de-açúcar.

A partir de então, grandes empresas nacionais e internacionais apossaram de milhares de hectares de terra em várias regiões do país, processo que envolveu conflitos e assassinatos [...]. No Maranhão, houve a conversão da agricultura de alimentos para a produção de soja e pecuária, destinadas à exportação. Com isso, as terras começam a ser cercadas pelas propriedades privadas e as florestas de babaçu destruídas. Data deste período o início do

processo de expropriação [...], cujo destino passou ser a migração para regiões de garimpo e desflorestamento da Amazônia, muitos dos quais foram e são ainda escravizados. (MORAES SILVA, 2008, p. 3).

Cercas em áreas de babaçuais foram erguidas por todo o estado, substituindo a agricultura de subsistência familiar pelo gado. O padrão de ocupação que antes se dava pelo trabalho incorporado à terra, foi substituído pela sua privatização. É importante colocar, porém, que este processo não se deu de maneira pacífica, sendo permeado por diversos conflitos sociais entre posseiros, grileiros e fazendeiros. A forma de resistência dos trabalhadores consistia em derrubar as cercas, matar o gado que invadia a roça. Esse confronto entre trabalhadores rurais e latifundiários pelo controle da terra foi um processo marcado por muita violência no Maranhão.

O Estado intervinha por meio de ações de indenizações àqueles que eram retirados de suas terras e pela expulsão de pequenos produtores rurais e posseiros. O processo de reprodução do capitalismo no campo, promovido pelo Estado, se cristalizou por meio de projetos de colonização, políticas de assentamentos, entre outros.

Da grilagem de pequenas propriedades agrícolas, áreas devolutas ocupadas por posseiros, formaram-se grandes fazendas. A grilagem de terras do Maranhão, intensificada na década de 70, foi amparada a partir de novas relações de produção em favor de suas oligarquias. Conforme Almeida (2009):

Neste cenário, o estado se transformava no grande parceiro dos proprietários de terras, que também contavam com os órgãos de desenvolvimento regional, privilegiando a implantação dos chamados projetos agropecuários, através de linhas de créditos especiais (PIN E PROTERRA). Nesse contexto, dois mecanismos se tornaram comuns no processo de grilagem: 1) a cessão de terra, pela qual o pequeno produtor agrícola aceitava se retirar da terra após a colheita, deixando a área trabalhada para semear o capim ou pastagem. 2) a expulsão violenta, acobertada pelo aparelho do Estado e amplamente legitimada pela ideologia do “desenvolvimento”, responsável pela concentração da terra e exclusão de milhares de pequenos produtores das suas terras. (ALMEIDA, 2009, p. 19)

O processo de cercamento marca o início de um novo modelo agrícola assentado em três características. Primeiro, a formação de grandes latifúndios por meio da distribuição de grandes extensões de terras devolutas pelo Estado, levando, conseqüentemente, a expulsão ou desapropriação de seus ocupantes (posseiros e comunidades tradicionais). A segunda característica se assenta na forte presença do Estado na concessão de incentivos fiscais e creditícios para a formação de fazendas, resultando no abandono das políticas estatais

voltadas ao setor extrativista do babaçu. O terceiro ponto foi a exploração da terra voltada para a agricultura de exportação e para a pecuária.

O Estado passa assim, de um modelo baseado no agroextrativismo e produção diversificada de produtos alimentares em terras coletivas pelos ocupantes, arrendatários, moradores e comunidades tradicionais, com predominância do arroz, para um modelo baseado na pecuária e *commodities* de exportação, com o predomínio da grande propriedade privada e consequente expulsão de ocupantes, arrendatários, moradores e comunidades tradicionais e a concentração de terras. (ANTUNES, 2006, p. 126).

O coco que antes era livre passa a ser preso, o acesso a ele passa a ser negado dificultando o acesso a um produto que antes era de todos e que agora passa ser alvo de uma troca desfavorável para as mulheres isto é, “apropriado pelos grandes proprietários, pondo fim ao livre acesso a um bem natural e transformando o babaçu de valor de uso em valor de troca, em mercadoria” (MORAES SILVA, 2008, p. 3).

Ainda nos anos 1970 no Maranhão, iniciam-se atividades extrativas e de beneficiamento da madeira, o que consequentemente favorece o desmatamento das florestas nativas do estado, juntamente com a atividade agropecuária e as monoculturas que exigem grandes porções de terra desmatada. A construção das ferrovias Carajás e Norte-Sul, as queimadas e a fabricação de carvão vegetal para as usinas de gusa, são também atividades que colaboram com o desmatamento no estado. Conforme Antunes (2006), entre 1980 e 1995 o censo agropecuário informou uma diminuição de 58 mil hectares de matas e florestas naturais. Mais que multiplicar esses exemplos, é demonstrar que esses fatos só foram possíveis mediante uma legislação que possibilitou a apropriação da terra, sob a forma capitalista, pondo fim ao regime das posses livres e estipulando que estas só seriam apropriadas por meio da compra (MORAES SILVA, 1999).

Projetos aliados à extração de minério de ferro, e projetos de processamento de alumínio, integrantes do Programa Grande Carajás, levaram para o Maranhão o “milagre” econômico brasileiro que no fim da década de 1960, fez com que o Produto Interno Bruto aumentasse de maneira bastante rápida, mas com uma piora na distribuição de renda. May (1990) afirma que:

Na maior parte das áreas povoadas da zona do babaçu, a terra é agora rigidamente controlada por meio de latifúndios, modernas fazendas de gado ou estabelecimentos de médio porte. Enquanto que nas décadas de 1960 e 1970 havia ainda muita terra ocupada por posseiros, essa categoria quase desapareceu dos estabelecimentos agrícolas na década de 1980. A abertura da parte leste da Amazônia estimulou ainda mais a especulação das terras e a

expansão dos pastos. [...] expulsos da zona do babaçu foram, por esta razão, forçados a emigrar para os garimpos e grandes obras de construção promovidas pelo governo. (MAY, 1990, p. 64).

Esse processo de transferência de terras públicas ao patrimônio de grandes empresas tornou possível a chamada ocupação da Pré-Amazônia Maranhense, sem a realização de ações discriminatórias⁴⁵, a partir daí, se deu a formalização jurídica do projeto de exclusão no Estado. Como parte desse projeto, havia a necessidade de implantação de infraestrutura, especialmente para a construção da rede rodoviária. A partir da Transamazônica, foram construídas outras rodovias em decorrência da implantação desse projeto, com implicações na ocupação fundiária da fronteira agrícola do estado.

Conforme Pedrosa (2006), data desse período o saque que se sucedeu sobre as terras devolutas do Estado. A grilagem, implantada com a vinda das grandes empresas do Sul e do Centro-oeste, usurpou inclusive os corredores de 200 km de largura ao longo das rodovias, destinadas por decretos à colonização. O refúgio dos camponeses chegou a ser os 30 metros de terra ao longo das rodovias, uma vez que foram empurrados pelas cercas dos latifundiários.

3.4.1 A Lei de Terras no Maranhão⁴⁶

Entre 1848 a 1891, as terras devolutas pertenciam a União e parte delas era reservada ao uso das províncias para a colonização estrangeira. O artigo 16, da Lei n. 514, de 28 de outubro de 1848 evidencia que:

a cada huma das províncias do Imperio ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonisação, e não poderão ser roteadas por braços escravos (Lei n. 514, de 28 de outubro de 1848 apud SHIRAISHI NETO, 1998, p. 24).

A Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, além de proibir a obtenção de terras públicas por meio de qualquer outro modo que não fosse pela compra, financiava a obtenção de recursos para promover a colonização estrangeira do Brasil. Além disso, também regularizava

⁴⁵ Ação discriminatória é o trabalho realizado por órgão fundiário com objetivo de identificar e separar a terra pública da terra privada. É realizado por meio de trabalho de campo, comumente no segundo semestre do ano, no período em que as chuvas diminuem na Amazônia. Este tipo de intervenção pode demandar até noventa dias, dependendo da área, além de envolver altos custos (LOUREIRO; PINTO, 2005).

⁴⁶ As datas e as leis do item Lei de Terras no Maranhão foram retiradas, em sua grande maioria, do livro de SHIRAISHI NETO, J. Inventário de Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão.- 1850/1996, preservando nas citações a ortografia da época.

a ocupação legitimando as apropriações anteriormente realizadas como as doações feitas pela coroa e a aquisição das terras mediante a posse.

A lei de 1850 disciplinou, entretanto, a forma de acesso às terras devolutas enfatizando o instituto da aquisição e enfraquecendo a vertente da posse apoiada na moradia e cultivo habituais. Praticamente impedia o livre acesso aos recursos naturais, em terras consideradas devolutas, ao fortalecer os instrumentos de compra e venda em detrimento da legitimação das ocupações preexistentes. As grandes plantações, debilitadas pela queda dos preços do algodão e do açúcar no mercado mundial, tinham neste dispositivo legal uma possibilidade de reorganização e de soerguimento, porquanto ele impedia que a força de trabalho se consolidasse de maneira autônoma pelo livre acesso aos recursos básicos. Os legisladores do Império tentaram resolver com dispositivos jurídicos a crise do sistema repressor da força de trabalho no Maranhão, que tivera na Balaiada sua expressão maior. (ALMEIDA, 1998, p. 13).

A Constituição republicana de 1891 transferiu para os estados as terras públicas devolutas, mantendo sob controle da União apenas as terras das faixas de fronteira e da Marinha.

Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais. (CONSTITUIÇÃO de 1891, artigo 64).

Por conseguinte os Estados, segundo Shiraiishi Neto (1998), passaram a estabelecer suas próprias leis para definir as chamadas terras devolutas existentes. O autor sintetiza o quadro fundiário do Maranhão na seguinte perspectiva:

terras da união, destinadas à colonização, devolutas do Estado, regularizadas pela chamada Lei de Terras e Posses, ocupadas por diversos segmentos camponeses dentre os quais destaco, os índios, os quilombolas, as quebradeiras de coco babaçu e os pequenos produtores independentes. Estes se organizavam com base na produção familiar, abrindo as matas e cultivando com técnicas bastante próprias de derruba, queima e plantio de pequenas porções de terra para sustento de suas famílias e realizando atividades extrativas de caça, pesca e de coleta de frutos naturais, como o babaçu, utilizado na cobertura das casas, fabricação de pequenos utensílios domésticos e confecção de óleo para cozer os alimentos. (SHIRAIISHI NETO, 1998, p. 27).

Em 13 de outubro de 1906, o então Governador do estado do Maranhão sanciona a Lei n. 439 que regulariza o serviço de terras ao definir o que seriam terras devolutas (artigo 1); revalidáveis: as concedidas por sesmarias e concessões não regularizadas (artigo 3);

legitimáveis: seriam as posses de cultura e moradia habitual (artigo 5) e terras disponíveis para venda ou aforamento (artigo 2)⁴⁷.

Art. 1. São terras devolutas pertencentes ao Estado:

I. As que não estiverem aplicadas a algum serviço da União de conformidade com o artigo 64 da Constituição Federal, ou algum uso público estadual. II. As que não constituírem patrimônio dos municípios. III. As que pela Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 e o regulamento 1318 de 30 de janeiro de 1851 não foram consideradas como se achando no domínio particular por título legítimo. IV. As que não foram revalidadas ou legitimadas em virtude da mesma lei de 1850 e seu regulamento. V. As que não forem revalidadas ou legitimadas por esta lei.

Art. 2. As terras devolutas somente a título de compra ou aforamento poderão ser obtidas.

Art. 3. São revalidáveis:

I. As sesmarias ou outras concessões do Governo que, não tendo sido consideradas isentas de revalidação pela Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850 e o regulamento n. 1318 de 30 de janeiro de 1851, não tiverem sido medidas e demarcadas e se acharem cultivadas pelo menos em um terço de sua extensão e com moradia habitual dos respectivos sesmeiros ou concessionários, seus representantes ou seus legítimos sucessores. II. As partes das sesmarias ou outras concessões do Governo nas condições do número anterior, com cultura efectiva e moradia habitual, compreendida nos limites das concessões e transferidos por título de venda, doação, herança ou outro qualquer meio hábil de transferir o domínio, revestido das formalidades legais. III. As sobras restantes das sesmarias ou outras concessões do Governo nas mesmas condições do número anterior, desfalcadas por qualquer motivo em sua extensão, que se acharem cultivadas e com moradia habitual dos respectivos sesmeiros ou concessionários, seus representantes ou seus legítimos sucessores.

Art. 5. São legitimáveis

I. As posses mansas e pacíficas com cultura efectiva e moradia habitual, havidas por ocupação primária e registradas segundo o regulamento que baixou o Decreto n. 1318 de 30 de janeiro de 1854, que se acharem em poder do primeiro ocupante ou de seus herdeiros. II. As posses nas mesmas condições anterior, que tenham sido transferidas pelo primeiro ocupante ou seus sucessores a título de venda, doação, permuta, ou outro meio hábil de transferir o domínio, tendo sido pagos os respectivos impostos. III. As partes de posses nas condições dos parágrafos anteriores. IV. As posses com cultura efectiva e moradia habitual,

⁴⁷ Shiraiishi Neto, 1998 *apud* Lei n. 439, p 132, 133 e 134, artigos 1, 2, 3 e 5.

estabelecidas sem protesto ou oposição há dez anos, a contar da data desta Lei e mantidas sem interrupção desde o seu estabelecimento. V. As posses que se acharem em sesmarias ou outras concessões do Governo revalidáveis por esta Lei, se tiverem sido declaradas boas por sentença passada em julgado entre os sesmeiros ou concessionários e os ocupantes, ou se tiverem sido estabelecidas e mantidas sem oposição dos mesmos sesmeiros ou concessionários durante dez anos pelo menos.

As determinações da lei, além de regularizar a posse da terra por meio das sesmarias, posses ou aquisições, é uma forma de preservar a terra nas mãos de um grupo pequeno, e pulverizar a possibilidade de aquisição (que se dá, a partir de então, pela compra) de uma numerosa população que já estava inserida de outra forma na terra, que não pela propriedade particular.

Vê-se uma participação direta do Estado atuando em favorecimento de um seletivo grupo social. A saber, a lei de 13 de outubro de 1906, que pode ter sido a primeira lei de terras do Maranhão (SHIRAISHI NETO, 1998), retoma a Lei de Terras de 1850 ao especificar e caracterizar o que seriam as terras devolutas, ou seja, todas as terras que não estavam sob o poder público e que não pertenciam a nenhum particular. O caráter desta lei, assim como a da lei anterior, é mais uma vez excludente e, sobretudo, rigoroso na aplicação das leis e sanções para as situações de invasão. Para Shiraishi Neto (1998), os legisladores tinham como finalidade garantir efetivamente a propriedade da terra para um determinado grupo já que havia uma enorme preocupação em prevenir uma possível ocupação das terras devolutas pela crescente população de base familiar, extirpando, de forma efetiva, esse segmento do acesso à terra.

Moraes Silva (1999) ao fazer a comparação entre as duas leis de terra, a Imperial de 1850 e a do estado de Minas Gerais de 1949, faz uma distinção quanto à elaboração delas. Na Imperial, além de itens anteriores, são terras devolutas as que não se acharem ocupadas por posse; enquanto na Estadual, além dos itens anteriores, são devolutas também as terras que estiverem ocupadas por posseiros ou concessionários por não terem pago o preço mais as despesas.

Ou seja, a primeira lei garante a prescritibilidade das terras, à medida que elas forem legitimadas pela lei. No entanto, a de 1949 nega a prescritibilidade aos posseiros ou concessionários caso não tenham legitimado as terras. No primeiro caso, a posse transforma-se em propriedade por meio da legitimação. Trata-se de um ato possível de acontecer, uma previsão. No segundo caso, aqueles incursos em comisso perdem a posse, portanto, por não terem procedido à legitimação. (MORAES SILVA, 1999, p. 32).

Conforme a autora Moraes Silva (1999), no Brasil a propriedade particular das terras foi assegurada pelo Estado mediante a venda das terras devolutas e, conseqüentemente, por meio da legalização ou reconhecimento pelo poder público. Todas as outras formas de apoderamento que não fosse regulamentada pela lei eram tidas como devolutas. Ainda de acordo com a autora, é por detrás da aparência de igualdade de direito para todos que estava imposta a legitimação do poder público. “É justamente esta imposição que esconde a violência da tomada das terras dos camponeses pobres dentro da lei e da ordem” (MORAES SILVA, 1999, p. 33). Quanto ao governo do Maranhão, este oferece gratuitamente em 1911 ao governo federal terras devolutas, que eram de sua jurisdição desde 1891, para a fundação de novos núcleos coloniais.

Segundo Almeida (1998), a questão agrária, tratada dessa maneira, é confundida com povoamento e colonização. Essas medidas passam a alcançar de forma negativa os povos indígenas e a população ribeirinha que desenvolviam atividades extrativas nessas terras.

Em 1932 o Serviço Nacional de Povoamento, antigo Serviço de Povoamento do Solo, que tinha como objetivo facilitar, a partir de 1911, a atuação dos órgãos públicos responsáveis pela destinação e ocupação de terras devolutas, é transformado em Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização. Pouco tempo depois, em 1938, com o instrumento de colonização tornado recurso de geopolítica⁴⁸, segundo Almeida (1998), uma vez que preconizou a “Marcha para o Oeste” e a ocupação dos espaços vazios, é criada a Divisão de Terras e Colonização. No Maranhão é verificada, nesta época, a concessão dos babaçus, que pertenciam anteriormente ao Estado, às empresas que se comprometessem a instalar fábricas para a industrialização do coco (ALMEIDA, 1998). Dá-se, neste momento, o cercamento das terras e o começo da privatização do coco babaçu, que irá se acentuar com a Lei Sarney de Terras.

Em 1948 é criado no Maranhão o Departamento de Terras, Geografia e Colonização. Com a criação desse departamento as políticas não se voltam mais para os problemas de regularização, demarcação e registro das terras adquiridas por cartas de sesmarias, como na Lei de Terras do Maranhão de 1906, mas para promoção de políticas que impulsionassem a colonização das terras devolutas do Estado (SHIRAIISHI NETO, 1998). Para tanto, é criado o

⁴⁸ Geopolítica é entendida como as disputas de poder no espaço mundial e que, como a noção de *poder*, não é exclusiva da geografia. Segundo Bobbio (1986, p. 544), “o comportamento político e as capacidades militares podem ser explicados e previstos com base no ambiente físico. Este influencia ou até determina a tecnologia, a cultura e a economia dos Estados, sua política interna e externa, e as relações de poder entre os mesmos”.

Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) em 1950, com propostas de colonização do Mearim. Nessa época, principalmente no Vale do Itapecuru, há registros de invasão das roças pelo gado, da obrigatoriedade da venda do coco babaçu nos barracões dos grandes proprietários e da falsificação de escrituras de terra em cartórios.

Com a finalidade de “ordenar” a ocupação das novas regiões que o governo decidiu criar projetos de colonização. O objetivo era assentar um grande número de famílias de agricultores na região centro oeste do Estado, englobando parte dos municípios de Grajaú, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Pindaré-Mirim, Santa Luzia e Amarante do Maranhão (PEDROSA, 2003).

Estimava-se que, no período, o Maranhão detivesse cerca de 90.000 km² de terras devolutas somente na região Pré-Amazônica e 100.000 km² de terras sem ocupação. Tais terras deveriam ser utilizadas como “válvulas de escape” para os conflitos das regiões de colonização antiga. Também deveriam funcionar como um polo de atração de grupos empresariais com a missão de promover a modernização no campo maranhense. O instrumental jurídico para as transferências das áreas era a Lei de Terras de 17 de junho de 1969 (Lei n.º 2.979) (PEDROSA, 2003, p. 18).

Antes da Lei Sarney de Terras de 1969 surge, em 1959, segundo Shiraishi Neto (1998), uma “nova” Lei de Terras para o Estado do Maranhão (Lei n. 1807 de 21 de agosto).

Podemos dizer que a intenção maior desta Lei é de se criar procedimentos ‘legais’ para autorizar/regulamentar a venda ou alienação das chamadas terras devolutas do Estado – estas tidas como vazias e desocupadas – às pessoas físicas ou jurídicas para a atividade agropecuária. Antecipa, em certa medida, a chamada Lei de Terras do Sarney, de 1969. (SHIRAISHI NETO, 1998, p. 38).

Em 17 de julho de 1969 é proclamada a Lei n. 2979, conhecida também como “Lei Sarney de Terras”, que tinha como meta o controle de grandes extensões territoriais por grupos empresariais do Nordeste e Centro-sul por meio de uma reestruturação do mercado de terras. De acordo com o artigo 14 da Lei 2.979/69: “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial” (PEDROSA, 2003, p. 19-20).

Segundo Shiraishi Neto (1998), não há qualquer referência na Lei Sarney de Terras que legitime o uso da terra pelos agricultores. “Em toda, não há um único artigo sequer que reconheça as formas de uso dos diversos segmentos camponeses, ou seja, aplicado à sua legitimação enquanto admita e reconheça” (SHIRAISHI NETO, 1998, p. 40). A Lei de Terras

de 1906 é ainda mais excludente que a de 1850, que no caso de posse regularizava todas as terras cultivadas ou com algum princípio de cultura e que constituísse a morada do posseiro. A Lei de 1906, ao retirar o direito de posse do posseiro, confere ainda mais o controle da terra ao poder público, aumentando a exclusão e os conflitos pela posse das terras.

Com a Lei Sarney de Terras houve uma sofisticação do processo de mercantilização da terra. A Lei de 1959 n.1807 criou os procedimentos legais para regulamentar a venda a qualquer pessoa interessada na atividade agropecuária, enquanto que a Lei Sarney de Terras era o instrumental jurídico para a transferência das terras aos grandes grupos econômicos. Com a Lei Sarney de 1969, a compra das terras, estabelecida aparentemente como direito de todos, era possível apenas aos grandes grupos empresariais que detinham capital e prestígio necessário para a aquisição das terras. Neste momento, tem-se uma efetiva legitimação do poder do Estado, à medida que, amparado de forma jurídica, praticamente cede a terra aos latifundiários e permite a expulsão de qualquer cultura ali preexistente. O Estado garantiu não só a privatização das terras, mas a comercialização com grupos econômicos assegurando a concentração fundiária.

A proposta era oferecer diversas vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que almejassem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na região. O principal instrumento do Estado era os incentivos fiscais, reorientados legalmente em 1967, para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que necessitam de grandes quantidades de terra, destinam-se à exploração de produtos primários ou semielaborados e geram poucos empregos.

Esses incentivos eram concedidos (via Sudam) aos empresários por longos períodos (dez a quinze anos). Por meio desses apoios, as grandes empresas favorecidas poderiam designar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar com aqueles recursos novas empresas na região. Além disso, o governo ainda dispunha de recursos financeiros a juros muito baixos e até negativos e concedia muitas outras facilidades. Dessa forma, o Governo Federal:

abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais, etc.; preferiu transferir esses recursos para grandes empresas. As facilidades legais concebidas para atrair empresários estimulavam o acesso a grandes extensões de terra e à natureza em geral. Para transferir a terra pública (devoluta) para os grandes grupos econômicos e garantir a propriedade da terra aos pretensos investidores futuros, o governo alterou a legislação existente e criou dispositivos legais extraordinários e de exceção. (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 2).

Há um comprometimento do Estado com uma minoria da sociedade e parte dos impostos que poderia ser utilizado para beneficiar a maioria da população é transferido para um empresariado descompromissado socialmente. Consequentemente, as populações dependentes dos recursos da natureza passam a sofrer privações, principalmente da terra por meio da privatização e da grilagem.

Costa (1981) ao fazer uma análise a respeito dos conflitos de terra maranhense, analisa a participação do Estado da seguinte maneira:

Quanto ao Estado, a análise dos conflitos revela o seu comprometimento com o empresário, seja através da violência policial contra os trabalhadores, da insensibilidade social dos juízes na emissão de sentenças, no burocratismo dos órgãos públicos ou na impunidade da polícia privada desse empresário. (COSTA, 1981, p. 11).

Quanto à questão da tolerância e da convivência do Estado com a violência houve nesta época a privatização da “polícia”, isto é, as empresas contratavam as milícias privadas para garantirem a vigilância e a segurança, preparadas para assegurarem a posse e a defesa da terra. Estabeleceu-se uma “organização” que envolvia fazendeiros interessados nas terras, autoridades coniventes com a presença das milícias privadas de defesa e os políticos que eram beneficiados com as terras e a pistolagem.

Os atos de violência são efetivamente concretizados pela proibição do homem que vive da terra à cultivação de suas roças, pela proibição de quebrar o coco, não usufruir o rio. As terras passam a ser cercadas, moradias são queimadas ou derrubadas com tratores, os homens são coagidos pelos jagunços, entre outros tipos de ameaças físicas e psicológicas. “Os processos de cercamento das terras e de expulsão das quebradeiras de coco babaçu acentuaram-se desde a promulgação da antiga Lei n. 2979/1969, conhecida como a Lei das Terras do Sarney” (SILVA, 2007, p. 14).

Conforme Paula e Mesquita (2008), a política de desenvolvimento regional para o Maranhão, pelo menos no setor pecuário, cumpriu seu objetivo produtivista e modernizante. Por meio desta política foram incorporados milhões de hectares (mais de cinco milhões de hectares entre 1970/1980) nas atividades agropecuárias, especialmente na pecuária de corte extensiva cuja consequência foi a retração da agricultura familiar e do extrativismo do babaçu. A lógica desse processo de expulsão se deu por meio dos incentivos fornecidos pelo Estado.

A prioridade que foi dada à pecuária pelas políticas e programas governamentais e as ações do governo em infraestrutura de acesso podem ser considerados fatores responsáveis

pela incorporação de imensas áreas de terra em detrimento das lavouras de arroz, feijão, milho, entre outros alimentos (MESQUITA, 2009a), produtos que compõem a base alimentar da agricultura familiar.

A Lei Sarney de Terras garantiu o respaldo jurídico à grilagem das terras públicas, indicando o desaparecimento de grupos que já estavam há tempos estabelecidos nessas terras (ANDRADE, 2008). Com a lei, a pré-amazônia, que era até então região de fronteira, passa a ser dominada por blocos econômicos que se utilizam de incentivos fiscais da Sudam e Sudene. A principal meta dos órgãos governamentais – Sudam e Sudene –, para o caso maranhense, baseava-se em acelerar a absorção de grandes áreas devolutas de terras por grandes empresas agropecuárias.

Essa mesma lei (Lei 3.230) cria a Cia. Maranhense de Colonização – Comarco – em 6 de dezembro de 1971. A Comarco agregou rapidamente ao seu patrimônio uma extensão de 1.700.000 hectares de terras, localizada no Centro-Oeste do Estado, além de outra área de 400.000 hectares (PEDROSA, 2003).

A Comarco era uma maneira de efetivar a política de terras do Maranhão, já que tinha como meta o desenvolvimento de projetos de colonização. Seguindo a política fundiária da Lei de Terras de 1969, do governo Sarney, e atraídos por uma generosa política de transferência de terras do Estado via Comarco (nesta época), grandes grupos empresariais adquiriram vastas extensões de terras por preços simbólicos, obtendo lucros extraordinários com processos de desapropriação de grandes áreas transferidas para seus patrimônios pela Companhia Maranhense de Colonização. Chegou-se, em alguns casos, “a atingir um ágio de 24,81%, como a Fazenda Tucumã, comprada por 67.532 reais (valor atualizado), cujo preço de venda atingiu 4.744.265 reais. Nesse período, a Comarco foi autorizada a transferir 2.100.000 ha. de suas terras a grandes grupos empresariais” (HELUY, 2001, p. 10).

Essas terras praticamente doadas pelo Estado a grandes grupos econômicos são negociadas por estes mesmo grupos após terem devastado as terras com incentivos públicos, a preços exorbitantes. De acordo com Andrade (1998), é nessas áreas que o Estado assenta os pequenos agricultores e propõe, sem qualquer incentivo, que eles as tornem produtivas, havendo a possibilidade de serem cobrados pela terra e pelo financiamento. Ou seja, ao mesmo tempo em que é generoso com os grandes conglomerados econômicos, doando-lhe grandes faixas de terras públicas e incentivando seus projetos agropecuários, por outro lado o Estado aparece com a possibilidade de cobrar dos chamados assentados, a terra e os financiamentos.

De acordo com Sader (1991), ao patrimônio da Comarca foi incorporada uma área de terra localizada no centro-oeste do Maranhão, que englobou os municípios de Pindaré Mirim, Santa Luzia e Santa Inês, além de outros. Sader relata que a atuação da empresa foi “nefasta”, uma vez que a grilagem se institucionalizou agravada pela construção da estrada, no início dos anos de 1970.

As leis estaduais e os incentivos fiscais despertaram o interesse de grandes grupos nacionais e multinacionais que investiram em enormes latifúndios, promovendo a devastação da floresta e do sistema ecológico. Além disso, o Governo Federal oferecia garantia de infraestruturas para os novos projetos (estradas, portos, aeroportos e outros). Às margens das estradas,

a devastação florestal foi rápida e a disputa de terras privilegiadas às margens delas gerou, desde o fim dos anos de 1960, conflitos de toda ordem, que só foram aumentando nas décadas seguintes, à medida que o modelo de desenvolvimento se estruturava. Comprometeu-se ainda o Governo Federal em trazer mão de obra barata de outros pontos do Brasil (nordestinos que fugiam da seca, em especial), para atuar nas frentes de trabalho (abertura de estradas, desmatamento, construção de portos, aeroportos etc.). Esses milhares de trabalhadores, após concluídas as obras, ficaram na região em busca de terra e das oportunidades de trabalho que, de qualquer forma, lhes pareciam ser – na Amazônia –, mais promissoras do que aquelas que já conheciam e haviam enfrentado em suas terras de origem. A população da Amazônia, que era de 2.601.519 habitantes em 1960, havia ascendido a 4.197.038 em 1970. (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 79).

Essa forma de agir do governo assegurava o lucro aos novos investimentos, já que até então os bancos, a indústria e o comércio não manifestavam interesse por investir na agropecuária, uma vez que o lucro maior encontrava-se no comércio dos produtos agrícolas e não na sua fabricação; e também em função do empecilho representado pela propriedade da terra à expansão do capital na agricultura (MARTINS, 1994).

A política de incentivos fiscais consistiu basicamente em conceder isenção de 50% no imposto de renda das grandes empresas estabelecidas em outras regiões, particularmente no sul-sudeste, desde que tais recursos fossem investidos na região amazônica, na proporção de 75% de capital subsidiado das novas empresas e 25% de capital próprio. A partir desse momento, o ritmo e a forma de ocupação da região pelo grande capital alteraram-se radicalmente [...]. Com os incentivos fiscais, o avanço da grande fazenda foi enormemente acelerado. A grande empresa passou a expulsar ao mesmo tempo camponeses e índios ou a jogar camponeses contra índios como forma de se livrar dos dois. Do mesmo modo, com os incentivos fiscais, terras que estavam fora do circuito do capital e que, portanto, praticamente não tinham preço, puderam ser obtidas com poucos recursos, o que permitiu a aquisição de imensas glebas pelas empresas do sul. Outras vezes, terras públicas ou terras indígenas foram transformadas em terras particulares mediante a

falsificação de documentos, corrupção de funcionários governamentais ou simples expulsão violenta dos ocupantes da terra. (MARTINS, 1988, p. 19).

De acordo com Martins (1995), essa também era uma escolha política já que assim o governo garantia a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias que dominavam o poder regional dos estados do Centro-Oeste e do Norte. As oligarquias, por esta política, não ficavam excluídas da renda da terra, mas ficavam “livres” de um processo de reforma agrária, uma vez que tais grupos tradicionais foram um importante alicerce de sustentação social para o golpe militar. “Golpe que fora dado para conter uma suposta revolução agrária, de orientação comunista, levada a cabo por camponeses pobres, sobretudo do Nordeste do Brasil”. (MARTINS, 1994, p. 4).

A forma como as grandes empresas se apropriam da terra coloca em prática diversos atos que tornam inviáveis o modo econômico de produção de lavradores e de outros que vivem da terra, dispendo, assim, da separação que pode ser mais ou menos rápida, mais ou menos violenta, de seu principal meio de produção, que é a terra (COSTA, 1981). Dessa forma, afeta, além de seu acesso à terra, sua liberdade individual, seus valores, seu modo de vida.

A política de incentivos foi bastante danosa à região, já que beneficiava apenas os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, porém o dano maior estava ligado à questão da terra. Entre os anos de 1970 e 1980, a terra pública, moradia de muitos pequenos agricultores familiares, foi colocada à venda em grandes porções para os novos investidores, que as contraíam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares, que na maioria das vezes revendiam a terra pública como se fosse própria. Nos dois casos, era comum que as terras adquiridas fossem delimitadas pelos novos proprietários numa extensão maior do que a dos lotes anteriormente adquiridos.

As grandes empresas de fora do Maranhão, atraídas pelos vantajosos benefícios, montaram, com participação das polícias e das milícias armadas, uma operação conjunta para eliminar das terras homens e mulheres que ali viviam. Por vários mecanismos, a concentração de terras assumiu enormes proporções e as expulsões tornaram-se cada vez mais violentas, porque se encontravam respaldadas por dispositivos legais que movimentavam grupos policiais, sob ordem judicial, para expulsar os posseiros. Assim, os conflitos passaram a ser o procedimento pelo qual muitos dos novos proprietários assumiam a terra comprada ou grilada.

Aos colonos foram oferecidas áreas inóspitas e sem infraestrutura, insuficientes para a sobrevivência das famílias. Segundo Sader (1991), a área grilada se estendeu por mais ou menos nove municípios “a grilagem reduziu os 300 mil hectares para cerca de 150 mil. Para completar, o dinheiro da Comarca desapareceu” (PEDROSA, 2003, p. 19-20).

Esse processo gerou a apropriação legal e ilegal e o cercamento das chamadas terras devolutas, alienadas por estes órgãos⁴⁹ ou mesmo griladas, causando uma série de conflitos pela posse das terras entre os camponeses e fazendeiros e as empresas agropecuárias. [...] estas mesmas áreas que foram alienadas a preços simbólicos a algumas empresas, convidadas a se instalarem no Estado para desenvolver projetos agropecuários, retornaram superfaturadas ao patrimônio do Estado por meio do processo de desapropriações por interesse social para fins de Reforma Agrária realizadas pelo INCRA. (SHIRAISHI NETO, 1998, p. 41).

O Estado permitiu a legitimação e a legalização da grilagem de terras na Amazônia, regularizando-as por meio das Medidas Provisórias 005 e 006, e deu à Justiça os instrumentos legais de que esta precisava para legalizá-las e, posteriormente, promover a expulsão dos antigos moradores. Conforme Loureiro e Pinto (2005), o texto legal permitia a regularização de propriedades de até 60 mil hectares que tivessem sido adquiridas de forma irregular, mas com boa fé. Ainda de acordo com o texto, os projetos, mesmo à revelia da lei e da ordem, se redimiam em razão de seus resultados, pois promoveriam o desenvolvimento da região. O próprio Estado, portanto, permitiu a grilagem na região e a estabeleceu como ação tolerável, não só tornando-a legítima, mas legalizando-a, e reforçando-a ao conferir empréstimos e financiamentos para serem investidos nas terras. Nas palavras de Loureiro e Pinto (2005):

As áreas pleiteadas por grileiros, madeireiros e criadores de gado eram habitadas por centenas de famílias de colonos que nelas viviam e seus direitos à terra, apesar de contestados na Justiça ou por confronto direto, estavam amparados legalmente: os naturais da região já estavam na terra há algumas décadas e nelas se haviam estabelecido com posse mansa e pacífica, trabalho efetivo e morada habitual, portanto, na forma da lei. As Medidas Provisórias aceleraram a legalização da fraude e da grilagem e intensificaram os conflitos. A Constituição de 1988 ignorou questões como essas e o caos fundiário acabou se consolidando. O que se constata é que o conflito de terras resulta da ação elitista, excludente e desastrada do Estado durante décadas na Amazônia. (LOUREIRO; PINTO, 2005, p. 81).

⁴⁹ Os *Órgãos* se referem à Companhia de Colonização de Terras do Maranhão (Coterma) criada em 1979, que extingue a Comarca e ao Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) criado em 1981 que extingue a Coterma.

Em 1971, surge o projeto de colonização em Buriticupu como proposta do governo estadual de criar, na região sudoeste do Maranhão, uma zona de expansão agrícola que ao mesmo tempo abrigasse inúmeras famílias de trabalhadores rurais e aproveitasse as imensas áreas de terra fértil e inexplorada da região. Segundo Sader (1991, p 74), a Sudene e o governo estadual no Buriticupu haviam iniciado já há algum tempo a ocupação da área por pequenos produtores. “No Buriticupu essa ocupação foi planejada junto com a de grandes projetos [...]”. Logo, segundo Pedrosa (2003, p. 20) foi possível perceber os verdadeiros objetivos do governo. “O objetivo, claro, era oferecer mão de obra barata para as empresas”.

É importante ressaltar que a política de colonização não significou resolver o problema da questão agrária. Como salienta Almeida (1998), a criação da Lei n. 2979/1969 e as políticas de colonização se apoiavam fundamentalmente em fatores externos, tendo em vista que utilizavam recursos monetários de grandes grupos econômicos. Não havia um interesse efetivamente transformador da sociedade na implementação de projetos que legitimasse o acesso à terra por trabalhadores rurais, mas políticas de caráter excludente e concentrador. Esses programas não foram implantados de maneira pacífica. Há relatos de casos de violência aos ocupantes das terras e também da escassez de muitos recursos naturais de que se alimentavam populações indígenas e rurais. A opção para muitos foi a constituição de comunidades ao redor da terra expropriada, para outros, a solução encontrada foi a migração.

Moraes Silva (2008) diz que:

Além do processo de expulsão, que culminou no desmantelamento do processo de trabalho assentado no sistema dos trabalhadores permanentes, fixos, residentes nas fazendas, e sua transformação em “boias-frias”, a modernização da agricultura, sob a égide do Estado brasileiro, foi responsável pelo surgimento das chamadas migrações temporárias, caracterizadas pela presença de milhares de pessoas, geralmente provenientes de áreas pobres do país, que foram obrigadas, pela falta de condições de sobrevivência, a se deslocar para as áreas mais ricas, em busca de trabalho. (MORAES SILVA, 2008, p. 1).

Desde 1980 era de conhecimento oficial, graças a relatórios e pesquisas, o fato de que os recursos adquiridos por meio dos incentivos fiscais pela maior parte dos empresários beneficiados, sem se considerar os efeitos negativos tanto na questão social quanto ambiental, tiveram um destino diferente do que se propunham. Muitos não eram produtivos ou estavam irregulares. O comportamento tolerante do Estado em não investigar violações e "crimes de colarinho branco" criou na região uma convivência nociva entre o público e o privado (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Como apresentado anteriormente, os principais instrumentos para a modernização econômica pouco fizeram para a transformação qualitativa do perfil econômico-social do Estado. Os efeitos se limitaram ao período de auge dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado que beneficiaram a pecuária de corte, a produção de arroz irrigado e alguns poucos setores da agroindústria como o beneficiamento de óleos vegetais e madeira, sendo pouco representativa para o conjunto da economia e produtores beneficiados. A partir daí, com a crise dos anos de 1980, coube as forças de mercado dar a dinâmica desta expansão e modernização que se manifestou no agronegócio da soja e do eucalipto (PAULA; MESQUITA, 2008).

Em 1990, devido às políticas neoliberais propagadas no país e a consequente diminuição dos orçamentos dos órgãos fundiários, a separação da terra pública da terra privada tornou-se infrequente na Amazônia. A terra pública continuou confundindo-se, por meios legais ou não, com a terra privada, o que ampliou a desordem fundiária das décadas anteriores e tornando cada vez mais difícil reconhecê-las e separá-las (LOUREIRO; PINTO, 2005).

Para mostrar que os processos de expulsão, violência e grilagem, que envolvem a terra e a história de nosso país, continuam atuais e utilizados enquanto recursos de apropriação, o Governo Federal, em 11 de fevereiro, baixou a MP 458/2009 propondo a regularização fundiária das ocupações de terras públicas da União, na Amazônia Legal, até o limite de 1.500 hectares.

Segundo Oliveira (2009b), em artigo no jornal *Le Monde Diplomatique*, esses atos aparentemente legais mostram o empenho do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/INCRA em tentar alterar a legislação para ampliar a área passível de regularização fundiária ou de alienação, favorecendo os ocupantes ilegais das terras públicas.

De acordo com a CPT (2009), esta regularização abrange 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União, ou seja, terras devolutas já arrecadadas pelo Estado e matriculadas nos registros públicos como terras públicas e que pela Constituição deveriam ser destinadas a programas de reforma agrária. Dessa forma, a Medida Provisória 458, agora às vésperas de ser transformada em lei, regulariza posses ilegais.

Beneficia, sobretudo, pessoas que deveriam ser criminalmente processadas por usurparem áreas da reforma agrária, pois, de acordo com a Constituição, somente 7% da área ocupada por pequenas propriedades de até 100 hectares (55% do total das propriedades) seriam passíveis de regularização. (CPT, 2009, p. 2).

Permitir a transferência dessas terras públicas do Incra para os grileiros é permitir a continuidade da corrupção pelo Estado e da destruição do patrimônio público, além disso, esta proposta de lei pavimenta o espaço para o aumento do latifúndio e do agronegócio na Amazônia, com diversas consequências negativas àqueles que dependem das florestas e de seus recursos.

3.5 Consequências da política neoliberal para o estado do Maranhão

O estudo realizado por Paula e Mesquita (2008) acerca da trajetória da economia do Maranhão, entre os anos de 1970 e 2008, revelou alterações consideráveis. Nesta análise, a taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB)⁵⁰, em termos quinquenais, foi maior no período 1975/80 e a pior entre 1990/95. Essa apreciação revelou que no primeiro período, o estado do Maranhão vivia a época dos incentivos fiscais e da grande expansão da pecuária. Esses incentivos eram localizados beneficiando apenas algumas poucas atividades, resultando daí desdobramentos diferenciados qualitativamente no que se refere à questão social do Estado. No segundo período (1990/95) vivem-se as consequências da crise da dívida externa, o início da economia política neoliberal, que traz o distanciamento do setor público como indutor dos investimentos na economia, além de uma época de estouro inflacionário e início da “guerra fiscal” entre os estados. Nas palavras dos autores:

o desempenho da economia maranhense nos últimos 20 anos foi de 4,5% ao ano, superior a média do Nordeste 3,9% ao ano. Todavia, é no curso da década de 1990 que ela [economia] é mais significativa, isto é, 3% ao ano. O que explica essa trajetória numa época “perdida” da economia nacional? A nosso ver esse crescimento é impulsionado não só pela pecuária, já tradicional, mas também pela soja, eucalipto e carvão vegetal, além dos investimentos maturados do II PND referentes à extração mineral da região de Carajás, que vão constituir em principais produtos de exportação do país ao longo da década de 1990. (PAULA; MESQUITA, 2008, p. 12).

Esses instrumentos de crédito e incentivos fiscais estabelecidos pela política macroeconômica nacional para o âmbito regional foi a ferramenta fundamental de investimento que promoveu a expansão capitalista no Maranhão de algumas poucas atividades. Os resultados se limitaram a época dos incentivos fiscais e do crédito subsidiado, a

⁵⁰ O PIB refere-se à soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região durante um período determinado.

partir daí (crise dos anos de 1980) coube as forças de mercado dar a dinâmica desta expansão e modernização que se manifestou no agronegócio da soja e do eucalipto.

A implantação de grandes projetos como é o caso dos projetos de expansão das siderurgias, do aumento da exportação da soja no mercado externo, da criação extensiva de gado, são projetos que entram em conflito direto com a sobrevivência das florestas, recurso de fundamental importância para a sobrevivência dos agricultores de base familiar. Embora o Estado, por meio das deliberações do Consenso de Washington, não intervém de modo tão direto na economia, como anteriormente demonstrado, continua a atuar de maneira indireta. Um exemplo disso são os incentivos oficiais da soja que são financiados pelo BNDES, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Embrapa, Sudam e Sudene, que são na verdade, segundo Baccarin (2005), um novo tipo de regulamentação.

Dentro deste contexto é possível compreender que a transformação econômica no sentido de crescimento será decorrente do nível de expansão das atividades que o capital estará disposto a fazer, segundo as expectativas de lucros a serem obtidas. No caso do Maranhão o avanço do capital se deu por meio da agricultura capitalista voltada à exportação com a cadeia de grãos e de carne. Nas palavras de Paula e Mesquita (2008):

A incorporação de insumos modernos no setor agropecuário do Maranhão como um todo, ocorreu, [...] de forma pontual e seletiva, e se articula com as grandes empresas e latifúndios subsidiados pelo Estado no período áureo da política de incentivos fiscais. (PAULA; MESQUITA, 2008, p. 10).

A crise do Estado intervencionista na década de 1980 e a promoção política e econômica do discurso neoliberal que daí surge modificam toda a dinâmica econômica da região amazônica, principalmente em relação à oferta de alimento. Em virtude da crescente demanda por *commodities* agrícolas e minerais que se estabelece nestes últimos dez anos (1996/2006), a Amazônia se tornou a maior fornecedora de matérias-primas. Esses produtos são grãos, carnes e minérios. O resultado é que a região tem crescido em termos de PIB e renda *per capita* a uma taxa maior que a do Nordeste e do Brasil. Entretanto, essa riqueza tem sido apropriada pela minoria da população, poucos são os beneficiados, dentre eles os empresários das atividades do agronegócio e do complexo mineral de Barcarena (PA) e São Luis (MA) (PAULA, MESQUITA, 2008; MESQUITA, 2009; SÁ SILVA, MESQUITA, 2009).

Segundo notícia recente do Governo do Estado do Maranhão, “o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, em 2007, alcançou R\$ 31,606 bilhões a preço de mercado corrente.

Ao longo de 2002-2007, o Estado apresentou o maior crescimento do PIB, entre os estados da região Nordeste”. Os números foram divulgados, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento (Seplan). Apesar deste cenário recente de crescimento nos últimos anos, é importante destacar que a economia maranhense tem como pilar de sustentação apenas três *commodities*, a soja, os minérios de ferro e o alumínio. É o que confirma a notícia abaixo:

As atividades econômicas com expressivas contribuições na economia do Estado, considerando o ano 2007, continuam ligadas às áreas produtivas minero-metalúrgicas e dos agronegócios, principalmente, a produção de ferro-gusa, alumina calcinada, alumínio não ligado, liga de alumínio e soja, contribuindo para o crescimento das exportações maranhenses. No total, essas exportações atingiram, em 2007, 10.657.990 toneladas, no valor de US\$ 2.177.155 milhões de dólares, 21,3% maior que o ano anterior. (IMIRANTE, 2009, p.1).

Embora nos últimos anos o valor do PIB do Estado tenha aumentado e o número de exportações elevado, pode-se afirmar que as promessas de desenvolvimento por meio da modernização introduzida pelo grande capital no campo e apregoada pelas classes dominantes, não se cumpriram. Além disso, o Estado não conseguiu conter a pobreza do Maranhão ou melhorar as condições de vida da maioria da população, principalmente a rural que, vítima da expropriação da terra, torna-se migrante. É um modelo socioeconômico de desenvolvimento insustentável.

O aumento da situação de pobreza, da concentração de renda e fundiária na região amazônica é reflexo direto da política de desenvolvimento regional executada ao longo das décadas de 1970/1980. Recentemente, esse quadro foi agravado pela política neoliberal que privilegiou o agronegócio da soja, da cana-de-açúcar, de eucalipto, da pecuária extensiva e da produção de carvão vegetal, em prejuízo das atividades de base familiar, tradicionais produtoras de alimento e extrativistas. Isso significa que:

o excelente desempenho econômico da economia, expresso por elevadas taxas de crescimento do PIB 3,2% (1991/2000), tem como determinantes o significativo crescimento das exportações de setores e atividades articulados a essa dinâmica externa da soja, carne, alumínio e ferro. Neste período recente, ela criou uma demanda estupenda e de difícil atendimento, em função da inelasticidade da oferta de alguns destes produtos, resultando daí esse enorme crescimento da área com soja e pecuária que se constata nestes dez últimos anos na Amazônia. Num primeiro momento o resultado foi um aumento de preço e, portanto um incentivo ao aumento da oferta futura de tais produtos, a questão é o formato que a expansão de tais atividades assume e os desdobramentos econômicos, sociais e ambientais daí decorrentes. (MESQUITA, 2009, p. 3).

Atualmente o papel que o agronegócio assume para a economia brasileira está estritamente ligado ao processo de devastação da Amazônia e, conseqüentemente à expulsão dos agricultores familiares da área. O processo de desmatamento pode ser decomposto em duas partes, ou seja, até 1990 ele estava ligado à agricultura itinerante, à pecuária, a grandes proprietários de terras e a grandes estabelecimentos. Após 1990, o desmatamento se pronuncia por meio da expansão da soja, do carvão vegetal, da pecuária e ao ciclo de *commodities*.

No Maranhão, além da pecuária e soja, que faz parte do processo histórico de modernização⁵¹ da região na década de 1970, como forma de privilegiar a integração do cerrado pela soja e milho e a integração da Amazônia pela pecuária, há outras atividades que devem ser levadas em conta no que se refere tanto à degradação ambiental, quanto à expulsão de pequenos agricultores. Essas atividades são a expansão da cultura da soja, do carvão vegetal e de monoculturas como o eucalipto que abastecem as siderúrgicas, tanto como matéria-prima no próprio processo de produção do ferro-gusa, como carvão para o aquecimento dos fornos.

Atualmente, o agronegócio na Amazônia, voltado à exportação de grãos e carnes, quando comparado a outras culturas como arroz, feijão, mandioca, culturas típicas da produção da agricultura familiar, assume um papel bastante relevante com relação ao saldo geral quando equiparado à produção dos pequenos agricultores neste contexto de liberalização da economia. Nas palavras de Mesquita (2009):

Os dados da balança comercial do país dos últimos 15 anos (1990/2005) [...] evoluíram consideravelmente, saíram de um modesto patamar de 16 bilhões de dólares para 45 bilhões, ou seja, uma variação de 181%, isto significa um crescimento anual de 7,1%. Com exceção da segunda metade dos anos noventa quando a mesma foi deficitária, nos demais anos foi superavitária. Esse crescimento está associado ao bom desempenho das exportações em geral que saiu de 34 para 118 bilhões, tendo como destaque o segmento do agronegócio já que ele representa cerca de 37% desta performance (em 2005). E de outro lado, o encolhimento das importações, especialmente do agronegócio que em igual período caiu de 15% para 7% (em termos absolutos saltou de três bilhões para cinco bilhões de dólares). (MESQUITA, 2009, p. 11).

⁵¹ É importante ressaltar que esse processo de modernização está atrelado à questão da inserção da região Amazônica ao avanço do capitalismo no país. Além de grandes projetos de infraestrutura, a modernização tinha como meta, talvez a principal, “desenvolver” as relações denominadas “arcaicas”, ou seja, relações de subsistência, cujo mercado é apenas utilizado para comercializar o excedente dos produtos produzidos e meio de se obter aquilo que não pode ser fabricado pelas comunidades tradicionais.

No período pós década de 1990, tem-se também o problema do desmatamento. Ele é resultado do ciclo de *commodities* agrícolas e não agrícolas, além da expansão da pecuária e soja, articulada com fatores anteriores do modelo agrícola que foi implementado com a Revolução Verde, que impera, desde a década de 1970, assentada na agricultura e pecuária extensiva.

Conforme Mesquita (2009), a taxa de desmatamento anual na Amazônia legal teve aumentos significativos. Em 1990 o desmatamento que era de 1.373.000 hectares sobe para 1.822.600 hectares conservando essa margem em 2005 (1.884.600 ha). A área desmatada num espaço entre 1988/98 cresceu 46%, saltando de 37,8 milhões de hectares para 55,2 milhões.

Esse processo de desmatamento não é algo novo na Amazônia, ele é resultado de um conjunto de ações de uma política regional baseada em incentivos fiscais e grandes empreendimentos capitalistas que atuam na região desde a década de 1970 e 1980. Após essa etapa o Estado e a iniciativa privada partem para ações de implantação de grandes investimentos de infraestrutura. Tem-se uma conjugação de forças dos novos atores com os antigos em um processo com graves consequências não só à natureza, mas a população que precisa da floresta para a sobrevivência. Atualmente na Amazônia, o agronegócio, voltado para a exportação com a cadeia de grãos e de carne, tem um crescimento considerável quando comparado a outras culturas do mercado interno como arroz, mandioca e feijão. O sucesso da soja e da pecuária tem origem no passado recente da política de modernização nos anos 1970 que privilegiou a ocupação do cerrado pela soja (milho) e a integração da Amazônia pela pecuária bovina extensiva.

Segundo Mesquita (2009):

Um conjunto de fatores de ordem interna, externa, conjuntural e estrutural está por trás deste crescimento do agronegócio brasileiro e da inserção da Amazônia neste circuito capitalista. O crescimento da renda *per capita* nas economias emergentes, os incentivos governamentais para os exportadores, as linhas de créditos dos bancos estatais, o custo relativamente barato da terra e as expectativas de lucros futuros se encontram sem dúvida como fatores desta dinâmica recente do agronegócio na Amazônia. Aliado a isso se verifica também uma mudança nos hábitos de consumos que incorpora carnes, leite e cereais antes rejeitados. Por exemplo, nos últimos 20 anos, o consumo médio de carne dos chineses saltou de 20 para 50 quilos ao ano. Alterações semelhantes estão em curso na Índia e no sul e sudeste da Ásia. Isso altera consideravelmente a demanda por grãos, porque são necessários três quilos de cereais (milho/arroz principalmente) para produzir um quilo de carne de porco e oito quilos, para um de carne de bovinos. (MESQUITA, 2008, p. 13).

A privatização da terra retira do produtor seu principal meio de produção. A tragédia dos recursos não comuns, nas palavras de May (1990), acontece quando os recursos são privatizados de modo que os benefícios obtidos por meio do manejo comum são eliminados e os produtores expulsos não são compensados pela perda por não haver uma norma que os assegure.

Um bom exemplo do cercamento dos pastos comuns pode ser dado pelo que ocorreu na Inglaterra entre os séculos XVII e XIX. O que ocasionou esse fato foi o lucro sempre em escala crescente dos senhores feudais ingleses para a produção de lã, com o início do desenvolvimento da indústria têxtil. Ao cercar os pastos, eles se apropriavam da lã, de extensas áreas de terras necessárias para o desenvolvimento da criação e também da mão de obra necessária à indústria, uma vez que expulsos do campo os pequenos produtores eram obrigados a vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. O cercamento dos pastos teve como resultado um grande empobrecimento das populações rurais, obrigando muitos a migrarem para as cidades, formando o que Marx denominou de “exército industrial de reserva”. A pressão desse exército puxou os salários para baixo estimulando a revolução industrial.

Cercamentos semelhantes estão ocorrendo atualmente em muitos países em desenvolvimento, nos quais recursos de acesso comum estão sendo rapidamente privatizados. No caso do Brasil, mais especificamente o estado do Maranhão, nossa região de interesse, à medida que as terras privatizadas tornaram-se mais rentáveis que seu uso comum, as grandes corporações foram beneficiadas por subsídios estatais. Estes subsídios são por meio da venda direta da terra ou de gigantescas obras de infraestrutura voltadas para o escoamento da matéria-prima retirada das matas para a exportação.

Esses projetos empresariais realizados por grandes corporações resultam na expulsão da agricultura familiar. Isso contribui para a constituição de uma massa de expropriados, que acabam como verdadeiros potenciais de um mercado de trabalho, guardando semelhanças com o processo de acumulação primitiva descrito por Marx no século XVIII, em que os camponeses eram obrigados a deixarem suas terras por meio do processo de expropriação. Essa expropriação guarda semelhanças com a vivenciada pelos pequenos produtores familiares maranhenses, que passam atualmente por um processo de expulsão que culminou com a tomada das terras e destruição de parte da agricultura familiar.

Na Inglaterra, contexto analisado por Marx, o processo de transformação do camponês em operário levou séculos para se consolidar, “o sistema clássico inglês relativo à

modernização da agricultura foi caracterizado pelo domínio da grande propriedade e pela expropriação das terras comuns [...] por meio da violência” (MORAES SILVA, 1999, p. 28).

Esse processo, defendido atualmente por alguns autores (ALVES, 2007; MORAES SILVA, 1999; 2008), decorre do processo de transição para o capitalismo, em que toda formação social passa por várias transformações seja de ordem legal, institucional e estrutural, essas mudanças, quase sempre, são acompanhadas da destruição de formas de vida anteriormente viáveis. Geralmente é um rompimento em direção ao desenvolvimento capitalista com o apoio do poder do Estado.

O processo de acumulação primitiva apresentado em Marx abrangeu graves e violentos conflitos. O nascimento do capital nada teve de tranquilo e foi inscrito na história “em letras de sangue e fogo”. Em sua obra *O Capital*, o autor apresenta uma minuciosa descrição de como se deram as lutas na Inglaterra do século XVII quando a propriedade privada entrou em choque com movimentos populares que combatiam o capitalismo e todo processo de privatização. Na nossa época, o processo de acumulação primitiva também tem levado a vários movimentos de resistência e também a lutas políticas e sociais. Para Harvey (2005), “a ênfase no âmbito desses movimentos no tema da ‘restituição dos bens comuns’ indica, contudo, profundas continuidades com batalhas de muito tempo atrás (HARVEY, 2005, p. 134).

A tragédia desse processo que ainda pode ser chamado de acumulação primitiva é aliciar de modo bastante rápido, muitas vezes violento e à força, um grande contingente de pessoas para o proletariado, podendo com muita facilidade descartá-las como mão de obra não mais necessária. Tornar-se vendedor da força de trabalho significa estar ausente dos meios de produção disponíveis para a sobrevivência, no caso a terra.

A expansão do agronegócio para novas áreas, especificamente a Amazônia Legal, faz com que os pequenos produtores percam diretamente suas terras, sendo privados das condições de reprodução porque perdem o intercâmbio entre a pequena produção familiar e áreas de matas. Isso porque, as áreas de matas nativas são essenciais à reprodução da pequena propriedade, já que esta os abastece com frutos, caças, ervas medicinais e lenha (MORAES SILVA, 2000). Sem terra, os produtores familiares têm na migração sazonal a única alternativa de sobrevivência. De acordo com Alves (2008):

A expulsão, provocada pelo agronegócio é o primeiro elemento para a emigração, o segundo elemento é a decisão para onde migrar. Esta é decidida pela análise sobre onde poderá se dar a venda da força de trabalho.

Uma outra decisão será de como se dará essa decisão, isto é, se esta se dará de forma permanente ou de forma pendular. Esta decisão dependerá das condições da demanda de sua força de trabalho nas regiões de destino. No caso da cana, como a demanda por força de trabalho é sazonal; mais concentrada na safra, isto leva a que a maior parte dos migrantes optem pela migração sazonal, na qual, predominantemente os homens jovens migram. (ALVES, 2008, p. 11).

A partir daí, ou seja, a partir da expulsão, da expropriação, o efeito atração exerce um significado importante. Homens e mulheres tornam-se migrantes forçados, ao estarem destituídos dos meios de produção, e migram em busca da oferta de salário e emprego. O processo de atração atualmente está sendo verificado pela migração de um enorme contingente de maranhenses para o interior do estado de São Paulo.

3.6 Os “novos” migrantes

Os subsídios e as facilidades concedidas pelo Estado possibilitaram, como já dito anteriormente, um processo de privatização das terras transformando-as em terras de grandes culturas tecnificadas modernas ou então, em terras para especulação, o que é incompatível com a agricultura familiar.

Sem terra ou com pouca terra ameaçando sua subsistência, a migração é a alternativa encontrada pelo trabalhador, porém, é uma migração forçada causada por um processo de expulsão em razão da destruição de suas matas. Dessa forma, migrante “trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, resultantes de processos de violência e expropriação” (MORAES SILVA, 2009, p. 15). Migram, portanto, quando as condições de reprodução de seu grupo social são comprometidas, nestes casos migram porque são expulsos das suas terras. Alves (2007) considera como expulsão:

Todo e qualquer fenômeno social, econômico, étnico-racial, religioso, político, natural ou de gênero que comprometa, no sentido de impedir, as condições de reprodução do grupo social, colocando a busca por outro local como única alternativa para a sobrevivência. (ALVES, 2007, p. 47).

O processo de expulsão é empreendido por meio da violência, mortes e expulsões da terra e dos meios de trabalho, impulsionando o homem do campo à vida de assalariado. A história desses migrantes é a história da resistência desses grupos que indica não apenas a importância da terra enquanto valor de uso, mas enquanto fortalecimento das raízes no reconhecimento da identidade, lugar de morada, afirmação de sua cultura. Isso reflete “uma solidariedade entre seus membros, e também uma solidariedade entre gerações” (SADER,

1990, p. 3). Por tudo isso, a migração não é uma decisão baseada em opções diversas, mas ao contrário, uma decisão ausente de escolhas, forçada, empurrada.

É importante ressaltar que a migração de maranhenses não é algo absolutamente novo na literatura. Sempre houve um fluxo migratório muito grande de trabalhadores do Nordeste para outras regiões do País. Um exemplo é o circuito migratório para a região Norte que teve origem na década de 1970 para o corte de madeira, e permanece ainda hoje. Nessa região, os trabalhadores desmatam a floresta e existe uma relação de trabalho escravo, de superexploração (NOVAES, [s.d.]).

Após a década de 1950 o Maranhão passou da condição de receptor de nordestinos para o de fabricante de migrantes. A ida de nordestinos para o Sul, até a década de 1950, era uma migração do Nordeste rural para o Sudeste urbano. Isso porque a cidade estava em expansão, precisava de mão de obra.

O estudo de Sader (1991) apresenta o projeto de colonização do Maranhão, efetuado pela Companhia Maranhense de Colonização (Comarco) que possibilita o início de um longo ciclo de grilagens e expropriações no Estado. Esse ciclo é agravado pela construção, no início da década de 70, da estrada que liga a cidade de Santa Inês a Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz.

De acordo com Andrade (1986), uma das causas que mais contribui para as migrações é a estrutura fundiária dominante desde a colonização e que tende à concentração da propriedade de terra e a falta de garantias, de contratos escritos e respeitados, que permitam maior estabilidade aos lavradores. Na realidade:

Aqueles que cultivam por conta própria a terra alheia, mesmo pagando regularmente rendas aos proprietários, se veem quase sempre sem garantias contra os interesses e, às vezes, a prepotência destes, devido não só a uma legislação omissa e desatualizada, como principalmente, ao desnível entre poder econômico e político existente entre o arrendatário e o médio e grande proprietário. (ANDRADE, 1986, p. 41).

Tornam-se migrantes após sucessivas expulsões de suas terras e com a desregulamentação a partir de 1990 do Estado, coube a ele a mediação da alocação dos recursos, além da criação de infraestrutura adequada para o processo de acumulação de capital nesse seu novo papel, conferindo aos capitalistas não a essencialidade para o seu funcionamento, mas um respaldo que diminui alguns riscos, o que não ocorreria na sua ausência.

Neste contexto, a migração de maranhenses tem como função repor a falta de mão de obra das usinas estabelecidas no interior do estado de São Paulo, uma vez que com a

desregulamentação do Estado a concorrência foi transferida para o interior do CAI cana. Tal transferência fez com que as usinas buscassem maiores lucros por meio da redução de custos, por meio da adoção de novas técnicas gerenciais que possibilitaram a escolha dos melhores e mais aptos ao trabalho, devido à adoção do progresso técnico.

Até a década de 1980, o estado de São Paulo contava com o trabalho de migrantes vindos, principalmente, dos Estados de Minas Gerais e Bahia (ALVES, 2007; MORAES SILVA, 2006; 2008). A partir do final dos anos de 1990 ocorre uma mudança no processo migratório, o território que antes era ocupado por mineiros e baianos passa a ser dividido também por trabalhadores do Maranhão e Piauí, estados que até então tinham pouca ou nenhuma participação nesse processo, conforme apresentado na Tabela 2 a seguir.

Uma parcela dos mineiros e baianos tornou-se moradores da região, enquanto os maranhenses e piauienses ocuparam o lugar de viajantes e trabalhadores pendulares (ALVES, 2007). A “mudança da cartografia migratória” (MORAES SILVA, 2008, p. 2) revela que os “novos” migrantes são originários dos estados do Maranhão e Piauí. Velho dilema, nova roupagem. A migração atual é uma migração pendular. Conforme Novaes:

Essa é uma característica muito recente, porque é uma migração pendular. Significa que os trabalhadores (principalmente homens) deixam suas famílias no Maranhão, no Piauí, na Paraíba, e vêm trabalhar de seis a oito meses nas usinas de açúcar de São Paulo para cortar cana. Entre as consequências dessa migração está um processo de desintegração familiar. Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, normalmente os jovens e homens adultos saem de casa deixando suas famílias. E essa migração se torna necessária porque nas regiões de origem desses migrantes, como Maranhão, Piauí e Paraíba, não há alternativa de emprego para a juventude. Então eles têm que migrar e as consequências disso são ruins. Basta imaginarmos como é uma família completamente desintegrada por uma necessidade vital que é a sobrevivência. Esse é o maior problema: a falta de oportunidade de trabalho na região, que gera a necessidade de busca para fora. (NOVAES, [s.d.], p. 1).

Tabela 2 Migrações de trabalhadores maranhenses e piauienses para a região de Ribeirão Preto.

¹ Safras	Número estimado de trabalhadores migrantes dos Estados do MA e PI na região de Ribeirão Preto	Diferença
2000/2001	100	-
2001/2002	300	+200
2002/2003	1000	+700
2003/2004	3000	+2000
2004/2005	5000	+2000

Fonte: Pastoral do Migrante.

Conforme Moraes Silva (2008), uma das explicações dada para a alteração da “cartografia migratória” é que houve uma grande intensificação do ritmo do trabalho nos canaviais paulistas, demonstrada pelo aumento da média de cana cortada, em torno de 12 toneladas diárias. Esse fato, conclui a autora, está diretamente relacionado à capacidade física, portanto, à idade, na medida em que ao ultrapassar os trinta anos de idade, os trabalhadores já encontram mais dificuldades para serem empregados. Dessa forma, a vinda destes outros migrantes tem como função restabelecer, por meio do abastecimento de maior força de trabalho, o gasto exigido pelo capital. Outra explicação cita o processo histórico de expulsão da agricultura de base familiar dessa região, responsável pela produção desses migrantes (MORAES SILVA, 2008), como exposto anteriormente. Nas palavras de Moraes Silva (2008):

Nos finais da década de 1990 inicia-se a migração de muitos desses expropriados para os canaviais paulistas. Esta migração é essencialmente masculina. Enquanto os homens partem, as mulheres geralmente ficam. Aquelas que ainda residem na área rural cuidam da agricultura de subsistência e são quebradeiras de coco babaçu, atividade desempenhada por algumas que residem nas periferias das cidades. (MORAES SILVA, 2008, p. 3-4).

Mais ou menos na mesma época o CAI cana tem a sua retomada, diante disso a oferta de trabalho torna-se abundante onde há sua expansão. É o que será apresentado no item a seguir.

3.6.1 A expansão do CAI cana e as migrações para o interior paulista

Pode-se dizer que as condições de competitividade do CAI canavieiro, assim como da maioria dos produtos do agronegócio, como tem sido apresentado até o momento, baseiam-se em três fatores fundamentais: terra barata, mão de obra barata e forte impacto ambiental. Sua dinâmica voltada tanto ao mercado interno quanto ao externo nos anos de 1960 e 1970, estava baseado numa capacidade competitiva fundada em baixos salários, eficiência de suas operações, uso extensivo da terra e intensivo de meios da natureza (ALVES, 2007).

Ainda conforme Alves (2007), na década de 1990, por causa da crise fiscal o Estado não podia mais continuar com sua política de crédito em razão dos desígnios do Consenso de Washington. Promoveu, então, a desregulamentação do CAI e em parte do CAI canavieiro, como também de outros setores da economia e a abertura comercial. Para o autor:

Estes dois direcionamentos, abertura comercial e desregulamentação, operados ao mesmo tempo e combinados com queda dos preços internacionais do açúcar e queda da demanda interna de álcool, levaram a uma crise sem precedentes do complexo, que se prolongou ao longo de toda a década de 90 e só apresentou mudança, já no início da presente década, após 2002. (ALVES, 2007, p. 27).

Após 1990 com a saída parcial do Estado, o CAI canavieiro passa a adotar diferentes estratégias de concorrência, e neste contexto o ritmo da adoção do progresso técnico tornou-se fundamental para permitir ganhos diferenciais. A partir de 2002, o CAI canavieiro passa por um período de grande crescimento, porém com a ausência direta de subsídios do Estado, “o dinamismo atual é provocado pelo papel privilegiado que suas duas principais *commodities* – o açúcar e, principalmente, álcool – desfrutam no agronegócio mundial e brasileiro” (ALVES, 2007, p. 29).

A expectativa criada em torno da possibilidade da matriz energética brasileira, de reconhecimento internacional de que o país estaria produzindo energia limpa e renovável e, principalmente garantir novos mercados para a *commodity* álcool, incitou uma corrida entre os empresários do setor canavieiro e entre os que veem nos investimentos em novas áreas de cultivos de cana-de-açúcar, obtenção ou implantação de novas unidades processadoras, oportunidades de novos negócios e de acumulação de capital.

A produção de cana-de-açúcar no país tem apresentado, nos últimos, anos um crescimento importante que pode ser explicado tanto pelo aumento da demanda nacional e internacional pelo etanol, em função do desenvolvimento dos motores *flex* e também pela propaganda formada em torno dos bicomcombustíveis que poderiam representar a saída para a crise energética e para o aquecimento global, evidente nos últimos anos.

Segundo Szmrecsanyi e Gonçalves (2009), até o ano de 2009 o país era responsável por 45% de toda a produção de etanol combustível do mundo adquirido a partir da cana-de-açúcar cultivada em quase todas as regiões do país.

Este contexto expansionista do capital agroindustrial canavieiro apresenta questões como o uso da terra, modelos de produção sustentáveis, produção de alimentos e segurança alimentar, degradação preservação ambiental, mudanças na infraestrutura e desenvolvimento de pequenas cidades e municípios, onde se instalam essas novas unidades agroindustriais canavieiras, ocasionando rupturas ou transformações das formas de organização anteriormente construídas (OLIVEIRA, 2009).

Embora exista benefícios ambientais com a utilização do etanol pelos veículos, quando comparado à utilização da gasolina, a maior crítica, de vários setores da sociedade, se refere a forma como a cana é produzida no campo. Uma pesquisa apontou por exemplo que em 2007, o Estado de São Paulo, possuía 4,2 milhões de hectares com cana-de-açúcar, enquanto 32 produtos perderam áreas, conforme o Instituto de Economia Agrícola (IEA), entre eles: arroz (10%), feijão (13%), milho (11%), batata (14%), mandioca (3%), algodão (40%), tomate (12%), além da diminuição de bovinos e a queda da produção de leite, no período de 2006 a 2007 (MORAES SILVA, 2008).

Atualmente a produção de cana ganha impulso sobre o papel dos combustíveis originados da biomassa, chamados de agrocombustíveis, dentre eles o álcool, conhecido atualmente como etanol, considerado fonte de energia limpa.

Conforme Novaes:

A expansão da agroindústria canavieira está relacionada às boas perspectivas do mercado internacional do álcool, como alternativa de energia renovável e menos poluidora que o petróleo. Além disso, o mercado internacional do açúcar também é favorável. [...] a competitividade da produção brasileira no mercado internacional tem atraído investimentos de grupos internacionais para essa agroindústria no Brasil, assegurando a expansão das atividades desse setor. (NOVAES, 2007b, p. 169-170).

Esse interesse pelo álcool brasileiro provocou uma alta valorização de tudo o que está relacionado ao setor sucroalcooleiro, como valor das usinas, terras, máquinas. Com os interesses voltados ao produto nacional as empresas cresceram e atraíram capitais estrangeiros. A produção em larga escala é incentivada pelos representantes do setor sucroalcooleiro e também pelo governo brasileiro. O argumento é de que o etanol é um combustível limpo, menos poluente que o petróleo e seus derivados.

Neste contexto é importante afirmar as alianças político-estratégicas existentes entre o capital agroindustrial canavieiro, os grandes proprietários de terras e o Estado, uma aliança que segundo Oliveira (2009), produz um novo ordenamento territorial, tanto da cana-de-açúcar como das outras atividades agropecuárias. A Tabela 3 apresenta a evolução da cana-de-açúcar processada pelas usinas brasileiras e confirma a afirmação acima, de que essa expansão ocasiona um novo ordenamento territorial, ao substituir outras culturas.

Conforme levantamento efetuado pelo Canasat⁵², por meio de imagens de satélite, para a safra 2008/2009 revela que nesta safra a área com cana plantada na região Centro-Sul era

⁵² Disponível em: www.dsr.inpe.br/canasat.

em torno de 6,53 hectares, o que representava um aumento de 15,7% (917,9 mil ha) em relação à safra 2007/2008. São Paulo aparece como o maior produtor de cana-de-açúcar com uma área correspondente a 4,45 milhões de hectares, e um crescimento de 12,2 % (483,3 mil ha), respondendo por 66% de toda a área de cana-de-açúcar do Centro-Sul.

Tabela 3 Produção de cana-de-açúcar em algumas regiões do país.

ESTADOS/SAFRA	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97
REGIÃO CENTRO-SUL	48.832.459	50.243.383	60.194.968	57.392.755	49.727.458	53.250.700	431.113.603
REGIÃO NORTE NORDESTE	48.832.459	50.243.383	60.194.968	57.392.755	49.727.458	53.250.700	64.609.676
BRASIL	293.050.543	320.650.076	359.315.559	386.090.117	387.441.876	425.535.761	495.723.279

Fonte: União da Indústria da Cana-de-açúcar.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), juntamente com um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou entre os dias 27 de novembro a 05 de dezembro de 2009, o terceiro levantamento da safra 2009/2010 de cana-de-açúcar. De acordo com a Conab foram visitadas quase todas as unidades de produção sucroalcooleira, localizadas em vários estados da federação. O programa prevê que a cada safra sejam feitas três visitas às unidades de produção.

De acordo com os dados levantados a maior concentração de área de cana colhida está em: São Paulo – 4.101,4 mil ha; Paraná – 590,1 mil ha; Minas Gerais – 587,1 mil ha; Goiás – 520,3 mil ha e Alagoas – 448 mil ha. Quanto à produtividade média brasileira, está estimada em 81.293 kg/hectare, 0,4% maior que a da safra 2008/2009, mostrando um certo equilíbrio nas duas safras. O Centro-Sul puxa as médias para cima devido às condições de produção, tamanho de lavoura, tipo de solo, topografia e tecnologia aplicada. Mesmo com o crescimento da lavoura nas outras regiões, a atividade canavieira tem sua maior concentração na região Sudeste, passando, segundo Szmrecsanyi e Gonçalves (2009) de 61% em 2000 para 65% em 2007.

Entretanto, é no estado de São Paulo que a concentração da lavoura tem se dado de forma mais acentuada, crescendo 56% no período, o que o coloca atualmente como concentrador de 60% de toda a produção nacional, com 4,873 milhões de hectares cultivados em 2008, além de concentrar mais de um terço do número de usinas e destilarias do país. Nesse estado, a lavoura canavieira já ultrapassa 65% da área de lavoura do estado. (SZMRECSANYI; GONÇALVES, 2009, p. 6).

Há um prognóstico geral de que, segundo planejamento existente, as áreas de plantio da cana-de-açúcar aumentarão até o ano de 2012 em 3,6 milhões de hectares. Essa seria uma

área adicional de plantio com tamanho aproximado da Suíça e teria aspecto negativo do ponto de vista do meio ambiente quando se tratar de monoculturas em regiões ecologicamente sensíveis (KOKLHEPP, 2010).

Importante lembrar que desde a mudança do regime cambial no início de 1999, combinada com diversas outras políticas e incentivos à agroindústria e à renda fundiária, o complexo sucroalcooleiro vem se expandindo de modo bastante rápido, com um dinamismo econômico puxado pelo setor externo (DELGADO; SANT'ANNA, 2007).

Para Szmrecsanyi e Gonçalves (2009) a fase atual de crescimento da lavoura da cana no país apresenta dois problemas. O primeiro de ordem social, em que se tem a supressão e o deslocamento de outras atividades agrícolas devido ao aumento da área com cana que gera a exclusão de muitos trabalhadores e pequenos produtores colocados em atividades que estão se extinguindo. A outra questão refere-se ao aspecto ligado ao emprego rural em que cresce a demanda de trabalhadores para ocupações sazonais e de baixa qualidade como plantio e corte o que favorece as migrações para essas regiões produtoras, em detrimento da demanda por trabalhadores em ocupações fixas. Além disso, há o avanço da mecanização na lavoura, que está eliminando milhares de postos de trabalho.

De acordo com Alvarenga e Queiroz (2008) apud Szmrecsanyi e Gonçalves (2009), os autores constataram, segundo informações coletadas em campo na safra de 2007, que o rendimento médio diário de um cortador de cana foi em torno de 10 ton./dia para cana de primeiro corte a uma remuneração de R\$3,60/ton., e de 10,60 ton./dia para cana de segundo e demais cortes, a um pagamento de R\$2,95/ton. Ao considerarem 22 dias trabalhados, um cortador de cana de primeiro corte teria recebido mensalmente R\$ 673,20 e de segundo e demais cortes R\$ 687,94. “Valores 81,03% acima do Salário Mínimo da época (R\$380,00). Segundo os autores, tal remuneração representaria um grande atrativo para os trabalhadores novatos na atividade” (SZMRECSANYI; GONÇALVES, 2009, p. 7).

Segundo Kohlhepp (2010), ainda hoje, 70% da colheita da cana-de-açúcar, no Brasil, é feita manualmente. Com isso, 982 mil pessoas encontravam um trabalho temporário em 2008. A constante ameaça dos grandes produtores de mecanizar a colheita impede o aumento justo dos salários. Especialmente em São Paulo, há grande tendência para uma rápida mecanização - atualmente em 55% (KOKLHEPP, 2010).

Em relação ao estado de São Paulo, Novaes (2007) constatou que, o sistema mecanizado de corte correspondia a 35% da área colhida ainda no ano de 2007. O aumento desse sistema de corte nos últimos anos, conforme o autor, não alterou de modo significativo

a proporção de sua utilização, graças a um vertiginoso aumento da área de cana plantada no estado. Sua maior expansão está condicionada à proibição da queima da cana.

Cabe lembrar que a expansão do corte mecanizado não ocorreu de maneira homogênea. As colheitadeiras necessitam de certas condições técnicas e operacionais para sua operacionalização o que limita seu uso, em determinados tipos de terrenos. Tais limitações associadas ao prazo de eliminação da queimada da cana⁵³, resultam na convivência entre o corte mecânico e o manual (NOVAES, 2007).

Porém, ao falar sobre a agroindústria canavieira e suas crescentes taxas de produção é preciso lembrar que por trás deste magnífico desempenho existe, além do desenvolvimento tecnológico, um exército de trabalhadores migrantes temporários responsáveis em grande parte pela geração da riqueza da agroindústria.

Como anteriormente dito, em geral são migrantes de outras regiões do país, principalmente nordeste e norte de Minas Gerais, que vêm trabalhar para as usinas de açúcar e álcool instaladas no interior do estado de São Paulo. Mas por que migram? Esta pergunta é que vai nortear o próximo capítulo deste trabalho.

Isto posto, o fundamental no capítulo é evidenciar que a expansão do agronegócio tem expulsado os pequenos agricultores familiares e os levado a migrar para regiões mais distantes de suas regiões de origem. Desta forma, a pergunta que norteará a análise seguinte é por que migram? As causas deste processo migratório serão apresentados no próximo capítulo por meio da elaboração de dados disponíveis pelo IBGE que mostram que existe efetivamente uma crise na agricultura familiar.

⁵³ Os prazos para o fim da queima nas áreas mecanizadas é até o ano de 2014; as não - mecanizáveis, 2017. Nas áreas novas é permitida somente a colheita mecanizada.

4 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MARANHENSE E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

4.1 Introdução

Este capítulo tem três partes além da *Introdução*, que são: *A dinâmica da economia maranhense*, *A agricultura familiar maranhense* e *Os assentamentos de reforma agrária*; cada item uma com suas subdivisões.

Ele é parte integrante da pesquisa de campo e foi elaborado a partir de dados disponíveis pelo IBGE. Em todo o percurso da pesquisa consideramos que a decisão de migrar e o perfil do migrante maranhense perpassam pela situação vivenciada no local de origem, marcada pela falta de acesso aos recursos produtivos de seus municípios e também relacionados ao caráter da estrutura agrária do estado, ou seja, a forma como se dá a distribuição das terras e para quem se dá, além da natureza limitada das oportunidades de trabalho na região.

A análise objetiva entender o que está ocorrendo nessas regiões que tem levado muito de seus habitantes a migrarem para lugares mais distantes de seus locais de origem. Para isso, mostra que a evolução da economia do estado não pode ser entendida sem a análise dos impactos da implantação de projetos e atividades associadas à intervenção estatal, como a criação de obras de infraestrutura e a política de incentivo à exportação, como exposto em capítulos anteriores.

Muitas dessas atividades estimuladas promovem a concentração fundiária, uma vez que, o tipo de agricultura incentivada exige grandes recursos fundiários, além de produzir empregos de baixa qualidade. Tais aspectos têm um reflexo negativo sobre a pequena agricultura familiar, ao diminuir as áreas de floresta para a pecuária e para o cultivo de monoculturas. As consequências são negativas para o estado do Maranhão, já que conforme PNAD, de 2005, pelo menos 85% das pessoas que trabalhavam na agricultura realizavam atividades em empreendimentos familiares.

Isto posto, a intenção deste capítulo é a de apresentar, por meio de dados do último Censo Agropecuário realizado em 2006, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que existe uma crise na agricultura familiar maranhense, resultante do processo de desenvolvimento propagado pelo país e que reflete diretamente no processo migratório. Para isso, foram desenvolvidas algumas hipóteses sobre os processos sociais que devem estar

associados à variação da quantidade de agricultores familiares. Desta forma, não temos a intenção de apresentar as correlações específicas entre os fatores que desencadearam a diminuição das ocupações no campo. Entretanto, os dados servirão para dar um panorama geral da crise e não certificar os leitores sobre o que exatamente causa a crise já que isso resultaria por si só em uma outra tese de Doutorado.

O capítulo abordará em nível macro o estado do Maranhão e suas macrorregiões, apresentando a evolução da agricultura familiar ao longo dos anos e em seguida, em nível micro, as Microrregiões de (MRHS) de Chapadinha (formada por nove municípios, sendo o município de Chapadinha o analisado) e Codó (composta por seis municípios, sendo Codó e Timbiras os municípios analisados). A escolha das MRHS não é aleatória, mas representa as cidades de origem dos migrantes maranhenses entrevistados na pesquisa de campo e também apontados pela literatura atual como os municípios maranhenses que mais se destacam na liberação de migrantes que se deslocam para a região canavieira de Ribeirão Preto. A análise visa entender o que pode estar acontecendo nessas regiões que leva seus habitantes a migrarem para lugares mais distantes de seus locais de origem. Cabe ressaltar que nem todas as variáveis analisadas estão disponíveis de forma igual, para as meso e microrregiões e os resultados das análises também diferem entre si em razão do tipo de agricultura praticada, diferença entre solo, matas, etc.

É importante alertar que nem todos os dados estão disponíveis para as meso e microrregiões analisadas, resultando daí algumas tabelas diferenciadas para os locais analisados.

Para melhor entendimento das características investigadas nas tabelas a seguir, e mesmo para uma melhor compreensão da análise, consideramos pertinente utilizar a definição do Censo Agropecuário 2006 do IBGE e também do vocabulário de recursos básicos e meio ambiente do IBGE para facilitar a compreensão e interpretação dos dados. As características investigadas se referem à definição de matas, florestas, estabelecimentos, lavouras e pastagens utilizadas pelo IBGE (2006). Segundo o Censo Agropecuário de 2006, a classificação das:

- **Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal:** compreenderam as áreas utilizadas como reserva mínima ou para proteção ambiental ou fins científicos e biológicos. Foram consideradas as áreas com mato ralo, caatinga, cerrado ou capoeirão, quando utilizadas para este fim.
- **Matas e/ou florestas naturais:** compreenderam as áreas utilizadas para a extração vegetal, cobertas por matas, e as florestas naturais, não plantadas, inclusive as áreas

com mato ralo, caatinga ou cerrado, que foram utilizadas ou não para o pastoreio de animais.

- **Silvicultura:** número das espécies florestais plantadas em 2006, que tinham mais de 500 pés existentes na data de referência; os pés plantados/colhidos/cortados em 2006; e a área colhida/cortada, com a respectiva unidade de medida. Não se considerou como silvicultura, o plantio de espécies florestais em projetos de manejo de matas nativas.
- **Estabelecimento:** abrange toda unidade de produção destinada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável.
- **Lavouras permanentes:** compreende a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, tais como: café, laranja, cacau, banana, uva, etc., que após a colheita, não necessitasse de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos. Não foram categorizadas como lavouras permanentes a cana-de-açúcar, a mandioca, o abacaxi e a mamona, as quais, apesar de serem de longa duração, foram consideradas, para a pesquisa do IBGE, como temporárias.
- **Lavoura temporária (inclusive horticultura e área em descanso):** abrange as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração, geralmente inferior a um ano, e que só produzem uma vez, pois na colheita destrói-se a planta. Inclusive, para a área das terras com horticultura, a que se encontrava em descanso, visando a sua recuperação além da área total utilizada em sistema Mandala de produção. Não foram consideradas as áreas plantadas com forrageiras para corte, utilizadas na alimentação dos animais.
- **Pastagens naturais:** constituídas pelas áreas destinadas ao pastoreio do gado, sem terem sido formadas mediante plantio, ainda que tenham recebido algum trato.
- **Pastagens plantadas:** abarca as áreas destinadas ao pastoreio e formadas mediante plantio.

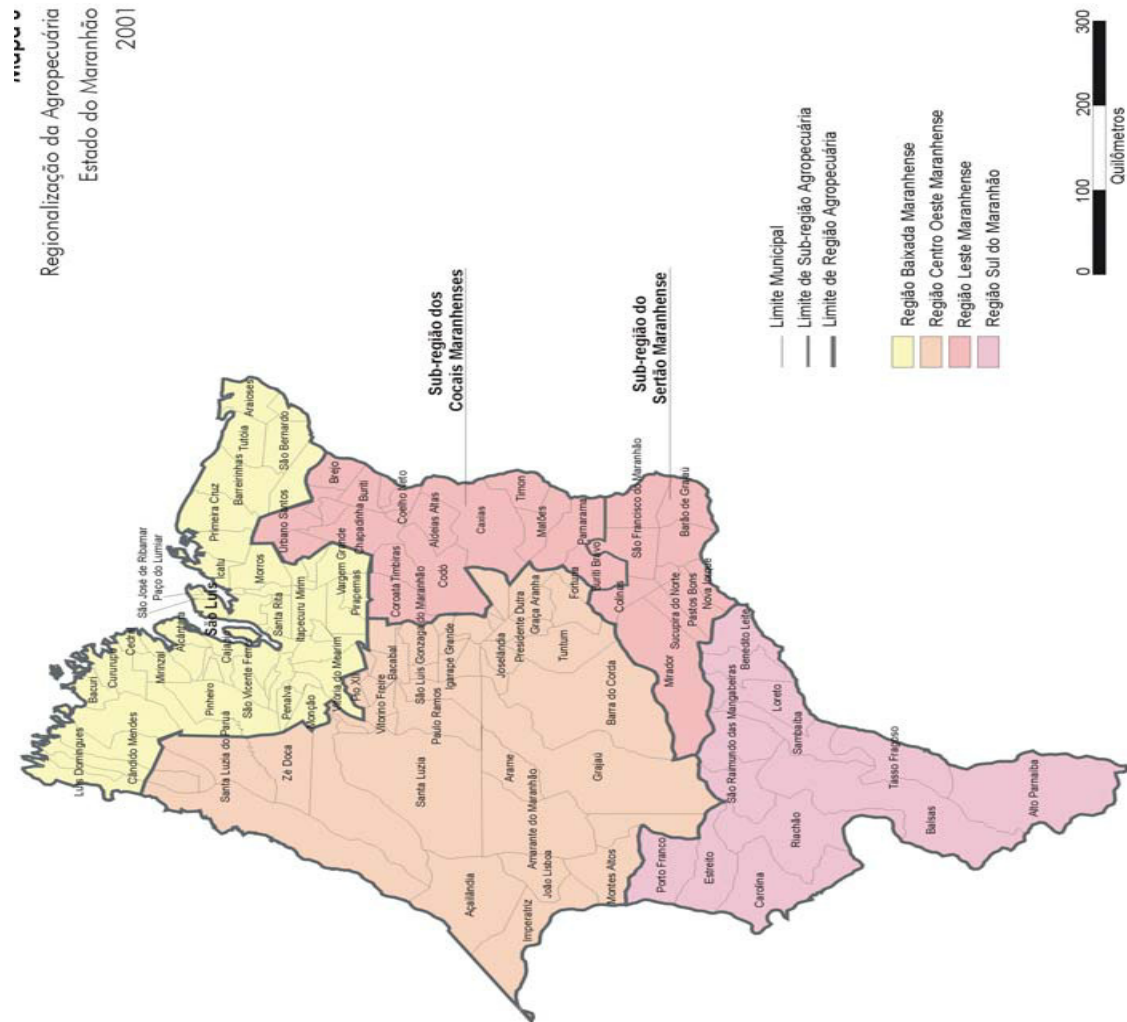
Já a definição em relação à classificação dos imóveis rurais medidos em hectares é baseada segundo o Incra (Lei 8.629/90):

- Minifúndio: área de 0,1 a 69,9;

- Pequena propriedade: área de 70,1 a 280,0;
- Média propriedade: área de 280,1 a 1050,0; e
- Grande propriedade; área de 1050,1 a mais.

Estas definições serão utilizadas nos subitens seguintes. Já a apresentação do mapa é para um melhor entendimento das divisões e subdivisões internas do estado do Maranhão.

Figura 1 Mapa do Maranhão conforme divisão das mesorregiões.



4.2 A dinâmica da economia maranhense

A evolução da economia maranhense, a partir dos anos de 1980, não pode ser entendida sem a análise dos impactos da implantação de projetos e atividades associadas à intervenção estatal, por meio de empreendimentos diretos como implantação de obras de infraestrutura e projetos econômicos e, também, por meio de mecanismos indiretos como a política de incentivo à exportação que reduz os tributos que incidem sobre produtos exportados (Lei Kandir).

São atividades estimuladas que apresentam características semelhantes, pois utilizam de forma predatória os recursos naturais por meio do desmatamento para a atividade agropecuária que consome grande parte da cobertura florestal da pré-amazônia maranhense, além, atualmente, da expansão da cultura da soja que é realizada sem a preocupação com a legislação ambiental, descumprindo as áreas de reserva legal, áreas de manutenção de proteção permanente e de espécies protegidas por lei. Promovem a concentração fundiária uma vez que o tipo de agricultura incentivada exige grandes recursos fundiários e produzem empregos de baixa qualidade (CARNEIRO, 2009).

Os aspectos pontuados anteriormente têm um reflexo negativo na pequena agricultura familiar, uma vez que a diminuição de áreas de floresta para a pecuária e para o cultivo de monoculturas, privatização e concentração de terras compromete diretamente sua reprodução. As consequências são bastante adversas para o estado do Maranhão, já que conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) de 2005, pelo menos 85% das pessoas que trabalhavam na agricultura⁵⁴ encontravam-se realizando atividades em empreendimentos familiares. Nas palavras de Carneiro (2009):

Essa importância numérica só pode ser devidamente apreendida quando levamos em consideração que, para além da geração de renda, esse tipo de agricultura possui forte vinculação com a gestão sustentável dos recursos naturais e com a construção de vínculos culturais que ajudam a manter e dinamizar o tecido social nas várias regiões do estado do Maranhão. (CARNEIRO, 2009, p. 24).

Os dados da PNAD (2005), referentes à ocupação principal das pessoas de dez anos ou mais no Maranhão, mostram que 41% dessas pessoas encontram-se na atividade agrícola (1.223.220), em seguida, destaca-se o comércio (18%) e as atividades de prestação de educação, saúde e serviços sociais (7%). Como a atividade agrícola pode ser realizada por

⁵⁴ É importante destacar que 41% do total de ocupações do estado do Maranhão encontram-se na agricultura.

meio da agricultura patronal ou familiar, é necessário analisar sua composição (mediante o quadro da posição na ocupação) de forma que se identifique o peso respectivo de cada uma das formas de produzir.

De 41% das pessoas ocupadas na atividade agrícola, 85% encontram-se inseridas na agricultura familiar (trabalho doméstico, membros não remunerados da família, produção para o próprio consumo, trabalho por conta própria), isso sem considerar os trabalhadores assalariados que, podem ser encontrados de forma marginal nas explorações agrícolas familiares, sendo 15% ocupados na agricultura patronal. Por conseguinte, a agricultura familiar é de longe o principal fator gerador de ocupações na economia maranhense.

Entretanto, dados levantados pela pesquisa demonstram uma situação preocupante quanto à geração de postos na agricultura familiar. O aumento na produção agropecuária, a expansão da soja, o aumento das siderúrgicas, ocasionam a concentração fundiária e o desmatamento, fatores que culminam na expulsão desses trabalhadores das terras e que podem levar ao processo migratório.

4.2.1 Os números da agropecuária maranhense

Como já exposto em outros capítulos, a concentração fundiária é um aspecto da política de desenvolvimento adotada no país, pois o tipo de agricultura incentivada exige altos recursos fundiários. O índice de Gini⁵⁵ é um indicador utilizado para medir a concentração fundiária da propriedade da terra e da renda. Varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo da unidade mais forte é a concentração da variável analisada. Os dados de concentração podem ser visualizados conforme a Tabela 4, para o Brasil e o estado do Maranhão:

Tabela 4 Evolução do Índice de Gini, no Brasil e Maranhão – 1985/2006.

Unidade da Federação	Evolução do índice de Gini		
	1985	1996	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Maranhão	0,923	0,903	0,864

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985, 1996, 2006.

Org.: Sabrina Pontes.

Como apontado pela Tabela 4, verifica-se no geral um alto índice de concentração fundiária no país, e no Maranhão, o índice supera os dados da média do país até o ano de 1996, no que se refere à concentração fundiária. Do ano de 1996 a 2006, houve uma diminuição de 0,039 no indicador, o que não tira o estado dos altos índices de concentração. Essa pequena diminuição dos níveis de concentração no estado do Maranhão pode estar

⁵⁵ De acordo com Girardi (2008), os municípios com médio/baixo índice de Gini são aqueles que chegam até 0,500. Os valores do índice entre 0,501 e 0,800 são os considerados médio/alto e os municípios com grau de concentração acima de 0,800 são os considerados com alta concentração.

associada tanto à interferência de órgãos das esferas federal e estadual do governo como alterações nas formas de produção, porém tais índices ainda se mantêm bastante altos.

Essa disparidade pode ser atribuída, além das motivações históricas de desigualdades que marcaram o processo de ocupação do território nordestino desde o período colonial como a economia escravista e as grandes propriedades pastoris do sertão, pelo processo de modernização produtiva e inserção no competitivo mercado mundial de *commodities* agrícolas, confirmando que a intervenção do governo não atacou a concentração geral da estrutura fundiária brasileira corroborando com as análises de um crescimento econômico do país calcado na concentração fundiária. Segundo Dom Tomás Balduino (2010), da Comissão Pastoral da Terra, o Brasil é o segundo país do mundo em concentração de terra, em latifúndio, perdendo apenas para o Paraguai.

No começo dos anos de 1990, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Maranhão (AEAMA) apresentou a hipótese da existência de uma crise de produção na agricultura do estado do Maranhão em razão do esgotamento da fronteira agrícola ligada a três elementos: o desequilíbrio agroecológico, a questão fundiária e a estagnação tecnológica (FREITAS, 1999). Na Tabela 5, a seguir, é possível verificar uma evolução decrescente no número de pessoas ocupadas com a agricultura no estado do Maranhão.

Percebe-se uma gradual diminuição do número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários. Entre os anos de 1985 e 2006 houve uma redução total de 678.676 mil pessoas ocupadas no campo. Quanto aos produtores familiares, verificou-se uma redução total de 750.951 postos de trabalho na agricultura familiar.

Tabela 5 Evolução da ocupação e do emprego na agropecuária maranhense (1985-2006).

	1985	1995	2006	Varição 1985/1995	Varição 1995/2006
Total de ocupados	1.672.820	1.331.864	994.114	-340956	-337720
Produtores familiares	1.553.313	1.061.992	802.362	-491.321	-259.630
Empregados	111.261	253.470	191.775	142.209	-61.695
Outros	8.246	16.402	8.156

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários de 1985, 1995, 2006 – Elaboração: Carneiro (2010).

Ao analisar o número de empregados contratados (permanentes ou temporários), verificamos um desempenho diferente. Entre os anos de 1985/1995 o número de empregados aumentou em 142.209 e, entre os anos de 1995/2006 houve uma diminuição de 61.695 postos de trabalho.

Conforme pesquisa de Girardi (2008) sobre a evolução da estrutura fundiária, no país, entre 1992 e 2003 o espaço da agricultura familiar se territorializou sobre 36.510.186,6 ha e o

território do latifúndio e agronegócio sobre uma área duas vezes maior com 71.942.393,5 ha. Enquanto a evolução 1992-2003 na agricultura familiar totaliza uma área média de 30 ha, a evolução no latifúndio e agronegócio tem área média de 753 ha por imóvel rural. Isso indica, mais uma vez, a disparidade entre estes dois territórios e que a concentração da terra se mantém intocada. Além disso, apresenta-se uma tendência, no país, da redução da agricultura familiar.

Ao compararmos o número de agricultores familiares, na Tabela 6 a seguir, segundo as mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE para o estado do Maranhão, temos as variações ocorridas em termos absolutos e percentuais para os anos 2006 e 1995. O que se percebe de imediato é uma diminuição em todas as mesorregiões do estado.

A redução do número de agricultores familiares entre os dois Censos analisados variou de maneira significativa. Observou-se uma maior redução em duas mesorregiões, na Oeste e Centro-Oeste. Ainda é difícil identificar de modo exato a natureza da diminuição de postos da agricultura familiar no Maranhão, visto que os dados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006 são preliminares⁵⁶ dificultando o estabelecimento de ligações entre ocupação/emprego por tipo de cultura ou por tamanho do estabelecimento. Entretanto, podemos avançar em algumas hipóteses que serão exploradas conforme as áreas de interesse. Em outras palavras, os números apresentados ganham melhor contorno quando analisados por regiões geográficas, uma vez que a separação entre as esferas territoriais permite a relação com os processos sociais de cada região específica, tornando-os mais compreensíveis, conforme apresentado no próximo item.

Tabela 6 Variação do número de agricultores familiares – 1995 a 2006.

	Nº de Agricultores Familiares		Variação Absoluta	Variação Percentual (%)
	2006	1995		
Norte Maranhense	258.693	308.278	-49.585	16.09
Oeste Maranhense	132.202	206.415	-74.213	-35,96
Centro Maranhense	144.074	210.893	-66.819	-31.69
Leste Maranhense	218.406	275.560	-57.154	-20.75
Sul Maranhense	48.987	60.846	-11.859	-19.50
Maranhão	802.362	1.061.992	-259.630	-24.25%

Fonte: Carneiro (2009), Censo Agropecuário (1995 e 2006).

⁵⁶ A natureza preliminar dos dados deve-se, em parte, à futura agregação de números derivados da coleta descentralizada, que correspondem aos dados coletados em áreas distantes dos limites territoriais de coleta definidas para um recenseador, em função de o produtor residir em outro município ou até outro estado, gerando um processo não usual de coleta. (IBGE, 2008).

Quanto ao aumento do rebanho bovino, a Tabela 7 a seguir, apresenta uma evolução tanto para a região Nordeste quanto para o estado do Maranhão. Estes dados em alguns aspectos seguem a tendência geral dos dados divulgados pelo Censo Agropecuário (2006) para o estado do Maranhão, como expansão da área da lavoura e aumento do rebanho bovino.

Tabela 7 Evolução do rebanho bovino para a região Nordeste e estado do Maranhão.

Variável = Efetivo de animais (cabeças)						
Espécie de efetivo = Bovinos						
Região Geográfica e Unidade da Federação	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Nordeste	13.805.921	18.041.417	21.506.108	22.391.19	22.841.728	25.326.270
Maranhão	1.473.788	1.784.284	2.804.070	3.247.206	3.902.609	5.592.007

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do SIDRA – IBGE.

Os indicadores referentes à pecuária no estado do Maranhão indicam um aumento do rebanho bovino em relação a todas as mesorregiões do estado. Quanto ao Leste Maranhense, mesorregião em que se encontram as microrregiões de interesse da pesquisa, constata-se um aumento do rebanho até o ano de 2006, com uma redução em 2007 e novamente uma expansão no ano seguinte, como apresentado na Tabela 8 a seguir:

Tabela 8 Evolução do rebanho bovino nas mesorregiões do estado do Maranhão.

Mesorregião Geográfica	Efetivo dos Rebanhos por tipo de Rebanho								
	Tipo de Rebanho= Bovino								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Norte Maranhense (MA)	482.029	488.479	499.695	503.019	538.094	567.464	601.560	582.458	615.817
Oeste Maranhense (MA)	1.903.485	1.903.485	1.949.057	2.443.754	2.683.971	2.997.979	3.059.497	3.151.662	3.249.621
Centro Maranhense (MA)	941.526	960.361	1.029.925	1.210.415	1.309.921	1.411.354	1.448.408	1.422.782	1.457.120
Leste Maranhense (MA)	550.305	550.690	581.870	606.957	641.319	698.255	721.953	662.550	677.548
Sul Maranhense (MA)	556.423	580.194	715.731	750.022	754.826	773.886	781.852	789.986	816.242

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do SIDRA – IBGE.

Em relação à expansão do rebanho bovino, percebe-se na Tabela 9 a seguir, um aumento no número de cabeças de gado em quase todas as microrregiões do estado do Maranhão. Em relação à MRH de Chapadinha, observa-se uma maior expansão entre os anos de 2000 a 2005, com um pequeno aumento entre os anos de 2005 a 2008. Também Codó, teve um expressivo aumento entre os anos de 2000 a 2005 e uma queda de 2005 a 2008. É importante ressaltar que é na microrregião de Imperatriz que se encontra o principal rebanho bovino do estado, como os próprios dados apresentam.

Tabela 9 Evolução do rebanho bovino nas microrregiões do estado do Maranhão.

Microrregião Geográfica (MA)	Efetivo dos Rebanhos (cabeças)		
	Tipo de Rebanho = Bovino		
	Ano		
	2000	2005	2008
Litoral Ocidental Maranhense	48.770	59.252	67.771
Aglomeración urbana de São Luís	2.201	5.350	4.986
Rosário	19.511	29.630	29.831
Lençóis Maranhenses	21.845	25.540	374.925
Baixada Maranhense	315.852	356.736	374.925
Itapecuru Mirim	73.850	90.966	102.654
Gurupi	131.385	194.174	239.697
Pindaré	694.188	1.275.819	1.403.537
Imperatriz	737.707	1.527.986	1.606.387
Médio Mearim	421.704	569.824	580.302
Alto Mearim e Grajaú	378.080	620.213	648.157
Presidente Dutra	141.742	221.317	228.661
Baixo Parnaíba Maranhense	41.740	47.410	60.100
Chapadinha	54.227	58.671	59.265
Codó	138.685	180.810	159.490
Coelho Neto	20.902	25.618	16.502
Caxias	131.535	181.486	175.573
Chapadas do Alto Itapecuru	163.216	204.260	206.618
Porto Franco	235.682	387.141	412.717
Gerais de Balsas	183.974	210.230	223.231
Chapadas das Mangabeiras	136.767	176.515	180.294

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do SIDRA – IBGE.

4.3 A agricultura familiar maranhense conforme suas particularidades regionais

Nesta seção são apresentados os dados referentes às meso e microrregiões maranhenses com destaque para algumas microrregiões que as compõem. Como já exposto,

não será apresentado os dados referentes a todos os municípios maranhenses, mas aqueles em que se verificou uma maior migração de sujeitos para o interior do estado de São Paulo, conforme literatura pesquisada e pesquisa de campo realizada pela autora, apresentada no capítulo seguinte.

4.3.1 Microrregião de Chapadina⁵⁷

A microrregião de Chapadina é uma das microrregiões (MRHs) localizadas no estado do Maranhão e é pertencente à mesorregião Leste Maranhense. A MHR de Chapadina está dividida em nove municípios, entre eles: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadina, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos. Em 2006, a população da microrregião de Chapadina foi estimada, pelo IBGE, em 190.178 habitantes.

A Tabela 10, a seguir, apresenta a evolução da agricultura familiar na microrregião de Chapadina. Esta apresenta uma diminuição, dos anos de 1996 para 2006, de 5986 estabelecimentos familiares e de 16085 pessoas ocupadas nestes estabelecimentos familiares. Houve, portanto, uma elevada diminuição de postos na agricultura familiar. De acordo com essas informações, podemos relacionar a diminuição da agricultura familiar em Chapadina com a perda da terra para outras formas de exploração agrícola, como o avanço recente da grande propriedade agroindustrial (soja), além de fundos setoriais que promoveram projetos de reflorestamento na região com eucalipto, bem como o aparecimento de ações de grilagem na região. A diminuição da agricultura familiar pode estar relacionada ao avanço do agronegócio sobre suas áreas de exploração, sendo a sojicultura, conforme Carneiro (2008a, 2009) a principal atividade econômica do agronegócio nesta região.

Ainda conforme Carneiro (2008), os dados gerais que disponibilizam informações sobre ocupação e emprego para os municípios mais afetados pela presença da atividade sojícola no leste maranhense mostram uma deficiência nesta atividade sobre a capacidade desta em incorporar a mão de obra local.

Destaca-se ainda nessa região a área do vale do rio Munim, uma mancha de cerrado que tem sido ocupada por novas levas de agricultores gaúchos, constituindo uma área de expansão da soja. Essa nova área, onde se destaca o município de Chapadina, desfruta de vantagens comparativas, principalmente solos menos ácidos que a região de Balsas e o acesso rodoviário ao porto de São Luís, que fica a menos de 250 km (SEADE, 2001).

⁵⁷ As informações referentes às microrregiões e seus municípios foram retiradas do IBGE cidades

Em relação à diminuição do número de estabelecimentos agropecuários, conforme apresenta a Tabela 10, isto pode ser explicado por um possível englobamento de algumas unidades produtivas por uma ou poucas empresas agropecuárias, o que diminui o número de estabelecimentos, mas por outro lado, aumenta a extensão territorial do estabelecimento que está incorporando outras unidades produtivas, caracterizando concentração fundiária.

Tabela 10 Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor 2006⁵⁸.

Laço de parentesco com o produtor	Variável X Ano			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)		Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	
	1996	2006	1996	2006
Total	22.432	16.446	75.803	55.941
Produtores familiares	22.432	16.446	66.633	50.548
Empregados	1.448	737	9.170	5.393

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

As áreas em que a soja atualmente é cultivada (chapadas) aparecem na pesquisa de Gaspar (2010) como as áreas que foram apropriadas há mais de um século pelos diversos segmentos da agricultura familiar e extrativistas da região, servindo de trechos de circulação de pessoas e mercadorias entre um povoado e outro e entre povoados distantes das estradas de acesso às sedes dos municípios. São locais, também, destinados à extração dos frutos de espécies nativas, como bacurizeiros e pequiizeiros, assim como a retirada de madeira para a fabricação de peças de artesanato nativo vendidas em povoados locais ou municípios da região, o que acaba complementando a economia doméstica desses grupos. Nessas áreas também é praticada a criação de animais domésticos, como cavalos, porcos e galinhas, utilizados como reserva de valor para venda ou troca entre essas famílias.

Essas áreas foram vendidas a preços baixos para os chamados gaúchos. Nas chapadas, esses agentes utilizam tratores de esteira que carregam na parte inferior grandes correntes destinadas à derrubada da vegetação nativa por onde passam. Em períodos de plantio, ocorre a pulverização das áreas onde será cultivada a soja com o uso de pequenos aviões carregados de

⁵⁸ Os dados referentes aos anos de 1996 e 2006 para o *total* de produtores familiares e para *produtores familiares* são iguais devido, provavelmente, ao erro do IBGE, porém, isso não invalida os dados.

material agrotóxico. Devido à diminuição das árvores e arbustos nativos, a pequena agricultura familiar aos poucos vem se desfazendo das atividades realizadas nas chapadas e que integravam sua economia, como a quebra de coco babaçu e a coleta de bacuris, pequis e outros frutos nativos (GASPAR, 2010).

A Tabela 11 a seguir, compara a evolução da área e do número de estabelecimentos agropecuários entre os dois últimos censos agropecuários. Também apresenta uma diminuição no total do número dos estabelecimentos agropecuários, o que pode confirmar a hipótese referida anteriormente de que algumas fazendas ou estabelecimentos tenham englobado outros. Esta hipótese é comprovada quando se analisa o tamanho médio da propriedade rural que em 1996 era de 18,51 hectares (415.110/22.432) e que passou para 26,25 hectares (431733/16446) em 2006⁵⁹.

Tabela 11 Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras – 2006.

Utilização das terras	Variável X Ano			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	
	1996	2006	1996	2006
Total	22.432	16.446	415.110	431.733
Lavouras permanentes	1.929	1.405	3.770	73.738
Lavouras temporárias	21.354	9.692	170.518	123.422
Pastagens	1.610	923	96.755	35.308
Matas e florestas	1.943	1.879	129.991	169.062

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE – Censo Agropecuário.

A diminuição do número dos estabelecimentos agropecuários, mas com o aumento da área desses estabelecimentos e a diminuição do pessoal ocupado, demonstrada nas análises anteriores, revelam um aumento da extensão territorial indicando concentração fundiária, sem uma correspondência na geração de empregos. Isto porque, conforme Moura (2008), uma das características do agronegócio maranhense é a pequena criação de postos de trabalho permanentes, mas em contrapartida, a criação de um grande número de trabalhadores temporários assalariados, como carvoeiros, catadores de raízes, etc. O autor ainda ressalta que é devido a esse alto nível de informalidade que se encontra na pecuária o maior número e resgate de pessoas em situação análogas ao trabalho escravo.

⁵⁹ Os números entre parênteses referem-se ao cálculo feito para atingir o resultado exposto no texto.

A mesma tabela também apresenta uma diminuição da área e estabelecimentos direcionados à lavoura temporária, principal atividade econômica da agricultura familiar.

Nas lavouras permanentes, observa-se uma diminuição no número de estabelecimentos e um considerável aumento na área plantada. Quanto à diminuição no número de estabelecimentos, pode-se dizer que houve um aumento da extensão fundiária concentrando poucos estabelecimentos, ou seja, a diminuição na área dos estabelecimentos que correspondia à agricultura familiar pode ter sido englobada e transformada em grande propriedade. Já o aumento da área pode estar relacionado principalmente com a expansão da lavoura de soja nessa microrregião, conforme será discutido mais adiante na (Tabela 17).

Outro dado bastante interessante verificado na Tabela 11 refere-se a uma diminuição quanto ao número de estabelecimentos referentes a matas e florestas e ao crescimento considerável da área desses estabelecimentos agropecuários. Segundo a classificação do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, há dois tipos de matas e florestas, as destinadas à preservação permanente ou reserva legal e as matas e/ou florestas naturais.

Ao não especificar a classificação utilizada na tabela, o IBGE deixa margem a interpretações. Algumas análises, portanto, podem ser feitas a respeito dos dados. Primeiro é que pode ter havido uma expansão de áreas destinadas à preservação ou reserva legal, mas em número insuficiente para a reprodução da agricultura familiar, visto a diminuição do número de agricultores familiares no campo maranhense. Segundo é que essas áreas podem estar sendo restituídas com eucalipto. Embora a classificação que corresponde a matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal se refira a matas e florestas não plantadas, a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), conforme Hashizume (2007), aprovou a plantação de eucalipto vinculado obrigatoriamente à restauração da floresta nativa em áreas degradadas como forma de recompor a Reserva Legal e Áreas de Proteção Permanente (APPs).

Isto nos leva a pensar que as matas e florestas apresentadas pelas tabelas desta análise, podem estar ligadas ao reflorestamento com eucalipto, uma vez que, segundo Scarpinelli (2002), as florestas plantadas no Brasil são predominantemente formadas pelo gênero *Pinus e Eucalyptus*, sendo 1,8 milhões e 3 milhões de hectares respectivamente. As condições de ambiente favorável e o emprego de modernas técnicas ambientais de manejo fizeram com que o eucalipto alcançasse no Brasil os maiores índices de produtividade do mundo. Além disso, pode-se considerar a recente implantação de plantios florestais com o objetivo de sustentar a produção de carvão vegetal consumido por empresas siderúrgicas.

Outra explicação referente à alta elevação da área de matas e florestas se refere à hipótese levantada por Carneiro (2009). Para o autor, neste caso, pode estar ocorrendo uma situação na qual as áreas de descanso ou “pousio” (terras produtivas não utilizadas na terminologia do IBGE) da agricultura familiar estão sendo computadas na rubrica de Matas e Florestas (no Censo de 1996 elas compunham o total das Lavouras Temporárias), já que, conforme o autor, os dados de campo colhidos em pesquisa não apontavam para essa região a expansão de plantios florestais de espécies nativas.

É importante lembrar que na microrregião de Chapadinha, a partir da década de 1980, instalaram-se em diversas localidades empresas nacionais voltadas ao cultivo de eucalipto com vistas à extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal. Essas atividades se inserem na chamada área de influência de grandes projetos do Programa Grande Carajás, apesar daquela região não fazer parte oficialmente deste programa (PAULA ANDRADE, 1995).

Essas atividades expandiram-se, territorialmente, por meio dos chamados projetos de manejo florestal sustentado, com a ocupação de muitas áreas que mesmo sem ser próximas formavam grandes latifúndios. Os projetos de manejo, aprovados e fiscalizados pelo Ibama, eram operados pela Marflora, braço florestal da siderúrgica Margusa (PAULA ANDRADE, 1995).

Os projetos de manejo florestal sustentado, na prática, acabavam servindo de fachada para o açambarcamento de grandes extensões de terra nos cerrados do Leste Maranhense, marcando nessa região um processo de grilagem das chapadas com a presença maciça dos chamados latifúndios por exploração e intenso desmatamento e destruição de recursos nativos (GASPAR, 2010).

Nos últimos anos, há especulações de privatização de áreas de cerrado destinadas à continuidade das plantações de eucalipto no Leste Maranhense. Desde 2005, a Margusa⁶⁰ (siderúrgica Maranhão Gusa S/A-MARGUSA) vem arrendando terras da empresa Comercial e Agrícola Paineiras com a finalidade de plantar eucalipto para abastecer suas necessidades de carvão vegetal. Existe também a previsão de retomar projetos de reflorestamento para oito municípios das atuais microrregiões de Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense: Anapurus, Brejo, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo e Urbano Santos (GASPAR, 2010).

⁶⁰ A Margusa foi fundada em 1985 por empresários maranhenses, com incentivos da Sudene e vendida, posteriormente, ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A. No ano de 2003, a Margusa foi comprada pelo grupo siderúrgico Gerdau (PAULA ANDRADE, 1995).

A iniciativa prevê um investimento da ordem de R\$ 250 milhões com a implantação de 42 mil hectares de florestas de eucalipto. Essa matéria-prima destina-se à produção de carvão vegetal para o abastecimento de uma unidade de ferro gusa prevista para ser construída no município de Urbano Santos, além disso, atenderá demanda das guseiras instaladas na região de Carajás (CARNEIRO, 2008a).

Como nas florestas de eucalipto não há animais para a caça e também há a falta de frutas para a coleta, elas são ecossistemas que não permitem a reprodução da flora e da fauna, inviabilizando a economia da agricultura familiar. Outro ponto para a análise é a possível privatização dessas áreas para a exploração da madeira para uso comercial, já que a legislação estabelece o limite de 20% de desmatamento para uso econômico, garantindo a chamada Reserva Legal de 80%, das propriedades localizadas na Amazônia Legal. Na prática, segundo Hashizume (2007), a grande maioria das propriedades da região teve a sua mata nativa derrubada para além dessa quota e está, portanto, em desacordo com a lei.

A importância da silvicultura para o Maranhão é que a implantação desta no estado, por meio dos plantios florestais, tem o objetivo de sustentar as empresas siderúrgicas, que, segundo o Jornal *O Estado do Maranhão* (2009), hoje é sua principal indústria⁶¹. Apenas as empresas que duplicam ou triplicam a capacidade produtiva em curtos espaços de tempo sobrevivem. É essa dinâmica que concentra e inflaciona o preço da terra e retarda a reforma agrária.

Quanto ao carvão, particularmente o obtido de material lenhoso oriundo de florestas cultivadas, o principal produtor do País, segundo IBGE (2005), é o estado de Minas Gerais, que concentrou 69,0% da produção nacional em 2005. Conforme mostra a Tabela 12, a seguir, que entre os dez municípios maiores produtores de carvão da silvicultura em 2005, cinco são de Minas Gerais. Também aparecem neste *ranking* dos dez maiores produtores do País, os municípios baianos de Caravelas (76.337 toneladas) e Alcobaça (67.936 toneladas), na terceira e sétima posições, respectivamente; os municípios maranhenses de Açailândia (74.160 toneladas) e de Centro Novo do Maranhão (62.075 toneladas), na quarta e oitava posições; e o município sul-mato-grossense de Três Lagoas (60.066 toneladas), na décima colocação.

⁶¹ Siderurgia maranhense pede hoje apoio aos ministros Dilma e Lobão. (O ESTADO DO MARANHÃO, 28-03-2009, p. 8).

Tabela 12 Quantidade produzida e participações relativa e acumulada de carvão da silvicultura, dos dez maiores municípios produtores, em ordem decrescente – 2005.

Dez maiores municípios produtores	Carvão da silvicultura		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	2 526 237	100	-
Buritizeiro - MG	125 814	5	5
João Pinheiro - MG	105 435	4,2	9,2
Caravelas – BA	76 337	3	12,2
Açailândia – MA	74 160	2,9	15,1
Itamarandiba - MG	71 911	2,8	18
Curvelo – MG	70 893	2,8	20,8
Alcobaça – BA	67 936	2,7	23,5
Centro Novo do Maranhão – MA	62 075	2,5	25,9
Três Marias – MG	61 192	2,4	28,3
Três Lagoas – MS	60 066	2,4	30,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2005.

Dados do IBGE (2005) mostram que com relação à produção de carvão do extrativismo vegetal, destacaram-se os estados da Bahia com 26,9% das 2.972.405 toneladas produzidas no País em 2005; Mato Grosso do Sul com 18,8%; Maranhão com 16,9%; Goiás, com 10,8%; e Minas Gerais com 10,4%. O município baiano de Cocos, com uma produção de 200.319 toneladas, correspondente a 6,7% do total produzido no País, foi o principal produtor nacional em 2005, conforme Tabela 13 a seguir.

Tabela 13 Quantidade produzida e participações relativa e acumulada de carvão da extração vegetal, dos dez maiores municípios produtores, em ordem decrescente – 2005.

Dez maiores municípios produtores	Carvão da silvicultura		
	Quantidade produzida (t)	Participações (%)	
		Relativa	Acumulada
Brasil	2 972 405	100	-
Cocos – BA	200 319	6,7	6,7
Riachão das Neves - BA	115 640	3,9	10,6
Ribas do Rio Pardo - MS	95 000	3,2	13,8
Bom Jardim – MA	94 001	3,2	17,0
Santa Rita de Cássia - BA	68 713	2,3	19,3
Formosa do Rio Preto - BA	66 584	2,2	21,5
Cotegipe – BA	57 133	1,9	23,5
Jaborandi – BA	54 101	1,8	25,3
São Desidério – BA	49 354	1,7	26,9
Marabá – PA	47 369	1,6	28,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2005.

Outros importantes municípios produtores foram: Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, Formosa do Rio Preto, Cotegipe, Jaborandi e São Desidério, no estado da Bahia; Bom Jardim, no Maranhão; e Marabá, no Pará. O total da produção extrativa de carvão vegetal dos municípios citados equivaleu a 28,5% da produção nacional de 2005 (IBGE, 2005). Este carvão é obtido de florestas nativas, o que exerce uma pressão sobre a floresta e, conseqüentemente, sobre a agricultura familiar. Já o carvão oriundo de florestas cultivadas incentiva a aquisição de grandes extensões de terra, o que tende a “empurrar” a agricultura familiar para áreas com solos pouco produtivos ou para as periferias dos centros urbanos.

É importante lembrar que para a produção de ferro-gusa, as siderúrgicas⁶², além do minério de ferro, usam como insumo o carvão vegetal. Em razão do alto valor do carvão vegetal nos custos de produção, estas companhias buscam adquirir o carvão vegetal da floresta primária, pois os custos são menores que os produzidos a partir da silvicultura.

Conforme IBGE (2006), até 2005 a silvicultura era provedora 45,9% da produção total de carvão vegetal, 43,9% do total da lenha, e 85,3% da madeira em tora produzida no País, e tal composição, conforme IBGE, se deve ao fato de o setor industrial madeireiro, em consonância com a legislação ambiental, estar atuando no sentido de diminuir a pressão sobre os recursos naturais em geral. A demanda por matéria-prima tem sido atendida mediante a expansão do cultivo de florestas homogêneas, porém é importante lembrar que para a expansão dessas florestas são necessárias grandes áreas, já que se trata de monocultura, além disso, essas florestas não se caracterizam como florestas densas e com variedades de espécies. Na verdade, a expansão de cultivos de eucaliptos agrava a deterioração ambiental e social, expulsando a agricultura familiar de suas terras.

Outro fator a ser verificado como uma variável de retração da agricultura familiar é a questão da pecuária no estado do Maranhão. É importante lembrar que o ciclo que disponibiliza carvão vegetal atua como incentivo ao desmatamento para a formação de pastagens em fazendas já que diminui os custos do desmatamento para o plantio do capim. Nas palavras de Monteiro (2005),

Além da pressão exercida sobre a mata primária, a implantação das empresas sidero-metalúrgicas na Amazônia Oriental brasileira favoreceu também a concentração fundiária por duas vias: uma é que a produção de carvão vegetal reduz significativamente os custos da “limpeza da área”, o que tem

⁶² Segundo Monteiro, ([s.d.]) o número de empregos diretos gerados pelas siderúrgicas é pequeno quando comparado à população dos municípios onde foram construídas, não sendo capaz de modificar significativamente a conformação do mercado de trabalho regional, e ainda, os salários pagos por estas indústrias geralmente são baixos.

influência direta nos mecanismos de privatização da terra uma vez que facilita a implantação de pastagens; e a outra, é que todos os empreendimentos adquiriram grandes propriedades fundiárias destinadas à implantação de projetos de “manejo florestal sustentado” ou de reflorestamento. Uma lista parcial dos imóveis rurais adquiridos pelas empresas sidero-metalúrgicas aponta para uma área cuja somatória é superior a 130 mil hectares. (MONTEIRO, 2005, p. 17-18).

O aumento da siderurgia e conseqüentemente da produção de carvão vegetal beneficiam mecanismos de privatização da terra e a latifundiarização também por meio da pecuária. Esses fatores facilitam a concentração fundiária no estado do Maranhão por meio dessa prática.

Os indicadores referentes à pecuária para o município de Chapadinha indicam, conforme Tabela 14 a seguir, ciclos de retração e aumento, permanecendo com pouca alteração. Com a diminuição do número dos estabelecimentos agropecuários, conforme apresentado, pode-se sugerir que o gado tenha sido confinado e as áreas em que a pecuária era praticada estão sendo substituídas por outras culturas, uma vez que a área desses estabelecimentos aumentou.

Tabela 14 Evolução do rebanho bovino no município de Chapadinha.

Município = Chapadinha - MA	
Ano	Variável=Efetivo dos rebanhos (Cabeças)
1990	22.893
1991	19.600
1992	20.070
1993	22.600
1994	23.280
1995	23.800
1996	16.773
1997	16.320
1998	16.026
1999	15.786
2000	15.540
2001	15.280
2002	15.425
2003	18.991
2004	19.100
2005	19.570
2006	19.980
2007	19.560
2008	19.810

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do SIDRA – IBGE .

4.3.1.1 Estrutura fundiária na microrregião de Chapadinha

As culturas praticadas como a pecuária, a soja e a silvicultura na microrregião de Chapadinha apontam todas para a concentração fundiária. As Figura 2 e Figura 3, a seguir, apresentam a estrutura fundiária para a microrregião no ano de 2006.

Nas figuras 2 e 3 é possível atentar para o fato que 4% dos imóveis rurais da microrregião de Chapadinha possuem 39% de toda a área do município. Quanto à média propriedade, 14% dos imóveis rurais possuem 32% da área. Já a pequena propriedade com 35% dos imóveis e os minifúndios com 45%, correspondem, respectivamente, a 22% e 6% da área das propriedades. Esses dados caracterizam concentração fundiária.

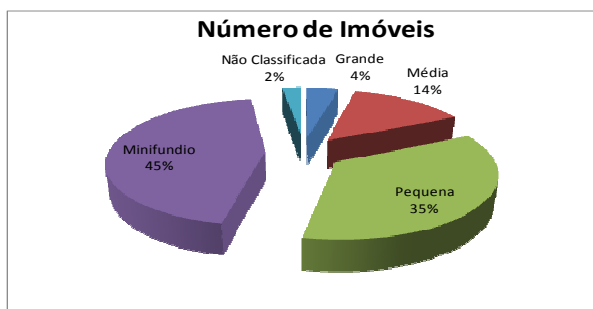


Figura 2 Percentual de imóveis rurais na microrregião de Chapadinha.
Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Inbra (2006).

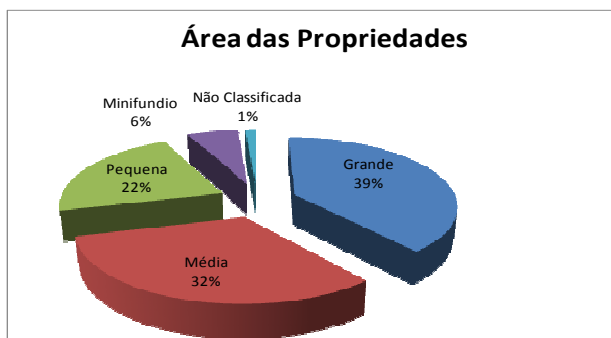


Figura 3 Percentual da área rural na microrregião de Chapadinha.
Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Inbra (2006).

4.3.1.2 Estrutura fundiária no município de Chapadinha

A principal atividade agrícola do município de Chapadinha atualmente é a plantação de soja. Sua economia é predominantemente baseada no setor de comércio e serviços, sendo incipiente a indústria (basicamente concentrada na construção civil: olarias; e também a metalurgia). No passado, a exploração do extrativismo do babaçu legou muita renda a este município que era um dos maiores produtores do estado do Maranhão. Hoje sua produção é baixa devido à diminuição das árvores e arbustos nativos, além da privatização das terras.

Observa-se nas Figura 4 e Figura 5, a seguir, que apenas 5% dos imóveis rurais de Chapadinha possuem 34% de toda a área rural do município, enquanto as pequenas propriedades e minifúndios, com 37% das propriedades em cada categoria, correspondem a 22% e 5% da área do município, respectivamente. Observa-se ainda que 39% da área rural de Chapadinha é ocupada por propriedades de médio porte.

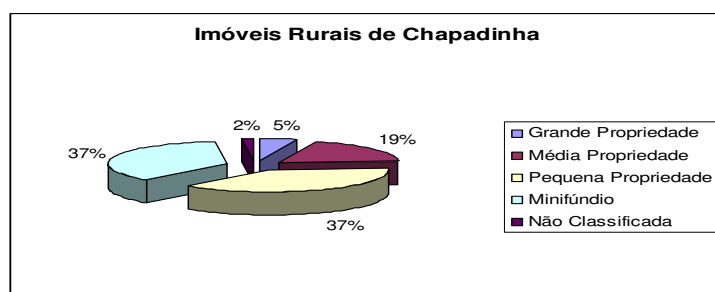


Figura 4 Percentual de imóveis rurais em Chapadinha.

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Inbra (2006).

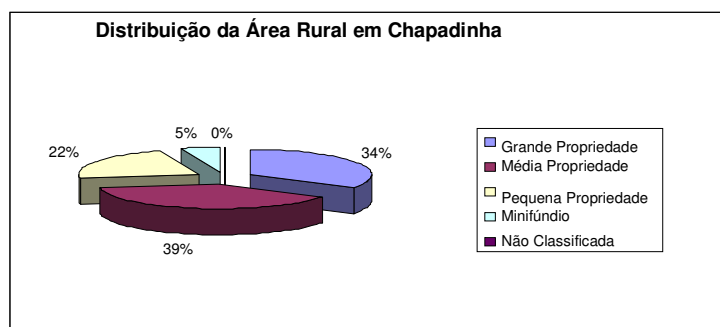


Figura 5 Percentual da distribuição da área rural em Chapadinha.

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Inbra (2006).

No município, o maior percentual da área total destina-se à média propriedade. De acordo com Girardi (2008), 65% da produção de soja do país concentra-se em estabelecimentos de médio e grande porte, o que pode explicar as figuras 4 e 5. Esses dados também se confirmam pelo Gráfico 1, a seguir, que apresenta a evolução da concentração fundiária para o município de Chapadinha, entre os anos de 1996 e 2006.

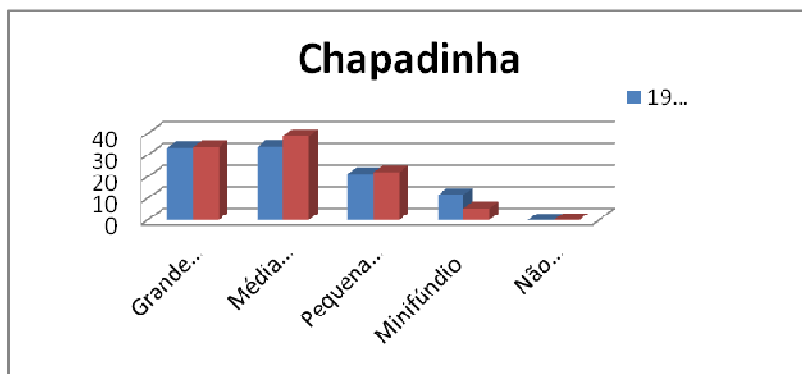


Gráfico 1 Evolução da concentração fundiária no município de Chapadinha.
Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 1 apresenta a evolução da concentração fundiária referente à área ocupada no município de Chapadinha em que, no período de dez anos, houve um aumento da pequena, média e grande propriedade com destaque para a média propriedade. Já o minifúndio apresentou uma elevada diminuição em relação a sua área.

4.3.2 Microrregião de Codó

A microrregião de Codó localiza-se no estado do Maranhão e pertence à mesorregião do Leste Maranhense. Sua população foi estimada em 2006 pelo IBGE em 259.813 habitantes e está dividida em seis municípios: Codó, Coroatá, Timbiras, Peritoró, Capinzal do Norte e Alto Alegre do Maranhão.

A Tabela 15 a seguir, apresenta, entre os anos de 1996 a 2006, uma diminuição total do número de estabelecimentos agropecuários baseados na agricultura familiar, assim como uma diminuição total no número de pessoas ocupadas nestes estabelecimentos. De 1996 para 2006, houve uma diminuição de estabelecimentos voltados à produção familiar de 5024

estabelecimentos e uma liberação da mão de obra desses locais, em outras palavras, desapareceram 9927 mil ocupações no campo.

Tabela 15 Número de estabelecimentos agropecuários e pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por laço de parentesco com o produtor - 2006⁶³.

Laço de parentesco com o produtor	Variável X Ano			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)		Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (Pessoas)	
	1996	2006	1996	2006
Total	19.618	14.594	61.478	51.551
Produtores familiares	19.618	14.594	51.232	34.023
Empregados	1.869	1.395	10.246	17.528

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE - Censo Agropecuário.

A Tabela 16 a seguir, que corresponde ao número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários, apresenta uma diminuição total no número de estabelecimentos agropecuários correspondentes às lavouras permanentes e temporárias, entre os anos de 1996 a 2006. Esta tabela destaca a importância dessas duas atividades econômicas e a retração da principal atividade econômica da agricultura familiar na região: a lavoura temporária.

Quanto à área dos estabelecimentos agropecuários, a Tabela 16 ainda expõe a mesma diminuição, mas em proporções diferenciadas. Em 1996, o tamanho médio das propriedades era de 24,29 (476556/19618) hectares, valor este que passou para 25,99 (379275/14594) hectares em 2006. Embora tenha havido uma diminuição considerável tanto no número quanto na área desses estabelecimentos, o tamanho médio de cada propriedade teve um pequeno aumento. Já quando se analisa matas e florestas, observa-se um aumento expressivo principalmente na área destinada a este fim. Uma hipótese é que as grandes propriedades incorporaram terras que antes se destinavam à agricultura familiar e as direcionaram a áreas de matas e florestas. Esta hipótese é coerente com os dados apresentados na Tabela 10 que mostra a diminuição de estabelecimentos voltados à agricultura familiar.

⁶³ É importante notar que os valores que correspondem ao *número total de estabelecimentos* agropecuários, entre os anos de 1996 e 2006, são os mesmos que a variável *produtores familiares*. Desta forma, estamos supondo que a variável *total* desconsiderou o item *empregados*. Entretanto, esse possível erro não altera os dados, apenas pode subestimar a quantidade total em relação à diminuição do número de estabelecimentos e do de empregados ocupados nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 16 Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras - primeiros resultados de 2006.

Utilização das terras	Variável X Ano			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidade)		Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectare)	
	1996	2006	1996	2006
Total	19.618	14.594	476.556	379.275
Lavouras permanentes	954	479	2.813	2.084
Lavouras temporárias	18.229	8.365	174.037	34.492
Pastagens	1.729	1.560	187.404	184.369
Matas e florestas	1.346	1.429	95.821	153.014

Fonte: Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE – SIDRA-Censo Agropecuário

Em relação às pastagens, verifica-se que houve uma diminuição na área e no número de estabelecimentos, porém as tabelas 7, 8 e 9 apresentam, no geral, uma evolução no número de cabeças de gado ao longo dos anos, o que nos leva a pensar que este fato seja um indicador de uma pecuária mais intensiva na região, podendo dizer que a redução na área de pastagens foi relativamente compensada pela intensificação da produção, uma vez que não houve redução do rebanho. Intensificação esta na qual o gado passa a ser confinado e as áreas de pastagens substituídas por outras culturas que também servirão para alimentar os animais ou então mantidas como reserva de valor. As áreas de pastagem podem estar sendo substituída por lavouras, entre as décadas de 1996-2006, em razão da progressiva inserção do país no mercado mundial de produção de grãos (especialmente a soja) e da intensificação da pecuária.

Conforme exposto anteriormente na Tabela 9, que apresenta a evolução do rebanho bovino nas microrregiões do estado do Maranhão, temos para a MRH de Codó uma evolução no número de cabeças entre os anos de 2000 a 2005 e uma retração entre 2005 e 2008. O que pode estar ocorrendo é o avanço da soja sobre as terras que antes eram destinadas a pastagens.

Quanto à soja, esta obtém êxito no Leste Maranhense a partir dos primeiros anos do século XXI, porém se consolida no Sul Maranhense já na década de 1990, espalhando-se para outras mesorregiões do estado. Isso pode ser mais bem visualizado a seguir pela Tabela 17 abaixo:

Quando se compara as mesorregiões Leste e Sul maranhense, verifica-se uma diferença relevante nos dados que apresentam a evolução da soja nessas duas regiões. A parte Sul tem a evolução da soja iniciada no começo da década de 1990 aumentando

expressivamente ao longo dos anos. Já a parte Leste do estado inicia, efetivamente, a produção de soja a partir do final da década de 1990, com um aumento progressivo ao longo dos últimos anos.

Tabela 17 Evolução da produção de soja no Maranhão, conforme as mesorregiões (valores em toneladas).

ANOS	Maranhão	Sul	Leste	Centro	Oeste
1990	4.176	4.176
1991	8.037	8.037
1992	24.029	24.029
1993	87.370	87.370	768	213
1994	140.637	140.116	41	480
1995	162.375	162.303	72
1996	137.283	137.283
1997	221.535	221.289	246
1998	290.438	290.189	249
1999	409.012	405.248	2.234	1.444
2000	454.781	448.349	4.958	1.464
2001	491.083	482.274	6.889	1.920
2002	561.718	552.344	9.350	24
2003	660.078	637.289	19.183	3.606
2004	903.998	863.793	30.632	9.222	351
2005	996.909	943.904	46.799	6.206
2006	931.142	824.759	92.386	13.997
2007	1.125.094	1.032.516	78.080	14.498

Fonte: Carneiro (2009) - Produção Agrícola Municipal – IBGE.

Segundo Carneiro (2009), por conta do relativo atraso em sua implantação e da resistência de movimentos sociais na região, a expansão da cultura da soja não obteve no leste maranhense os mesmos resultados que a mesorregião Sul do estado, porém houve um aumento considerável na sua produção. Para o autor, a área plantada com soja no Leste Maranhense, de 32.490 hectares, correspondeu em 2007 em menos de 10% que a do Sul Maranhense com 346.714 hectares.

Outro fator importante a ser considerado na MRH de Codó se refere ao mecanismo de arrendamento como meio de acesso à terra para agricultores que perderam a posse delas. Conforme Carneiro (2009), em Codó chega a 74,5% das pessoas entrevistadas pelo autor. Nessas microrregiões, conforme veremos no capítulo da pesquisa de campo com os trabalhadores maranhenses, a concentração da propriedade da terra e a falta de alternativas econômicas, salvo o emprego público e algumas atividades industriais, colocam a migração como fonte de renda para muitos trabalhadores rurais que migram para a lavoura canavieira

paulista. Essa alta concentração de terra na microrregião pode ser visualizada nas Figura 6 e Figura 7 a seguir:

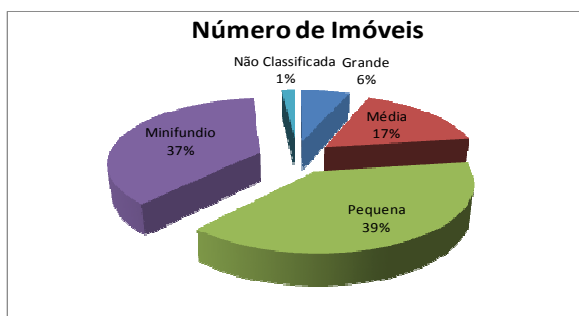


Figura 6 Evolução do número de imóveis na microrregião de Codó.
Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Incra (2006).

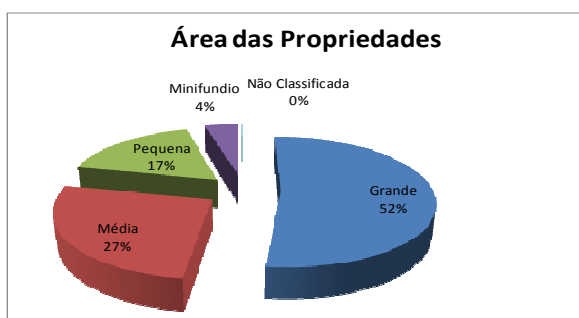


Figura 7 Evolução da área na microrregião de Codó.
Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Incra (2006).

Na microrregião de Codó, 6% dos imóveis rurais são grandes propriedades e agrupam mais da metade de toda a área da microrregião, isto é, 52%. Por outro lado, 39% e 37% das propriedades são pequenas e minifúndios, respectivamente, e abrangem 17% e 4% do território. Esses dados revelam uma elevada concentração fundiária na microrregião de Codó. Situação semelhante ao município de Codó, como apresentado adiante.

4.3.3 Município de Codó

Codó é um município brasileiro do estado do Maranhão. Localiza-se na macrorregião do Leste Maranhense. Sua localização faz com que a cidade seja cortada pela BR-316 e a linha ferroviária São Luís - Teresina que segue até Fortaleza e serve de principal porta de escoamento da produção agroindustrial. Embora a cidade se localize no estado do Maranhão, o acesso à capital piauiense Teresina é mais fácil em razão de sua proximidade (120 quilômetros da cidade, enquanto São Luís fica a 290 km). A estimativa da população para 2009 era de 113.937 habitantes, com área territorial de 4.365 km².

No município de Codó, conforme Figura 8 e Figura 9, 7% dos imóveis rurais são grandes propriedades e concentram mais da metade de todo o território do município, ou seja, 51% da área rural o que revela grande concentração de terras. Por outro lado, 41 % das propriedades rurais deste município são consideradas pequenas propriedades e possuem uma área rural de 17%. Já os minifúndios correspondem a 30% das propriedades rurais, mas dividem uma área de 3% deste território.

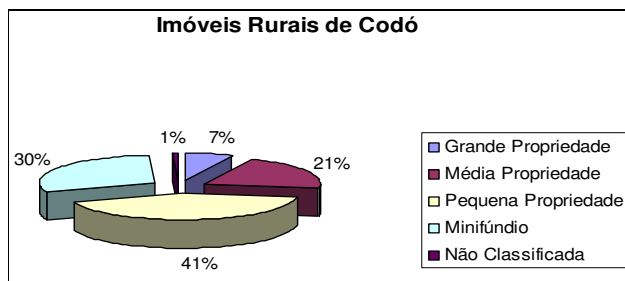


Figura 8 Percentual de imóveis rurais em Codó.

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados do Incra (2006).

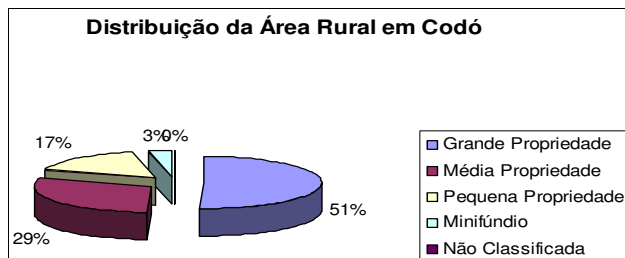


Figura 9 Percentual da distribuição da área rural em Codó.

Fonte: elaborada pela autora a partir de dados Incra (2006).

As figuras 8 e 9 apontam para uma situação de concentração fundiária. Esta condição pode ser visualizada pelo Gráfico 2 que apresenta a concentração fundiária do município entre os anos de 1996 e 2006. Embora o gráfico apresente uma diminuição na área da grande propriedade, um crescimento na média e pequena propriedade, ainda assim, o município apresenta uma elevada concentração fundiária. É interessante notar a diminuição da área relativa aos minifúndios.

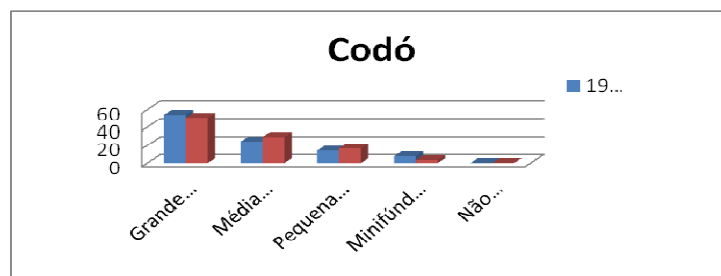


Gráfico 2 Evolução da estrutura fundiária no município de Codó.
Fonte: elaborado pela autora.

4.3.4 Município de Timbiras

Timbiras é um município localizado no estado do Maranhão. Situa-se na mesorregião do Leste Maranhense, mais especificamente na microrregião de Codó, a 316 quilômetros da capital São Luís, à margem direita do rio Itapecuru⁶⁴. A população estimada em 2009 para o município era de 26.909 habitantes e a área de seu território corresponde a 1.486 km².

Sobre o município de Timbiras, a Tabela 18 a seguir, apresenta a evolução do rebanho bovino.

Tabela 18 Efetivo de animais.

Evolução do rebanho bovino no município de Timbiras no Maranhão

Ano	Número de cabeças
1990	9.934
1991	9.835
1992	7.868
1993	7.947
1994	8.066
1995	8.200
1996	12.450
1997	11.830
1998	12.064
1999	11.823
2000	11.302
2001	11.414
2002	11.186
2003	11.410
2004	11.638
2005	11.856
2006	10.671
2007	11.907
2008	12.145

Fonte: Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do SIDRA- IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

⁶⁴ Informações encontradas no IBGE Cidades.

Em Timbiras, conforme transcrito nas Figura 10 e Figura 11 a seguir, grande parte dos imóveis rurais, 47%, são pequenas propriedades e respondem por 20% da área rural, enquanto as grandes propriedades, 5% do total, correspondem a 45% do território rural deste município. Chama a atenção ainda o grande número de minifúndios, 23% das propriedades com 3% da área rural. Em razão desses números podemos supor que a existência de um elevado número de minifúndios inviabiliza sua sustentabilidade econômica por meio da agricultura.

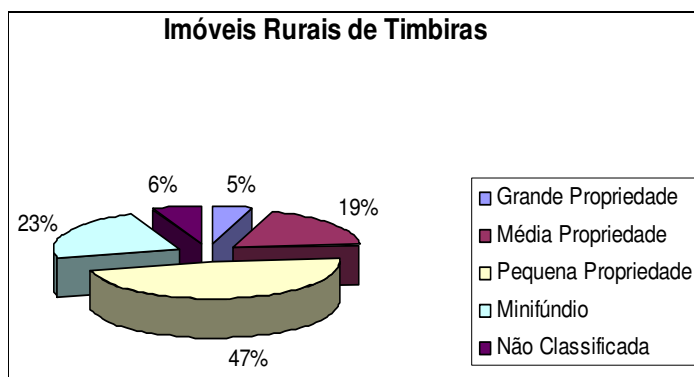


Figura 10 Imóveis rurais em Timbiras.

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Incra 2006.

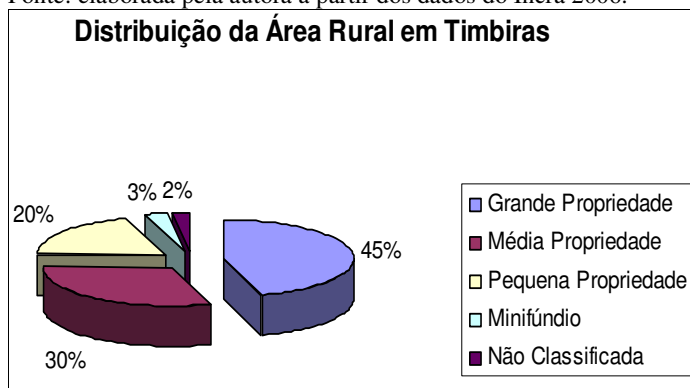


Figura 11 Distribuição da área rural em Timbiras.

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Incra 2006.

O Gráfico 3, a seguir, apresenta ao longo dos anos a diminuição da área do minifúndio, bem como da pequena e da média propriedade e aumento da grande propriedade. A partir desses dados, pode-se concluir que a grande propriedade englobou parcela da área de todos os outros estratos rurais.

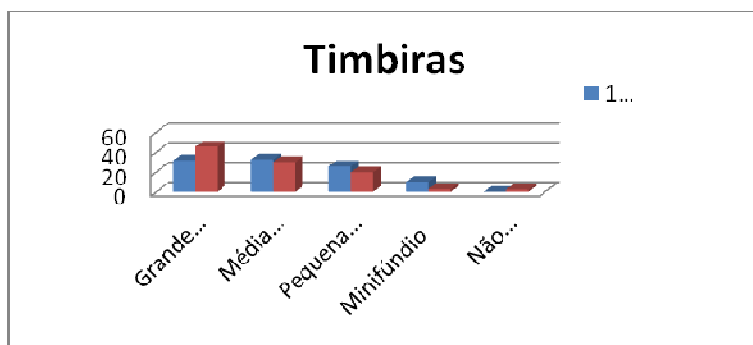


Gráfico 3 Evolução da concentração fundiária no município de Timbiras.
Fonte: elaborado pela autora.

Em Timbiras, o principal mecanismo de acesso a terra ainda é o arrendamento (44,7%), segundo Carneiro (2007), para aqueles que não detêm a propriedade da terra. A dificuldade de acesso à terra se reflete no número de famílias que possui pelo menos um membro trabalhando no corte de cana. Em Timbiras esse número chega a 63% do número de famílias entrevistadas por Carneiro (2009)⁶⁵. Trata-se de uma população de meeiros, parceiros, arrendatários, pequenos proprietários que em muitos casos não tem como cultivar as próprias terras, seja por falta de recursos para investir minimamente ou pela sua má qualidade.

Percebe-se nos municípios de Timbiras e Codó uma concentração de terras nas mãos de uma minoria de latifundiários. A restrição ao acesso à terra afeta a reprodução da pequena agricultura familiar. Isto porque a sustentabilidade de seu sistema de cultivo requer que o cultivador tenha disponibilidade de terra suficiente para que, enquanto cultive determinada parcela do seu terreno, outras parcelas sejam deixadas em pousio para a recuperação da fertilidade natural do solo, além da necessidade de áreas de florestas onde praticam a caça, a pesca e a colheita de frutos e ervas que são utilizadas na fabricação de remédios. A diminuição dessas áreas impossibilita a rotação de culturas, e o desmatamento e a privatização dificultam o acesso aos recursos naturais da mata.

É prática no país anular a proteção a certos cultivos quando existe uma cultura que permite a obtenção de taxas de retorno mais elevadas. A monocultura expulsa a policultura e em razão da economia de escala dá-se o aumento da propriedade monocultora e, conseqüentemente, da concentração fundiária. Uma terra mais concentrada, geralmente, significa menor utilização de mão de obra, uma menor produção de grãos de consumo popular

⁶⁵ Carneiro (2009) entrevistou 114 famílias no município de Timbiras.

como arroz, feijão, etc. Do ponto de vista do desenvolvimento agrícola, esta substituição traz repercussões sobre o processo migratório (MOTTA; QUINTEIRO, 1983).

Os dados analisados anteriormente, para o estado do Maranhão, apresentam uma expansão da área da lavoura, aumento do rebanho bovino, mas também apresentam algumas particularidades que mostram alterações importantes que estão ocorrendo na agricultura maranhense como, por exemplo, a diminuição no número de estabelecimentos agropecuários.

Também foi possível verificar uma diminuição no número de pessoas ocupadas no campo maranhense, conforme apresentado pela Tabela 5, que mostrou uma diminuição de aproximadamente 341 mil postos de trabalho entre 1985 e 1995, e em torno de 338 mil ocupações no campo entre os anos de 1995 e 2006, mantendo essa redução. A diminuição no número de postos de trabalho na agricultura familiar maranhense foi uma das principais revelações do Censo Agropecuário de 2006, quando comparados com os dois censos anteriores.

4.4 Assentamentos de reforma agrária

O formato atual da estrutura agrária do estado do Maranhão, isto é, a maneira como se distribui o acesso aos recursos fundiários do estado, está relacionado com algumas políticas governamentais que vêm se desenvolvendo desde o final dos anos de 1960, conforme foi apresentado no capítulo anterior. O Maranhão se apresenta com uma estrutura fundiária profundamente desigual, com resultados manifestos na qualidade de vida da imensa maioria dos agricultores familiares maranhenses, que representam o principal segmento da agricultura maranhense.

Segundo Carneiro (2007a), em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar no Maranhão, considerada a partir do início dos anos de 1970, dois aspectos se destacam como principais marcos do combate dos movimentos de trabalhadores rurais: a) resistência contra processos de expulsão da terra e, b) lutas pela construção de assentamentos de reforma agrária e pelo acesso a políticas públicas (crédito, assistência técnica, serviços públicos).

A partir da segunda metade dos anos de 1980, a partir da importância pelo Estado brasileiro da existência da questão agrária, as mobilizações apontaram para o estabelecimento de assentamentos de reforma agrária e para a construção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar (CARNEIRO, 2007a). Porém, no documento "Política de Assentamento", de 1987, nada indicava, conforme Andrade (1998), nos assentamentos do

Maranhão, ter ali se desenvolvido qualquer obra planejada, mas ao contrário, o abandono dos assentados a sua "própria sorte". Para a autora, não houve no Maranhão o assentamento de trabalhadores pelo estado, mas assentamentos enquanto resultado do esforço das próprias famílias que lutaram para permanecer ou entrar na terra, tendo, muitos deles, sido assassinados em decorrência dessa luta.

Na década de 1990, a mobilização reúne novos desafios para possibilitar que a agricultura familiar adquirisse instrumentos que favorecessem seu desenvolvimento, como o crédito rural, assistência técnica, educação para o campo, canais de comercialização, etc. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1995 pelo Governo Federal, teve o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolviam suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

O aumento constante do volume de recursos passa de R\$ 1,37 bilhão em 1996 para R\$ 6,4 bilhões em 2005 e a diversificação dos créditos como o PRONAF Semi-Árido, PRONAF-Jovem, PRONAF-Mulher, PRONAF-Floresta, etc. significam um marco nesse período. Porém, de modo repetido, o Incra e órgãos fundiários estaduais têm criado assentamentos em locais isolados, desconsiderando características da paisagem natural (aptidão agrícola, drenagem, flora e fauna, entre outros) e a presença de populações tradicionais (indígenas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, etc.) (MARTINS; SANTOS, 2008). Em precárias condições de sobrevivência, muitos produtores familiares acabam por abandonar suas áreas em busca de emprego ou terras em novas frentes de ocupação na Amazônia.

Apesar de toda essa importância e dos avanços conseguidos com a construção de políticas públicas orientadas para a agricultura familiar na última década, pode-se dizer que os esforços até aqui realizados ainda são escassos. Os conflitos pela terra no Maranhão, mesmo com os projetos de assentamento, são ainda insuficientes visto pelo índice de Gini do estado corresponder a 0,864 como apresentado anteriormente. Na prática, isso quer dizer que a estrutura fundiária do estado permanece quase inalterada.

As consequências da concentração fundiária é a negação ao trabalhador dos meios de subsistência, acompanhada da expulsão/migração em busca de emprego. Esses acontecimentos transformaram o Maranhão no maior fornecedor de mão de obra, em condições similares à do trabalho escravo para outros estados do país. Segundo o Mapa da Injustiça Social no Brasil (2010):

Há vários relatos de trabalhadores da lavoura da soja (bem como dos carvoeiros do cerrado e da floresta), instalados em alojamentos precários,

dividindo espaço com ferramentas, agrotóxicos etc. Segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶⁶, somente em 2007, foram libertados 378 trabalhadores reduzidos à condição de escravos no Maranhão, 13 deles, criança. (MAPA DA INJUSTIÇA SOCIAL NO BRASIL, 2010, p. 10).

Apesar do número de assentamentos de reforma agrária conquistado, a agricultura familiar maranhense passa por um momento de retração no Maranhão. Essas dificuldades podem estar associadas ao avanço da soja, ao aumento das empresas guseiras, especuladores imobiliários, mas também estão relacionadas ao tipo de apoio que lhes é dado como políticas públicas, financiamentos, assistência técnica, etc..

Essas atividades estimuladas, promovem a concentração fundiária uma vez que o tipo de agricultura incentivada exige grandes recursos fundiários, além de produzir empregos de baixa qualidade. Tais aspectos têm um reflexo negativo na pequena agricultura familiar, uma vez que, a diminuição de áreas de floresta para a pecuária e para o cultivo de monoculturas, a privatização e concentração de terras compromete diretamente sua reprodução. As consequências são negativas para o estado do Maranhão, já que conforme PNAD, de 2005, pelo menos 85% das pessoas que trabalhavam na agricultura realizavam atividades em empreendimentos familiares. A dificuldade de viver na terra e da terra é um dos fatores do processo migratório, como será apresentado no capítulo a seguir.

⁶⁶ Segundo a CPT (Comissão pastoral da Terra), os trabalhadores escravizados em 2006 no país foram 6930, dos quais 3633 foram libertados. A violência se caracterizou pelas ameaças de morte, assassinatos, agressões, danos, intimidações e humilhações (CPT, 2006, p. 129 -136).

5 A percepção dos trabalhadores sobre o processo migratório: um Estudo de Caso

5.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estudo de caso desenvolvido com os migrantes maranhenses que vêm para o corte da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, de modo que compreendamos porque esses trabalhadores têm migrado de regiões tão distantes a partir do final da década de 1990. Nesta análise foi utilizada outras pesquisas que tratam do tema migrações, o intuito é promover a comparação entre pesquisas de modo que seja possível avançar no conhecimento, de modo a identificar novidades migratório ou continuidades no processo.

Sua importância está associada ao fato do capítulo dar “voz” aos trabalhadores pesquisados por meio do Estudo de Caso. Neste sentido a revisão bibliográfica e todas as análises anteriormente feitas se complementam e abre espaço para novas descobertas por meio da percepção daqueles que vivenciam diretamente o processo migratório. As dificuldades são mais facilmente compreendidas pela representação daquele que vive o processo. É imperioso destacar para o fato de que como esta pesquisa baseia-se nas representações ideológicas dos entrevistados, não necessariamente explica o processo.

Para melhor entendimento, o capítulo foi dividido em três partes. A primeira apresenta os passos para a elaboração do estudo de caso e o perfil dos entrevistados. Nas seções seguintes, descrevemos a percepção dos trabalhadores sobre a região de origem (segunda parte), e as suas percepções na região de destino após a decisão de migrar (terceira parte). Cada seção com seus subitens.

Cabe ressaltar que nesta parte da pesquisa utilizaremos trabalho de autores⁶⁷ que também abordam a questão das migrações, com intuito de compararmos o processo migratório de sujeitos de outros estados, e não somente do Maranhão, embora, claro, dando maior ênfase a esses trabalhadores. A finalidade é possibilitar avançarmos na construção do conhecimento apontando as semelhanças e as diferenças entre esses processos migratórios.

⁶⁷ Os autores que não aparecem texto e nem tem nota a respeito de dados da pesquisa de campo é porque não esclarecerem o local e a quantidade de trabalhadores no texto.

5.1.1 O Estudo de Caso

Em relação ao Estudo de Caso, o acesso aos trabalhadores foi feito por meio de entrevistas. Estas entrevistas têm como característica facilitar a descoberta de aspectos não conhecidos do problema e permitem também formular e comprovar novas hipóteses, constituindo-se em uma técnica fundamental de investigação científica a respeito das considerações e representações do entrevistado em relação a uma determinada realidade. Trata-se de um importante instrumento de acesso ao mundo subjetivo, dando-nos condições de interpretação dos resultados (PONTES, 2006).

As entrevistas podem ser abertas, não diretivas e entrevistas estruturadas ou semiestruturadas. Nas palavras de Cockell (2004):

As entrevistas abertas – não diretivas – são iniciadas a partir de um tema geral, sem estruturação do problema por parte do investigador, o que facilita os contatos informais com os sujeitos e privilegia a espontaneidade das respostas. As entrevistas estruturadas – diretivas – ou semiestruturadas são aquelas efetuadas a partir de um questionário previamente elaborado, útil para o conhecimento de aspectos específicos como as tarefas, a organização do trabalho, os acordos existentes, as dificuldades e as queixas. (COCKELL, 2004, p. 31).

Foram utilizadas entrevistas abertas, a fim de deixar o informante livre para responder, usando linguagem e opinião próprias. A escolha por este tipo de entrevista se deu em razão de que ela prioriza o contato direto entre pesquisador e pesquisado, não respondendo apenas sobre o que foi previamente definido sem a liberdade de falar livremente, como no caso de uma entrevista estruturada. Nesse sentido, “Um questionário jamais poderia captar informações que o entrevistado não quisesse responder. Isto para não falar nos casos onde ele sequer aquiesce em responder” (HAGUETTE, 1999, p. 105).

Para a entrevista aberta foram utilizadas perguntas pontuais que pudessem fornecer informações gerais, como idade, nome, cidade de origem, estado civil, etc., com o intuito de criar o perfil do trabalhador pesquisado. Após os dados gerais, pediu para que o migrante respondesse qual motivo o levou a migrar, e a partir dos depoimentos algumas questões eram dirigidas para que o pesquisado não se desviasse do objetivo da Tese.

Em relação a este estudo, tais procedimentos investigativos tiveram como função obter respostas que pudessem esclarecer o motivo da vinda de trabalhadores maranhenses para um local distante do de origem desses sujeitos. Assim, por meio das verbalizações, os trabalhadores migrantes poderiam ajudar a ressituar determinadas suspeitas em um quadro temporal mais geral. Como observa Duarte (2002, p. 4), “alguém do meio, a partir do próprio

ponto de vista, tem, relativamente, melhores condições de fornecer informações sobre esse meio do que alguém que observa, inicialmente de fora”.

Como esse tipo de entrevista demanda tempo e disponibiliza muita informação, a intenção inicial era entrevistar os pesquisados em seus dias de folga e em seus lares, o que possibilitaria menor rejeição e constrangimento por parte dos trabalhadores estudados, além disso, dificilmente conseguiríamos realizar a entrevista no local de trabalho, pois diminuiria a produtividade, fator essencial na composição do salário desses trabalhadores.

A utilização de um aparelho digital de voz foi essencial para a gravação dos relatos. O gravador só foi acionado pelo entrevistador nas entrevistas após o consentimento prévio dos participantes. Este recurso possibilitou coletar com fidelidade a fala dos entrevistados, armazenar as informações e manter certa constância na conversa, sem a necessidade da interrupção do diálogo do trabalhador durante o decorrer da entrevista.

O gravador de voz também serviu de recurso para guardar, num diário de campo digital, a percepção da pesquisadora a respeito da entrevista, do local visitado e sobre os trabalhadores presentes em cada um desses locais, o que permitiu detalhar cada caso ao término da entrevista. De acordo com Silva (2008), o diário de campo⁶⁸ possibilita, ainda, registrar as dificuldades enfrentadas e arquivar em áudio as aflições, dúvidas e questionamentos experimentados pelo pesquisador, além de qualquer outra informação pertinente.

Embora exista um universo repleto de pessoas que possam contribuir para o tema pesquisado, sempre há aqueles cuja participação é indispensável. Para Haguette (1999), a montagem da lista de participantes deve ser feita a partir da indicação de peritos no tema e de informações contidas em dados secundários. Tendo isso em vista, os primeiros contatos foram com pessoas que tivessem um bom entendimento sobre os processos migratórios e que já trabalhassem com eles. Esses contatos foram possíveis com a ajuda de especialistas no tema. Já em relação aos migrantes, a escolha dos entrevistados foi feita dentro de um recorte empírico preestabelecido. Os passos seguintes, foram a realização das entrevistas e sua análise.

⁶⁸É o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da coleta de dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

5.1.2 As cidades pesquisadas

A pesquisa de campo focou algumas cidades que são destinos para muitos trabalhadores migrantes maranhenses, especificamente os que vêm para o corte de cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, onde existe a maior concentração de usinas do país. Dentro do estado de São Paulo as áreas cobertas pela pesquisa de campo foram algumas cidades da mesorregião ou Regiões Administrativas (RA), subdivididas em microrregiões ou as chamadas Regiões de Governo.

Nosso foco é a RA de Ribeirão Preto, composta por 25 municípios, situada no nordeste do estado de São Paulo, considerada uma das mais ricas do país e cenário da morte de 21 trabalhadores até agosto de 2009, possivelmente por excesso de trabalho (PASTORAL DO MIGRANTE, 2010)⁶⁹.

No universo empírico da pesquisa, a macrorregião de Ribeirão Preto foi escolhida por localizar as cidades de destino com maior incidência de migrantes temporários maranhenses, conforme aponta a literatura e segundo entrevista concedida pela irmã Inês Facione (2007), pertencente à Pastoral do Migrante de Guariba. As cidades com alto índice desses migrantes são: Pradópolis, Dumont, Guatapar, Guariba, Monte Aprazível, Pontal, entre outras. Estima-se, de acordo com a Pastoral do Migrante, que o número de migrantes temporários beira os 100 mil, somente para a zona canavieira paulista, e deste total, 7.000 são maranhenses, até o ano de 2007⁷⁰.

5.1.3 Atividades de campo

Inicialmente, por indicação do orientador, os primeiros a serem entrevistados foram os líderes sindicais e também os especialistas no assunto de migraoes. Os sindicalistas, representantes dos trabalhadores rurais, que atuam diretamente com os trabalhadores do corte da cana-de-aucar poderiam fornecer um panorama geral da situação desses personagens, bem como as negociaoes realizadas e desejadas pela categoria dos trabalhadores rurais, seus problemas e necessidades, assim como os estudiosos do assunto. Este contato possibilitou delinear o modo como a entrevista seria realizada, mais tarde, com os trabalhadores.

Guariba

⁶⁹ Todas as mortes ocorreram no interior do estado de São Paulo, conforme a Pastoral dos Migrantes (2010).

⁷⁰ últimos dados obtidos pela Pastoral dos Migrantes (2008).

A primeira cidade visitada foi a cidade de Guariba, por dois motivos julgados essenciais. Primeiro devido à facilidade que a Pastoral do Migrante, que ali é sediada, proporciona na obtenção de dados e na mediação para o contato do pesquisador com os trabalhadores. E em segundo lugar, por guardar uma história bastante rica em relação aos direitos trabalhistas conquistados a partir da famosa greve de Guariba de 1984. Nesta época, os trabalhadores do setor sucroalcooleiro se revoltaram contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, tendo entre outras, a principal causa da greve a alteração do sistema de colheita da cana, que passou de cinco para sete ruas, o que tornaria o trabalho diário ainda mais penoso.

O primeiro contato em Guariba aconteceu no dia 30/10/2007, terça-feira, com o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais da cidade, o sindicalista Wilson, sobre a temática da presente pesquisa.

Neste mesmo dia, uma segunda visita julgou-se necessária, a entrevista, também previamente agendada, com a irmã Inês Facione. Nesta primeira visita foram explicadas à pesquisadora as condições de vida e trabalho dos migrantes temporários e suas condições na região de origem, além do agendamento de uma posterior visita, em que a irmã reuniria alguns maranhenses cortadores de cana e residentes em Guariba.

No total foram seis visitas a Guariba, a segunda ocorreu no dia 26 de junho de 2008 num encontro organizado pela Pastoral dos Migrantes chamado “Jovens Pesquisadores” em que discutíamos a temática migrações.

A quarta visita ocorreu no dia 27 de junho de 2008, num sábado, em que foi lançado o DVD “Migrantes”, de Roberto Novaes e Francisco Alves, no salão de eventos do Sindicato dos Empregados Rurais de Guariba. O lançamento reuniu várias pessoas ligadas ao tema migrações além de diversos migrantes, que no final da apresentação sentiam-se bastante à vontade para falarem de suas experiências de vida a respeito dessa condição, enriquecendo posteriormente a análise dos dados.

A quinta visita ocorreu em 17 de novembro de 2008, terça-feira, com dois trabalhadores migrantes maranhenses escolhidos pela irmã Inês. A sexta visita a Guariba ocorreu no dia 22 de março de 2009 num domingo em entrevista com trabalhadores maranhenses.

Neste mesmo dia também foi feita a entrevista com dois líderes de turma, Paulo e José. O discurso dos “feitores” era diferente dos depoimentos dos trabalhadores; eles reconheciam a penosa atividade de trabalho, pois já haviam sido cortadores de cana, mas

acreditavam que o que a usina fazia era sempre para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores. Paulo foi assassinado em maio, na porta de sua casa saindo para o trabalho, dois meses após a entrevista. Ninguém prendeu os assassinos, há especulações de que tenha sido em razão do trabalho que ele realizava.

Barrinha e Jaboticabal

As visitas a Barrinha e a Jaboticabal foram feitas no dia 07/11/07 quarta-feira. Em Barrinha, a entrevista foi realizada com Cidinho que era presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, mas naquele momento estava exercendo o cargo de Secretário de Promoção Social na prefeitura da cidade.

No período da tarde a viagem continuou até Jaboticabal. Neste dia a entrevista foi realizada com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, Miguel.

São Carlos

Em 05/12/2007 foi realizada a entrevista com a professora Maria Aparecida de Moraes Silva em seu escritório na cidade de São Carlos. Nesta primeira entrevista, a pesquisadora relatou sua impressão sobre a migração de maranhenses e também piauienses para o interior de São Paulo. Para Moraes, a situação desses trabalhadores foi a mesma verificada em seu livro *Errantes do Fim do Século*, em que os mineiros do Vale do Jequitinhonha foram expulsos de suas terras pelas empresas de celulose. O objetivo desta entrevista foi aprender com a pesquisadora sobre a problemática a ser pesquisada e reunir o maior número de informações possíveis, além de procedimentos de como desenvolver a pesquisa.

Em uma segunda etapa da entrevista com a professora Maria Moraes, realizada em março de 2009, foi fornecido material para a pesquisa, como filmes, livros e textos que pudessem efetivamente contribuir para o andamento da Tese.

Ainda em São Carlos, também foram feitas algumas visitas às plantações de cana-de-açúcar com a intenção de visualizar o trabalho efetuado pelos cortadores, já que não foi autorizada a visita a campo por nenhuma das usinas buscadas (Bonfim, Santa Elisa, Moreno, São Martinho).

Em apenas uma visita pudemos ter o acesso ao processo de trabalho, mas não do corte da cana. Esta visita ocorreu em janeiro de 2009, mas como trabalhadores estavam na entressafra, foi apenas possível vê-los capinarem.

Araraquara e Ibaté

Outras duas tentativas de entrevistas foram com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Araraquara, em que não obtivemos sucesso, e também com o presidente do sindicato de Ibaté, também sem êxito. Os dois representantes não quiseram participar das entrevistas. Não foi possível em nenhuma tentativa estabelecer qualquer contato, e qualquer tentativa de proximidade se dava apenas com as secretárias e somente por telefone.

Pradópolis

Na cidade de Pradópolis foram feitas três visitas sempre com a intermediação de Francisco da cidade de Codó no Maranhão. O contato com Francisco foi casual. Fui a Pradópolis sabendo que naquela cidade também havia maranhenses e indo aos bares perguntava às pessoas que lá estavam se alguém sabia de algum alojamento onde residiam esses trabalhadores. E assim, de bar em bar é que foi possível encontrar a casa de Francisco.

Depois de apresentar-me a Francisco e explicar o motivo da visita, ele estabeleceu a maioria dos contatos, os endereços e as possíveis casas a serem visitadas. Ao todo foram três as visitas à Pradópolis. A primeira, casualmente, ocorreu num domingo 19 de outubro de 2008, em que Francisco foi entrevistado.

A segunda aconteceu no dia 25 de outubro, e neste dia Francisco reuniu vários trabalhadores maranhenses com quem pude conversar. E a terceira ocorreu já no início do ano de 2009, no dia 8 de fevereiro, num domingo.

Guatapará

Em Guatapará foram feitas duas visitas. A primeira foi feita numa segunda-feira (2 de março de 2009), pois a informação era de que muitos trabalhadores maranhenses trabalhavam em uma usina que praticava o esquema cinco por um, ou seja, a cada cinco dias de trabalho há um de folga. A procura por migrantes foi feita como em algumas vezes, perguntando nos bares e mercearias das cidades. Nessas paradas eram indicados onde, possivelmente, muitos migrantes residiam.

Como não foi uma visita previamente agendada, havia o risco de não conseguir nenhuma informação, porém, foram encontradas as esposas dos migrantes. O primeiro contato

foi feito com as mulheres pernambucanas. Após breve “entrevista”, foi-me indicado a casa onde viviam os maranhenses.

Após encontrar as maranhenses expliquei o motivo da visita e elas abriram a casa para essa “conversa”. Disseram que os maridos só estariam no domingo e que se pudesse voltar na próxima semana todos os homens estariam em casa.

Dois finais de semana depois, no dia 15 de março num domingo, depois de ter combinado com as mulheres, voltei para entrevistar os homens.

5.1.4 O trabalho de campo e análise das entrevistas

Neste item descrevemos o trabalho de campo e as cidades visitadas. A coleta ocorreu entre outubro de 2008 e março de 2009, e com os especialistas, algumas se deram no final do ano de 2007. Foram visitadas nove cidades, e em três delas conseguimos entrevistar trabalhadores maranhenses migrantes. As cidades, como dito anteriormente, não foram escolhidas aleatoriamente, mas encontram-se na literatura e, segundo os especialistas, entre as de maior índice desses trabalhadores.

Os contatos foram feitos de várias maneiras, dois foram possíveis graças aos contatos da irmã Inês, mas a grande maioria deu-se batendo de porta em porta e, mais tarde, os próprios trabalhadores indicavam colegas e o local onde encontrá-los. Foram realizadas 23 entrevistas, este número não foi previamente estabelecido, mas dependeu, segundo Minayo (2004), da qualidade das informações obtidas, do grau de profundidade, das recorrências e divergências das informações. Desta forma, a saturação qualitativa deu-se no momento em que o conteúdo das entrevistas tornou-se repetitivo (GONDIM; LIMA, 2002).

Mesmo sem uma prévia definição dos locais a serem visitados, o trabalho de campo se deu sem maiores problemas. Muitos entrevistados se mostraram bastante solícitos em participarem de uma pesquisa acadêmica e, embora alguns fossem mais tímidos que outros, todos descreviam com riqueza de detalhes o que os trouxera até aquela cidade de destino. O receio inicial de uma possível dificuldade em chegar aos entrevistados rapidamente foi contornado e, em muitos casos, os próprios trabalhadores indicavam locais e cidades onde pudessem ser realizadas outras entrevistas.

Os entrevistados não foram escolhidos aleatoriamente, visto que os critérios de inclusão previamente decididos foram respeitados. Não foi difícil encontrar a unidade social selecionada inicialmente, visto que a maioria dos migrantes maranhenses morava perto uns

dos outros. Depois de entrevistarmos o 23º trabalhador, encerramos a coleta de dados por considerarmos a quantidade e qualidade das entrevistas suficientes para a compreensão do objeto de estudo. Gondim e Lima (2008), explicam que, em pesquisas qualitativas, quando as respostas dos entrevistados começam a se repetir, isto é, quando há a recorrência nas respostas é sinal de “saturação qualitativa”, apontando para o fim das entrevistas.

Com a finalização da pesquisa de campo, demos início a transcrição literal das entrevistas com os migrantes maranhenses. Em média, as entrevistas tinham uma hora de duração. Após a transcrição dos relatos realizamos a leitura de cada entrevista, caso a caso, para, em seguida, dividí-las em tópicos abordados pelos entrevistados, para que pudéssemos analisar suas respostas.

Terminado esse estágio, voltamos à leitura das informações colhidas, com o objetivo de interpretar o estudo empírico, examinar, sempre orientado pelo referencial teórico, as questões que suscitaram a investigação e problematizar os resultados obtidos. Cabe lembrar que a interpretação das entrevistas foi realizada para considerar as impressões do trabalhadores a respeito do processo migratório, em outras palavras, as representações ideológicas do sujeito que migra para o corte da cana na região de Ribeirão Preto. A partir dos dados colhidos, montou-se o perfil dos entrevistados e a descrição e análise das representações dos sujeitos sobre o processo migratório.

5.2 Perfil dos Migrantes

Para a região de Ribeirão Preto, o grande aumento de área de cana ocorreu na década de 1990. Esta expansão contribuiu para reforçar a sazonalidade de mão de obra, principalmente de trabalhadores maranhenses para a região de Ribeirão Preto.

Conforme os trabalhadores e também os especialistas da área entrevistados na pesquisa de campo, a mão de obra local não é suficiente para dar conta do trabalho de toda área com cana. Isto porque, de acordo com os depoimentos, os moradores da região não se submetem ao trabalho de cortador em razão de fatores que não fazem parte do corpo de estudo desta pesquisa. Mesmo com o processo de mecanização em constante expansão, a mão de obra assalariada é indispensável para a realização da colheita.

Na época da pesquisa realizada por Motta e Quinteiro (1983), o volume de mão de obra necessário nas atividades do corte não encontrava correspondência com a mão de obra disponível na região, resultando em disputa por força de trabalho com os demais setores

econômicos, tanto os urbanos quanto os rurais, pressionando os níveis salariais para cima. A pressão sobre o mercado de trabalho passa a ser controlada por meio da importação de mão de obra massiva.

Atualmente, esta estratégia continua a mesma. O que alterou foi a região de origem desses migrantes e também a crescente mecanização que possibilita, diante da alta oferta de mão de obra, a escolha dos melhores trabalhadores e também a possibilidade de pagar baixos salários. Do ponto de vista da criação de empregos, a região de Ribeirão Preto tem sido vista por muitos migrantes, ainda, como absorvedora de mão de obra.

A caminhada de todos os migrantes entrevistados é representada por este movimento pendular que não obedece a uma periodicidade regular, porém não deixa de ser temporária, uma vez que muitos se estabelecem por um determinado período, que pode variar entre anos ou meses para depois retornarem. Esse movimento pendular evidencia algumas particularidades desse processo migratório que os diferencia dos migrantes sazonais do Vale do Jequitinhonha analisados por diversos autores (GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988; GEBARA et al. [s.d.]; MORAES SILVA et al., 1985, 1999; SADER, 1991; GARCIA JR., 1989). A diferença fundamental entre eles é que os mineiros migravam para manter a reprodução da unidade de produção agrícola familiar, enquanto a maioria dos maranhenses entrevistados se desloca com o intuito de sustentar a reprodução da unidade familiar.

A Tabela 19 e a Tabela 20, respectivamente, apresentam o perfil dos trabalhadores que vêm para o corte da cana-de-açúcar e o perfil das mulheres (esposas) migrantes. Na maioria são jovens, casados ou solteiros, e geralmente com uma família para sustentar seja a que foi deixada na região de origem ou a que veio acompanhando.

No total, para a realização da pesquisa, foram entrevistadas 30 pessoas entre migrantes, sindicalistas, líderes de turma, agente da pastoral e pesquisadora. Entre os migrantes, foram entrevistados 23, destes, três mulheres não fazem parte do recorte da pesquisa embora tenham contribuído com informações julgadas relevantes pela pesquisadora. Como o trabalho tem por objetivo investigar “por que eles migram”, não se fez entrevistar somente as pessoas que exerciam a atividade no corte da cana-de-açúcar, mas também, tornando-se indispensável as representações ideológicas das mulheres não trabalhadores a respeito do processo.

A idade dos trabalhadores variou entre 18 anos, o mais jovem, e 50 anos a idade do mais velho. A média de idade deles, incluindo a única mulher cortadora de cana entrevistada

foi de 23 anos. Entre o total dos entrevistados 14 são casados⁷¹ e 9 solteiros, entre os entrevistados não há viúvos. Todos os casados tinham filho, e dos solteiros apenas um entrevistado era pai.

Entre as mulheres migrantes a idade variou bastante. A mais nova tinha 19 anos e a mais velha 76 anos, sendo quatro mulheres com idade acima dos 30 anos. O fator etário não é determinante entre elas visto que não realizam atividades pesadas como o corte da cana.

Como constatado em diversas pesquisas com migrantes para o corte da cana-de-açúcar (ALVES, 2005, 2006, 2007, 2008; CARNEIRO; SOUSA; MARINHO, 2007; DIONE MORAES; FRAZÃO; ROGÉRIO JÚNIOR, 2007; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988; GEBARA et al. [s.d.]; GUANAIS, 2008; MENEZES; SATURNINO, 2007; MORAES SILVA; 2001, 2006, 2007; MORAES SILVA et al., 1985; MOTTA; QUINTEIRO, 1983; NOVAES, 2007; PEREIRA, 2007, 2008), a estrutura etária das pessoas que migram para o trabalho no corte da cana, geralmente é muito jovem, concentram-se nas idades mais jovens com declínio gradativo a partir das idades adultas. A média é baixa em razão da exigência das altas taxas de produtividade pelas usinas.

Em relação à ocupação exercida, todos os trabalhadores eram cortadores de cana-de-açúcar. É importante mencionar que quanto aos trabalhadores não optamos por entrevistar apenas homens mesmo sabendo que ao incluir trabalhadores do corte da cana poderíamos ter uma variável adicionada, ou seja, a questão de gênero. A quantidade pequena de mulheres, bem como a dos mais velhos, na atividade se refere aos altos índices de produtividade exigidos pelas usinas, que poucas conseguem alcançar.

Quanto ao grau de escolaridade, verificou-se que a maior parte dos entrevistados tem baixo nível de escolaridade formal, como se pode observar nas Tabela 19 e Tabela 20.

Entre os homens, dez não completaram o 1º grau, apenas dois finalizaram o 2º grau e não havia analfabetos. A situação das mulheres foi ainda pior; entre as oito entrevistadas, sete não haviam completado o 1º grau, sendo uma analfabeta. Percebe-se que são poucos os requisitos exigidos em relação à formação escolar e à capacitação profissional para os trabalhadores que desenvolvem o trabalho do corte da cana-de-açúcar. De acordo com alguns trabalhadores, os que têm maior nível de formação são preferidos para posteriormente trabalharem na usina ou mexer com máquinas, porém não informaram ser este um critério decisivo na escolha.

⁷¹ Consideramos casados aqueles casados oficialmente ou que possuem união estável.

Tabela 19 Perfil dos homens maranhenses que vêm para o corte da cana no interior do estado de São Paulo.

	Entrevistados na pesquisa de campo	Idade	Região de origem	Destino	Atividade anterior	Atividade atual	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Salário	Motivos da vinda	Quem trouxe
Trabalhadores	Adenildo	23 anos	Codó	Pradópolis/Guariba	diarista	cortador de cana	1º grau inc.	casado	2 filhos	1.100,00	ausência de trabalho	sogro/cunhado
	Francisco	26 anos	Codó	Pradópolis	agricultor	aposentado	1º grau inc.	solteiro	-	1.500,00	ausência de trabalho	irmãos
	Nonato	24 anos	Timbiras	Guariba	agricultor	cortador de cana	2º grau comp.	solteiro	-	800	ausência de trabalho	primo
	Antônio Lima	21 anos	Timbiras	Guariba	agricultor	cortador de cana	2º grau comp.	solteiro	-	800	estudar	irmão
	Jorge	23 anos	Timbiras	Guataparã	diarista/agricultor	cortador de cana	1º grau comp.	casado	2 filhos	1.200,00	ausência de trabalho	primo
	Francisco	22 anos	Timbiras	Guataparã	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	casado	5 filhos	1.200,00	ausência de trabalho	amigo
	Edmundo	23 anos	Timbiras	Pradópolis	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	solteiro	-	1.200,00	ausência de trabalho	pai
	Gelsimar	18 anos	Coroatã	Guataparã	agricultor	cortador de cana	2º grau inc.	solteiro	-	800	ausência de trabalho	amigo
	Francenilson	19 anos	Timbiras	Guataparã	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	solteiro	-	800/900	ausência de trabalho	pai
	Dossias	50 anos	Chapadinha	Pradópolis	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	casado	3 filhos	700,00	ausência de trabalho	amigo
	Sebastião	22 anos	Timbiras	Guataparã	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	solteiro	-	700/800	ausência de trabalho	amigo
	Chico	20 anos	Codó	Pradópolis	diarista	cortador de cana	1º grau inc.	casado	2 filhos	700,00	ausência de trabalho	amigo
	Rômulo	18 anos	Timbiras	Pradópolis	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	solteiro	-	600/700	ausência de trabalho	primo
	Veronildo	23 anos	Coroatã	Pradópolis	agricultor	cortador de cana	1º grau inc.	casado	2 filhos	900/1000	ausência de trabalho	amigo
	Evandro	19 anos	Timbiras	Pradópolis	agricultor	cortador de cana	2º grau inc.	solteiro	1 filho	600/700	ausência de trabalho	pai

Fonte: elaborada a partir de dados da pesquisa de campo.

Tabela 20 Perfil das mulheres maranhenses que migram para o interior do estado de São Paulo.

	Entrevistados na pesquisa de campo	Idade	Região de origem	Destino	Atividade anterior	Atividade atual	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Salário	Motivos da vinda	Quem trouxe
Acompanhantes	Josélia	25 anos	Timbiras	Guatapar	agricultora	dona de casa	1 grau inc.	casada	cinco	-	ausência de trabalho	marido
	Kátia	19 anos	Timbiras	Guatapar	agricultora	dona de casa	1 grau inc.	casada	um	-	ausência de trabalho	marido
	Estr	21 anos	Timbiras	Guatapar	agricultora	dona de casa	1 grau inc.	casada	dois	-	ausência de trabalho	marido
	Daniela	20 anos	Codó	Pradópolis/ Guariba	agricultora	dona de casa	1 grau inc.	casada	dois	-	ausência de trabalho	marido
	Luzinete	55 anos	Pernambuco	Guatapar	ambulante	dona de casa	1 grau inc.	casada	-	-	ausência de trabalho	marido
	Maria	76 anos	Pernambuco	Guatapar	agricultora	aposentada	analfabeta	casada	3 filhos	-	ausência de trabalho	marido
	Joana	36 anos	Pernambuco	Guatapar	agricultora	dona de casa	1 grau inc.	casada	2 filhos	-	ausência de trabalho	marido
	Rita	33 anos		Guariba	agricultora	cortadora de cana afastada	1 grau inc.	casada	3 filhos	-	ausência de trabalho	irmãos

Fonte: elaborada a partir de dados da pesquisa de campo.

Os entrevistados eram maranhenses das cidades de Timbiras, Codó, Chapadinha e Coroat (exceto as mulheres pernambucanas). Todos, inclusive as mulheres pernambucanas, residiam nas cidades de Guariba, Pradópolis e Guatapar, locais em que foram realizadas as entrevistas com os trabalhadores.

A grande maioria, incluindo as mulheres, era de agricultoras na sua região de origem. Entre os homens, apenas dois eram diaristas, e um deles desenvolvia as atividades de agricultor e diarista. Das mulheres, apenas uma, pernambucana, era ambulante. Fazia e vendia bolos e doces nas casas para ajudar o marido que era pescador em Pernambuco.

Quanto ao pagamento, o salário médio dos trabalhadores entrevistados era de 882,14 reais na época da entrevista. Cabe ressaltar que para este cáculo foi excluído Francisco de Codó e Vilma que na ocasião estavam afastados recebendo pelo INSS. Utilizou-se como base de cáculo o salário mínimo de 2008, que no período era de 415,00 reais, em razão da maioria das entrevistas terem sido realizadas neste período. Desta forma, o salário médio dos trabalhadores em salários mínimos correspondia a 2,13 salários mínimos. Esses valores são parecidos com os valores apresentados pelo boletim tica i e Sustentabilidade (2010),

apresentado no capítulo anterior, sendo estes valores, portanto, considerados atrativos para os iniciantes na atividade.

Cabe ressaltar que não foi apresentado à pesquisadora o holerite destes trabalhadores no momento das entrevistas. Desta forma, quando questionados sobre se o valor apresentado era o total bruto ou líquido alguns não sabiam responder ou ficavam constrangidos. Para evitar tais constrangimentos, em relação ao valor dos salários, foi considerado o valor respondido inicialmente pelos trabalhadores.

5.2.1 A mudança da rota migratória e seu caráter pendular

A mudança na “cartografia migratória” a partir da década de 1990 em que os maranhenses partiram para o interior do estado de São Paulo, deve-se, como apresentado nos capítulos anteriores, ao fortalecimento do agronegócio no Brasil, construído a partir de redes envolvendo o Estado, empresas nacionais e internacionais, além dos institutos de pesquisa.

O elemento novo neste movimento é o seu caráter pendular, o que pode representar, entre outras coisas, o desejo de não se fixar definitivamente na região de destino, mas conseguir apenas o suficiente para o retorno efetivo à terra de origem. É importante ressaltar isso, porque sempre houve um fluxo migratório bastante acentuado de trabalhadores do Nordeste para outras regiões do País. Um exemplo é o percurso migratório que vai para a região Norte e que teve início na década de 1970 para o corte de madeira, e ainda hoje permanece. A ida de nordestinos para o Sul, até a década de 1950, era uma migração do Nordeste rural para o Sudeste urbano. Isso porque a cidade estava em expansão e precisava de mão de obra.

A migração atual é do Nordeste rural para o Sudeste rural. Essa é uma característica muito recente, porque é uma migração temporária. Sobre esses processos migratórios os entrevistados colocam:

O pessoal sempre saiu, a gente só ia pra outros lugares (FRANCISCO de Timbiras);

O pessoal do Maranhão começou a sair mais para o garimpo, ia mais para lá. (JORGE de Timbiras);

Até 1995 a maioria das pessoas ia para o garimpo, mais depois a gente começou a vir para cá, o garimpo fechou também, e aí falavam que aqui era bom. (DOSSIAS de Chapadinha).

É neste contexto que se deve compreender o processo migratório no Maranhão. Não se trata de um processo novo, mas da permanente reprodução do antigo, porém de diferentes formas por meio do arcabouço do Estado. Desta forma, a pesquisa de campo teve como intenção apresentar, por meio das representações ideológicas dos atores sociais, porque eles estão migrando para o corte da cana-de-açúcar no interior do estado de São Paulo, pós década de 1990.

Semelhanças e singularidades neste processo são elementos perceptíveis nos estudos de autores que também analisam o processo migratório. No caso da pesquisa de Motta e Quinteiro (1983)⁷², por exemplo, a intenção de permanecer no estado de São Paulo (58%) e, sobretudo, na região de Ribeirão Preto (43,9%)⁷³, supera relativamente os fluxos de procedência. Conforme os autores, os dados sugerem que os migrantes sazonais não retornam aos locais de origem na mesma proporção de chegada. Distribuem-se pelos municípios de Ribeirão Preto e pelo restante do estado, outros escolhem locais que não os de origem.

5.3 Condições de (re)produção da agricultura no local de origem: a relação com a terra

A lógica de reprodução da agricultura familiar maranhense baseia-se fundamentalmente na complementaridade entre agricultura de subsistência e a coleta do coco babaçu. A maioria dos entrevistados relatou que em sua região de origem o tipo de trabalho predominante era rural. O baixo gasto monetário das propriedades em relação à atividade agropecuária implica numa produção de subsistência, como também pode constatar Gebara et al. (s.d.⁷⁴), em sua pesquisa.

Lá a gente cultivava a lavoura, desmatava a roça, cultura primária ainda, corte, depois a mata, queima, plantar árvore, plantava só basicamente para se manter, para se alimentar e não pensando no mercado de lucro. A plantação

⁷² Motta e Quinteiro (1983) entrevistaram 100 trabalhadores migrantes e não migrantes na região de Ribeirão Preto, sendo os migrantes procedentes de diversos estados do país.

⁷³ Para Motta e Quinteiro (1983) eles “pretendem seguir para a Grande São Paulo 12,9%; para as regiões do litoral e Presidente Prudente 0,6%, respectivamente. A intenção de rumar para outros estados corresponde 42,0% dos migrantes, sendo que para Minas Gerais seguem 34,9%, bem menos do que a proporção de chegada daquele estado; para o Rio de Janeiro seguem 2,7%; para Pernambuco, a intenção declarada de 1,3% é maior do que a proporção de entrada (0,7%). Quanto à Bahia, procedência e destino estão proporcionalmente equilibrados (0,7% e 0,6%, respectivamente)”. (MOTTA; QUINTEIRO, 1983).

⁷⁴ Os dados levantados por Gebara, Baccarin e Borba (1988) e Gebara et al. ([s.d.]) referem-se ao levantamento iniciado na safra canavieira de 1985, quando foram entrevistados 106 migrantes sazonais na região de destino (Ribeirão Preto). Em 1986, novas entrevistas foram realizadas com 32 dos 106 entrevistados inicialmente, dessa vez em sua região de origem (Vale do Jequitinhonha).

é o meio de subsistência para se manter, o arroz, feijão, o milho e outros tipos de variedades. (ANTÔNIO LIMA, de Timbiras).

A roça lá é lavoura mesmo, é plantar arroz, feijão para nós mesmos. Vendemos a produção, e guardamos o pouco que sobrou, quando sobra para nós. (SEBASTIÃO de Timbiras).

O serviço lá também é puxado, mas lá você sai para trabalhar às seis horas da manhã, mas trabalha o dia que se quer, porque você trabalha para você. Aqui é todo dia, quatro horas da manhã tem que levantar, o horário de saída é 15h40, às vezes chega seis horas da tarde em casa. (CHICO de Coroatá).

Esses depoimentos revelam que as relações de produção no Maranhão não são propriamente capitalistas. O cultivo praticado não é pensado no lucro que se pode obter, mas na alimentação da família, e apenas o excedente é vendido no mercado. Além disso, há certa autonomia nessa relação de trabalho na região de origem. Não existe horário a ser cumprido, apenas a necessidade do trabalhador do quanto consegue produzir juntamente com as condições naturais. A autonomia possibilita ao trabalhador certo controle sobre seu corpo, relacionado ao desgaste físico o que lhe possibilita alternar ou parar quando chega a seu limite fisiológico.

Na pesquisa de Gebara et al. ([s.d.]), os autores também verificaram, pela avaliação feita com os próprios migrantes mineiros, que o desgaste físico no trabalho é maior no corte de cana na região de destino que nas lavouras de origem em Minas Gerais.

Percebe-se uma outra forma de produção em que existe um sistema de parcerias, de arrendamento, mesmo os posseiros inseridos numa relação mercantil, mas não propriamente monetária. O trabalhador entrega as sacas de arroz para o proprietário por ter utilizado sua terra, por isso consideramos uma relação mercantil, mas não monetarizada. Essa relação pode ser visualizada no relato abaixo.

Você paga, eles falam alqueire, né? Dois alqueires por linha. Linha é uma área de, digamos que é de 50 metros de quadra. Isso corresponde a uma linha lá. Aí você paga, com uma linha você paga dois alqueires de arroz para o fazendeiro, o dono da terra, é assim. Você tira só o sustento seu mesmo. Venha me dizer que você vai dali, vai sobrar, você vai vender o produto, né! Às vezes muitos vendem, mas na frente ficam sem o produto, aí eles vendem e às vezes não dá para comprar uma televisão, não dá pra comprar uma geladeira, né! (NONATO de Timbiras).

É importante esclarecer que cada linha de roça corresponde a 0,3 hectares e fornece, conforme a região do município e as condições do clima da safra, de 3 a 20 sacos de arroz (CARNEIRO, 2007).

5.3.1 O arrendamento

Outra questão bastante interessante verificada na pesquisa de campo foram as formas de produção no Maranhão. Houve a identificação de diferentes categorias de trabalhadores rurais (arrendatários, posseiros, proprietários, proprietários que arrendam terras) fato necessário para podermos compreender de que modo as transformações econômicas e sociais atingem cada uma dessas categorias. A categoria mais comum encontrada entre os trabalhadores entrevistados foi a forma de arrendamento da terra, pois a grande maioria dos entrevistados arrendava a terra. No caso específico da região de Codó e de Timbiras, conforme será apresentado adiante, existe geralmente uma situação de dependência em relação ao dono da terra por serem áreas marcadas pela existência do latifúndio e pela maioria desses trabalhadores não a possuir, porque são arrendatários, parceiros e alguns até são posseiros. Grande parte da população ainda vive do arrendamento da terra e da posse para a sobrevivência. Essa forma de atividade tradicional de muitas regiões do Maranhão predomina entre a maioria dos trabalhadores que vêm para o corte de cana no estado de São Paulo:

A fala de Lima esclarece essa categoria.

A terra que a gente cultiva não é nossa, assim, tem os donos, só que cedem para você trabalhar dentro das terras dele. A gente paga uma determinada renda, de acordo com que produzir de arroz, essas coisas. (LIMA de Timbiras).

A gente dá uma linha quadrada que mede 50 de comprido e 25 de largura. Pagava um saco de 60 quilos para o fazendeiro e o resto era da gente, 60 quilos é sempre dele. (JORGE de Timbiras).

A relação com a terra arrendada evidencia a dificuldade de acesso aos meios de produção, isto é, o acesso aos meios de produção só é possível por meio de uma relação de subordinação à categoria proprietária dos meios de produção. Neste caso, esses trabalhadores só têm o acesso à terra mediante contrato de arrendamento estabelecido previamente com aquele que possui juridicamente o controle da terra.

A renda obtida geralmente é pequena e varia conforme o preço dos produtos, da quantidade de terra disponível a ser arrendada, da qualidade dessa terra, do preço do arrendamento cobrado. As consequências dessa relação em que o proprietário “dita as regras

do jogo” é uma relação de subordinação e sujeição àquilo que lhe é essencial, no caso sua dependência da terra em que tudo especificado pelo proprietário.

Em pesquisa realizada por Moraes Silva et al. (1985)⁷⁵ com mineiros do Vale do Jequitinhonha, os autores verificaram que a relação das unidades de autossustentabilidade com a agricultura capitalista, ou seja, com os complexos agroindustriais, aparentemente, seria uma relação temporária correspondente ao “salário complemento” ou trabalho acessório” dos agricultores familiares na agricultura capitalista. Porém, uma análise mais profunda dos autores mostrou que esta temporalidade repete-se anualmente.

Ainda conforme os autores, esta força de trabalho não se configurou como pertencente a trabalhadores livres, mas eles se transformaram em vendedores de força de trabalho, apenas no momento em que estão contratados no processo produtivo capitalista, já que nas suas unidades produtivas eles não são mercadoria, como o são para o capitalista.

Na verdade, essa explanação serve para traçar um paralelo. O arrendamento é característico de quem não possui terra ou a terra que possui, por fatores como tamanho, produtividade, não é suficiente para a reprodução da unidade familiar. Trata-se, portanto, de uma parcela em transformação e que, expropriada, tem na migração, conforme a maioria entrevistada, o salário que recebem no corte da cana-de-açúcar não como complemento ou acessório, mas como renda essencial à sobrevivência na medida em que não são proprietários dos meios de produção. Ainda assim, a duplicidade identitária permanece, bem como com os mineiros, são proletários boias-frias na região de origem e agricultores na região de destino.

Uma diferença fundamental entre os migrantes do Vale pesquisados por Moraes Silva et al. (1985) é que na percepção dos mineiros, o assalariamento temporário foi uma maneira encontrada de resistir ao processo de expropriação ocasionado pela privatização das terras comuns. Já no depoimento da maioria dos maranhenses entrevistados, nesta pesquisa, a migração é vista, em sua maioria, como necessária à reprodução familiar e não à reprodução da agricultura familiar, que são duas coisas diferentes. Isto porque, a maioria dos maranhenses entrevistados já não tinha mais terras, o que não acontecia com os mineiros do Vale na época da pesquisa, cujo número de posseiros ou arrendatários ainda era bastante reduzido.

⁷⁵ A pesquisa de campo realizada por Moraes Silva et al. (1985), o referentes aos depoimentos de agricultores familiares de Minas Novas e Calculé (Vale do Jequitinhonha – MG), colhidos no mês de junho de 1985 em duas fazendas no município de Altinópolis.

5.3.2 Terra própria

Dos entrevistados apenas a família de Francisco de Codó possui terra e produz na sua própria propriedade a subsistência e um excedente para a venda no mercado local da cidade. Ao fazermos a comparação com a pesquisa de alguns autores (GEBARA et al. [s.d.]; MORAES SILVA et al., 1985; PEREIRA, 2007, 2008) percebe-se que a maioria dos mineiros entrevistados pelos autores prepara e planta nas terras próprias ou dos pais, deixando-as aos cuidados dos parentes que ficam na região de origem enquanto migram. Entre os maranhenses entrevistados a maioria já não possui mais terras.

Francisco é um dos poucos que tem casa própria e, apesar da pequena porção de terra que possui, a sua família mora na cidade, mas todos os dias retorna ao campo para trabalhar. Posteriormente, vendem sua colheita na feira da cidade.

Lá no Maranhão eu trabalhava em feira, em vendas de legumes, frutas essas coisas assim, da própria agricultura da minha família. A minha mãe abastece os mercados da cidade, lá na minha cidade. (FRANCISCO de Codó).

Na percepção de Francisco a produção de sua terra é suficiente para abastecer o mercado local da cidade, o que permitiu a ele e a família adquirirem casa própria.

Hoje nós temos uma casa, nós podemos falar assim: nós temos um palácio, hoje. Nós tínhamos uma casa, chegava na porta da rua via lá no fundo, não tinha nada. Hoje, você pode chegar na porta da casa da minha mãe você dá de cara com uma *rack* que custa mil e oitocentos reais, uma televisão de quase dois mil reais. Então, hoje nós temos tudo que precisamos. (FRANCISCO de Codó).

Porém, ao longo da entrevista, Francisco revela que quando veio para o interior do estado de São Paulo, já tinha três irmãos e um cunhado trabalhando no corte de cana, e que seus irmãos, antes dos pais se aposentarem, enviavam dinheiro para a família.

Minha mãe, graças a Deus, hoje não precisa [do dinheiro dos filhos]. Hoje é aposentada, ainda trabalha na feira, meu pai também é aposentado e hoje eles vivem bem. (FRANCISCO de Codó).

Na verdade, pode-se inferir que a essa condição estável descrita por Francisco, passou pelo processo migratório de praticamente toda a família, o que permitiu a continuidade da lavoura, não escapando ele e seus irmãos à sorte de virem para o corte da cana no interior de

São Paulo. Como os pais de Francisco são aposentados por idade, a renda é então complementada pela aposentadoria, que para os maranhenses tem um papel fundamental, é como um salário do qual eles se mantêm.

5.3.3 Terra própria/arrendada

Geralmente os donos da terra são aqueles que detêm os meios de produção. Grande parte dos integrantes desse grupo cultiva a terra apenas com a mão de obra familiar e, eventualmente, podem contratar terceiros. Em algumas situações são obrigados a alugar outra terra com a finalidade de plantar sua roça. Isso acontece quando as terras da propriedade estão esgotadas, produzindo muito pouco. Como exemplo, citamos o caso de Edmundo:

Eu trabalhava na roça. A terra era da minha família. Logo se tem a sua casa para morar e mais nada, daí precisava arrendar um outro pedaço de terra, porque minha terra é pouca (EDMUNDO de Timbiras).

A condição de Edmundo pode caracterizar-se como uma situação em que o trabalhador deixa de ser produtor independente, perdendo o controle sobre sua produção. A propriedade torna-se apenas um local de moradia e em alguns casos, de criação de animais. É uma condição diferente da de Francisco que tira da própria terra o sustento da família e ainda utiliza o excedente para o abastecimento do mercado local.

5.3.4 A posse da terra

De todas as categorias de trabalhadores entrevistadas, a mais difícil de ser encontrada são os posseiros, seja por que a maioria das terras já foi usurpada, ou porque a quantidade de trabalhadores entrevistados foi insuficiente para encontrar esta categoria. Geralmente cultivam em terras devolutas, são independentes e não estão subjugados à vontade de outros grupos sociais.

Tem muita terra para lá. Desde que eu nasci a gente rateava a terra lá, chamavam de terras do governo, não proibia assim a pessoa de trabalhar na terra não. (CHICO de Coroatá).

Nesse sentido, encontramos nos depoimentos, de um lado, pequenos produtores independentes (representados por Chico) que vivem e cultivam em terras devolutas ou que possuem a propriedade da terra (Francisco de Codó) e, de outro lado, trabalhadores sem terra, subordinados à vontade de outros grupos sociais mais privilegiados economicamente.

Em oposição a essas categorias de trabalhadores estariam os proprietários das grandes fazendas, a quem esses trabalhadores estão vinculados quanto ao aspecto da circulação da produção agrícola.

5.4 A importância da floresta

Um dos elementos fundamentais da economia da agricultura familiar é a apropriação da terra. É na propriedade privada que se desenvolve a atividade produtiva da família, ou seja, onde há a construção da morada, a plantação de hortas, as árvores frutíferas, a agricultura de alimentos, entre outros. E é na apropriação coletiva das áreas comuns que há o complemento das terras particulares. Nessas áreas se praticam a coleta dos frutos, a pesca, a caça dos animais, pastagem para os animais, plantas para a fabricação de remédios, extração de madeira, etc. Todos esses recursos são de grande importância para a subsistência dessas famílias.

De todos os trabalhadores entrevistados, a maioria morava na cidade, embora conservasse ainda uma ligação com a agricultura por meio do arrendamento das terras. Apenas dois possuíam a propriedade e a posse da terra (Francisco de Codó e Edmundo), e um deles ainda precisava arrendar terra de terceiros em virtude da pouca quantidade de terra disponível. Percebe-se, a partir dos relatos uma expropriação quase que total, uma vez que a ligação com a terra, não se dá mais de modo integral, pois vivem agora nas cidades e, como nas cidades o emprego não é garantido, a alternativa é migrar. A partir disso é possível pensar, de modo relativo, como se deu a produção desses pequenos agricultores em assalariados da cana no interior paulista. Essa situação é verificada no relato de Adenildo:

Aí é assim, eu te falo, aí não tem como criar mais esse tanto de gente. Não tem. O cara compra a terra, mas não quer mais que ninguém more lá, não quer que faça uma roça, não quer que faça nada. Então, o cara acaba pegando as coisas que tem, vende e compra uma casa em Codó. Compra uma casa e vem. (ADENILDO de Codó).

Outra forma de se pensar o significado da terra para esses homens se dá por um processo que não é monetário, mas de provimento, de acolhimento. O valor de uso que a terra tem para esses agricultores fica bastante evidente na fala de Jorge. Ele voltou para a roça quando se casou, largou seu emprego na cidade e foi trabalhar no campo. Essa relação é bastante curiosa à medida que se pode pensar que para ele somente a roça poderia prover

aquela nova família e não o trabalho urbano, algo que Jorge já havia conquistado mesmo mediante as dificuldades de se arrumar emprego na sua cidade:

Depois que eu casei, fui trabalhar na roça [até então ele trabalhava num depósito de materiais de construção]. Lá a gente pagava a renda nas terras do fazendeiro. (JORGE de Timbiras).

E complementa dizendo:

No campo é bom porque ali você planta um feijão aqui, outro ali. E na rua você tem que trabalhar para ganhar o dinheiro para depois você comprar. No campo você já tira dali, não precisa do dinheiro. Dinheiro precisa para outras coisas. (JORGE de Timbiras).

A concentração de recursos nas mãos de uma minoria empobrece a agricultura familiar além de prejudicar a preservação de um modo de vida, de um costume. A realização das necessidades imediatas é comprometida, danificando a transferência de ativos ambientais para as gerações futuras. O estreitamento do acesso à terra, que afeta as novas gerações de pequenos agricultores, deve-se a atual estrutura agrária caracterizada pelo predomínio das grandes propriedades latifundiárias.

Essa relação monetarizada na região de origem é algo que não parece acontecer enquanto prática, aparentando uma relação de estranhamento com o dinheiro. Para essa categoria de trabalhador, o dinheiro só faz sentido no urbano; no rural ele é algo para complementar aquilo que a subsistência não pode oferecer. No campo, o papel moeda não tem fundamental importância, já que se é possível viver do que a terra oferece. O dinheiro evidencia a dificuldade em se adaptar a uma organização social em que tudo é comprado e na qual o único produto que o trabalhador dispõe para venda é sua força de trabalho. Entretanto, situação de vida diferente ocorre nas modernas lavouras de cana-de-açúcar em que o dinheiro é parte constituinte do novo modo de vida e da relação com o trabalho deste pequeno agricultor familiar.

No próximo item, veremos a importância do babaçu na unidade de reprodução familiar na terra de origem.

5.4.1 O babaçu no sistema de produção maranhense

Conforme exposto no capítulo 3, a produção da pequena agricultura familiar baseia-se na complementaridade entre agricultura de subsistência e coleta do coco babaçu.

Das mulheres maranhenses entrevistadas, todas antes de migrarem com seus maridos viviam da quebra do coco babaçu, além de trabalharem na agricultura.

A gente vive também da quebra do coco, porque lá também tem coco babaçu, *vá lá* [risadas], não é fácil (JOSÉLIA de Timbiras).

Essa prática sofre transformações a partir de 1970, quando os governos da ditadura militar estimulam a modernização da agricultura por meio de apoio aos grandes proprietários de terra. A expressão “*vá lá*” na fala de Josélia reflete bem a situação de carência dos recursos instaurada após a Lei Sarney de Terras que privatizou as terras, dificultando o acesso e a coleta do coco, além de promover a destruição das florestas. Um recurso que até então era considerado livre passa a ser preso e apropriado pelos grandes proprietários de terra, pondo fim ao livre acesso a um bem da natureza.

A perda dessas terras comuns acompanha a desestruturação do artesanato doméstico, que retirava grande parte da matéria-prima das matas. Esse processo também pode ser visualizado na pesquisa de Moraes Silva et al. (1985), que descreve que os mineiros do Vale do Jequitinhonha ao serem apartados das terras comuns foram obrigados a se inserirem no mercado de produtos fabricados pelas indústrias capitalistas e conseqüentemente, no circuito monetário.

Nota-se que o elemento que caracteriza a desarticulação dessas culturas, tanto de mineiros quanto de maranhenses, é a apropriação capitalista das terras comuns que tende a proletarizar e empobrecer. São processos semelhantes em culturas separadas pelo tempo e espaço que guardam as mesmas características de um sistema social peculiar.

Na representação das quebradeiras de coco babaçu, as palmeiras representam a vida, pois é delas que retiram também seu sustento, constituindo-se num recurso vital. Embora exista situações em que as quebradeiras tenham acesso garantido à terra, isso não significa que naquela área haja palmeiras de babaçu, competindo a elas um deslocamento constante em busca da planta em outras áreas.

Agora está mais difícil colher o coco, às vezes tem que andar muito para ganhar pouco (KÁTIA de Timbiras).

Verifica-se que muitas palmeiras incidem em áreas não pertencentes às quebradeiras de coco em razão do processo de apropriação e cercamento sistemático das áreas de ocorrência de babaçu (SHIRAIISHI NETO, 2005). Outro fator é que como a maioria dos

entrevistados morava na cidade, havia também a dificuldade do deslocamento por arrendarem as terras, mas não residirem nela.

Lá a gente morava na cidade, mas trabalhava na roça, meu pai também. A gente vivia também da quebra do coco. A gente plantava milho, arroz, feijão essas coisas. A gente trabalha nas terras de outra pessoa. (JOSÉLIA de Timbiras).

A quebra do babaçu é um trabalho complementar aos afazeres domésticos das mulheres, sendo feita de acordo com a disponibilidade de tempo. Com a privatização das terras e a consequente colocação das cercas pelos proprietários, a distância crescente entre as áreas de coleta e os locais de moradia são fatores que dificultam a coleta do babaçu. Essa restrição da área empobrece ainda mais a população já bastante carente. Além disso, o valor pago pelo coco é muito baixo, conforme os depoimentos:

Um quilo de coco eles cobram 0,50 centavos, isto quando ganha 0,50 centavos. Um quilo de coco são 2000 mil cocos, e às vezes nem pagam os 0,50 centavos. (KÁTIA de Timbiras).

Neste sistema, o direito de uso às palmeiras está estritamente relacionado ao acesso à terra. Esse acesso não é controlado pelos trabalhadores uma vez que a terra não lhes pertence. Em vista disso, seu uso é feito mediante acordo com proprietário, no qual os pequenos produtores arrendatários compartilham de direitos comuns de usufruto sobre uma quantidade de palmeiras, seguindo uma divisão do trabalho bem definida.

Nessas situações, as mulheres estão sujeitas a pagar uma renda composta por amêndoas, que são transformadas em moeda de troca. Elas somente têm acesso às palmeiras sob a condição de entregar como pagamento metade ou mais da produção ao fazendeiro, que controla o recurso. Conforme Shiraishi Neto (2005), os processos de destruição das palmeiras e a exploração do trabalho em razão da carência dos produtos se devem às políticas de incentivo aos empreendimentos voltados para a atividade agropecuária, a monocultura da soja, do eucalipto, da cana-de-açúcar, da mamona e da mineração na região.

Com a restrição cada vez maior de acesso ao babaçu e à terra por parte das mulheres e dos homens, a tática passa a ser a da luta pela terra, e quando essa luta é perdida, a alternativa é a migração.

5.5 Outras formas de renda

Conforme visto até o momento, uma parcela dos entrevistados era de trabalhadores rurais vivendo da pequena agricultura familiar, mas a grande maioria já estava morando nas cidades em razão da dificuldade de acesso à terra. Essa dificuldade, como será exposta com maiores detalhes mais adiante, se deu porque muito dos produtos tradicionais dos pequenos produtores foram substituídos por culturas de maior valor comercial, isto é, *commodities*, que tem por característica a utilização de vastas extensões de terras. Como vão sendo “empurrados” pelos grandes produtores, à pequena agricultura familiar restam as terras menos produtivas, não compensando viver apenas desta renda, e a alternativa passa a ser tentar a vida nas cidades.

A situação de expropriação parece não ser sentida como problema concreto ou como um processo que pode expulsá-los definitivamente da terra.

Lavoura está parando muito porque o povo tem uma terrinha, mas os caras maiores compram elas, e aí já mandam o povo “triá” (sair). Eles compram e mandam no povo, e é assim que o povo vai amontoando na cidade. Por isso que Codó tá crescendo muito. Cresce a cidade, mas não gera emprego. (ANTÔNIO LIMA de Timbiras).

E Sebastião complementa:

Lá a gente não tem emprego. Uma pessoa para ter carteira assinada, pode esquecer, são raros os que conseguem carteira assinada, emprego fixo. Tem algum tipo de diária, mas diária avulsa – às vezes você consegue uma semana de diárias, **depois você fica dois meses sem trabalhar**. (SEBASTIÃO de Timbiras, grifo nosso).

Considerando, segundo os depoimentos, que a diária na região de origem varia de 5,00 a 10,00 reais em uma semana de diárias o trabalhador ganha em torno de 25,00 a 50,00 reais. Mesmo com esses baixos valores, ainda assim é bastante difícil conseguir as diárias. Os serviços praticados na cidade geralmente são “bicos”, já que a possibilidade de emprego com carteira assinada é bastante reduzida, conforme o relato dos trabalhadores entrevistados.

Em pesquisa de Pereira (2008)⁷⁶ com trabalhadores migrantes do Vale do Jequitinhonha para a região de Ribeirão Preto, o autor constatou que na região de origem esses trabalhadores recebem em média pela capina, trabalho mais comum no local, 16 reais

⁷⁶ Pereira (2008) coletou as informações da pesquisa de campo em Missões realizadas pela Pastoral dos Migrantes em diversos municípios do Vale do Jequitinhonha – MG (Araçuaí, Berilo, Chapada do Norte, Minas Novas, Novo Cruzeiro e Padre Paraíso).

mais o almoço e a merenda por um dia de trabalho nessa atividade. Comparado com o salário pago pelas usinas de açúcar e álcool o salário da capina é melhor porque é líquido. As usinas também pagam o salário bruto de 16 reais a diária, porém com os descontos o valor cai para 12 reais.

Apesar das compensações de uma maior diária na origem quando comparado com as duras condições de vida do corte da cana e com a menor remuneração, os mineiros preferem migrar já que a capina ou roçado de cana é desenvolvida por até nove meses enquanto na origem esse trabalho é desenvolvido esporadicamente.

Quanto aos maranhenses, a diferença se dá no menor valor pago pela diária, mas a ausência e a regularidade, ou melhor, a irregularidade do trabalho, afeta as duas categorias migrantes da mesma maneira.

Lá [Timbiras] não tem assim empresas na cidade onde a gente mora não. Lá quem não vive assim [fazendo bicos], vive de lavoura ou é da prefeitura ou então vive sustentado por avó, avô que já são aposentados. São as únicas fontes de renda lá de dinheiro, é assim que entra na cidade ou é por meio da prefeitura ou pelos aposentados. (NONATO de Timbiras).

Outra forma de ganhar o pão é quando a gente trabalhava para os amigos, os colegas mesmo, até mesmo na lavoura ou um serviço de pedreiro e outros serviços que aparecerem. (ANTÔNIO LIMA de Timbiras).

É interessante pensar o papel que a aposentadoria representa para essas pessoas. Ela é fundamental nesse processo porque passa a ser como um salário do qual eles sobrevivem, além de constituir uma maneira de garantir a migração, ou seja, a aposentadoria que é um dinheiro garantido todo mês pode ser pensado como uma maneira de se fazer o planejamento da viagem para o corte da cana em São Paulo.

Cabe lembrar que esses aposentados se encaixam na categoria de aposentadoria por idade na lavoura. Eles arrendavam as terras e trabalhavam nela até a idade de se aposentar. A rede de proteção social do Governo Federal como a aposentadoria para os idosos é fundamental para a composição da renda da família, já que a maior parte dessas famílias sobrevive com a aposentadoria e dos produtos que conseguem colher nas terras arrendadas.

Um fato interessante a ser colocado é que nas vastas literaturas pesquisadas sobre migração, a questão da aposentadoria aparece em poucas e apenas em estudos mais recentes (NOVAES, 2007; PEREIRA, 2008; DIONE MORAES; FRAZÃO; ROGÉRIO JÚNIOR, 2007). A aposentadoria para esses autores constitui como mais uma das estratégias de sobrevivência. Já na percepção dos entrevistados maranhenses, a aposentadoria tem o mesmo

papel de prover, ou seja, justifica-se como mais uma possibilidade de sobrevivência dentre as tantas práticas variadas, além de fazer parte dos planos de viajar ou não já que a migração é para eles a grande estratégia de sobrevivência.

A aposentadoria sendo um fator atual nessa estratégia pode estar relacionada à gradual precarização que vem sofrendo esses homens e mulheres ao longo dos anos. Táticas comumente mais utilizadas como o trabalho de diarista na roça ou cidade, políticas de transferência de renda, por meio de programas governamentais, o artesanato, a quebra do coco babaçu, a carvoaria, a olaria, serviços de manicure, mecânico, entre outros, mostram que o conjunto dessas práticas é cada vez menos suficiente para manter a unidade familiar.

Outra ação do Estado marcada na fala de Josélia refere-se à rede de proteção social do Governo Federal, além das aposentadorias para os idosos, o Bolsa Família, entre outros benefícios.

Para viver mesmo lá [Maranhão] só mesmo quem recebe aposentadoria, é pensionista ou quem trabalha na prefeitura. Nem dá para viver com Bolsa Família do jeito que as coisas estão. Veja o preço do arroz, não dá para viver. Minha mãe mesmo tava morando na sogra, recebe R\$95,00 de Bolsa Família, mas meus irmão ajudam, então não dá, não dá para viver. (JOSÉLIA de Timbiras).

Na fala de Josélia, as ações do Estado aparecem como uma forma de manutenção da miséria no sentido de seu gerenciamento. O Bolsa Família, nascido no Governo Fernando Henrique Cardoso com nomes diferentes, visava estimular as famílias pobres a matricular e manter seus filhos na escola, em vez de ocupá-los em tarefas rurais ou na mendicância urbana, dentre outros desvios. É evidente que num local de muitos pobres, como o Maranhão, como salientou José Lemos (2007), o Estado, que já não assegura saúde, educação e segurança, há de dar-lhes um mínimo para a sobrevivência, e essa ajuda, com certeza, aplaca parte de suas necessidades.

O que se critica é que, aparentemente, esse instrumento seja usado precisamente para manter a dependência, é um modo de manter a condição de sujeito subordinado ao sistema, uma vez que não há uma contrapartida que possibilite uma construção efetiva de oportunidades econômicas, podendo se observar em algumas entrevistas que este auxílio bem como a aposentadoria entra como parte do plano de migrar, é uma forma de se organizar os gastos tendo este auxílio para complementar o dinheiro da passagem. Já não há a exigência real da contrapartida dos filhos na escola ou qualquer outra cobrança, mas somente o

recebimento do auxílio. Um dos critérios para que se receba o Bolsa Família é que essas famílias sejam pobres ou extremamente pobres, respectivamente renda per capita de R\$ 70,01 até 140,00. Não há uma compensação real, mas um modo de perpetuar a miséria e manter as condições precárias de trabalho.

Ao manter essa dependência, o Estado conserva uma situação de permanente pobreza, mantendo uma massa de miseráveis que se acumula e que se dispõe a exercer as mais precárias atividades para sobreviver. Essa condição de pauperismo é funcional ao capitalismo, pois, se de um lado existe a procura por mão de obra barata, do outro há a oferta de pessoas que se submetem a qualquer tipo de trabalho.

5.6 O processo de expulsão

Embora o estado do Maranhão receba um número significativo de grandes empresas e corporações, a riqueza não é dividida. O crescimento econômico não trouxe desenvolvimento para a maioria da população do estado, que ainda é refém da concentração de recursos nas mãos de uma elite. Segundo o economista José Lemos (2007), no Maranhão, 64% da população é considerada pobre, ou seja, está privada da educação, saneamento, água encanada, coleta de lixo e renda. O estado ocupa o terceiro lugar quando se trata de estatísticas relacionadas à pobreza na zona rural.

Nas representações ideológica dos entrevistados, muitas das terras compradas pelas grandes empresas servem para a expansão da pecuária, de monoculturas como a soja, cana, eucalipto para a produção do ferro gusa, e aliado a isso, o desmatamento ilegal da floresta primária, também para a produção de ferro-gusa.

Na percepção de Adenildo, trabalhador maranhense, grandes empresas, como a Costa Pinto, utilizam as terras para fazer pasto e para a plantação da cana como descrito a seguir:

A Costa Pinto que é empresa de corte de cana comprou muita terra também. Estão tentando comprar terra ao redor de Codó quase tudo, já ligou a Caxias que é uma cidade um pouco distante⁷⁷, só para plantar cana. (ADENILDO de Codó).

Na representação dos entrevistados, além da compra de terras para a expansão da cana, a terra estava sendo utilizada para a expansão da área de criação de gado no Maranhão.

A empresa usa a terra para fazer pasto, para boi, essas coisas assim. A Costa Pinto cria gado também. O negócio dela também é gado. Eles trazem o gado

⁷⁷ A distância entre as cidades de Codó e Caxias é de 101 km.

de Pernambuco e colocam lá. O povo fala assim: “não, o Maranhão é seco”, mas não é seco. No Maranhão chove bastante, lá no arredor a terra é boa. Então, traz na terra boa e engorda lá. (ADENILDO de Codó).

A privatização das terras pelos grandes fazendeiros se reflete na impossibilidade de continuar a produzir nelas, o que revela a ação de recusa em abandoná-las. Isto pode ser explicado porque, segundo as suas representações ideológicas, o princípio da propriedade privada não estava presente na apropriação e manejo do solo e de outros recursos naturais, permitindo que as famílias desfrutassem livremente dos meios de produção, e assim, imperando o aproveitamento comum de recursos naturais, numa combinação entre a apropriação privada e o usufruto comum dos meios de produção. Nas palavras de Jorge:

Lá tem muito fazendeiro, fazendeiro ruim que não quer ninguém na terra. Que nem já aconteceu lá, gente que morava muito tempo vendeu as terras para um fazendeiro muito rico, Maratá, e ele deu prazo para todo o mundo sair e o pessoal não queria sair, ele meteu a máquina, derrubou tudo. (JORGE de Timbiras).

Este depoimento reflete que a venda das terras pelos agricultores e a recusa de deixá-las, poderia não se concretizar na perda do uso, perpassando não apenas pela questão cultural, ou seja, do seu saber fazer, mas também da questão dos recursos disponíveis, ou seja, trabalhar em cima daquilo que lhes é ou era abundante e continuar tirando o sustento que a natureza oferece.

Quanto ao Grupo Maratá, Moraes Silva (2008) já havia denunciado os abusos da empresa sobre as famílias dos pequenos agricultores. Segundo a autora, no ano de 2004, homens armados desalojaram cem famílias da Fazenda São Raimundo, pertencente a José Ribamar Thomé. Os homens, por meio de escrituras falsas, afirmavam que Ricardo Reis era o verdadeiro dono das terras. Segundo relatos colhidos pela pesquisadora, a empresa possui negócios relacionados ao comércio, agricultura e indústria no Nordeste e no Maranhão, além de possuir extensas áreas com pecuária. Sobre o grupo Maratá, Francisco comenta:

Ele não é fazendeiro, Maratá é o nome da empresa dele. Só que quando ele vem comprar sua terra ele não vem comprar pessoalmente ele manda outro. Ele compra terra mais para plantar café. Lá mesmo na cidade de onde nós somos [Timbiras], eles compraram terra e falaram que iam plantar café. Se plantasse café primeiro a gente até saía, era ruim, mais ia ver no que dava. (FRANCISCO de Timbiras).

As palavras de Francisco soam mais como um lamento, quando fala “*ia ver no que dava*”, refletindo a possibilidade de obter emprego no café, e assim continuar na terra.

Ainda de acordo com a pesquisa de Moraes Silva (2008), além da expropriação dos trabalhadores, a empresa destruiu as florestas de babaçu por meio de máquinas e da queimada da mata e “em seguida, foi semeado capim para o gado” (MORAES SILVA, 2009, p. 5). A utilização das terras para o gado também pode ser observada no depoimento de Jorge:

Lá eles têm muito gado, tem tanto gado que não tem onde colocar. Eles têm muita terra lá [falando do grupo Maratá]. (JORGE de Timbiras).

Francisco denuncia a violência do grupo em relação ao cercamento das terras.

Nesses tempos que eles mandaram o pessoal deles irem lá, eu vim para cá, faz uns 5 meses, 6 meses. Colocaram vigia, cerca de arame, se entrasse gente na terra eles disseram que tinham o direito de matar. Quando o cara era conhecido, mandavam o cara sair, se o cara não saía, eles mandavam matar. (FRANCISCO de Timbiras).

A expropriação total da terra tornou-se algo efetivo o que proibiu, sob risco de morte, os trabalhadores rurais de utilizá-la. O cercamento das terras concretiza a apartação dos meios de produção do produtor rural. Porém, o fato de o pequeno produtor não possuir terras para viver e trabalhar, não impedia seu acesso e permanência nela. Essa forma é baseada em relações não capitalistas em que o proprietário de terras empresta ao trabalhador o direito de nela produzir, e muitas vezes, residir, tendo apenas que pagar uma renda. (MARIGHELA et al., 1980).

O pequeno agricultor familiar tinha acesso à terra porque era interessante para proprietário, já que partilhar com a agricultura de subsistência a terra que ocupava era uma vantagem ao proprietário, uma vez que o lavrador com seu trabalho preparava a terra e a limpeza, realizava o plantio e o produto comercial (ESTERCI, 1986). Assim, os proprietários exploravam as terras por meio dos pequenos agricultores.

A ameaça de morte feita pelos novos proprietários faz com que esses pequenos agricultores não resistam aos atos de violência, abandonando efetivamente a terra. No Maranhão, esses conflitos apresentam tendência crescente desde fins da década de 1960 e pelas duas décadas seguintes. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou em 2009 um estudo que apresenta o conflito por terras⁷⁸ em todo o país. No estado do Maranhão no ano de 2006, 117 famílias estavam envolvidas no conflito por terras, ao passo que em 2009 o número passou para 5702 famílias.

⁷⁸ “Conflitos por Terra referem-se às ocorrências de despejos, expulsões, ameaças de despejos e expulsões, bens destruídos e pistolagem” (CPT, 2009).

Esse processo cria as condições para o desencadeamento da insatisfação com as condições de vida, trabalho e sobrevivência de toda essa população. A situação chegou ao ponto crítico, e esses homens e mulheres estavam no limite da tolerância da destruição das possibilidades de sobrevivência. Essa é a essência dos conflitos gerados pela posse da terra no estado.

Violência e expropriação são fatores típicos do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. No entanto, essa violência e expulsão não são fatos recentes no Maranhão. No estudo de Sader (1991), a violência no Vale do Pindaré começa nos anos 50, intensificando-se na década seguinte com a desastrosa política agrária iniciada com a Lei Sarney de Terras de 1969, como já apresentado anteriormente. Muitas populações de outras áreas do Maranhão são expulsas pela valorização crescente das terras situadas a leste e a centro-norte do estado.

Neste estudo, Sader (1991) mostra o caso do projeto de colonização do Maranhão, efetuado pela Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), que abre possibilidade para o início de um longo ciclo de grilagens e expropriações no estado, agravado pela construção, no início da década de 1970, da estrada que liga a cidade de Santa Inês a Açailândia, esta última na margem da Belém-Brasília, ao norte de Imperatriz. Os mais diretamente afetados neste processo de expropriação são os descendentes de quilombolas que até então se constituíam em pequenos proprietários. Muitos destes passam a migrar, mas, por outro lado, outros também resistem, constituindo bairros negros nas proximidades das terras expropriadas. Percebe-se que a expropriação e a violência não são novidades na região, nem o que causa a migração. O novo reside nas variáveis do desenvolvimento. Enquanto nesta época o “progresso” pela ação modernizadora do Estado pautava-se na modernização do campo, atualmente se sofisticava por meio do incentivo ao agronegócio.

Por meio do depoimento dos trabalhadores com a proibição do acesso às terras, pode-se concluir que ocorre a diminuição sistemática da agricultura familiar e sem terra, esses trabalhadores migram para a cidade onde geralmente não conseguem emprego. Um exemplo desta situação pode ser notado na entrevista de Adenildo, que relata o processo de expulsão. A resistência chega a estar presente na verbalização, embora não parece ser uma análise consciente do fenômeno de opressão.

A força do “outro” aqui é representada pelos entrevistados como as grandes empresas que tomam as terras. Apesar de suas resistências não assumir uma forma organizada de ação coletiva, manifestam de forma a contestar a realidade quando afirmam que “*não tem mais*

jeito”. Esta parece ser a expressão de quem já tentou de várias formas. Não restando outra alternativa se não a migração do campo para a cidade.

As grandes empresas tomam as terras, as pessoas não têm lugar, vêm para cá [corte da cana]. Não tem dez anos que foi..., essas dez mil pessoas chegaram lá em Codó. Vai saindo do interior e vai vindo, vai saindo, vai vindo. Não tem onde. Não tem mais jeito. Antigamente o povo fazia roça tal e dava para manter os filhos, mas e agora? (ADENILDO de Codó).

A migração desses homens e mulheres perpassa então, primeiramente pela ausência de terras na região de origem nas últimas décadas em razão da substituição das lavouras tradicionais por produtos de maior valor comercial produzido pelas grandes corporações. A falta de alternativa nas cidades de origem também é outro fator preponderante para o processo migratório. Esse dois fatores são as principais causas das migrações em direção a estados mais ricos, no nosso caso, especificamente o interior de São Paulo, onde a indústria sucroalcooleira está expandindo e destino para o qual os maranhenses têm se deslocado. Essa migração, portanto, é entendida pela falta de “oportunidades econômicas”, conforme Sen (2000), sendo considerada forçada, não espontânea e movida pela busca da sobrevivência.

Chegaram dois amigos nossos desde o ano passado. Eles falavam que nunca sairiam de Codó para lugar nenhum, tá aqui. (EVANDRO de Timbiras).

A estrutura agrária marcada pela presença de grandes latifúndios dificulta o acesso à terra na relação de arrendamento, já que o pagamento exigido torna-se cada vez mais caro e as terras destinadas à plantação geralmente são aquelas desgastadas que não produzem mais o suficiente para alimentar a família. Isso é apresentado no depoimento de Josélia:

Meu pai mesmo disse que lá no Maranhão plantou sete linhas de roça e não colheu nada, nada, nada. Então depende muito disso, às vezes colhe, às vezes não colhe nada. Aí não dá para viver, vai que num ano a gente não consegue colher nada? Aí não dá para viver. (JOSÉLIA de Timbiras).

No depoimento fica a sensação do “se”. São prisioneiros da possibilidade. E se a terra não der? E se não tiver emprego? E se o inverno não for bom? Aqueles que possuem a propriedade da terra juridicamente conseguem o direito de pedir a expulsão dos habitantes ou, se permitem deixá-los ficar, passam a ter o direito não apenas sobre a terra, mas sobre o que nela estiver. Isso significa que além de pagarem pelo direito de residir ou plantar, não podem fazer suas roças no local em que julgarem melhor, mas seguirem as determinações do proprietário que indica em determinado tempo outros pontos para exploração da agricultura.

Os locais mais antigos de exploração vão sendo convertidos aos poucos em pastagens pelos próprios trabalhadores, sob determinação do proprietário.

Essa ação de expansão das pastagens feita pelos trabalhadores passa pela necessidade do fazendeiro não querer investir nesta prática, deixando o trabalho por conta do lavrador. Dado isso, o proprietário acerta com os agricultores que após algumas safras, devem substituir as plantações por pastos e posteriormente passarem para uma nova área da fazenda. Até que, por fim, terminam por serem expulsos, ou expulsando a si próprios.

Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, geralmente os jovens deixam suas casas e famílias. E é uma migração forçada, uma vez que nas regiões de origem, como o caso do Maranhão, não existe alternativa de emprego para eles. E assim, acabam migrando para outros lugares para satisfazerem uma necessidade vital: a sobrevivência.

A ida para o corte da cana, não é resultado de uma escolha própria, mas se explica pelo mando do capital a que se sujeitam, já que não conseguem por meio de suas terras a reprodução de sua força de trabalho, conforme mostram os relatos abaixo:

A gente trabalha só para o dia a dia. A gente trabalha hoje para comer amanhã, quando tem o que comer. Para morar, construir alguma coisa não tem como. (KÁTIA de Timbiras).

Principalmente aquele lado lá (Maranhão), tem tanta gente que tem diploma, professor, gente que tem carta de motorista podia ter um emprego melhor, gente que tem diploma tudo, estão trabalhando na cana, porque lá não tem emprego. Lá os prefeitos são igual a todos, pegam aquelas pessoas que não sabem nada e põem na vaga de professor e fica ali, o tempo que ele tá na prefeitura a pessoa tá ali recebendo e as pessoas que tem diploma que sabem alguma coisa, tão aí no corte de cana. Tem um colega meu que, ele era professor lá, mas tava catando bituca e ele tinha carta, muito inteligente, tava catando bituca. Deus ajudou e agora ele conseguiu uma vaga de motorista na usina (JOSÉLIA de Timbiras).

Tem muitas pessoas que são formadas e trabalham na roça cortando cana. Eu tenho uma amiga que mora aqui que foi professora, já foi professora no Maranhão e hoje em dia trabalha na roça. Tenho amigos que trabalham comigo que são formados, terminaram os estudos, fizeram isso, aquilo outro e trabalham na roça cortando cana. (FRANCISCO de Codó).

É recorrente no depoimento dos entrevistados trabalhadores com diploma de professor, segundo grau completo, curso de computação, aptos a exercerem cargos secundários, seja na prefeitura ou em outras atividades. Na percepção dos entrevistados essas qualificações, na região de origem, seria o suficiente para obter um bom emprego, porém

como a disponibilidade de empregos no mercado é muito baixa ou praticamente inexistente nesta região, migram para o corte de cana. Para eles não há escolhas, mas uma única alternativa disponível. Esse é o maior problema: a falta de terra e a falta de oportunidade de trabalho na região, o que gera a necessidade da busca fora.

No tocante às considerações de Sen (2000), em que o autor discorre sobre liberdade enquanto desenvolvimento, é possível traçar um paralelo com a situação dos pequenos agricultores familiares que migram para o interior de São Paulo. Pode-se fazer uma reflexão sobre uma possível ausência de liberdade, visto que não existe opção de escolha e nem oportunidades para que os agricultores familiares possam exercer sua “condição de agentes”. Essa ausência de liberdade, na concepção de Sen (2000), fica perceptível na fala de Kátia que, ao relatar sua situação deixa claro a impossibilidade de se viver conforme a escolha desejada, pois a ausência de possibilidades limita suas escolhas.

A gente só não fica lá porque não tem condições. Lá é bem melhor! É mais divertido, o pessoal é muito acolhedor e a gente fica perto de toda a família e dos amigos que crescemos juntos. (KÁTIA de Timbiras).

Entre as consequências dessa migração está um processo de desintegração familiar. Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, os jovens e homens adultos saem de casa deixando suas famílias. A escolha pelo processo migratório é dada pela impossibilidade de se ter alternativas de como se deseja viver. O modo de vida assentado na relação estreita entre homem e natureza sucumbe diante do “progresso” e do “desenvolvimento”. O Estado, agora com um novo papel de regulador, orientado pelos princípios do dinheiro legitima a destruição de um universo ainda regulado por valores de uso (MORAES SILVA, 1999).

Verifica-se que o desenvolvimento econômico vigente tem sido funesto para a maioria da população, especialmente a rural. Os instrumentos de crédito e incentivos fiscais estabelecidos pela política macroeconômica nacional para o âmbito regional foram os fatores principais que viabilizaram a expansão capitalista no Maranhão de umas poucas atividades, como a expansão da pecuária, do eucalipto, da soja. Esses fatores induzem não apenas a migração campo-cidade, mas também a migração entre cidades e entre estados. Dessa forma, o processo migratório de maranhenses não se origina de uma decisão baseada em alternativas, mas na verdade, na ausência delas, tratando-se mais de uma decisão compulsória que propriamente de meios disponíveis para se escolher a forma desejada de se viver.

Uma coisa que está bem clara para todo o mundo é que lá não tem serviço, não tem como ganhar dinheiro, vem por “precisão”. (JOSÉLIA de Timbiras).

A ausência de possibilidades não se limita apenas às condições materiais, ela se amplia às condições de estar próximo aos seus iguais, à sua cultura que é “mais divertida” e também na possibilidade de crescer junto com os amigos. Enquanto não há possibilidades na terra de origem, tornam-se migrantes apenas no espaço, conservando na memória a terra que ficou para trás.

As contradições e as incertezas dos maranhenses se manifestam nas suas representações ideológicas, entre o querer voltar e o ter que ficar “a gente só não fica lá porque não tem condições”. A maioria fala em voltar para a casa, mesmo admitindo os problemas da vida que levam por lá, ao mesmo tempo que falam em ficar para poderem ganhar mais.

5.7 Região de Destino

5.7.1 A busca e as redes de comunicação

Na medida em que a reprodução desses pequenos produtores esteja sendo impedida e/ou ameaçada, a busca por outro lugar é inevitável. Este local, no capitalismo, é sempre o local em que o capital está concentrado e onde existe demanda por força de trabalho, como se verifica no relato a seguir:

Aí chegou um colega meu e disse assim: “Vai lá que tem vaga para trabalhar, estão precisando de 15 homens para levar”. Tinha um “bocado” de gente já trabalhando aqui [Guatapará]. O pessoal que era mais velho sempre falava que a gente que é trabalhador se dá bem, não se dá mal não. Aí eu vim. (FRANCISCO de Timbiras).

Não lembro bem o ano, mas eu acho que a partir de 2002, 2001 não sei... que estavam precisando de gente para trabalhar no corte de cana aqui na região de Ribeirão Preto. (NONATO de Timbiras).

Sobre o processo de migração desses homens e mulheres trabalhadores, muitas vezes as histórias se encontram. Um exemplo é Lima que, ao contar sobre a trajetória de seu irmão no corte da cana revela também seu próprio movimento. Em pesquisa realizada por Menezes e Saturnino (2007) com paraibanos que migram para o corte da cana nas usinas de São Paulo, os autores concluíram que, para aquela comunidade “a migração dos jovens é algo quase institucionalizado como um rito de passagem para o mundo adulto” (MENEZES; SATURNINO, 2007, p. 239), apresentando-se como estratégia de sobrevivência

principalmente nos tempos difíceis, como períodos de seca. Esse ritual quase institucionalizado, na verdade, deve-se a uma necessidade de sobrevivência, já que em suas terras de origens, não há, praticamente oportunidades.

Na pesquisa com os maranhenses a opção pelo corte de cana deve ser entendida sob a perspectiva das mudanças ocorridas no universo do trabalho, da própria reorganização do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto e principalmente das condições presentes nos locais de moradia desses trabalhadores, marcado pela ausência de condições mínimas as suas necessidades sociais e pessoais.

Essa busca pelo desconhecido, aliada aos poucos recursos existentes na origem estimula essa migração. Isto é possível porque muitos agricultores recebem a influência dos símbolos do moderno que possibilita o intercâmbio entre as culturas, seja a partir das imagens da televisão ou pelo contato com parentes e conhecidos que passaram a adquirir os produtos da vida moderna.

Marcados pela dificuldade de sobrevivência na região de origem, os jovens veem na migração uma válvula de escape além de uma alternativa à situação de carência em que se encontram e, conseqüentemente, como forma de afirmar sua identidade de jovem que deseja participar das práticas de consumo e também a de gênero. Muitas vezes, ao partir, conseguem garantir a sobrevivência própria, e algumas vezes, também as dos que ficam, enxergando no corte da cana a materialização de projetos de emancipação pessoal. Assim a migração surge cedo e passa a fazer parte do seu universo como uma alternativa inevitável. É neste sentido que Lima descreve a trajetória do irmão como se antevisse seu próprio movimento:

Meu irmão chama Lourenço. Ele já trabalhava no corte de cana no Maranhão já tinha uns três ou quatro anos que ele trabalhava na região de Imperatriz cortando cana. Então, um dos companheiros dele falou para ele que aqui em Ribeirão estava precisando de gente no corte de cana. Ganhava mais dinheiro, aí ele veio para cá. E a cidade de que ele parou foi Guariba, não sei como. Deram essa informação para ele! Alguém de lá tinha contato aqui! Esse amigo dele tinha contato aqui em Guariba. (ANTÔNIO Lima de Timbiras).

A partir de 1998, por exemplo, se destacou para lá [Imperatriz]! Deixou a lavoura, que nós fazíamos todo ano na roça e foi para lá cortar cana. Vinha no final do ano e voltava de novo, vinha e voltava. De lá ele já veio para cá, para Guariba. Aí em 2007, no ano passado, eu vim. Minha mãe estava lá sozinha, aí por motivo de doença dela, no meio do ano eu retornei, e agora voltei de novo. (ANTÔNIO Lima de Timbiras).

Esse movimento de “vai e volta” desses trabalhadores reflete o movimento pendular de uma migração “permanentemente temporária”. Eles migram, juntam dinheiro e retornam para a terra natal, mas voltam assim que o dinheiro poupado é gasto. Além de ser uma migração temporária, é também em busca de um trabalho temporário. Isso pode ser visto do depoimento a seguir:

Quando chega lá passa um mês, dois meses, depois que terminou de receber o seguro já quer voltar porque o dinheiro acabou, vai viver de quê? (ESTER de Timbiras).

Como tantos outros, Lima e Nonato vieram por meio de contatos, o irmão de Lima (Lorenço) já estava em Guariba e ele quis vir para poder terminar seus estudos. Tinha o segundo grau completo e, em Guariba, fazia aulas de computação para retornar mais qualificado para a sua cidade, Timbiras, embora, de acordo com todos os entrevistados, a possibilidade de emprego é bastante reduzida, mesmo com alguma qualificação. São várias as maneiras como estes trabalhadores chegam à cidade de destino. Muitos vêm por conta própria, outros porque os parentes já estavam aqui, outros porque os amigos trouxeram, outros vêm porque são trazidos por propagandas distribuídas na cidade. Geralmente dizem que vão para Ribeirão Preto, mas poucos sabem o destino exato em que vão parar.

Eles só falam região de Ribeirão Preto não fala o nome da cidade! Precisando de trabalhadores que se interessassem: procurar fulano, né! (NONATO de Timbiras).

Não se trata, portanto, de pensar que o trabalhador vem por conta própria. Essa afirmativa difere da pesquisa de alguns autores (GEBARA et al. [s.d.]; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988) desenvolvida com os mineiros que vêm para o corte da cana na região de Ribeirão Preto. Segundo os autores, os mineiros geralmente vêm por conta própria, alojando-se nos barracões das usinas (atualmente esses barracões são apenas para mineiros) e também nas pobres pensões das cidades.

Quanto aos maranhenses, existe todo um agenciamento feito por pessoas no próprio local de origem, isto é, por pessoas que possuem contato com os responsáveis pelo mercado de trabalho das respectivas usinas. Além disso, tem um agenciador representante das agências de ônibus que informa o dia da saída dos ônibus e a quantidade de passagens, como mostram os depoimentos:

Timbiras é perto de Codó. É a mesma distância de Pradópolis para Guariba. Eles colocam anúncio no carro de som, no rádio e faz cada propaganda que você pensa que é um céu, sei lá vai te dar um céu. Mentindo mesmo para o povo. (JORGE de Timbiras).

O “feitor” não sai, não vai no Maranhão atrás de gente. Mas é o mesmo que ele ir, porque se desloca daqui da cidade um cúmplice ali para ele, né? Alguém faz isso pra ele. (FRANCISCO de Codó).

Mas aí já tinha assim determinada pessoa que já trazia o pessoal para cá. Eles foram vindo, vindo, agora já tem ônibus de turismo! Tem os “laranjas” que fazem a intermediação, trazem o pessoal e aqui cada um se vira, procura o serviço. (EVANDRO de Timbiras).

E as pessoas buscam reservar a passagem. Muitos vêm para cá sem saber se vai conseguir emprego ou não; inclusive tem trabalhador vindo cada vez mais cedo. Por exemplo: esse ano [2008] tinha maranhense desde o mês de março. Para quê? Para chegar aqui, alugar barraco e também para poder fazer o período da parada, ser registrado na parada, e depois garantir o emprego, a vaga para a safra. (DOSSIAS de Chapadinha).

A continuidade do fluxo migratório se dá além da busca por migrantes, das redes de comunicação formadas por amigos e parentes migrantes que retornam com informações acerca dos locais de destino. As redes de comunicação podem ser definidas como:

[...] conjuntos de relaciones interpersonales que vinculan a los migrantes o migrantes retornados con los parientes, amigos o compatriotas que permanecen en el país de origen. Estos transmiten información, proporcionan ayuda económica y alojamiento y dan apoyo de distintas formas. (ARANGO, 2000, p. 41).

Quando os trabalhadores ficam sabendo das cidades e/ou regiões onde existe a possibilidade de emprego formam uma rede de contato, e, aos poucos, vão chegando trabalhadores de outros locais, misturando-se àqueles que já estavam instalados.

Eu quis vir para cá... porque o irmão dele [irmão de Antônio Lima], quando voltou para lá, conhece um primo meu que trabalha aqui. Depois o primo meu ficou aqui (Guariba) dois anos. Ele falou que dá para ganhar mais ou menos um dinheiro aqui. Aí eu falei assim: “então vou dar uma volta lá também” (NONATO de Timbiras).

Ademais, a rede de contatos cria a expectativa nos que ficam de uma possível melhora na qualidade de vida com a possibilidade de adquirir determinados bens de consumo por meio do processo migratório. “Trata-se de uma possibilidade de conseguir recursos para a

construção e/ou melhorias de casas próprias ou para realizar certos sonhos de consumo, entre os quais se destacam fogão, geladeira, TV, som e, mais recentemente, DVD e moto” (NOVAES, 2007, p. 109). Isso é demonstrado no depoimento a seguir.

O ano passado eu vim para cá, dei entrada na habilitação aqui em Guariba, não deu tempo de terminar. Eu só fiz o exame de carro, ficou faltando o de moto. Então eu pensei: - no outro ano eu tenho que ir lá, eu estou aqui, eu volto e acabo meu exame de moto, quando eu retornar já estará tudo certo. Então em 2009 eu já não volto em Guariba. (NONATO de Timbiras).

Segundo as percepções dos maranhenses entrevistados, eles acreditam que a migração vale a pena por estarem investindo no futuro mesmo que para isto seja necessário migrar e submeter-se ao trabalho maçante e pouco valorizado do setor sucroalcooleiro.

5.7.2 As condições na chegada /Por que contratar migrante?

Em entrevista realizada em 2007 com Irmã Inês, da Pastoral do Migrante de Guariba, e o sindicalista de Jaboticabal, além dos trabalhadores, constatou-se que a única usina que efetivamente busca trabalhadores é a usina Bonfim. Ela busca as pessoas no estado de Minas Gerais, contrata efetivamente os trabalhadores e, eles já saem de sua terra natal com carteira assinada.

A usina [Bonfim] tem alojamento. Só que os alojamentos deles são só para os mineiros. É que os mineiros já saem registrados. Fazem o exame lá já. Chega aqui só para assinar o contrato. (LIMA de Timbiras).

Diferentemente dos mineiros, os maranhenses entrevistados vêm por intermédio de propagandas e promessas, e dessa forma, não possuem poder de negociação no momento de fechar o contrato de trabalho com as usinas. Isso se deve, entre outros aspectos, pelo fato de essas pessoas virem trabalhar no Sudeste sem garantia real de emprego, ou qualquer vínculo empregatício. Portanto, não há um comprometimento da usina ou qualquer tipo de responsabilidade delas com esses trabalhadores, facilitando posteriormente o processo de contratação via sujeição como mostram os depoimentos a seguir:

É difícil, muito longe! Três dias para vir, três dias e três noites. E é com ônibus clandestino, que a passagem custava cento e oitenta reais quando ela veio [esposa]. E o ônibus de empresa custava trezentos a passagem. (ADENILDO de Codó).

Muitos chegam aqui, tem pessoas que passam necessidade, passam fome, não tem onde ficar. Nessa casa que eu moro aqui, eu já hospedei pessoas aqui mais de dois meses, pessoas estranhas que eu nunca vi na minha vida, todos maranhenses. (FRANCISCO de Codó).

Então muitos vêm mesmo assim, e também tem a questão da moradia, esse ano faltou casa [2008] no início do ano aqui [Guariba], quer dizer: o pessoal chegando, chegando e não tem moradia. Então com isso dá para perceber que cada ano está vindo mais migrante em busca da safra da cana. (DOSSIAS de Chapadinha).

Tem um caso que aconteceu no início do ano. Voltou para o Maranhão uma lotação “de perdido”. Alguém aqui em Guariba fez o intermédio com não sei quem por lá. Eles vieram. E lá fizeram uma promessa boa que ganhava muito dinheiro. Aí eles vieram chegaram aqui, ela botou tudo numa casa só. Acho que uma casa deste tamanho, para caber 47 pessoas. Era muita gente! Depois... todo mundo no chão em condições inadequadas. Não arrumaram serviço, tiveram que ficar um tempão esperando, dependendo dos outros, fazendo dívida sem ter como pagar. (NONATO de Timbiras).

Todas essas situações expostas refletem uma grande condição de sujeição desses trabalhadores. Primeiro, migram sem qualquer garantia de emprego; segundo, estão sem dinheiro; e terceiro, necessitam do início da safra para serem contratados. Neste intervalo dependem exclusivamente da ajuda dos amigos. Tais circunstâncias colocam-nos numa posição de sujeição em relação aos acordos feitos com as usinas.

Francisco, em tom de desabafo, denuncia:

Por que, o porquê eles preferem o maranhense, o mineiro e não o paulista. Porque o paulista, eu admiro o povo paulista por uma parte, eu admiro mesmo, porque o paulista, eu acho o paulista inteligente, muito, muito inteligente. Não que os maranhenses sejam burros, mas eu acho o paulista muito inteligente, o paulista não dá murro em ponta de faca, o maranhense se sujeita. (FRANCISCO de Codó).

A usina prefere mais maranhense porque a maioria é bobo. Vê se um paulista quer ir cortar cana. Vai para trabalhar uns dias depois “mete ela no pau”, sabe? A maioria dos maranhenses é bobo, “Ah, vou sair numa boa”, e sai, “deixa quieto”. Por exemplo, se mandar embora e não tiver motivo, vai embora sabe. Agora os daqui, eles não deixam quieto. (EDMUNDO de Timbiras).

Percebe-se, por meio dos depoimentos, que a necessidade suplanta qualquer manifestação de ação coletiva contra as supostas denúncias de abuso praticadas pelas usinas.

Nesse sentido, o “ser burro” ou “bobo” passa a ser considerado pelos trabalhadores como características intrínsecas de seu modo de ser.

Outra questão apontada pelos depoimentos se refere à oferta de mão de obra. Essa oferta de trabalhadores maranhenses é bastante favorável às usinas se atentarmos para a determinação do valor dos salários desses trabalhadores. Lembrando do que dizia Marx (1971, que o salário pago ao trabalhador deve corresponder ao necessário apenas para a reprodução de sua força de trabalho, ou nada a mais que possa tirá-lo dessa condição de trabalhador. Porém, os salários variam conforme as necessidades construídas historicamente por cada grupo de trabalhadores. Ou seja, embora a mercadoria vendida pelo trabalhador seja sua força de trabalho e não ele próprio, a pessoa do trabalhador é constituída por elementos étnicos, relativo a sexo (gênero), idade, aspectos culturais que não se separam da sua força de trabalho. É importante lembrar que a maioria dos migrantes são descendentes de negros fugidos ou libertos, portanto, conforme Moraes Silva (2007):

[...] o valor da força de trabalho é definido não somente pelas necessidades de reprodução física e biológica, bem como pelas necessidades históricas. São estas que explicam, desde as primeiras fases da época capitalista, as causas dos deslocamentos de capitais para as regiões mais pobres do mundo, em busca de mão de obra mais barata. (MORAES SILVA, 2007, p. 68).

Nas palavras de Francisco:

A maioria dos maranhenses que vem para cá são pessoas da roça, pessoas caboclas que vem para trabalhar. Enfrenta qualquer coisa. Eles são um tipo de pessoa que tem coragem de trabalhar. Enfrentam qualquer coisa. (FRANCISCO de Codó).

Eles se sujeitam em razão de um processo de incorporação de autodisciplina que os acompanha durante toda a vida. Esse migrante se sujeita a uma condição de vida e de trabalho que ele mesmo considera melhor que aquela encontrada na região de origem, já que lá ele não possui nada material.

Lá no Maranhão é muito bom, é muito divertido, mas para morar não tem como, aqui passa a ser melhor pelo dinheiro. (ESTER de Timbiras).

O pessoal vem para cá é só por causa de emprego. Por mais que aqui a gente consiga as coisas, a Pátria, ela sempre puxa. Se lá tivesse as condições que aqui tem, quase ninguém vinha para cá. (KÁTIA de Timbiras).

Outro dia eu tava conversando com uma irmã da igreja que tava conversando com uma amiga dela lá do Maranhão. Ela veio de lá para cá, depois voltou para lá de novo, aí ela contou que fazia mais de uma semana que ela tava só na base da mandioca, só comendo mandioca, mais de uma semana comendo só macaxeira. O aluguel da casa dela lá é cinquenta reais e ela não consegue arrumar esse dinheiro. Aqui [Guatapar] a gente paga 150, 200, 300. (LUZINETE de Pernambuco, contando sobre a situação de uma maranhense que morou em Guatapar/SP).

A gente não vem por que quer, vem são por causa do dinheiro mesmo. Quando tem oportunidade de emprego e de ter o que comer vem mesmo. (KÁTIA de Timbiras).

Se eu ganhasse l o mínimo que desse para comer eu não vinha não! (FRANCISCO de Timbiras).

Se eu tivesse são uma casa lá eu não vinha não. L eu ganhava sete, dez reais por dia. (JORGE de Timbiras).

O discurso revela contradições. O trabalho assalariado ainda que culmine na execução de atividades intensas e penosas, implicando na perda de autonomia é visto como inevitável. Reclamam das duras condições de vida, mas contraditoriamente afirmam que aqui é o caminho para melhorar as condições de vida de “l”.

Nesses depoimentos fica evidente a falta de condições de sobrevivência desses trabalhadores em sua terra de origem, pois não há emprego. O trabalho significa uma maneira de se ter as condições mínimas de vida, o que em sua região não é mais possível em razão das atuais condições de emprego agravadas pela situação exposta pelos próprios trabalhadores entrevistados. Dessa forma, o padrão de vida deles torna-se relativo e relacionado às condições que encontram na origem. Podemos tomar como exemplo o caso de Jorge que na sua cidade de origem, em um mês, se conseguisse diária todos os dias trabalhando de segunda a sábado, ganharia no máximo a quantia de R\$ 240,00. Já, trabalhando no corte de cana no interior do estado de São Paulo, Jorge ganha cerca de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.200,00 por mês, com os descontos, o líquido fica em torno R\$ 800,00 por ms. Esta quantia significa muito quando comparada ao que ele ganhava em sua terra. Esse slrio faz muita diferença no final do mês para aqueles que trouxeram as famílias e para aqueles que enviam dinheiro às famílias que ficaram. Esse emprego foi tão significativo para Jorge que em um mês trouxe toda a família para Guatapar, a mulher e dois filhos.

Um mês e pouco que eu tava empregado eu trouxe minha família. Eu vim porque estava precisando dar uma melhorada na vida. (JORGE de Timbiras).

A migração logo surge e passa a ser incorporada ao cotidiano desses migrantes como uma alternativa quase que inevitável às difíceis condições de vida e a dificuldade de enfrentar as cobranças sociais da reprodução.

A região de destino aparece como a provedora de uma renda maior. Este fato também foi evidenciado na pesquisa de Gebara et al. ([s.d.]), em que 98% dos migrantes entrevistados disseram ter renda maior na região de destino e 65% dos entrevistados disseram ter mais facilidade de conseguir emprego também nessas regiões. Na pesquisa com os maranhenses também pudemos constatar que todos os entrevistados disseram ter maior renda e mais facilidade de conseguir emprego na região de destino.

É importante pensarmos a posição que o dinheiro agora ocupa na vida dessas pessoas, principalmente após a invasão do capitalismo no campo, especificamente no Maranhão. Aqueles que vêm em busca de trabalho, quando retornam, pretendem voltar com algum tipo de bem ou com a possibilidade de adquiri-lo, como o dinheiro para a compra de uma moto, eletrodomésticos, dinheiro para a compra ou reforma da casa, entre outros. Todas essas modificações passam a exercer o fascínio sobre aqueles que ficam. Os novos modos de se vestir, os óculos de sol, as bermudas de *skatista*, o corte de cabelo diferenciado dão a esses rapazes a condição de superioridade, de vencedores tornando-os “melhor partido”.

Este é meu quarto, essas são coisas que uso, roupas de cama tal, isso daqui é tudo coisa boa que eu tenho hoje, coisas que eu tenho guardado faz tempo, até com etiqueta ainda, não dá tempo de usar tudo. Tudo coisas que **eu não podia** ter na época e que hoje eu tenho, graças a Deus. E fico até nervoso de falar disso. Olha para você ver. **E hoje eu tenho, hoje eu posso.** Coisas que eu nem sabia que existiam, que não usava em lugar nenhum, e eu tenho hoje, graças a Deus. Um ano atrás, um ano e meio atrás eu não tinha. (FRANCISCO de Codó, grifo nosso).

Nas palavras de Francisco é perceptível o uso do verbo poder no pretérito imperfeito, referindo-se a uma situação diferente do seu presente. Após a vinda para o corte da cana seu discurso e a representação da sua realidade são alterados, sua situação se transforma e hoje o verbo é conjugado no presente.

Os migrantes se submetem, em muitos momentos, a situações humilhantes, pela necessidade de obter dinheiro. Esse dinheiro, segundo os trabalhadores entrevistados, não é para o cultivo de suas roças, visto que a maioria já não tem mais terra, mas para a sobrevivência da família. Diferente do que ocorre com as migrações estudadas por diversos autores (GARCIA JR.,1989; GEBARA; BACCARIN; BORBA,1988; MORAES SILVA et

al., 1985; MORAES SILVA, 1999; PEREIRA, 2007, 2008; SADER, 1991), em que a migração surge como uma forma de não abandonarem seu projeto de continuarem trabalhando seu pedaço de terra, sendo um modo de resistir à expropriação total, mesmo que com o tempo isso passe a ser inevitável.

5.7.2.1 As vantagens do trabalhador migrante para as usinas

Os migrantes são pessoas que vieram de regiões onde as condições de vida são consideravelmente mais duras, a pobreza é um fato e as oportunidades de trabalho escassas. Provavelmente essa realidade difere da média dos moradores do estado de São Paulo. Desse modo, deduz-se que, em média, a quantidade de pagamento que satisfaça as necessidades dos trabalhadores nordestinos (seu salário) seja inferior às necessidades dos trabalhadores paulistas. Nesse sentido, conforme pesquisa realizada por Gebara et al. ([s.d.]), o trabalhador migra para o corte de cana para ganhar mais dinheiro, mesmo que seja submetido a austeras condições de vida e trabalho.

Conforme pesquisa de Rosa (2009)⁷⁹,

[...] os nativos de Guariba se recusam a trabalhar no corte da cana, preferindo, em certos casos, o desemprego. Talvez esse tipo de emprego não seja aceito pelos nascidos em Guariba, pois suas necessidades não sejam condizentes com os salários oferecidos pela usina. Não se descarta de forma alguma a possível (e provável) influência de diversos outros fatores nesse fenômeno, como a própria natureza deste trabalho que é considerado muito duro, árduo e desqualificado. (ROSA, 2009, p. 54).

Na percepção dos maranhenses entrevistados, a recusa dos paulistas para o trabalho no corte da cana se dá em razão de uma conscientização política a respeito do tipo e das condições de trabalho, conforme os depoimentos a seguir:

Eu acho que as usinas daqui já maltrataram tanto dos paulistas, que eles já aprenderam. Os paulistas falam assim: vamos dar um basta nas usinas. Chega! Pode chamar que não vamos de jeito nenhum. Não, não. (FRANCISCO de Codó).

Se for trabalhar só o pessoal daqui da região eles não conseguem empregar o tanto que precisam. (JORGE de Timbiras).

⁷⁹ Rosa (2009) pesquisou as condições de vida e trabalho de cortadores de cana maranhenses nas usinas de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto.

Nas representações dos maranhenses, a mão de obra existente no local em que as usinas estão instaladas é insuficiente para atender a toda a demanda, sobretudo no período da colheita da cana. Por outro lado, há uma grande oferta de mão de obra migrante, resultando em salários baixos para o trabalhador oriundo de outras regiões, notadamente do Maranhão.

Na cidade que eu estava (Monte Aprazível) chegava todo domingo, vinha dois, três ônibus cheios. Ele ia e voltava para o Maranhão para trazer o pessoal. Vinha gente de Codó, Timbiras que é pertinho de lá. (FRANCISCO de Timbiras).

Todo domingo chega muito, de dois ônibus aqui. Alguns chegam, outros vão. Mas eu acho que a pessoa aqui fica desempregada se quiser. Eu acho assim, né! A pessoa chega em Guariba e se não arruma um serviço rápido ou uma previsão para arranjar, tem muita cidade aqui perto. Pode ir para Pradópolis, você pode ir pra frente. Tudo usina! Tem muita usina. Não tem como ficar desempregado. Algumas pessoas esperam muito de Guariba aí fica “rodado”. (ADENILDO de Codó).

Outra questão é a organização política desses trabalhadores que é bastante diferente dos trabalhadores da região de destino, isso faz com que eles se submetam à realização de qualquer atividade de trabalho que lhes é dada.

Para quem já viajou três dias sem parar, com família para sustentar, vai ver a dificuldade do trabalho e vai voltar para trás? A gente acaba ficando, tem que ficar! Vai fazer o que, né? (ADENILDO de Codó).

De acordo com Miguel, sindicalista de Jaboticabal, o salário pago aos trabalhadores maranhenses é muitas vezes menor que o salário pago aos trabalhadores nativos, o que resulta em maior lucro para as empresas, uma vez que a mão de obra torna-se mais barata. Esses trabalhadores acabam se submetendo a essas condições, pois como estão muito longe de casa, têm medo de reclamar daquilo que lhes é de direito.

O problema se dá em abandonar aquilo que não se quer deixar e no constrangimento em reclamar das situações a que são submetidos no corte da cana, pela facilidade de ser substituído por um inumerável contingente de pessoas que está em busca de trabalho.

Outro fator a ser considerado é a questão da aceitação, pois, nas regiões de origem desses migrantes as relações são também de dominação. Naquela região, a maioria não possui a terra, não tem a propriedade, são parceiros e alguns até posseiros. Logo, essa submissão não se origina aqui, sua origem está na terra natal, uma vez que as relações de trabalho lá são de dominação e exploração. Portanto, o que se tem aqui é o desdobramento do que ocorre lá.

A questão da idade também passa a ser um fator fundamental. Conforme constatado nas entrevistas e apresentado pela Tabela 4 que mostra o perfil dos trabalhadores, nota-se que a maioria é jovem, com maior força e vigor. São pessoas com idade em torno de dezoito, dezenove anos, e que querem vir para o corte de cana.

A usina Moreno exige mais cara de fora, é maranhense, paraibano, piauiense, cearense, baiano. Paulista eu não vi nenhum não. Eles trabalham é na indústria, mas cortando cana eu não vi não. (FRANCISCO de Codó).
Eles acham também o maranhense mais trabalhador, o meu fiscal falou para mim. (JORGE de Timbiras).

Na representação dos trabalhadores entrevistados as usinas os têm como preferidos por serem “mais trabalhadores”, esforçados, não percebem conscientemente que a necessidade e o fato de não se identificarem com a classe os afasta dos outros cortadores de cana tornando-os distantes das lutas reivindicatórias tendendo a concentrar-se apenas na produtividade. Este é o motor de escolha das usinas.

A questão de ser trabalhador jovem e migrante também é fundamental em razão da produtividade exigida pelas usinas.

5.7.2.2 O critério de seleção – subordinação

Como a quantidade de produção varia para cada trabalhador, a usina aumenta muito seu lucro com os trabalhadores que conseguem cortar grandes quantidades de cana diariamente. Para isso, a empresa utiliza-se do critério da produtividade para selecionar os seus empregados. O depoimento a seguir relata este critério adotado pelas usinas:

Se ele não tiver uma boa produção, porque tem muito trabalhador que não consegue se adaptar com o corte de cana, e esses mais novos que vêm, muitos deles não conseguem se adaptar. Eles têm uma média de quatro toneladas, cinco toneladas por dia, e esse para usina não serve, ao dar um mês e meio, dois meses, antes de fechar o contrato de experiência ela dispensa. Vamos supor: às vezes, a gente está vendo, empresa aqui que chegou a contratar cento e oitenta a duzentos e cinquenta trabalhadores a mais do que ia precisar. Então, desses duzentos a mais, ela faz uma peneiragem, aqueles que têm uma média baixa, ela dispensa, fala que é muita gente e tal, acerta com os trabalhadores. Três meses de safra, paga o mês de aviso prévio. (DOSSIAS de Chapadinha).

A demissão de funcionários já contratados ocasiona altos gastos para a empresa. Por isso a importância do período de experiência, que é de noventa dias, ser fundamental para se evitar estes custos. Somente após esse período é que eles são efetivamente contratados.

Durante o período de experiência o trabalhador deve cortar no mínimo o suficiente para que seu piso salarial⁸⁰ possa ser pago. Caso haja um excesso de trabalhadores, a usina dispensa seguindo o critério de produtividade estabelecido, ou então, corta apenas aqueles que não atingem o suficiente para o pagamento do piso salarial.

No depoimento a seguir, percebe-se que os trabalhadores que sobram são os “melhores”, os mais produtivos. Isso resulta em diversas consequências negativas à saúde, uma vez que trabalham exaustivamente durante o todo o dia, até o limite da sua força física.

Sofri no começo, uns dois três meses, não cortava nada, o primeiro dia de cana que fui cortar, cortei vinte metros. O feitor já falou assim para mim: “você vai ser dispensado, vai ser mandado embora”. Eu tentei me esforçar mais, fui me esforçando, me esforçando, quando cheguei, teve dia que eu ganhei cento e oito reais num dia cortando cana, setenta, oitenta, cinquenta. Não era dos piores. (FRANCISCO de Codó).

O trabalho na cana é pesado, mais dá para aguentar. (JORGE de Timbiras).
Tem emprego para aqueles que atingem a produtividade elevada. Tem usinas que aceitam carteira branca; para quem entra assim, numa primeira vez nesse emprego, mas as usinas têm uma cota, porque se elas ficarem só com trabalhadores de carteira branca, o primeiro ano que cortam cana, a média de produtividade da usina vai ser baixa. Tem usina que seleciona, por exemplo: tem colega nosso que veio aqui para voltar a trabalhar na mesma usina que ele trabalhou ano passado, ele não foi aceito; e ele perguntou o porquê se ele não tinha apresentado nenhum atestado, não tinha faltado, bom trabalhador – o responsável dos recursos humanos disse pra ele: - “Ó, a sua média de produtividade foi sete toneladas e meia, e aqui a gente quer oito toneladas”. Ele não entrou na safra este ano. Este ano ele não foi recontratado. (DOSSIAS de Chapadinha).

A suspensão do trabalho desses migrantes no corte da cana provoca tanto impactos materiais como psicológicos. Com relação à questão material, o retorno à região de origem se dá sem o dinheiro esperado pela família que é a fonte de renda para muitos durante o período de entressafra. Psicologicamente, todas as suas expectativas e desejos são anulados. A expectativa de conseguir uma melhora para a família por meio do trabalho no corte da cana-

⁸⁰ De acordo com Rosa (2009), o piso salarial de um cortador de cana, no ano de 2009, era de R\$ 557,00 (quinhentos e cinquenta e sete reais) por mês, ou R\$ 18,57 (dezoito reais e cinquenta e sete centavos) a diária.

de-açúcar é destruída, junto com a sua autoestima que era de se manter no ofício até o fim da safra.

Essas ações da empresa são possíveis em razão da existência de um enorme contingente de mão de obra disponível, tendo como agravante a falta de organização política, e uma das consequências é a não mobilização desses trabalhadores. Esses são alguns dos fatores fundamentais para que haja a contratação desses trabalhadores pelas usinas.

Em relação a este mercado de trabalho, a vinda dos migrantes evita que a demanda por mão de obra resulte na alta dos salários, principalmente no período da safra. Como os migrantes vêm em busca de um trabalho temporário (podendo ser este temporário de alguns anos e não apenas o tempo da safra), esperam neste período ganhar o tanto quanto puderem trabalhar. Desta forma, não questionam, normalmente não reivindicam melhores preços para o corte da cana. A região de destino é o tempo do trabalho, assim, geralmente os migrantes maranhenses não reclamam.

A não contestação de suas péssimas condições de vida e trabalho e a pequena participação em movimentos reivindicatórios tem feito com que muitos produtores optem por contratar migrantes de regiões mais distantes da região canavieira. Essa questão também foi abordada na pesquisa de diversos autores (GEBARA et al. ([s.d.]); GEBARA; BACCARIN; BORBA,1988; MORAES SILVA et al., 1985; MORAES SILVA, 1999; PEREIRA, 2007, 2008).

De acordo com os especialistas entrevistados, algumas usinas, como a Moreno, não aceitam mão de obra local, contratando apenas trabalhadores migrantes. As razões dessa preferência, segundo os depoimentos, estão no fato de esses trabalhadores atingirem elevados índices de produtividade, sem criticarem as condições de trabalho que lhes são impostas.

Na época da pesquisa realizada por Moraes Silva et al. (1985), os autores constataram que havia uma preferência pelo contrato dos baianos, que foi justificado pelo maior rendimento no trabalho.

Na pesquisa de Gebara et al. ([s.d.]), segundo os autores, os empregadores da região canavieira de Ribeirão Preto tinham uma preferência por mineiros, uma vez que estes apresentavam tendência a se fixar no mesmo emprego o que diminuía a incerteza em relação ao contingente de mão de obra nas épocas de maior demanda por esses trabalhadores. Outro fator que garantia o emprego aos mineiros era seu rendimento físico diário, que se caracterizava por ser maior que o dos trabalhadores locais.

Ainda conforme pesquisa de Moraes Silva et al. (1985), no grupo de mineiros entrevistados muitos declararam que migravam para o interior do estado de São Paulo há mais de trinta anos. Mesmo os baianos, que apresentam, segundo os autores, melhores condições de vida, também já haviam migrado por sucessivas vezes manifestando, principalmente os de mais idade, o desejo de retornar.

Quanto às percepções dos trabalhadores maranhenses entrevistados, a preferência em relação aos trabalhadores para o corte de cana se dá em relação aos mineiros e atualmente aos maranhenses, em detrimento dos migrantes baianos. Nas palavras de Edmundo:

O “bicho” ruim é baiano, “bicho” enjoado, só quer saber de briga, o soco deles é certo! Dão para matar. São “reclamões”, por qualquer coisa fazem greve, por isso a usina não quer mais. (EDMUNDO de Timbiras).

Nesta pesquisa, segundo a percepção dos maranhenses entrevistados, existe uma retaliação aos baianos pelas usinas e também pelos demais trabalhadores. Como os baianos fazem parte de um grupo com tradição migratória para a região canavieira de Ribeirão Preto, parece comum ter havido alguma politização desses migrantes. Desta forma, a vinda de trabalhadores maranhenses para as usinas do interior do estado de São Paulo, ou a preferência, conforme os entrevistados, não têm apenas a função de suprir com mão de obra o capital, mas fornecer um excedente que esteja de acordo com as imposições da usina. Nesse sentido, podemos perceber essas características na fala, a seguir, de Francisco.

Existe uma preferência em relação aos maranhenses, porque a maioria que vem para cá são pessoas da roça, pessoas caboclas que vêm para trabalhar. Enfrentam qualquer serviço, porque estão acostumadas com o trabalho na roça. (FRANCISCO de Codó).

Como as ações do capital voltam-se sempre no sentido de acumulação, uma das estratégias recorridas pelas usinas é contratar mão de obra barata e produtiva. No estudo de Motta e Quinteiro (1983), os autores colocam que, quando começaram a aparecer os mineiros, os boias-frias da cidade não gostavam, já que a ideia que tinham desses migrantes é que vinham para ganhar dinheiro sem reivindicar. Desse modo, os mineiros, na opinião dos trabalhadores locais, atrapalhavam as greves e as manifestações de resistência.

Os mineiros ainda hoje são contratados pelas usinas, e de acordo com os depoimentos, o que mudou foi o tipo de contratação. Foi constatado não apenas pelos depoimentos dos trabalhadores, mas pelas entrevistas com irmã Inês, líder de turma e sindicalista.

Se antes os mineiros migravam para o interior do estado de São Paulo por conta própria, a partir da década de 1960, atualmente eles são buscados pelas usinas. Este fato novo foi verificado por meio dos depoimentos dos sindicalistas, da irmã Inês da Pastoral de Guariba e pelas entrevistas realizadas com os trabalhadores maranhenses. Ainda de acordo com as entrevistas, a usina que busca os mineiros é a Bonfim do grupo Cosan. A contratação desses trabalhadores é feita no próprio local de origem, são registrados como safristas, e o tipo de contrato de trabalho é temporário. Permanecem no alojamento coletivo das usinas, o que diminui os gastos com moradia e também com o transporte dos seus locais de origem até as fazendas (mais ou menos 2000 km de distância).

Miguel, sindicalista de Jaboticabal, foi convidado pela usina para acompanhar todo o processo de contratação dos mineiros com o aval do Ministério do Trabalho. De acordo com o sindicalista, no ano de 2008 foram buscados dez mil trabalhadores mineiros e distribuídos entre as usinas do grupo Cosan.

Esse fato pode ter como significado alguns fatores. O primeiro pode ser ainda a falta de mão de obra na região mesmo com o processo progressivo da mecanização do corte da cana, o segundo é que a usina pode ter descoberto uma mão de obra ainda mais barata que a disponível na região. Sabe-se que a separação entre os trabalhadores de diferentes regiões é uma maneira de evitar sua unidade política. Para tanto, uma das estratégias utilizadas é o isolamento em barracões no interior dos canaviais. Este afastamento, além de evitar a união política, possibilita também aos usineiros o pagamento mais baixo de salários. Nas palavras dos entrevistados:

O alojamento da Bonfim é só para mineiro, só para esse pessoal de Minas Gerais. Não sei porquê, deve ser mais perto talvez, por isso que eles fazem isso! Acho que é. Por que aí é tudo por conta da empresa, buscar, deixar. (NONATO de Timbiras).

5.7.2.3 Contratações

Para que o trabalhador seja contratado ele precisa ser jovem, acima de 18 anos, não ter apresentado nenhum problema de saúde anterior, ter passado pela experiência de 90 dias, alcançado a meta mínima de produtividade, e para algumas usinas, ser preferencialmente migrante e assíduo no trabalho.

Nesta pesquisa, verificou-se que a faixa etária em que mais ocorre a migração de maranhenses para a região canavieira de Ribeirão Preto está entre 18 a 25 anos. Na pesquisa

desenvolvida por Motta e Quinteiro (1983) a faixa de idade predominante era entre 15-19 anos, com 29,7% de migrantes e a faixa 20-24 anos com 29,0%. Os autores constataram que a partir dos 45 anos as proporções decrescem de maneira acentuada, e depois dos 60 anos não há mais nenhum migrante.

Gebara, Baccarin e Borba (1988) obtiveram dados parecidos com Motta e Quinteiro (1983) em relação à idade da primeira migração. Na pesquisa de Gebara, Baccarin e Borba (1988), a idade mais comum para a realização da primeira migração era de 15 a 18 anos correspondendo a 47,7% dos entrevistados, enquanto a faixa entre os 18 a 25 anos corresponde a 20,75% dos migrantes. É importante ressaltar que entre a pesquisa com os maranhenses e com os autores citados há uma diferença de 22 e 27 anos respectivamente. Desta forma, a primeira migração, entre os maranhenses ocorre assim que a maioridade é atingida.

A questão de ser migrante, no caso maranhense, perpassa pela questão de pertencerem a regiões distantes, fabricados por um processo de expulsão de seus locais de origem. Essas condições facilitam sua aceitação em relação ao trabalho, às exigências quanto à produtividade e ao salário.

Ao migrarem, alguns deixam de ser agricultores familiares em regiões de economia “pré-capitalista e tornam-se, definitivamente, **peça fundamental** para o avanço da reprodução do capital em áreas de economia capitalista consolidada” (VETTORASSI, 2007, p. 152, grifo da autora).

Além de todas essas condições, uma que chama bastante atenção é a questão do discurso utilizado, geralmente pelo fiscal da turma, que remete à questão das contratações. De acordo com a maioria dos entrevistados algumas usinas têm preferido o contrato fixo⁸¹ de trabalho.

Eles falam que maranhense quando vem, quer passar, um ano, dois anos, três anos e quer ir embora. Aí ele falou para mim: “Jorge, a usina chega a dar emprego porque ela precisa do trabalhador, mas a preferência é para quem é da cidade”. Só que, só o pessoal daqui da região não consegue suprir a demanda, então, vem maranhense e eles dão o emprego. Eles alegam que a gente quer ir embora. (JORGE de Timbiras).

⁸¹ Fixo é o trabalhador que mantém o contrato de trabalho com a usina ao término da safra, sendo contratado pela empresa para a próxima safra.

Analisando este depoimento, pode-se pensar que assim como contratar o migrante sem um período de experiência é arriscado em razão dos custos que podem advir disso, contratar um trabalhador temporário também é custoso para a empresa. Um trabalhador que a empresa conhece e confia tem a possibilidade de gerar bem menos problemas que um desconhecido que precisa passar por todo o processo seletivo, gerando custos à empresa, além do problema de relacionamento ou falta de submissão esperado pelas usinas.

A usina para contratar tem muito gasto para registrar, fazer exame admissional, exame de sangue, são vários exames que tem que fazer. Então, se o empregado for efetivo, a empresa não vai ter esse tanto de coisa para fazer. (SEBASTIÃO de Timbiras).

Eu acho que ela deu essa opção, só que ela não obriga, sabe? Se falar assim: “ó eu não quero ficar efetivo”, ela não obriga a ficar efetivo. Só que, o que acontece é que essas pessoas que não estão se efetivando, estão ficando sem espaços. Agora, nas usinas daqui da cidade, vamos supor que dez estão, o ano que vem pode ser seis, cinco. Vai diminuindo esse pessoal. Quem não ficou efetivo vai acabar ficando fora e os efetivos terão emprego fixo. (DOSSIAS de Chapadinha).

Neste discurso, o receio de ser apenas safrista ou contratado por tempo determinado, faz com que os trabalhadores migrantes aceitem o contrato de trabalho fixo por medo de ficarem sem emprego, como aponta o depoimento:

Eu me arrependi muito de entrar nesta usina aí [São Martinho], porque quando eu quiser ir embora eu vou ter que pedir a conta e sair de lá com quê? Se tiver perto do pagamento eu ainda pego o pagamento, mas se for uma coisa assim urgente? (JORGE de Timbiras).

A usina, ao descobrir as estratégias dos trabalhadores nesse movimento pendular, busca fazer com que a contratação do emprego temporário seja vantajosa também para ela. Essa tática é uma forma de assegurar o bom trabalhador e a permanência daqueles que não se encontram nas “listas negras” ou que tenham recebido “ganchos”⁸². Além disso, simbolizam novas formas de sujeição e controle social dos trabalhadores.

Como safrista se você não quiser ir embora você está livre. Se resolver ficar mais um ano, pode pegar seus direitos e ficar. (JORGE de Timbiras).

⁸² Como o próprio nome diz, as listas negras são listas elaboradas pelas usinas com o intuito de ter registrado o nome daqueles trabalhadores que estão marcados por terem desobedecido as normas legais. Já os ganchos é a suspensão dada ao trabalhador por um determinado tempo, caso a tarefa não tenha sido bem realizada ou a desobediência aos feitores.

O bom do safrista é que ele é mandado embora. De outro lado é ruim porque você não seguro. Agora quando você é fixo, tem seguro, tem mais direitos que quem é safrista. (FRANCISCO de Timbiras).

Segundo as entrevistas dos trabalhadores, pode-se notar que na safra da cana há uma tendência a formalização dos vínculos empregatícios. Assim, verificou-se que todos os trabalhadores entrevistados trabalhavam com carteira assinada e disseram receber seus direitos. Fato esse também notado na pesquisa de alguns autores (GEBARA et al. [s.d.]; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988, MOTTA; QUINTEIRO, 1983) em que 99% dos trabalhadores entrevistados também tinham carteira assinada e mais de 79% disseram receber os direitos trabalhistas.

Além disso, o aumento da porcentagem de migrantes registrados pode ser também uma variável a mais na determinação do processo migratório: na medida em que expressam relações de trabalho mais formais, além de constituir elemento de atração também pode significar para alguns mais segurança, como seguro desemprego, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), convênio médico para o trabalhador e toda a sua família, entre outros.

5.8 O processo de Desenraizamento

Até aqui é possível dizer que expropriação, para a maioria dos migrantes, é sinônimo de migração que geralmente remete para o desenraizamento. Nas entrevistas, quando questionados sobre o que faziam na região de origem, a grande maioria respondeu ser agricultor. Desta forma, a identidade desses trabalhadores passa pela terra. Além disso, essa identidade é medida pela comunidade à qual pertencem.

Neste sentido, é possível traçar um paralelo com os ensinamentos de Simone Weill que ao estudar os trabalhadores na década de 1920 na Europa que migraram em busca de trabalho caíram na doença do desenraizamento. Segundo Weill (1979):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por participação real, ativa e natural na teia de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios de que faz parte naturalmente. (WEILL, 1979, p. 347).

O desenraizamento causado pelo processo de expropriação desses trabalhadores tem se manifestado na tendência de se fixarem na região de destino, seja por um tempo determinado, que represente mais que apenas uma safra, ou tornando-se efetivamente moradores da região de destino, pela ausência de terras ou por uma relação segregada com a terra. Estes aspectos foram constatados nas pesquisas de Gebara, Baccarin e Borba (1988, p. 45), em que afirmam que: “os migrantes sazonais mais jovens e que vêm solteiros para o corte de cana começam a apresentar tendências de se fixar na região de destino quando a terra familiar começa a se tornar insuficiente para o sustento dos pais e dos irmãos mais velhos [...]”

O processo de desenraizamento dos trabalhadores maranhenses guarda semelhanças com a pesquisa realizada por Moraes Silva (1999) com trabalhadores do Vale do Jequitinhonha. Nesta pesquisa, os trabalhadores foram expulsos de sua região de origem porque o Estado transformou aquelas terras numa região produtora de eucalipto para ser utilizado nas siderúrgicas mineiras. Já a expansão capitalista que vem ocorrendo no Maranhão reflete a ação econômica do Estado em benefício do grande capital, por meio de gigantescas obras de infraestrutura, expansão das lavouras de soja, aumento de siderúrgicas, concentração fundiária, entre outros. Projetos de forte impacto ambiental e social são implantados sem uma contrapartida que dê conta de amenizar os problemas causados por essa “modernização” do Maranhão.

Esse processo de modernização culmina na expulsão de milhares de agricultores familiares do Maranhão que se veem obrigados a proletarização, por meio de um processo migratório crescente. O processo de desenraizamento causado por fatores externos repercute na falta de acesso às condições materiais dos maranhenses. Nas palavras de Francisco:

No Maranhão não dá para viver. Não que o nosso lugar seja ruim, é um lugar muito bom, principalmente quando a gente pega um dinheirinho aqui [corte da cana]. Todo o mundo quer algo melhor para si, quer uma vida mais tranquila, um lar, quer dar um estudo para um filho. Isso que faz um pai sair de lá e enfrentar três dias de viagem, para o lugar que nós estamos aqui hoje para sofrer, passar decepções. (FRANCISCO de Codó).

A denúncia de que o lugar de origem é bom, mas “não dá para viver” e “Isso que faz um pai sair de lá [...], para o lugar em que nós estamos aqui hoje para sofrer [...]”, revela que não há possibilidade imediata de escolhas entre ficar ou sair. Entretanto, essa denúncia expõe um sentimento de pertencimento, vínculos afetivos com o local de origem e o desejo de retorno.

É o que Weill (1979, p. 347) considera como uma “participação real, ativa e natural na teia de uma coletividade”. Nesse sentido, o apego a família e a terra e a vontade de retornar à origem, mesmo que não seja possível de se realizar parece constituir uma condição que o migrante deposita na migração. Mesmo entre aqueles que manifestaram desejo de se estabelecer na região de destino definitivamente (três entre os entrevistados), o desejo de retorno à terra está fortemente presente e é apenas vencido ou adiado pela vontade de proporcionar um futuro melhor para os filhos. Nas palavras de Adenildo:

Aqui tem como eu dar um estudo melhor para os meus filhos e também como comprar roupa, calçado, comida. Aqui eu posso trabalhar e dar isso para eles, lá não tem como! (ADENILDO de Codó).

É trabalhador migrante por fazer parte de uma categoria construída sob determinadas relações sociais, resultado de processos de violência e expulsão e pertencentes a uma comunidade definidora de sua identidade. E é neste sentido que os fatores econômicos não são os únicos a serem levados em conta na análise da migração e dos migrantes.

É assim que esses trabalhadores se sujeitam a trabalhar no corte da cana, local onde existe a possibilidade de auferir os recursos mínimos necessários à manutenção da casa. No trecho: “principalmente quando a gente pega um dinheirinho aqui”, fica claro que o local de destino é o local de onde se retira as possibilidades materiais. A permanência do indivíduo na região de origem está vinculada à quantidade de bens ou à quantia que ele conseguiu guardar durante o tempo que passou na região canavieira.

A quantia economizada é que vai ditar se seu tempo de permanência na região de origem é definitivo ou temporário. Pode ser definitivo se o trabalhador conseguir economizar o suficiente para abrir um negócio próprio, ou temporário se a quantia é suficiente apenas para permanecer durante a época da entressafra. Nesse sentido, o fragmento a seguir demonstra essa situação:

Meu sonho é voltar para a casa, mas voltar com alguma coisa para não precisar mais vir para cá. (JORGE de Timbiras).

A maioria dos entrevistados manifesta o desejo de voltar ao Maranhão e lá construir sua casa. Portanto, a casa no lugar de origem representa, para muitos, o desejo de retorno e o fim da migração.

Entre os migrantes maranhenses pode-se dizer que o processo de desenraizamento começa já na região de origem a partir da expulsão da terra. Embora a terra já não seja propriedade da maioria dos entrevistados, todos mantinham com ela uma relação de trabalho,

até precisarem migrar. Na cidade de destino, essa relação é modificada, ou seja, é uma relação estritamente capitalista em que há a transição da relação de subsistência para uma relação mediada pela produção, disciplina, aceitação pelo grupo.

Percebe-se, pelos relatos, que aqueles que pensam em retornar ao local de origem não desejam mais trabalhar como lavradores, mas sim como comerciantes, prestadores de serviço, o que conseqüentemente gera um desmantelamento de traços importantes de uma cultura que atualmente está se extinguindo. Para Weill (1979), quando o passado do homem é rompido, as necessidades da alma humana perdem a vida. Para ela, a oposição entre trabalho e futuro é “absurda”, uma vez que o “futuro só nos traz algo se dermos algo a ele também, porém para ‘dar é preciso ter’ e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado [...]” (WEILL, 1979, p. 353).

Essas andanças deixam marcas permanentes e dificilmente conseguem recompor a identidade original à medida que sofre essas modificações.

Os maranhenses que vêm para cá, não voltam mais bobo não, ficam tudo sabido. (FRANCISCO de Timbiras).

Neste sentido, o seu desenraizamento e, sobretudo a migração temporária tem um efeito destruidor sobre sua vida, pois rompe laços familiares, anuncia a miséria e a impossibilidade da sobrevivência econômica na terra própria ou arrendada, que “denuncia a exploração que inviabiliza a vida sedentária e lhe impõe a vida nômade que desmoraliza, empobrece sua vida social” (MARTINS, 1988, p. 6).

A pesquisa verificou que dentre os migrantes entrevistados, há aqueles que sofreram definitivamente o processo de expropriação e vivem na periferia das cidades e também aqueles que ainda estão nas áreas rurais, na condição de moradores e arrendatários, pagando renda em produto, aos donos da terra, grandes latifundiários. Neste sentido apresentam-se em uma condição tendente à total proletarização. Uma das explicações para este fato é que são, em sua grande maioria, jovens, que fazem parte de uma geração de expropriados. Poucos são aqueles que conhecem uma relação diferente com a terra que não seja a do assalariamento, a da sujeição com o empregador.

Conforme os estudos analisados, os autores que discutem sobre as migrações de mineiros para o interior do estado de São Paulo ressaltam que o retorno desses trabalhadores geralmente é “previsto e mantido como um componente prefixado pela vida da unidade camponesa” (MOARES SILVA et al., 1985, p. 63). No caso dos maranhenses, bem como dos

baianos analisados por Moraes Silva et al. (1985), a perspectiva não se mostra tão evidente em relação aos jovens. Estes, mesmo sem perder o vínculo com a família, revelam certa dúvida. De um lado, tendem a permanecer na região de destino, justificando esta escolha como consequência das dificuldades encontradas no local de origem. Caso isso ocorra, como apontam alguns depoimentos, trata-se de uma migração definitiva. De outro lado, mesmo sofrendo o impacto do assalariamento, muitos ainda depositam suas expectativas na volta à região de origem. Um exemplo desta expectativa pode ser notado no fragmento a seguir:

Está terminada [casa de Adenildo no Maranhão]. A minha avó terminou para mim. Ela está lá na minha casa com mais dois irmãos meus. Talvez no final do ano, nas férias, eu vá lá dar uma olhada. Se ela quiser vir, eu vendo a casa e dou entrada num terreno, aqui mesmo. (ADENILDO de Codó).

O depoimento de Adenildo revela essa duplicidade entre o desejo de ficar na região de destino em razão das dificuldades na terra de origem e a vontade em voltar, manifesto no término da construção de sua casa. O laço familiar liga Adenildo ao local de origem, tendo sua avó como ponte com suas raízes. A separação física não se traduz em um afastamento social da família. A idealização da volta se manifesta, mesmo que seja a passeio, no desejo de rever a família e os amigos.

É importante lembrar que a terra natal é o espaço de sua identidade e de reconquista dos laços perdidos e da solidariedade familiar. No entanto, para estes trabalhadores, o local onde se concentra a possibilidade do ganho, do dinheiro representa um local de atração. Sob a influência do dinheiro, a identidade, principalmente dos mais jovens, pode deixar de ser pautada pelos valores da pequena agricultura familiar. Assim, o retorno à terra passa a ser visto como um passeio e não mais como elemento definidor da identidade. Isso pode ser notado no trecho a seguir:

Quando eu chego lá no Maranhão a passeio, eu vou lá visitar o pessoal e todo mundo fica contente de me ver! (FRANCISCO de Codó).

Como não há emprego nas regiões de origem, os jovens e homens adultos saem de casa deixando suas famílias. Essa migração torna-se necessária porque nas regiões de origem, como no Maranhão, não há alternativa de emprego para a juventude. Para essa parcela da população o caminho encontrado é a migração e as consequências são negativas, pois a maioria das famílias sofre um processo de desintegração em razão de uma necessidade vital que é a sobrevivência. Os estudos apontam que a migração de mineiros (GEBARA;

BACCARIN: BORBA, 1988; GEBARA et al. [s.d.]; MORAES SILVA, 1985, 1999; MORAES SILVA, 2008; PEREIRA, 2007, 2008), baianos (MORAES SILVA et al., 1985) e também paraibanos (MENEZES; SATURNINO, 2007) é decorrente da falta de emprego na região de origem, bem como a migração de maranhenses para o interior do estado de São Paulo. Em outras palavras, está havendo um processo de expulsão que é sinônimo de migração para grande parte desses trabalhadores, pela dificuldade de conseguirem outras formas de renda por meio da venda de sua força de trabalho. O fragmento a seguir mostra essa situação:

Uma coisa que está bem clara para todo o mundo é que lá não tem serviço, não tem como ganhar dinheiro. (JOSÉLIA de Timbiras).

O processo de individualização da força de trabalho, típico da proletarização, tem como tendência desarticular a família enquanto unidade produtiva. Essas idas e vindas forçadas geram consequências negativas para a família, uma vez que o tempo do trabalho exige desses migrantes guardarem à família a esperança de um retorno em breve.

Suas andanças carregam o sinal do incerto que combina com a perda progressiva da identidade e a “plenalização” do processo. Enquanto na origem são arrendatários, posseiros ou pequenos proprietários, no destino são assalariados ou boias-frias. É o encontro entre dois mundos; o da cultura tradicional com o trabalho de subsistência, e do mundo moderno, cercado por máquinas e mediado pelo dinheiro. Conforme Weill (1979), a mudança é bem-vinda quando serve para estimular o ser humano a crescer, mas quando é excessiva cai-se na doença do desenraizamento, na doença da alma, pois o sujeito perde todos os vínculos. O processo de vai e vem desses migrantes ao longo do tempo vai pesando até que eles caem definitivamente no processo de desenraizamento.

Ah! Estou há dois anos aqui e vou ficar um ano lá para ver o que acontece. Mudanças na política, vamos ver se vai sobrar alguma coisa para a gente. Mas, pode incluir um imprevisto, alguma coisa que pode novamente fazer a gente retornar para cá. (NONATO de Timbiras).

São sentimentos antagônicos que refletem essa dupla identidade. Sentimentos pautados pela vontade de ir embora, mas também firmado na necessidade de ficar e conseguir alguma coisa para si e para a família. A política, na representação dos trabalhadores, é vista como fator de esperança, algo que pode beneficiá-los na região de origem. Nas suas representações para melhorar suas vidas, só mesmo o governo e Deus, visto por eles como os verdadeiros agentes da mudança. Neste sentido, a mudança não depende deles próprios.

A saudade e o desejo da volta estão sempre presentes, mas querem voltar diferentes, possuidores das coisas que desejaram ter quando migraram, uma vez que esse processo de ruptura apenas pode ser corrigido com o ganho que supera as necessidades cotidianas. Entre essas idas e vindas é preciso que o migrante crie estratégias de adaptação para suportar a dureza do trabalho, a ausência e a distância de suas origens.

5.8.1 Os desejos dos migrantes

Nas entrevistas realizadas, o desejo de retorno à terra de origem faz parte do anseio da maioria dos trabalhadores, mas também há, em menor número (três trabalhadores), os que desejam se estabelecer definitivamente na região de origem. Nos depoimentos fica claro, que aqueles que desejam permanecer na cidade de destino permanecem apenas por “precisão”.

Aqui tem como eu dar um estudo melhor para os meus filhos e também como comprar roupa, calçado, comida. Aqui tem jeito de eu trabalhar e dar isso para eles, lá não vai ter! (ADENILDO de Codó).

Dos entrevistados, três são os que não querem mais voltar para a terra natal, Adenildo, Francisco e Rita. Não foi possível traçar um perfil completo, mas entre eles, dois eram casados e com filhos, e um era solteiro. Em suas representações, a região de destino é capaz de provê-los do que não foi possível obter nos locais de origem, também é um modo de se realizar por meio do futuro que almejam e escolhem para os filhos. Isso fica bastante evidente na fala de Adenildo:

O Cauã [filho de Adenildo] é jogador de futebol porque, foi aquilo que eu não consegui! Então, fui do Maranhão pela primeira vez para Goiânia fazer teste. Fiz, joguei lá seis meses. Depois acabaram as verbas do meu primo, porque foi ele que me levou. “Afundou” o cartão tudo. Tive que começar a trabalhar. Aí desisti. Mas eu vou trabalhar para que ele consiga, aqui tem muitos clubes! Então, [E se ele não quiser?], mas ele tem que querer gente! Eu coloquei até o nome do homem, um nome alemão nele: Cauã. Aí eu coloquei Balack no final [jogador de futebol alemão]. (ADENILDO de Codó).

Para Adenildo, seu filho Cauã Balack já é jogador de futebol. É possível perceber isso pelo tempo verbal utilizado, presente do indicativo, “Cauã é jogador”. Para o pai não existe outra possibilidade para seu filho que não esta. Quando indagado sobre o filho não desejar esse futuro já traçado para sua vida, Adenildo se espanta “mas ele tem que querer, gente!”, como se esse fosse o melhor que ele poderia obter da vida. Em sua representação, ser jogador de futebol é o melhor que ele poderia querer e dar para o filho.

Não é que seja fácil ser jogador de futebol, mas é uma profissão que não exige muito! Se o cara tem tendência para ser aquilo, é uma coisa que dá muito dinheiro. Não depende de estudo, mas só que eu quero que eles estudem! Estudando e jogando. Tem jogador maranhense famoso! De Codó, tem o Jackson e o França, e o Cléber Pereira que é maranhense também. (ADENILDO de Codó).

Na percepção de Adenildo, ser jogador de futebol representa uma forma de ganhar muito dinheiro de modo relativamente fácil “é uma profissão que não exige muito”. A percepção que ele possui da profissão de jogador de futebol pode estar associada as suas condições de vida e trabalho. Ele não deseja aos filhos o tipo de trabalho duro e pesado que lhe restou por não ter tido outras oportunidades. Para Adenildo, ser jogador de futebol representa ganhar dinheiro fazendo o que gosta e sem muito esforço, tudo o que seu trabalho no corte da cana não lhe possibilita. É por isso que deseja com tanto afinco esse futuro para o filho. Além disso, é algo possível de se realizar, sai do campo do imaginário e pode se tornar realidade, já que existem maranhenses que alcançaram esse futuro “De Codó tem o Jackson e o França, e o Cléber Pereira que é maranhense também”. É uma possibilidade real que instiga Adenildo a persistir, mas projetando o desejo para o filho.

Francisco, como dito anteriormente, se aposentou aos 24 anos por invalidez em razão do corte da cana. Quer permanecer em Pradópolis porque deseja lutar para que não aconteça com seus conterrâneos o que aconteceu com ele. Para isso estava pensando em se candidatar a vereador da cidade com a proposta dirigida aos trabalhadores do corte da cana. Nas palavras de Francisco:

Desde 2002 que eu estou aqui [Pradópolis] e graças a Deus me adaptei ao lugar. Eu gosto muito, me desenvolvi bastante com o povo, tenho bastante amizade. Inclusive até o ano que vem estou querendo me lançar como vereador aqui na cidade. Pretendo sair como vereador e a expectativa é de ganhar, pelo fato de eu ser bastante conhecido e prestar bastante serviço aqui para o povo. Mesmo eu estando afastado, eu sempre faço algum serviço voluntário, ajudo em alguma coisa. Então, eu estou sempre entrosado com eles, com os maranhenses, com o próprio povo daqui. (FRANCISCO de Codó).

Outro fator a ser considerado é a opção sexual de Francisco. Ele é homossexual e para um nordestino com uma cultura voltada para o “cabra macho”, provedor da família, encontra pouco espaço para sua escolha. Embora Pradópolis seja uma cidade bastante pequena com 10.198 habitantes, em que geralmente predominam os costumes tradicionais, ainda assim,

existe maior aceitação que na sua terra de origem. Na percepção de Francisco, estar longe da família torna mais fácil assumir quem verdadeiramente é.

Outra entrevistada foi a Rita, maranhense, casada, mãe de três filhos e tinha 33 anos na época da entrevista. Veio para o interior do estado de São Paulo com seus dois irmãos, todos cortadores de cana, estabeleceu-se em Guariba, onde casou e teve seus filhos. Ela não pretende mais voltar para o Maranhão, pois criou raízes definitivas na região de destino. Seu marido é nativo e tem um bar na cidade.

Não volto mais não, meus filhos não acostumam lá [Maranhão]. (RITA de Timbiras).

Diferentemente dos mineiros, estudados por diversos autores (GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988; MORAES et al., 1985; PEREIRA, 2007, 2008), que têm como desejo retornar à região de origem para continuarem o cultivo de suas roças, os desejos e expectativas dos maranhenses entrevistados não se pautam pela manutenção da terra, já que muitos não têm mais a sua propriedade, mas pela busca da melhoria dos níveis sociais e econômicos de vida, como pode ser notado do trecho a seguir:

Eu quis vir para ter um bem maior, um bem material, alguma coisa. O meu objetivo em vir para cá foi estudar, tentar estudar mais, porque meus pais não tinham condições de pagar um curso de computação trabalhando na lavoura. E aqui dá para pagar meu curso e tentar comprar alguma coisa. (LIMA de Timbiras).

A saudade e o desejo de voltar estão constantemente presentes, mesmo entre os que se estabeleceram ou pretendem se estabelecer definitivamente na região de destino, porém, os trabalhadores que querem voltar, querem voltar diferentes. Os migrantes representam a passagem entre o tradicional e o moderno e a possibilidade da mudança. Desta forma, os bens que adquirem representam aquilo que conseguiram realizar enquanto estiveram fora. Ao migrar, o sujeito “abandona”, pelo menos temporariamente, sua condição de sujeição, de dependência pessoal em relação ao proprietário da terra, ao arrendatário, esse é o lado socialmente positivo, pois a partir daí cresce e amplia sua visão de mundo.

O curso de computação representa para Lima uma maneira de não continuar o destino dos pais. Por meio de seu discurso é possível afirmar que ele não quer mais voltar a trabalhar na lavoura, uma vez que o curso de computação representa uma passagem do seu mundo tradicional, representado pelo trabalho na lavoura na sua região de origem, para o mundo moderno, representado pelo trabalho nos canaviais que lhe possibilita o dinheiro para pagar

seu curso. Também deixa claro que o corte de cana é um trabalho temporário, apenas um meio de obter recursos financeiros para voltar à região de origem e abrir uma sociedade com seu irmão.

Este ano eu vou voltar para lá e, com fé em Deus, não retornar mais para cá, vou trabalhar com meu irmão! A gente ainda não sabe o que vai fazer, mas temos alguns planos! (LIMA de Timbiras).

O irmão de Lima, Lorenço, cortou cana durante cinco anos na região de Ribeirão Preto. Ficou três anos como trabalhador fixo e dois anos como safrista. Depois de conseguir economizar, resolveu voltar definitivamente para o Maranhão e montar um negócio. No ano em que seu irmão retornou ao Maranhão, Lima migrou para trabalhar no corte de cana com a intenção de continuar os estudos e economizar para poder, junto com seu irmão, realizar um empreendimento que ainda não estava definido por eles. O desejo de permanecer definitivamente na região de origem é sempre marcado pela incerteza do que esperar. Seus desejos são permeados pela dúvida, pela boa vontade política e de Deus, pelo que sobrar. Diante disso, a vinda para São Paulo é, muitas vezes, explicada pela ausência de terras que implica numa migração para as áreas urbanas da cidade.

Na medida em que não há emprego nas regiões de origem, os jovens e homens adultos deixam suas casas e muitos, suas famílias. Essa migração torna-se imprescindível, porque nas regiões de origem desses migrantes, como Maranhão, não há alternativa de emprego.

Na minha cidade não tem fábrica, não tem condições de ganhar dinheiro, não tem trabalho! (NONATO de Timbiras).

Lavoura está difícil, a terra que tem é pouca e, algumas são fracas. Quando o inverno⁸³ não ajuda a gente, não dá para colher. (ADENILDO de Codó).

Na fala de Adenildo fica evidente que o trabalho na lavoura não é apenas dificultado pela ausência de terras. Esta falta se dá pela expansão e valorização de áreas voltadas a monoculturas comerciais para exportação. Essa valorização aumenta a pressão de fazendeiros e grileiros em direção às terras de pequenos agricultores familiares de modo que aumentam sua área de produção e, conseqüentemente, o lucro. A valorização das terras no Maranhão tem favorecido o processo de expulsão desses pequenos agricultores familiares e a pressão para que deixem suas terras, muitas vezes, é feita sob ameaças e violências, conforme o trecho a seguir:

⁸³ O inverno é o tempo das chuvas no Maranhão.

Quando era gente conhecida, ele mandava sair [dono da terra], quando ele não conhecia, mandava matar. (FRANCISCO de Timbiras).

O trabalho na terra aparece como fator de insegurança e o assalariamento é visto como inevitável, mas o dinheiro é certo, mesmo implicando em trabalhos pesados, perda de autonomia, dependência do patrão. Entretanto, nas suas representações, as dúvidas e as contradições aparecem constantemente.

Por um lado compensa vir para cá, está compensando sim. Quando a gente chega, não tem vontade de voltar para lá não, mas só por causa da família pai e mãe a gente quer voltar, mas se você parar para pensar e ver a situação de lá, você não tem vontade de voltar não. (JORGE de Timbiras).

A incerteza do que desejam da vida é manifestada pela ambiguidade de sua condição. Na origem são agricultores, no destino, assalariados. Apesar disto, o desejo, tanto entre os que querem efetivar-se definitivamente na região de destino quanto os que pretendem voltar, é pautado pela condição de necessidade. Entre os entrevistados, todos se referiam à região de origem como melhor para viver e só não permanecem devido à falta de opção, concordando na diferença entre os lugares.

Aqui é bom só para ganhar dinheiro, agora para viver, o bom é lá. (DOSSIAS de Chapadinha).

Se eu não precisasse eu não vinha mais não! (EDMUNDO de Timbiras).

Essa “pendularidade” representa de um lado a possibilidade da conquista e de outro o desejo de estar com a família. O que se percebe por meio dos depoimentos é que, primeiramente migram pela necessidade, depois pelo desejo de adquirir as coisas, de conquistar espaço. Neste contexto, o trabalhador migra pelo *status* que lhe é concedido pelo dinheiro. Assim, migram pelas oportunidades que o dinheiro oferece, porque sonham e almejam para o futuro comprar uma casa que seja de alvenaria, além de uma moto, sonho de consumo da maioria dos entrevistados, para poderem trabalhar como *office-boy*⁸⁴.

O objetivo, para a maioria dos entrevistados, é melhorar as condições de vida na região de origem, porém, isto não significa melhorar as condições de suas lavouras, uma vez que poucos são proprietários das terras, exercendo outra atividade. É a necessidade movida pelo desejo de melhorar.

⁸⁴ Vide em anexo a evolução do crescimento de motos no Maranhão.

Eu quero voltar, mas voltar com alguma coisa! Eu quero comprar uma casa, quem sabe uma moto. (JORGE de Timbiras).

A gente vê o pessoal chegando com as coisas e quer vir também! (RÔMULO de Timbiras).

Quando retorna para a casa, o trabalhador que adquire algo com o trabalho no corte de cana recebe um novo papel, uma diferenciação social. Destaca-se em seu universo tradicional quando se apossa do moderno a partir de bens simbólicos e materiais. Rômulo é um rapaz de apenas 18 anos completados na época da entrevista, fascinado com o que podia obter com a migração, veio para o interior paulista “tentar a vida”.

Geralmente os bem-sucedidos, no retorno, são os melhores partidos da cidade e também os mais populares. A aparência é diferenciada pelo corte de cabelo e pela cor (muitos tingem o cabelo de loiro), pelas roupas da moda, pelos óculos de sol. São mercadorias que representam para eles a construção da nova identidade, do homem de sucesso. É o caso de Edmundo que chegou para a entrevista acelerando sua moto zero quilômetro, com roupas da moda e depois de algum tempo de depoimento disse:

Quando eu chegar lá e alguém perguntar: “como é o negócio lá?” Eu digo: é bom demais! Para todo o mundo experimentar do mesmo veneno que eu tomei. (EDMUNDO de Timbiras).

O depoimento de Edmundo revela a insatisfação com o trabalho. É como se os bens materiais pudessem compensar todo o sofrimento vivido. Fazer os outros virem é uma maneira de compartilhar o “veneno” ingerido. Desta forma o maravilhoso que eles conseguem adquirir com o dinheiro, falseia a realidade, esconde as condições de trabalho e as estratégias utilizadas para suportar a dureza.

5.9 Condições de vida e trabalho

Os maranhenses que migram desejam “conseguir” terminar a safra para mandar dinheiro para a família ou fazerem a poupança para comprarem aquilo que desejam, como casa de alvenaria, moto, etc. É conveniente lembrar que o desejo de conseguir terminar a safra pode estar relacionado, além da natureza perversa do trabalho, ao aumento da intensificação que sofreu o corte da cana ao longo dos anos. A meta de produtividade exigida pelas usinas três décadas depois é duas vezes maior que na década de 1980. Ainda neste ano, os trabalhadores cortavam em média seis toneladas de cana por homem/dia, hoje o mínimo

exigido pelas usinas para a efetivação do trabalhador é de nove toneladas de cana por homem/dia (ALVES, 2008, 2007; MORAES SILVA, 2006; NOVAES, [s.d.]). Importante ressaltar que todo esse aumento de produtividade do trabalhador se deu sem nenhum progresso tecnológico, pois o instrumento de trabalho para o corte manual da cana ainda continua sendo o mesmo podão de décadas atrás.

Essas exigências demonstram que as condições de trabalho nesse setor são caracterizadas pela alta intensidade de produtividade exigida pelas usinas, sem que tenha havido uma mudança substancial no processo de trabalho e nos instrumentos utilizados para o corte. Tendo isso em vista, desejar terminar a safra, “conseguir” terminar não é um desejo teoricamente simples, pois exige dos trabalhadores destreza, resistência física e força, características essenciais para garantir o sustento de todo o núcleo familiar e não apenas o próprio.

Graças a Deus estou conseguindo terminar a safra. (DOSSIAS de Chapadinha).

Esta é a minha primeira safra e meia aqui. No ano passado eu vim, mas retornei no meio do ano, porque adoeci. Este ano estou terminando a safra. (LIMA de Timbiras).

Lima teve pneumonia e segundo seu colega Nonato, com o gravador desligado e na ausência de Lima, disse que este adoeceu em razão do trabalho e que voltou para mostrar que conseguia terminar a safra. A necessidade de mostrar aos colegas de trabalho e a família dependente deste trabalhador, que o trabalho não pode derrotá-lo faz com que esses homens suportem extenuantes jornadas de trabalho sem “reclamar”. A necessidade e a honra os fazem ficar e suportar o trabalho penoso. À medida a aquisição das mercadorias representa a construção de novas identidades, o modelo de homem também é alterado, ou seja, o novo homem é o que migra e que, além de conseguir terminar a safra, volta trazendo novas mercadorias.

O conflito desta realidade é percebido por meio das precárias condições de trabalho e de vida dos migrantes que ficam evidentes quando se compara a situação entre as regiões de origem e destino. Dos entrevistados, todos disseram que na região de destino é mais fácil conseguir emprego, porém, o desgaste físico, em razão da atividade realizada é o mesmo nos dois trabalhos, tanto o da terra natal quanto o da terra estranha. Essa diferenciação pode ser explicada pela autonomia, ou seja, embora o trabalho na região de origem também seja pesado, a diferença é a existência das relações contratuais, típicas de sociedades capitalistas, que acabam acorrentando os trabalhadores a horários, comportamentos e produtividade.

O salário que está atrelado à produtividade faz com que esses trabalhadores submetam-se a um dia de trabalho bastante longo. Geralmente acordam às 4h30 da manhã e partem para a lavoura entre 5h30 e 6h, retornando apenas ao final da tarde. É comum, pela distância da viagem e com o objetivo de aumentar a produção, que alguns “almocem” logo que chegam ao canavial. O trabalho no corte de cana, como é sabido, é muito árduo e, frequentemente, os trabalhadores que realizam a atividade queixam-se de dores no corpo e câibras.

Nestes casos, geralmente o trabalhador é levado para hospital onde recebe o soro para sua hidratação. Entretanto, para que isso não aconteça, as usinas têm utilizado um repositor hidroeletrolítico em pó dissolvido em água, que ajuda a evitar as câibras. Na verdade, esse composto permite que o trabalhador mantenha ou aumente sua produção, uma vez que aumenta a capacidade do corpo em suportar o esforço.

Como resultado do esforço excessivo necessário para desempenhar o trabalho no corte da cana, verifica-se um grande número de doenças relacionadas a essa atividade entre os cortadores e até casos de morte.

De acordo com pesquisa realizada pela Pastoral do Migrante (2005), o aumento da produtividade no corte da cana, nas últimas décadas, tem relação direta com a morte de vários trabalhadores na região canavieira de São Paulo.

A entidade também que os trabalhadores eram jovens com idade entre 24 e 50 anos e todos migrantes de outras regiões do país como o norte de Minas, Maranhão, Bahia e Piauí. Ela também tem recebido, desde 2004, informações sobre mortes envolvendo trabalhadores migrantes empregados no corte da cana em usinas do interior paulista. Essas mortes ocorreram em circunstâncias que o Ministério Público ainda está investigando a fim de elucidar suas causas. Até o ano de 2009, a Pastoral de Guariba havia apurado 23 mortes.

Segundo declaração de médicos, a sudorese, provocada pela perda de potássio, pode levar à parada cardiorrespiratória. Alguns casos se referem à ocorrência provocada por aneurisma em razão de rompimento de veias cerebrais. Em certos lugares, os trabalhadores chamam de “*birola*” a morte provocada por overdose de trabalho.

Nas entrevistas realizadas, todos disseram que o trabalho é bastante pesado. Josélia que é esposa de Francisco, após assistir a um vídeo que apresentava também as condições de vida e trabalho dos cortadores de cana comentou espantada.

Agora eu entendi porque ele chega todos os dias mal humorado da roça!
(JOSÉLIA de Timbiras).

Em casos mais extremos de esforço diário despendido nas lavouras, encontramos Francisco e Rita. Francisco na época da entrevista estava com 26 anos de idade e era de Codó no Maranhão. Ele chegou a Guariba aos 22 anos, trabalhou durante dois anos no corte de cana e se aposentou por invalidez aos 24 anos de idade. Em seu depoimento, Francisco relata como foi o tratamento da usina em seu processo de adoecimento:

O que eles querem de você? Só querem saber da sua força. Enquanto você está bem, estão do seu lado, depois que você adoecer, eles te mandam embora, te descartam como se fosse um copo descartável, te jogam fora igual fizeram comigo. Eu trabalhei na usina Moreno dois anos. No primeiro ano estava indo bem, depois comecei a adoecer. Eles me mandaram ficar em casa e me davam atestado. No final do mês eu passava fome. Tive noites que, para não dormir com fome tive que comer farinha com sal para no outro dia conseguir trabalhar. (FRANCISCO de Codó).

Na percepção de Francisco a necessidade da usina é apenas pela sua força de trabalho, quando o indivíduo adoecer, torna-se “descartável”, sendo tratado apenas como mercadoria ou como qualquer outro fator de produção como bem relatou. Francisco continua explicando por que adoeceu:

Eu cheguei a cortar até quinhentos metros de cana em um dia. Eu era um grande produtor de cana, eu cortava mesmo, mais de doze toneladas por dia. Cortava um caminhão daqueles de antigamente. Não dessas carretas que existem agora, mas um caminhão. Dava o sangue por eles e hoje eu estou aqui doente. O que tem na minha coluna se chama hérnia de disco e está bem avançado meu problema. Sinto muitas dores, mas estou aqui, estou vivendo. (FRANCISCO de Codó).

Conforme o Instituto de Tratamento da Coluna Vertebral (ITC), a coluna vertebral é composta por vértebras, em cujo interior existe um canal em que passa a medula espinhal ou nervosa. Entre as vértebras cervicais, torácicas e lombares, estão os discos intervertebrais, estruturas em forma de anel constituídas por tecido cartilaginoso e elástico cuja função é evitar o atrito entre uma vértebra e outra e amortecer o impacto. Os discos intervertebrais desgastam-se com o tempo e com uso repetitivo, o que facilita a formação de hérnias de disco. Entre os fatores ocupacionais associados a um risco aumentado de dor lombar estão:

- trabalho físico pesado;
- postura de trabalho estática;
- inclinar e girar o tronco frequentemente;
- levantar, empurrar e puxar;
- trabalho repetitivo
- vibrações;
- psicológicos e psicossociais.

Dos sete fatores ocupacionais ao risco de aumento de dor lombar, Francisco exercendo esta atividade, apresenta cinco. Segundo Alves (2008), um trabalhador que corta 200 metros de cana por dia, caminha em torno de 5.700 metros, realiza entre 4.000 e 14.000 golpes de facão e flexões de pernas e costas. Esse trabalhador não só corta a cana, mas também a carrega até a rua central de seu eito, onde a arruma para ser transportada pelos caminhões da usina.

Os trabalhadores que migram do Nordeste geralmente estão acostumados com o trabalho duro no campo, uma vez que foram socializados na agricultura desde criança em sua região de origem. Em pesquisa realizada por Novaes (2007a) em uma usina do interior paulista, foram contratados cinco mil trabalhadores no começo da safra. No primeiro mês calculou-se o rendimento médio dos trabalhadores, sendo dois mil descartados porque não atingiram a média de produtividade. No segundo mês, dos três mil que ficaram, são descartados mais mil trabalhadores e a usina fica com dois mil funcionários. Estes realizam o trabalho dos cinco mil inicialmente contratados com uma produtividade média mensal entre 12 e 17 toneladas/dia, com alguns alcançando até 20 toneladas/dia. “Assim, a lógica da eficiência do corte manual é determinada pelo lema: ‘Quanto mais se corta mais se ganha’” (NOVAES, 2007, p. 171), tornando-os mais vulneráveis a doenças e os acidentes no trabalho.

Além do problema dos salários pago por produtividade, existe a questão dos equipamentos de proteção individual. Esses equipamentos são fornecidos pelas usinas aos trabalhadores e, muitas vezes, acabam se tornando um empecilho à produtividade e à própria saúde por falta de adequação. Foi o que aconteceu com Rita, maranhense, casada e mãe de três filhos. A bota que ela usava não possuía flexibilidade para a planta dos pés, o que ocasionou uma inflamação fazendo com que seu pé inchasse e doesse muito. Por isso, ela não consegue mais calçar a bota e tem que andar de muletas. Ela foi afastada, mas depois de um ano o médico mandou-a novamente para o trabalho mesmo sem ela ter condições de andar.

Eu não consigo nem colocar os pés no chão! Como vou conseguir calçar a bota e voltar ao trabalho? (RITA maranhense).

Além do impasse entre o laudo médico e as dores que Rita sente, ao conhecer sua casa, mais propriamente o seu quarto, nos deparamos com um retrato bastante familiar. Ela explica que é o retrato de seu irmão que morreu aos 33 anos de idade trabalhando no corte da cana. Apesar do risco de executar um trabalho que lesiona e pode causar a morte, muitos nordestinos continuam vindo para as usinas do interior do estado de São Paulo.

No que se refere à facilidade de arrumar emprego nas regiões de destino, Zaqueu Rodrigues, da Pastoral do Migrante de Codó no Maranhão, em entrevista ao Jornal Pequeno (2007), afirmou que, de todos os trabalhadores de Codó que foram para o corte da cana na região de Ribeirão Preto, retornaram para a cidade de origem, sem trabalho, apenas 20. Estes 20 trabalhadores só foram rejeitados por não terem passado no exame médico admissional o que limitou a contratação deles⁸⁵. Isto constata que, embora haja uma tendência para o aumento do desemprego neste setor, estes migrantes são absorvidos e alojados pelo complexo. Isto porque, conforme a representação desses migrantes que será vista no próximo item, ainda compensa migrar.

5.10 As compensações do processo migratório

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas na região de destino, a grande maioria dos migrantes entrevistados relatou que “ainda compensa” vir cortar cana. Essa compensação é advinda da dificuldade de se manterem em sua região de origem como pequenos produtores e também da falta de trabalho assalariado. Uma vez expulsos das suas terras, seja pela impossibilidade de conseguir boas terras ou pela ação de grandes empresas e fazendeiros, eles migram para as cidades onde não conseguem emprego, às vezes alguma diária, como pode ser visto pelo depoimento de Edmundo:

Lá não tem como surgir uma indústria, um meio de empregar muitas pessoas. Quem dá emprego é só prefeitura. (JORGE).

Lá não tem emprego para trabalhar registrado. Lá tem diária, às vezes, tem trabalho para uma semana, não tem outro meio melhor. (EDMUNDO).

Quando questionados sobre porque não trabalham nas usinas localizadas na região de origem, os entrevistados respondem:

Na primeira, Costa e Pinto (usina) que tinha lá, que faliu e agora eles reabriram, você entrava para trabalhar, a comida eles que vendiam para você. Vamos falar assim, se um ovo custasse vinte e cinco centavos na cidade, na usina você pagaria cinquenta, sessenta centavos. Então, a sua diária ficava já com eles. Nesta época também os funcionários trabalhavam armados, ninguém podia sair. Dois primos meus saíram de lá, mas fugidos! Em vez de você ganhar, você ficava devendo para a usina. (ADENILDO).

⁸⁵ O Ministério Público do Trabalho exige que as usinas realizem exames médicos antes de contratar os cortadores. A exigência é consequência da série de mortes de trabalhadores nos canaviais desde 2004 — a suspeita é de excesso de esforço.

Embora o depoimento de Adenildo apresente muitas das características já relatadas por alguns autores que já pesquisaram o assunto, tais como dívidas com o empreiteiro para a viagem de vinda, dívidas no armazém do alojamento, entre outras, não foram constatadas dívidas, entre os entrevistados, recorrentes dessas situações na região de destino.

Já na representação de Jorge, o sujeito que corta cana da região de origem, quando chega aqui consegue um salário valioso uma vez que o trabalho lá é mais pesado em razão da característica da cana. No interior do estado de São Paulo, geralmente cortam cana queimada em pé, o que facilita para esses trabalhadores acostumados com outro tipo de cana. Além disso, se ele ficasse em sua terra, não ganharia nada.

O salário lá também, é de quinhentos reais para menos. Quem corta cana lá, se viesse para cá, ganharia em torno de uns mil e quinhentos a dois mil por mês, porque eles trabalham muito, porque lá só tem cana deitada. (JORGE de Timbiras).

O ganho lá é menor. Lá eles pagam menos o preço da cana. (LIMA de Timbiras).

Como já exposto anteriormente, a produção na região de origem desses trabalhadores é dependente de fatores naturais como chuva, clima, entre outros, além das condições de acesso à terra. Dessa forma, a possibilidade de renda para essas pessoas depende da sua produção de subsistência, que está atrelada ao acesso à terra, ao número de familiares disponíveis para trabalhar, além da complementação do dinheiro oriundo da força de trabalho. Se esses fatores são comprometidos, necessariamente a sua sobrevivência é afetada.

No campo dá para tirar [sustento] dependendo da terra e se Deus ajudar! Mas se o inverno está ruim, atrapalha⁸⁶. (FRANCISCO de Timbiras).

No Maranhão, as relações de trabalho não são propriamente capitalistas. Muitos trabalham em roça própria ou arrendada, produzindo para sua a família e vendendo o excedente. A maior parte dessa produção é destinada ao consumo do núcleo familiar, porém, para os que não dispõem de acesso à terra, a opção para a garantia de sobrevivência se dá por meio do assalariamento. Em pesquisa desenvolvida por Alves (2008), um trabalhador evidenciou a precariedade das condições relacionadas a emprego nas regiões de origem

⁸⁶ O inverno no Nordeste corresponde ao período das chuvas.

quando relata que em quatro meses ainda não havia conseguido ganhar R\$ 100. Quando questionados se a migração compensa, respondem:

Compensar por uma parte compensa, porque se for ver bem pelo salário que a gente ganhava no lugar em que morávamos! (FRANCISCO de Codó).

Em certas partes sim! Para quem tem um sonho, um objetivo de conseguir alguma coisa na vida em curto prazo, realizar alguma coisa de profissão, tentar um futuro melhor. (LIMA de Timbiras).

De todos os entrevistados, apenas Edmundo disse que a vinda para o interior de São Paulo não compensou:

Mês passado eu recebi R\$ 1100,00 e foi tudo para mercado e aluguel! Vou fazer o que da vida? (EDMUNDO de Timbiras).

Ainda que as pesquisas se diferenciem em relação ao número de entrevistados, percebemos que as afirmações são equivalentes. Embora haja um processo de mecanização crescente na região canavieira de Ribeirão Preto, a maior parte dos entrevistados, exceto um, diz que ainda vale a pena a migrar. O que se nota tanto no processo migratório de mineiros quanto de maranhenses é a busca pela sobrevivência. No caso dos maranhenses, a migração é praticada após um processo de expropriação da terra, quando a vida se torna difícil nas cidades ou no campo em que praticam a agricultura e a única alternativa, portanto, é a migração. O que os diferencia dos mineiros entrevistados por Gebara et al. ([s.d.]) e Gebara, Baccarin e Borba (1988), é que a maioria dos maranhenses não possui mais terras, ao contrário dos mineiros que migravam para assegurar a permanência de seu universo de pequeno agricultor familiar.

5.10.1 As estratégias de adaptação no local de origem

O processo migratório não é apenas um deslocamento físico, mas pode ser pensado como uma ruptura cultural, principalmente quando acontece entre estados muito diferentes entre si. No caso dos maranhenses esse choque cultural é evidente. Em determinados momentos sua feição marcada, seu sotaque carregado os deixam estigmatizados atrapalhando a relação social com os nativos.

Em pesquisa de campo em Guariba, andando pela feira que acontece aos domingos com a intenção de colher depoimentos e conhecer mais sobre o modo de vida que levam, é

possível perceber a quantidade de nordestinos, entre eles maranhenses que residem na cidade. Não é difícil saber quem são os cortadores de cana, geralmente são negros ou pardos, com a pele maltratada pelo sol, muitos não têm dentes, além disso, os gestos e a linguagem denotam sua identidade.

Pensando nesta diferença, pode-se dizer que o boia-fria é socialmente estigmatizado e indesejado, mesmo sendo mão de obra essencial nas lavouras de cana-de-açúcar. A condenação social pela sua pobreza faz com que, conforme Vettorassi (2007)⁸⁷, suas relações “verticais” sejam tensas, tornando o migrante temporário introspectivo, mantendo em seu cotidiano relações “horizontais” (com família e pessoas semelhantes a ele) a partir de laços de confiança.

O povo fala que os maranhenses só andam em bando e tem pessoas que falam que tem medo de sair de casa por causa disso. Mas, se os maranhenses só andassem em bando, eles não tinham matado um maranhense que morava aqui (Pradópolis). (FRANCISCO de Codó).

Na percepção de Francisco, conforme depoimento anterior, o fato de os maranhenses andarem em “bando” é uma forma encontrada para a proteção contra as represálias daqueles que os percebem como uma ameaça, ou ainda como pessoas de maus costumes, violentos e bandidos. Em suas representações ideológicas são vistos pelos nativos como pessoas indesejáveis, passíveis de serem assassinadas por sua origem. Para amenizar o confronto e mesmo o desconforto dos olhares “atravessados” uma das estratégias encontradas é estar sempre em grupo, e assim, diminuir os riscos possíveis, viabilizando e solidificando o processo migratório.

Outra observação pode ser feita em relação a esta forma de organização encontrada pelos migrantes como estratégia de adaptação. É importante lembrar que a desterritorialização encetada pelo processo migratório se dá, pela saída do lugar de origem, o que acarreta em deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis por nosso desenvolvimento enquanto pessoa e sob os quais está construída nossa identidade. Esse rompimento com o local original do migrante ocasiona um “desencaixe” espacial tornando-o suscetível à angústia, à depressão e à ansiedade, impondo a necessidade de enraizar-se no local de destino.

⁸⁷ Em pesquisa realizada com migrantes temporários na cidade de Guariba, Vettorassi (2007) defende que ser “de fora” é ser marginalizado econômica, geográfica e socialmente. De acordo com a autora, os estados de marginalização se dão pela baixa renda, pelo local de moradia e pela rejeição e divisão social dos trabalhadores em relação aos nativos.

No entanto, a fixação do migrante no local de destino possui algumas restrições em relação à identificação sociocultural e socioespacial. “O envolvimento de um indivíduo com o lugar é um processo complexo que não ocorre aleatoriamente. Alguns fatores encorajam/incentivam esse envolvimento, outros repelem qualquer tentativa ou interesse em fazê-lo” (MARANDOLA Jr; DAL GALLO, 2009, p. 3).

Nesse sentido, um dos fatores de incentivo é a identificação com o lugar. Dessa forma, buscar os seus ou estar sempre em grupo é uma estratégia para diminuir o sofrimento causado pela partida. O encontro com outro migrante, outro maranhense, mesmo que desconhecido, torna possível o estabelecimento de laços e a sensação de pertencimento fazendo com que as características sociais, culturais não sejam totalmente desconhecidas.

Aqui [Guariba] não tem muita discriminação. O povo é tratado mesmo praticamente igual. Às vezes tem um engraçadinho que diz uma coisa ou outra, mas quando vai a um supermercado, esse tipo de coisa não acontece. Lá [Pradópolis] que ficavam olhando torto. Acho que o povo daqui sabe que gente dá muito lucro para a cidade. Não são apenas os maranhenses, mas todos os migrantes! (ADENILDO de Codó).

Adenildo ao trocar de usina mudou-se de cidade também. Embora morasse com maranhenses, alguns amigos e até parentes, dizia que não se adaptava a antiga cidade por causa da discriminação. Ao receber uma proposta de trabalho em outra usina, mudou-se para Guariba. A percepção de Adenildo em relação à cidade de Guariba foi diferente da que ele possuía de Pradópolis. Em Guariba, foi possível trazer toda a família, o que fez com que ele mudasse e permanecesse mais tempo na região de destino, isto é, a vinda da família foi fator fundamental para sua adaptação.

Aqui está melhor para mim por causa da minha família e também por causa da empresa, estou trabalhando numa empresa melhor. Além do *ticket*, eu tenho como colocar minha filha, minha mulher e meu outro filho no convênio e o salário também é melhor. (ADENILDO de Codó).

Cabe ressaltar que o local onde Adenildo mora em Guariba faz parte da periferia formada a partir dos anos de 1970 com a chegada de migrantes para o trabalho no setor sucroalcooleiro. Segundo Vettorassi (2007), a chegada desses trabalhadores separou a cidade entre o centro, onde viviam as famílias mais antigas de Guariba, e a vila onde se concentram os “boias-frias”, e “nessas condições, a relação ser-lugar se estabelece quando há uma identificação entre eles, os aspectos do lugar e a forma de ser do sujeito precisam ter

concordância, sendo um o reflexo do outro” (MARANDOLA Jr.; DAL GALLO, 2009, p. 5). As casas foram construídas pelos migrantes com lajotas de barro, e não com tijolos e cimento, lembrando muito as habitações de taipa de sua região de origem. Nesse sentido, a identificação de Adenildo com o lugar e a sensação de menor rejeição pode estar ligada ao fato de existir uma identidade coletiva, isto é, o grupo organiza seu território de modo parecido por compartilharem uma mesma cultura e um determinado modo de vida.

A necessidade de recriar seu território é uma forma de sustentar a identidade e seu modo de ser pela presença de referenciais identitários. A busca por um ambiente familiar com que o migrante se identifique tem relação com a necessidade de fixação que sente. A impressão de estar separado acarreta desconforto e mal-estar. Desta forma, atitudes como ir à feira aos domingos ou jogar bola com os amigos é uma forma de ambientar-se para se adaptar ao novo local.

Um exemplo pode ser dado por meio do futebol e das feiras. Estes locais não são apenas uma forma de lazer, mas principalmente uma das estratégias de adaptação, mesmo que inconscientemente. Na cidade de Guariba, a feira que ocorre aos domingos se concentra na periferia do bairro dos migrantes. E é nesses lugares que as famílias e os amigos se encontram para cultivar seus laços e formarem outros.

Em frente à feira existe o campo de futebol que é também o local certo para encontrar os migrantes. As usinas que permitem a folga aos domingos possibilitam a eles uma partida de futebol. Geralmente são trabalhadores de uma usina contra outra ou entre trabalhadores de diferentes regiões.

A feira é uma das formas de lazer dos migrantes, e são frequentadas normalmente aos domingos, pois, dependendo das usinas em que trabalham, é o dia fixo de descanso. Muitos migrantes entrevistados relataram sobre a importância desse dia fixo de folga. Alguns trocaram ou escolheram trabalhar em determinadas usinas pela folga aos domingos e não pelo esquema 5 por 1⁸⁸ comum em algumas empresas.

A gente gosta muito de bola e meu amigo disse: “Se você entrar na Moreno [usina] você vai trabalhar aos domingos, lá é cinco por um, se você for para a São Martinho todo o domingo a gente pode jogar bola” (JORGE de Timbiras).

O futebol não representa somente o descanso do dia de folga, mas constitui principalmente a reprodução do modo de vida anterior. Representa para os migrantes o

⁸⁸ O esquema 5 por um, consiste em trabalhar cinco dias e folgar um.

encontro com o tradicional, lembrando a diversão da cidade de origem em que não havia a necessidade do dinheiro, e assim, possibilitando manter os laços essenciais com o lugar de origem e não os passeios e divertimentos da cidade de destino, representada, pela grande maioria entrevistada, como cidade funcional.

A cidade oferece poucas condições de lazer, que para nós lazer não é balada. Para nós, lazer é sair para jogar um futebol, conversar com os amigos se divertir, como a gente fazia lá. (ANTÔNIO Lima de Timbiras).

Os aspectos de seu cotidiano não estão definitivamente desligados do modo de vida de sua terra natal. O futebol e a feira aos domingos representam a possibilidade de manter os laços essenciais com o lugar de origem constituindo as relações sociais, uma vez que o contato com o pessoal local é bastante restrito. Suas relações de amizade são cerradas entre si, passeiam juntos, namoram com parentes ou com pessoas do mesmo local de origem, mostrando um relativo isolamento social com relação aos de fora do grupo. Essas formas de distanciamento dos nativos parecem ser estratégias de proteção para suportarem o tempo que precisarão permanecer no local de destino.

Os migrantes partilham representações similares, pois fazem parte de um segmento social que se sente diferente do habitante nascido no local ou mesmo daquele que também é migrante, mas se encontra estabelecido há algum tempo na região de destino. Essa diferença do “não natural” em relação ao “natural” frente ao território, conforme Carleial (2002), é uma condição imutável, que é atenuada à medida que se passam anos de permanência na cidade de destino.

Existe um tipo de barreira no meio quando você vem de fora. Tem uns que tratam você bem, já outros que te olham meio “atravessado”, como o povo fala. Até mesmo o próprio trabalhador que veio da roça [migrante] a gente vê falando mal! Na verdade, de Guariba mesmo, filho de Guariba, só mesmo quem já nasce aqui. (NONATO de Timbiras).

Essas mudanças de lugar e de trabalho vão exigir do migrante maior esforço do que para o nativo. Alguns migrantes contam com o apoio e o socorro da família, e, assim, se adaptam de forma diferente daqueles que não possuem essas facilidades. A vinda da família pode ser considerada uma estratégia bastante eficaz, uma vez que ameniza os sofrimentos causados pela solidão e falta de identidade com o lugar, e também como estratégia de permanência no trabalho. A família liga o migrante à identidade territorial o que promove a

fixação, seja por alusão ou de forma efetiva, facilita a permanência e faz suportar a distância. Nas palavras de Adenildo, depois de conseguir trazer a família para a cidade:

Para mim agora está melhor, por causa da minha família! (ADENILDO de Codó).

Todos os maranhenses casados, entrevistados na pesquisa, que vieram trabalhar na lavoura canavieira trouxeram esposa e filhos. Geralmente os homens casados, esperam uma safra, ou então, passar o período de experiência para trazerem a família, quando têm como intenção permanecerem algum tempo até retornarem para a cidade de origem. Fato diferente da pesquisa de Gebara, Baccarin e Borba (1988), em que os migrantes vieram sozinhos, pois deixaram sua família na terra natal cuidando da roça de subsistência.

Essas ações podem evidenciar a intenção desses trabalhadores. É possível dizer que os safristas, mesmo casados, conseguem suportar melhor a distância, pois sabem que terminada a colheita retornarão à região de origem. Nesta situação existe a perspectiva do fim que pode amenizar o distanciamento familiar. Já aqueles que possuem contrato de trabalho fixo e não têm condições de retornarem depois de terminada a safra, geralmente trazem a família.

Essas decisões podem ser pensadas como estratégias para suportar as diversas dificuldades encontradas na região de destino desses migrantes. Embora a maioria dos entrevistados fosse de homens solteiros, todos os cinco casados trouxeram mulher e filhos para a região de destino. Nenhuma das mulheres dos migrantes entrevistados trabalhava externamente, todas eram donas de casa. Segundo elas, não compensava deixar o marido e os filhos pelo salário que ganhariam trabalhando como doméstica, por exemplo.

A gente ganha muito pouco trabalhando para fora e também tem os filhos para cuidar, vai deixar com quem? (JOSÉLIA de Timbiras).

É certo que as mulheres, além da companhia, veem para ajudar os maridos. Quando os homens moram sozinhos precisam necessariamente cozinhar e lavar. Como os trabalhadores da cana saem de casa entre 5h30 e 6h da manhã, geralmente acordam uma hora mais cedo para prepararem o almoço que levam para a roça. Além disso, quando retornam para casa ao final do dia precisam lavar a roupa de trabalho, uma vez que possuem apenas duas trocas de roupa fornecida pela usina. Essas tarefas encurtam o tempo de descanso tão precioso para este trabalhador que executa diariamente um trabalho extremamente desgastante fisicamente. Em algumas ocasiões, o cansaço é tanto que não conseguem fazer as tarefas domésticas. Isso pode ser visto no trecho a seguir:

Hoje eles foram para roça e não levaram comida, acordaram atrasados.
(FRANCISCO de Codó).

Neste contexto, a vinda da família, da esposa, particularmente, é importante, já que executa essas tarefas, sobrando assim, mais tempo de descanso para o trabalhador. As mulheres preparam o alimento cuidam da casa, da roupa, tornando o ambiente doméstico mais agradável ao homem trabalhador. Esse “conforto” lhe possibilita “gastar” esse tempo com lazer ou descanso, fazendo com que, possivelmente, o trabalho no dia seguinte seja mais produtivo.

Contudo, como observamos, a migração, para esses trabalhadores, é um processo desencadeado pela expulsão. O recuo do papel do Estado, como executor de políticas públicas sociais suficientes para a fixação dessas pessoas nos locais de origem, faz com que a migração seja uma saída atrativa às suas condições de origem e vida.

A migração passa a ser vista como uma alternativa à pobreza e como forma de obterem ao longo das migrações bens materiais que possam garantir sua proteção. Vivem uma condição de extrema insegurança, quanto à contrato de trabalho, dinheiro e saúde. O desejo pela compra da casa, é representada como fim das “andanças”, é a aspiração da maioria, bem como a motocicleta percebida como possibilidade de autonomia por muitos. A procura pela casa ou por uma condição que possa beneficiá-los é a constante busca pela proteção, seja das más condições de trabalho e vida, do preconceito, da expropriação, a busca pela segurança própria e da família, é o modo de conter a sensação de estar à mercê de qualquer eventualidade.

Este capítulo apresentou a trajetória dos trabalhadores maranhenses migrantes desde a origem até a região de destino. Sua importância está em dar voz a esses sujeitos que por meio de suas próprias percepções e representações ideológicas elucidam os motivos da migração. Foi na pesquisa de campo que surgiu o novo, a contribuição até então não ressaltada pelos autores analisados nesta Tese que estudam a problemática das migrações. Ou seja, na análise, ficou evidente que as migrações, como defendem muitos autores, não são somente uma estratégia para manter a pequena produção familiar, mas a pesquisa de campo mostra que a migração de maranhenses é uma migração para manter a unidade familiar. Tem-se então que migram, pois são produtos de um processo de expulsão e encontram na migração a única alternativa. Não se trata, portanto, de migrar como forma de resistir, de se assalariar para

manter a condição de pequeno agricultor, mas de sobrevivência. Por fim, temos a conclusão que apresenta os resultados da pesquisa, além de sugestões para pesquisas futuras.

CONCLUSÃO

O processo migratório não é um fenômeno novo, nem desconhecido pela literatura. Entretanto, ele ganha novas configurações. Duas dessas novas configurações se deve ao fato de ser uma migração da área rural do Nordeste para a área rural do Sudeste, e além disso ser caracterizada como uma migração pendular. A consequência dessa migração pendular é que ela contribui para a desintegração familiar, já que muitos deixam suas famílias na região de origem, conforme relatado na pesquisa de campo.

De acordo com o estudo, a pesquisa apontou que a migração de maranhenses para o interior de São Paulo acontece porque os trabalhadores não têm condições de sobreviverem nas regiões de origem como pequenos agricultores familiares. O Estudo de Caso mostrou que a grande maioria dos trabalhadores tem uma relação de arrendamento com a terra em razão da privatização das terras e da concentração fundiária. Desta forma, o processo de concentração fundiária causa uma outra forma de subsistência, a subsistência nas áreas urbanas que se reflete na ausência de autonomia por parte desses trabalhadores,

A ausência de emprego nas regiões de origem desses migrantes faz com que, geralmente, os jovens saiam de casa em busca de emprego obrigando-os a uma migração forçada para o corte de cana no interior paulista. A migração é vista para estes sujeitos como alternativa de emprego e de melhoria das condições de vida. A migração que esta pesquisa abordou é feita, normalmente, para as regiões canavieiras do interior do estado de São Paulo, local em que os migrantes exercem a atividade de cortadores de cana.

Mostramos que o Estado brasileiro vem atuando de modo que se crie a infraestrutura adequada para proteger a acumulação do capital. Na década de 1990 consolidou-se o agronegócio no Brasil, que tem se apresentado como o emblema do desenvolvimento econômico no país, principalmente pela exportação dos produtos agrícolas que vêm garantindo o superávit primário e o pagamento dos juros da dívida externa.

No caso do Maranhão, pode-se dizer que o Estado brasileiro tem atuado diretamente na conformação do espaço econômico a partir do estímulo à implantação de empreendimentos como as atividades relacionadas ao Projeto de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce, cuja infraestrutura ferroviária e portuária e a ação da CVRD permitiram o desenvolvimento da siderurgia a carvão e a expansão da produção de soja para os cerrados maranhenses.

Quanto aos mecanismos indiretos de atuação do Estado, os reflexos para o estado do Maranhão se referem, principalmente, ao desenvolvimento da agropecuária cuja ação se deu

com mais força a partir dos anos de 1970/80, beneficiando-se de um vasto leque de incentivos fiscais. O processo de inclusão ao mercado nacional deu-se a partir de subsídios por parte do governo às grandes empresas comerciais e agropecuárias. As empresas favorecidas criavam com aqueles recursos novas empresas na região, e o governo ainda disponibilizava recursos financeiros a juros baixos, às vezes, negativos, além de ceder muitas outras facilidades. A finalidade desse processo era a modernização tecnológica do Maranhão, bem como a geração de demanda de insumos ao polo dinâmico do capitalismo brasileiro.

Tendo isto em vista, pode-se dizer que o Estado deixou de modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região para transferir esses recursos para grandes empresas. Especificamente no Maranhão, são os grandes projetos empresariais, realizados por grandes empresas, que estão expropriando a pequena agricultura familiar.

Os dados apresentados sobre a agricultura familiar no estado do Maranhão permitiram mostrar que existe uma crise que ameaça a unidade produtiva dos pequenos agricultores familiares. As políticas voltadas para a agricultura familiar, como o Pronaf, ainda não são ações que podem promover um avanço significativo na agricultura familiar.

O desmatamento e o avanço das monoculturas diminuem a população de animais silvestres na mata, nos arredores dos povoados; as matas são destruídas e com o desmatamento, a recomposição do ciclo vegetal e florestal é demorada, o que diminui a produção das principais culturas da agricultura familiar, como o arroz, mandioca, milho e feijão. Além disso, as monoculturas geram uma deficiência no processo de geração de emprego e renda em razão da característica da atividade praticada.

Outra questão é a privatização e a concentração das terras. A concentração da terra impede que parte do contingente populacional tenha acesso à terra para viver e produzir, já que interesses individuais sobrepõem-se aos coletivos.

A participação, mesmo que indireta, do Estado no desflorestamento tem se mostrado de diferentes modos. Ela inclui financiamento para investimento de novas áreas de produção agropecuária; ausência de uma política fundiária que cede imensas áreas de terras devolutas para a grilagem; desapropriações de terras inadequadas para reforma agrária, ausência de infraestrutura nos assentamentos, políticas macroeconômicas que transformam a terra em ativo e estimulam a apropriação de terras para fins especulativos.

Neste contexto, a situação vivenciada pelos pequenos produtores familiares em seu local de origem é marcada pelo não acesso aos recursos produtivos, e principalmente o não acesso à propriedade da terra. Por conseguinte, pode-se afirmar que o fenômeno migratório

está em grande parte associado ao monopólio da terra por parte de poucos e da existência do arrendamento como mecanismo de acesso dos trabalhadores aos meios de sobrevivência, com uma contrapartida do Estado aquém das necessidades de permanência dessa população.

A migração de maranhenses, como já apresentada, ocorre no final dos anos de 1990 e apresenta-se como nova por ser uma migração rural e pendular. Embora haja todo o discurso e acordos da mecanização total do corte de cana até 2014/2017, o estudo mostrou que a vinda desses migrantes para a região de Ribeirão Preto é fundamental para as usinas. A exigência das usinas em obrigar o trabalhador a cortar 12 toneladas dia, só é possível com a disponibilidade de trabalhadores jovens e livres. Os maranhenses, entrevistados nesta pesquisa de campo, possuem estes dois critérios, são jovens e livres, isto é, em São Paulo são apenas vendedores de força de trabalho livre.

Outra explicação é a expulsão sofrida pela população do Maranhão. Isto pode ser demonstrado por meio das tabelas que apresentaram uma diminuição da agricultura familiar sem uma contrapartida efetiva do Estado que pudesse fixá-los na região de origem. Desta forma, veem pela ausência de condições.

Diante desse contexto, pode-se perceber que a realidade desses trabalhadores é atravessada pela experiência da expropriação. Vários são agricultores familiares, poucos são aqueles que possuem a propriedade da terra, a maioria são arrendatários e outros já perderam suas terras e vivem de bicos, quando aparece, pelas cidades. Nesta situação passam a buscar saída e a que encontram é por meio da migração forçada para os canaviais paulistas. Portanto, antes mesmo de serem explorados nos canaviais, já sofrem na origem pela “precisão”, sendo obrigados a sair para garantir a sobrevivência da família.

Como apresentado, a agricultura familiar, especificamente no Maranhão, passa por dificuldades traduzidas como: a substituição das lavouras tradicionais por lavouras de maior valor comercial, a concentração fundiária como fonte de especulação ou para a produção de commodities voltadas, principalmente, para o mercado internacional, a diminuição da produção dos roçados em virtude dos donos das terras “empurrarem” os pequenos produtores, o aumento do preço do arrendamento, o insuficiente respaldo das políticas governamentais. Estes são fatores que dificultam e mesmo coíbem a reprodução da pequena agricultura familiar. A consequência desse conjunto de fatores é a migração para as periferias das cidades ou entre estados.

Ao saírem, são obrigados a aceitarem as condições impostas pelas usinas. O estigma da desvalorização social é constante, isto porque os migrantes, em sua maioria, são negros e

pardos, alguns analfabetos ou semianalfabetos, não capacitados socialmente para outros trabalhos. Estas marcas fazem com que seu “valor” no mercado seja considerado baixo.

O esforço anteriormente feito para mostrar o processo histórico de formação desses sujeitos serve para afirmar que as usinas dão preferência a esses trabalhadores, uma vez que eles são de lugares em que a violência e os processos de sujeição e subordinação prevalecem, pois, o avanço do capitalismo no campo se caracteriza como processos violentos nestas regiões de fronteira agrícola. Nas regiões canavieiras, portanto, há um desdobramento destas relações.

Outra questão também ligada à anterior se refere ao fato desses trabalhadores serem apontados pelas usinas como mais “dóceis”, obedientes, aceitando as condições que lhes são impostas pelas usinas como más condições de trabalho, conforme apresentou a pesquisa de campo.

Apesar de todas as dificuldades, conforme mostrou a pesquisa de campo, como a saudade da terra, da família, a imposição de um trabalho penoso; na representação da maioria dos trabalhadores a migração vale a pena. Isto porque, a migração significa a materialização de desejos como a construção da casa de alvenaria, a compra da motocicleta, resultando numa distinção social entre migrantes de “sucesso” e aqueles que não conseguiram fazer a safra.

Entretanto, é preciso ressaltar que o consumo não pode ser visto como categórico neste processo. Embora a mercadoria seja o fim perseguido, ela representa no imaginário desses migrantes um lugar na hierarquia social e simbolicamente tem o poder de torná-los iguais aos abastados jovens da cidade. É importante lembrar que a maior parte dos entrevistados manifestou o desejo de retornar ao Maranhão. Desta forma, as mercadorias adquiridas e o dinheiro economizado servem para melhorar a qualidade de vida na região de origem o que nos leva a pensar, por meio dos depoimentos, o desejo do fim desta migração. Como diz Moraes Silva (2008, p. 8), “a casa no lugar de origem representa, ao fim e ao cabo, o desejo de retorno ao tempo e ao espaço e o fim da migração. É o ponto de chegada imaginado”.

A pesquisa constatou que dentre esses migrantes há aqueles que sofreram definitivamente o processo de expulsão e encontram-se nas áreas rurais na condição de arrendatários pagando renda, geralmente em produto, proveniente da agricultura de alimentos aos donos da terra. Muitos vivem uma sensação de incerteza em relação à terra. Sem perspectiva de viver na terra, sobretudo para os jovens, a recriação da condição de pequeno agricultor aparece como algo que se distancia. Nesse processo, o assalariamento para a maioria dos maranhenses entrevistados não se apresenta em uma manifestação de resistência

desses pequenos agricultores familiares. Na verdade, o assalariamento para os maranhenses é a expressão do processo de sua expropriação, a vinda para o interior do estado de São Paulo é a efetivação dessa expulsão.

O que pudemos verificar também, conforme os relatos, é que a permanência do migrante não mais se baseia no tempo da safra. Diferentemente da pesquisa realizada por Motta e Quinteiro (1983), em que os autores observaram que na época da colheita o exército de boias-frias era composto por migrantes nordestinos, mineiros e paranaenses, que se deslocavam de seus estados de origem para a região de Ribeirão Preto e terminada a colheita retornavam para seus locais de origem. Nas entrevistas realizadas, percebemos que, embora a migração ainda seja temporária, o tempo de permanência não corresponde mais a apenas uma safra, mas a um tempo de permanência maior, que pode estar relacionado a uma tentativa de economizar o máximo possível para um retorno efetivo à região de origem. Essa decisão pode estar relacionada a alguns fatores:

- Primeiro: a manutenção da terra na região de origem já não é mais fator fundamental, uma vez que a maioria dos entrevistados já não a possui. Esses trabalhadores são, em grande parte, arrendatários, o que significa uma condição de sujeição ao proprietário da terra.

- Como estão estabelecidos, em sua maioria, nas áreas urbanas das regiões de origem, a manutenção das famílias, geralmente das mulheres que trabalham colhendo coco babaçu, pode ser garantida pelo envio do dinheiro sem necessariamente retornarem para a casa na entressafra da cana para ajudar na plantação de subsistência.

- Como muitos trazem a família e se estabelecem, pelo menos por um período determinado, o retorno na entressafra não se faz necessário. Este fato, conforme os depoimentos, não significa estabelecer-se definitivamente na região, já que para a grande maioria dos entrevistados estabelecer-se definitivamente não é o objetivo.

Entretanto, a migração não pode ser vista como algo que se dá sem conflitos. Constatamos diversas estratégias de permanência para suportarem a solidão, a ausência da família, da terra de origem, as perdas sofridas. As estratégias os mostram como vítimas da não passividade. A reprodução do território de origem na região de destino, por meio dos jogos e das brincadeiras, os espaços divididos entre os mesmos, os laços de solidariedade, são estratégias para amenizar a distância e alcançar o objetivo. Os vínculos sociais são recriados pela distância por meio de cartas, telefonemas, produzindo pequenas resistências, fortalecendo-os.

A migração, de maranhenses, também como apontou outras pesquisas, surge cedo e passa a ser incorporada ao seu dia a dia como uma alternativa quase que inevitável às condições insatisfatórias de vida e principalmente à impossibilidade da produção familiar arcar com as necessidades da reprodução. Constatou-se que a existência desses migrantes se apresenta como fonte vital ao desenvolvimento do capital ao fornecer, principalmente, força de trabalho a baixo custo e se adequarem às necessidades do capital.

Outra importante questão é que quando comparamos as migrações de maranhenses com outros estudos migratórios nos deparamos constantemente com a questão da reprodução tanto individual quanto familiar. Em pesquisa desenvolvida por alguns autores (MORAES SILVA et al., 1985; GEBARA et al., 1985; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988) com mineiros do Vale do Jequitinhonha, observou-se que estes grupos, na época da realização da pesquisa, terem em comum o fato de não terem sido plenamente expropriados dos meios de produção, nem estarem totalmente inseridos no mercado capitalista de trabalho. Em outras palavras, os migrantes mineiros eram pensados como “proletariado-camponês” que recebe do capitalismo os meios para a recomposição imediata de sua força de trabalho, mas não para a sua manutenção e reprodução, meios procurados por eles no local de origem, sustentando uma produção de subsistência nos limites da agricultura familiar.

Quando comparamos as migrações de maranhenses com outros estudos a respeito das migrações nos deparamos constantemente com a questão da reprodução tanto individual quanto familiar. Em pesquisa desenvolvida por alguns autores (MORAES SILVA et al., 1985; GEBARA et al., 1985; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988) com mineiros do Vale do Jequitinhonha, observou-se que estes grupos, na época da realização da pesquisa, terem em comum o fato de não terem sido plenamente expropriados dos meios de produção, nem estarem totalmente inseridos no mercado capitalista de trabalho. Em outras palavras, os migrantes mineiros eram pensados como “proletariado-camponês” que recebe do capitalismo os meios para a recomposição imediata de sua força de trabalho, mas não para a sua manutenção e reprodução, meios procurados por eles no local de origem, sustentando uma produção de subsistência nos limites da agricultura familiar.

Ou seja, para muitos autores que estudam o processo migratório de mineiros, baianos e também maranhenses (MORAES SILVA et al., 1985; GEBARA et al., 1985; GEBARA; BACCARIN; BORBA, 1988; SADER, 1991; MARTINS, 1988, 1995), as migrações para as regiões canavieiras eram vistas como estratégias de resistência, para manter a pequena

produção familiar. Desta forma, o assalariamento temporário passou a ser o fator essencial da para manterem-se enquanto agricultores familiares.

Na pesquisa de campo realizada com maranhenses que migraram para a região canavieira em fins da década de 1990, o elemento novo e a contribuição desta Tese para o debate é que quando se compara com análises já realizadas sobre migrações, a migração dos maranhenses parece não mais objetivar a manutenção da unidade de produção da agricultura familiar, mas a unidade familiar. Em outras palavras, embora as migrações sejam entendidas para alguns autores como parte das estratégias de permanência da família no local de origem e forma de resistir à expropriação, esta análise não traduz a realidade dos maranhenses entrevistados, uma vez que, essas migrações para as regiões canavieiras do interior do estado de São Paulo são expressões de processos de expulsão e expropriação dos muitos agricultores familiares de suas terras. Para esses sujeitos, o assalariamento temporário torna-se definitivo. Tem-se então que migram, pois são produto de um processo de expulsão e encontram na migração a única alternativa, não se trata, portanto de migrar como forma de resistir, de se assalariar para manter a condição de pequeno agricultor, mas de sobrevivência.

Sejam esses trabalhadores mineiros, baianos ou maranhenses, todos têm em comum uma vida de muitas peregrinações em razão de uma migração forçada, imposta, e se diferenciam, sobretudo, no modo como vivenciam o próprio processo de proletarização. Pelos depoimentos fica evidente que não é por livre escolha que alocam sua força de trabalho para longe de sua região de origem, suas condições de independência e autonomia de seu processo de trabalho há muito ficaram retidas pela dominação que lhes foi imposta no momento do processo de expropriação.

Sabendo que a migração de maranhenses não se dá mais como estratégia de permanência na terra, sobretudo por fazerem parte de uma geração de expropriados, é importante por parte do governo a formulação de políticas públicas que criem condições para que essas populações permaneçam em seus locais de origem. Estas políticas devem contemplar a reforma agrária efetiva, considerando a questão cultural, o modo de vida, e, principalmente infraestrutura para se manterem, além de meios que façam valer as leis sobre impostos territoriais rurais (ITR) e meio ambiente. Sobretudo, é necessário uma política fundiária que não torne as terras devolutas e as florestas vulneráveis a agentes que contribuem para a devastação e concentração como grileiros, pecuaristas, especuladores, madeireiros, entre outros.

O desafio para pesquisas futuras é verificar como fazer valer essas leis e demandas sociais num país que optou por uma estratégia de desenvolvimento fundamentada na grande propriedade e no aumento da produção baseada, principalmente, na abertura de novas áreas de florestas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKER, H. Quem vai pagar o PAC? ASSIBGE – Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE. Curitiba, 29 abr. 2007.

AFONSO, C; SOUZA, H. de. **O Estado e o desenvolvimento capitalista no Brasil:** a crise fiscal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ALMEIDA, M. Negociando a Reforma: a privatização de empresas públicas no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 09 set. 2009.

ALMEIDA, A.S.S. AGRICULTURA FAMILIAR E O MOVIMENTO DOS SEM TERRA: uma análise a partir dos assentamentos rurais no Maranhão. In: **AGRICULTURA, TRABALHO E ALIMENTOS: desafios para o desenvolvimento local no Norte e Nordeste do Brasil**, Recife, 2009. IV CISO – ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE. Recife, 2009, p.1-25.

ALMEIDA, A.W.B. Prefácio. In: SHIRAISHI NETO, J. **Inventário de Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão: 1850/1996**. Belém: Supercores, 1998.

ALVES, F. A produtividade do trabalho e a expansão para o Sudeste do complexo agroindustrial canavieiro. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 15, 2005, Recife. **Anais ...** Recife, 2005.

ALVES, F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí: será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

ALVES, F. **Modernização da agricultura e sindicalismo:** as lutas dos trabalhadores assalariados rurais na região canavieira de Ribeirão Preto. 1991. 2. v. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 90-98, set.-dez. 2006.

ALVES, F. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **Interfacehs, Revista de saúde integrada em saúde do trabalho e meio ambiente**, v. 3, n. 2, Artigo 2, abr./ ago. 2008.

ALVES, F. Trabalho e trabalhadores no corte de cana: ainda a polêmica sobre o pagamento por produção e as mortes por excesso de trabalho. In: ALVES, F.; MORAES SILVA, M;

PEREIRA, J. (Org.). **Agrocombustíveis Solução?** São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, 2008. p. 22-48.

AMARAL, D. F. Desmistificando o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: a visão da indústria brasileira de óleos vegetais. **ABIOVE**, São Paulo, p. 3-20, 2009.

ANDRADE, M. C de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo, Atlas, 1986.

ANDRADE, M. de P. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, M. de. (Org.). **Carajás**: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa. São Luis: CPT, 1995. p. 15-65.

ANDRADE, M. de P. Maranhão: anti-reforma agrária, devastação e concentração fundiária. In: SEMINÁRIO REFORMA AGRÁRIA E DEMOCRACIA: A PERSPECTIVA DAS SOCIEDADES CIVIS, Rio de Janeiro, 1998. NEAD. Rio de Janeiro: NEAD, 1998. p. 1-9.

ANDRADE, M. P. **Os gaúchos descobrem o Brasil**: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008.

ANTUNES, M. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, E.; HEREDIA, B.; MENASCHE, R. (ORG.). **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Brasília: NEAD, MDA, IICA, 2006. p.123-149.

ARANGO, J. Enfoques conceptuales y teóricos para explicar la migración. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, n. 165, p. 33-47, 2000.

ARAÚJO NETO, COSTA, E.F. Dimensionamento do PIB do agronegócio em Pernambuco. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília v. 43, n. 4, oct./dec. 2005.

ARAÚJO, A. B. Resenha Bibliográfica. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 21, n. 2, p. 413-418, ago. 1991.

AYRES JÚNIOR, J.C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço**. 2007. 100p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Departamento de Geografia; Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, UFSC, 2007.

BACCARIN, J. G. **A desregulamentação e o desempenho do complexo sucroalcooleiro no Brasil**. 2005. 283 p. Tese (Doutorado em Gestão da Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

BALDUÍNO, T. Agronegócio escraviza milhares de trabalhadores no campo. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, p. 26, ago. 2010. Entrevista realizada por Lúcia Rodrigues.

BARROS, G. **Agricultura familiar**. 2006. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em: 11 fev. 2010. Texto baseado em HOMEM DE MELO, F. “A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar No Brasil”.

BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Notas de campo. In: BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teorias e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. p. 150-175.

BRUYNE, P; HERMAN, J; SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CALMON, P. C. P. . A política orçamentária no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. In: Paulo Eduardo Rocha. (Org.). **Políticas Públicas Sociais: Um novo olhar sobre o Orçamento da União 1995-1998**. 1 ed. Brasília: Instituto de Estudos Sócio Econômicos, 2000.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias**, v. 11, n. 245, p. 68, 1 agosto 2007. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em: 03 de nov. 2008.

CANASAT. **Avaliação da área de Cana disponível para a colheita na Safra 2008/2009**. Disponível em: <www.dsr.inpe.br/canasat/>. Acesso em: 02 nov. 2010.

CANUTO, A.; LUZ, C. R. DA S.; WICHINIESKI, I. (Coord.) **Conflitos no campo**. São Paulo: **Expressão Popular**, 2009. 200 p.

CARLEIAL, A. Trabalho e redes de solidariedade aos migrantes. **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias**, v. 1, n. 119, p. 124, 1 de agosto 2002.

CARNEIRO, M. A evolução recente da economia maranhense e suas repercussões sobre a agricultura familiar. In: CARNEIRO, M.; COSTA, W. C.; (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

CARNEIRO, M. S. A construção social do mercado de madeiras certificadas na Amazônia brasileira: a atuação das ONGs ambientalistas e das empresas pioneiras. **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 681-713, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/08.pdf> >. Acesso em: 25 out. 2010.

CARNEIRO, M. S. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio et alli. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo de soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008a. p. 77-146.

CARNEIRO, M. S. A importância da agricultura familiar na economia maranhense. **Jornal Pequeno**, São Luís, 20 abr. 2007a. J. P. Artigos. Disponível em:

<<http://www.jornalpequeno.com.br/apresentasite.asp?o=100&T=54616>> Acesso em: 25 out. 2008.

CARNEIRO, M. S. Dois tempos na história recente da agricultura do Maranhão. **Jornal Pequeno**, São Luís, 27 jul. 2007b. J.P. Artigos. Disponível em: <<http://www.jornalpequeno.com.br/2007/7/27/Pagina60895.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

CARNEIRO, M. S.; SOUSA, A.; MARINHO, K. Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo. In: NOVAES, R.; ALVES, F. J. C. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EduFSCar, 2007.

CARNEIRO, M.; RAMALHO, J. R. A crise econômica mundial e seu impacto sobre o setor siderúrgico maranhense: relações entre o desempenho recente das empresas guseiras e o desemprego no município de Açailândia. In: CARNEIRO, M.; COSTA, W. C.; (Org.). **A terceira margem do rio: ensaios sobre a realidade do Maranhão no novo milênio**. São Luís: EDUFMA, Instituto Ekos, 2009.

CARVALHO, G. A soja e a infra-estrutura na Amazônia. Observando a Soja. **FASE Pará/Programa Amazônia**, 2006. Disponível em: <http://www.comova.org.br/www/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=0>. Acesso em: 29 de set. 2009.

CARVALHO, H. M. **A ameaça à soberania nacional pela expansão do complexo agroquímico a partir da cana-de-açúcar e do etanol**. In: REFLEXÕES APRESENTADAS NO SEMINÁRIO INTERNACIONAL: AGROCOMBUSTÍVEIS COMO OBSTÁCULO À CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR E ENERGÉTICA. São Paulo, 2008.

CARVALHO, H. M. de. A Readequação do Estado aos interesses do capital: o crescimento da pobreza e da fome no mundo. **Diálogo dos povos**, Curitiba, Brasil, mai. 2009.

CARVALHO, J. F. A Territorialização na Mundialização do Capital. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 76, set. 2007.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, J.F. A Territorialização na Mundialização do Capital. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 76, set. 2007.

CARVALHO, M. A. E.; SILVA, C. R. L. da. Vulnerabilidade do comércio agrícola brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia . Rural**, v. 43, n. 1, p. 9-28, mar. 2005.

CASTRO, M.; FARIAS, A. **O papel das instituições financeiras multilaterais**. 9 p. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/media/2003/07/258970.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2009.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. **O crédito rural na modernização e no atraso da agricultura brasileira no período 1965-84**. Disponível em: <www.cebrap.org.br/imagens/.../o_sistema_de_credito_rural.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2009.

CHAYANOV, A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G da STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHONCHOL, J. Globalización, pobreza y agricultura familiar. **Ruris: Revista de estudos rurais**, v. 2, n. 1, 2008.

CLARK, G. Política Econômica e Estado. **Estudos avançados**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 62, p. 207-217. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 out. 2009.

COCKELL. F. F. **Incorporação e apropriação dos resultados de uma intervenção ergonômica**: um estudo de caso. 2004. 123 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

COCKELL. F.F. **Incorporação e apropriação dos resultados de uma intervenção ergonômica**: um estudo de caso. 2004. 123p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Coleção Negro Cosme. **A Guerra da Balaiada** - Coleção Negro Cosme. São Luís/Maranhão, 1998.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**. Secretaria Nacional, 2009. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br>>. Acesso em maio 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira**: grãos, primeiro levantamento, outubro de 2010/ Companhia Nacional de Abastecimento. Brasília: Conab, 2010.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Complexo de Pelotização da CVRD**. Usina de Pelotização de São Luís – Maranhão, [s.d.].

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm. Acesso em: 13 de out.2008.

CORREIO. **Governador visita usina de etanol**. Correio dos Municípios Ltda. Maranhão, São Luís, 2007. Disponível em: <http://www.correiodosmunicipios.com.br/Pagina_218>. Acesso em: 14 jan. 2010.

COSTA, A. M. Conflito de terra nos jornais maranhenses. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 5-16, mar.-abr. 1981.

COSTA, J. M. da. **Redes técnicas e uso privado do território na Amazônia:** o caso da Estrada de Ferro Carajás da Companhia Vale do Rio Doce (1997 - 2006). 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências. Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

COSTA, R. **Migração nordestina para o corte de cana no Mato Grosso:** porque eu vim moça, eu vou lhe contá. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

COUTO, C.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo soc.**, v. 15, n. 2, p. 269-301, nov. 2003.

COUTO, C.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo soc.**, Nov 2003, vol.15, no.2, p.269-301.

CUNHA, F. A. R. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público:** fundamentos da reforma orçamentária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. cap. 4.

CUNHA, M. F. R; AMADO, A. M. Liquidez internacional e ciclo reflexo: algumas observações para a América Latina. **Revista de Economia Política**, n.1, jan/mar. 2007.

CVRD, **Relatório de Diretoria**, 2005.

DEDECCA, C. O Brasil está ingressando no século XXI com distorções típicas de uma sociedade pré-capitalista. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 20 jun. 2008. p. 1-8

DELGADO, G. C. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. **Ciclo de Debates**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, São Paulo, 2005b, Cap. 2.

DELGADO, G. C. A questão Agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. In: DELGADO, G. C. (Org.) **Ciclo de Debates**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, São Paulo, 2005a.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 157-172, 2001. Disponível em: < www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 25 out. 2009.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ícone, 1985.

DELGADO, G.; SANTANA, R.S. **Setor sucroalcooleiro: tendências recentes da produção e do mercado de trabalho**. Brasília, IPEA, 2007.

DELGADO, G. C. Lula abandonou a reforma agrária. **Jornal Brasil de Fato**, 23 de abr. 2005c. Entrevista com Guilherme Delgado, pesquisador do IPEA.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Estatísticas do meio rural**. São Paulo: DIEESE, 2006. 276 p.

DINIZ, M. H. **Código Civil Anotado**. Saraiva: São Paulo, 1995.

DIONE MORAES, M. C.; FRAZÃO, F.; ROGÉRIO JÚNIOR, T. Andando pelo mundo: significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In: NOVAES, J. R.; ALVES, J. F. C. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 257-296.

DJIK, T. A. Ideología y análisis del discurso. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, n.29, abr/jun. 2005.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexos sobre trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/Ap/n115/a05n115.pdf>>. Acesso em: jun. 2005.

DUPAS, G. A lógica econômica global e a revisão do welfare state: a urgência de um novo pacto. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e estado em transformação**, São Paulo: Editora UNESP; Brasília; ENAP, 1999. p. 219-232.

ECHEVENGUÁ, A. **Os protagonistas da “nova” reforma agrária**. 2008. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2008/12/23/os-protagonistas-da-nova-reforma-agraria-artigo-de-ana-echevengua>. Acesso em: 28 de out. 2010.

ERTHAL, R. Os complexos agroindustriais no Brasil – seu papel na economia e na organização do espaço. **Revista geo-paisagem**, v. 5, n. 9, jan./jul. 2006.

ESTERCI, N. Formação do Campesinato em Pedreiras. **Revista Fipes**, v. I, n. 2, jul./dez. 1980.

FAVERET FILHO, P.; PAULO, S. R. de L.; DUARTE, C. B. O BNDES e a agroindústria em 2002. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 187-200, mar. 2003.

FEARNSIDE, P.; LAURANCE, W. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avança Brasil. **Ciência hoje**, v. 31, n. 182, mai. 2002.

FERNANDES, A. E. B. **O perfil da agricultura familiar brasileira**. 2009. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/16496/1/O-PERFIL-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-BRASILEIRA/pagina1.html>>. Acesso em: 3 fev. 2008.

FERNANDES, B. M. **Agronegócio e Reforma Agrária**. 9 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=501>>. Acesso em: 3 fev. 2009.

FIORI, J. L. Balanço histórico da crise. **Debate e Reflexões - A Crise Brasileira no Final do Século XX**. São Paulo, n. 6, ago. 1999.

FIORI, J. L. O cosmopolitismo de cócoras. **Educação e Sociedade**, v. 22, n. 77, p. 11-27, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7043.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2009.

FREITAS, A. C. R de. A crise ecológica na agricultura familiar do Estado do Maranhão: contribuições para um debate. **Novos Cadernos NAEA**, n. 2, dez. 1999.

FREITAS, M. C. P de; PRATES, D. Investimentos estrangeiros nos sistemas financeiros latino-americanos: os casos da Argentina, do Brasil e do México. **Revista Economia Contemporânea**, n. 2, ago 2008.

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- SEADE. **Municípios por Regiões Administrativas, de Governo e Metropolitanas, 2001**. Disponível em: <www.seade.gov.br> Acesso em: out. 2007 .

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Região Administrativa de Ribeirão Preto**. Disponível em: <www.seade.gov.br/produtos/iprs/analises/RARibPreto.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2010.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. SEADE. **A agropecuária do estado do Maranhão**, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/agropec_ma.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2010.

GARCIA JR, A.R. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB/MCT, 1989.

GARCIA, R. Economias externas e vantagens competitivas dos produtores em sistemas locais de produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27. n. 2, p. 301-324, out. 2006.

GASPAR, R. **O eldorado dos gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. 2010. 150 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2010.

GEBARA, J.; BACCARIN, J.; BORBA, M. Fatores condicionantes da migração sazonal: o caso da migração do Vale do Jequitinhonha (MG) para a região canavieira de Ribeirão Preto (SP). **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, n. 26, jan./mar.1988.

GEBARA, J.; PEREIRA FILHO, A.; BACCARIN, J. Migração sazonal: a vida e o trabalho dos migrantes do vale do Jequitinhonha, (S.D.). Artigo apresentado em Congresso (SOBER).

GILLET, E. **Ibama inspeciona guseiras em Marabá**, 2005. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/noticia/?id=19226>>. Acesso em: 13 set. 2009.

GIRARDI, E. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. 349 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

GOMES, J. M. PAC está sustentado em ideias neoliberais. **Brasil de fato**, 2007. Disponível em: <<http://menezesgomes.blogspot.com/2009/11/pac-esta-sustentado-em-ideias.html>>. Acesso em: 01 jan. 2010.

GONÇALVES, I. R. **Aquisição de Imóvel Rural por Pessoa Jurídica Estrangeira**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007. 84 p.

GONDIM, L. M. P.; LIMA, J. C. **A pesquisa como Artesanato Intelectual**: considerações sobre método e bom senso. João Pessoa: Manufatura, 2002. 87p.

GREENPEACE INTERNACIONAL. **Comendo a Amazônia**. 2006. Disponível em: <http://www.greenpeace.org.br/amazonia/comendoamz_sumexec.pdf>. Acesso em: 28 set. 2010.

GUANAIS, J. B. Impasses do processo de trabalho da agroindústria canavieira: corte manual da cana e pagamento por produção. In: ALVES, F.; MORAES SILVA, M.; PEREIRA, J. (Org.). **Agrocombustíveis Solução?** São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, 2008. p. 49-57.

GUANZIROLI, C. E. **Agronegócio no Brasil**: perspectivas e limitações. Niterói: UFF/Faculdade de Economia, 2006. Disponível em: <www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD186.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2010. (Texto para discussão 186).

GUERRA, A. **Novo dicionário geológico – geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 648 p.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

HALL, A. **Amazônia- desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC). Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HASHIZUME, M. Plano governamental para a região não convence movimentos. **Repórter Brasil**, 2007. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1245>>. Acesso em: out. 2008.

HELUY, H. **Maranhão: 35 anos da reforma da miséria**. Disponível em: <http://users.elo.com.br/~helena/comunidade.htm>. Acesso em 11 de abr. 2007.

HOMEM DE MELLO, F. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil. In: ACTIONAID, **Comércio Internacional, Segurança Alimentar e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil/Rebrip, 2001, p. 7-44.

HOMMA, A. K. **Manejo florestal ou silvicultura?** Belém: Embrapa Amazônia Ocidental, 2003.

HOMMA, A. K. O. et al. Guseiras na Amazônia: perigo para a floresta. **Ciência Hoje**, EMBRAPA Amazônia Oriental, v. 29, n. 233, 2006.

IANNI, O. **Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar primeiros resultados Brasil, grandes regiões e unidades da federação**, 2006a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades: Maranhão – Codó**, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**, v. 20, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Quantidade produzida na extração vegetal por tipo de produto extrativo**. 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=289>>. Acesso em: 29 out. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados preliminares do Censo Agropecuário confirmam expansão da fronteira agrícola na região Norte**. 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php>. Acesso em: 06 out. 2010.

JORNAL SEM TERRA, maio/2004, p.15. Citando como fonte: Banco do Brasil e Banco Central. jul./set. 1993.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p.233- 253, 2010.

KOHLHEPP, G. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo**, v. 16, n. 45, may/aug. 2002.

LEMONS, J. **Mapa da Exclusão Social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre**. Fortaleza: Banco do Nordeste S/A, 2007. cap. 4.

LIMA, A. S. **A atuação do BNDES no desenvolvimento brasileiro: 1952-2002**. 2007. 145 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

LOUREIRO, V. F.; PINTO, F. N. A. A questão fundiária na Amazônia. **Estudos avançados**, São Paulo, n. 54, May/August, 2005.

MAPA DA INJUSTIÇA SOCIAL E SAÚDE NO BRASIL. **A lógica perversa da ocupação proposta pelo modelo de desenvolvimento do PAC repercute no cotidiano das populações tradicionais e sangra o território amazônico**. 2010. Disponível em: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz>>. Acesso: 18 mar. 2010.

MARANDOLA Jr. E; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. In: VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Belo Horizonte, 2009. Migrações internas e internacionais: dimensões, dinâmicas, conexões prováveis e avanços teóricos. Belo Horizonte, 2009. P.1-15.

MARIGHELA, C. et al. **A questão agrária no Brasil**: textos dos anos sessenta. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 20-57.

MARTINE, G. A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 3, jul./set., 1989.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, v **6**, n 1-2, p. 1-25, 1994.

MARTINS, J. S. Migrações temporárias: problema para quem? **Travessia**, p. 5 -8, maio/ago. 1988.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, L. M. SANTOS, S. R. M. **Amazônia Legal**. Estado do Maranhão, Assembleia Legislativa, Consultoria Legislativa, 2008. São Luís: Editora São Luís.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 2.

MAY, P. H. **Palmeiras em Chamas**: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária**: concepções, controvérsias e questões. 1993. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>>. Acesso em: 15 mar. 2008.

MENDONÇA, M. L.; MELO, M. **Agroenergia: Mitos e Impactos**. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Nacional, 2008. Disponível em: <www.landaction.org>em: 05 de out. de 2009.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. In: MENDONÇA, S.R.; STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990**São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENEGAT, A. El Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria. In: ENCUENTRO ENTRE ORGANISMOS DEDICADOS A POLÍTICAS FUNDIARIAS DE BRASIL Y ARGENTINA, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Comitê de Política Internacional para la Reforma Agraria, 2008. p. 34-37.

MENEZES, M. A.; SATURNINO, M. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 233-256.

MESQUITA, B. A. **Demanda por alimentos e as consequências na Amazônia brasileira: “sucesso” do agronegócio e tragédia do desmatamento**. 2009a. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area07/7584_Mesquita_Benjamin_Alvino_de.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2009.

MILANI, A. et al. **El Brasil de los agrocombustibles: impactos de los cultivos sobre la tierra, el medio ambiente y La sociedad – soja y ricino**. Brasil: Eskenazi, 2008.

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINAYO, M.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p.239-262, jul./set. 1993.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO. **Avança Brasil**. Development structures for investment. Brasília: MPOG, 1999.

MOARES, H. C. A atuação internacional do Estado em benefício de interesses privados: uma análise jurídica da formação da "micropolítica" externa. **Revista brasileira de política internacional**, n.2, jul/set. 2002.

MONTEIRO, M. A. Carvoejamento, desmatamento e concentração fundiária: repercussões da siderurgia no agrário regional. In: HOMMA, A. K. O. (Org.). **Amazônia: Meio ambiente e desenvolvimento agrícola**. Brasília, 1998b. v. 1, p. 187-220.

MONTEIRO, M. A. **Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia**. 2008. Disponível em: <www3.ufpa.br/projetomineracao>. Acesso em: 28 out. 2009.

MONTEIRO, M. A. Em busca de carvão vegetal barato: o deslocamento de siderúrgicas para a Amazônia. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 9, n. 2, 2006, p.55-97.

MONTEIRO, M. A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, n. 53, jan./abr.2005.

MONTEIRO, M. A. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia**. Drenagem energéticomaterial e pauperização regional. Belém: NAEA/UFPA, 1998a. 251p.

MONTEIRO, M. A. **Siderurgia e Carvoejamento na Amazônia:** drenagem energético material e pauperização regional. Belém: NAEA/UFPA, 1999. 251p.

MONTEIRO, M. A. **Siderurgia na Amazônia oriental brasileira e a pressão sobre a floresta primária.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

MONTEIRO, M.A; SILVA, R. P.; AMARAL, M. D. **Desmatamento na Amazônia brasileira:** desocultando o papel da produção de carvão vegetal nas mudanças espaciais recentes. Artigo elaborado com apoio financeiro do Projeto de Pesquisa “Mineração, metalurgia e mudanças sociais: limites e possibilidades para desenvolvimento na Amazônia oriental brasileira, 2004.

MONTOYA, M. A. O agronegócio no Mercosul: dimensão econômica, desenvolvimento industrial e interdependência estrutural na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Economia**, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 605-660, out./dez. 2002.

MORAES SILVA, M. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Abra**, v. 33, n. 2, ago./dez. p. 11-143, 2006b.

MORAES SILVA, M. A. A superexploração no trabalho rural. São Leopoldo: **IHU em revista**, p. 12-16, 10 jul. 2006. Entrevista concedida pela pesquisadora à IHU On-Line, por e-mail. Disponível em: <www.unisinos.br/IHU>. Acesso em: ago. 2006.

MORAES SILVA, M. A. **Errantes do fim do século.** São Paulo: UNESP, 1999.

MORAES SILVA, M. A. Expropiación de la tierra, violencia y migración: campesinos del nordeste de Brasil en los cañaverales de São Paulo. In: FLORES, S. L. (Org.). **Coletânea Mexicana**, 2008.

MORAES SILVA, M. A. Morte dos severinos nos canaviais paulistas. (Coord.). **Conflitos no Campo** (Comissão Pastoral da Terra). Goiânia: América, 2006, p.162-166.

MORAES SILVA, M. A. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. **En publicación: una nueva ruralidad en América Latina?** Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/moraes.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2006.

MORAES SILVA, M. A. Soja: a expansão dos negócios. **Le monde Diplomatique**, São Paulo, 5 fev. 2009. Imperialismo brasileiro.

MORAES SILVA, M. A. Trabalho e trabalhadores na região do “mar de cana e rio de álcool”. In: NOVAES, JR.; ALVES, J. F. C. (Org.). **Migrantes:** trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio). São Carlos: EdUFSCar, 2007. p 55-86.

MORAES SILVA; et al. Queimando lata: sem eira, nem beira. Perspectivas, São Paulo, 1985. **Perspectivas**, São Paulo, n. 8, 1985.

MOTTA, A. C. R.; QUINTEIRO, M. C. Repercussões do Proálcool no comportamento migratório do estado de São Paulo: o caso de Ribeirão Preto. **Informe Demográfico**, SEADE n. 10, 1983. (Relatório de Pesquisa).

MOURA, F. A. Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 5, n.9-10, p.177-193, 2008.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p. 13.

NOVAES, J. Dores e febres nos canaviais paulistas. **Revista Estudos Avançados**, n. 21, fev. 2007a.

NOVAES, J. Idas e vindas: disparidades e conexões regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 87-118.

NOVAES, J. **O drama dos cortadores de cana**. Entrevista especial com José Roberto Novaes, professor na UFRJ. Fonte: Instituto Umanistas Unisinos (s.d.).

NOVAES, J. O paradoxo no mundo do trabalho. São Leopoldo: **IHU em revista**, S.P., p. 4-12, 10 julho. 2006. Entrevista concedida pelo pesquisador à IHU On-Line, por e-mail.. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>. Acesso em: 10 ago. 2006.

NOVAES, J.; ALVES, F. **A memória em nossas mãos**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ; São Carlos: DEP/UFSCar, 2002. Vídeo documentário (VHS).

NOVAES, J.; ALVES, F. **Migrantes**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ; São Carlos: DEP/UFSCar, 2007. 43 min. Vídeo Documentário (DVD).

O Imirante, 2009. PIB do Maranhão soma mais de R\$ 31 bilhões. Disponível em: <http://imirante.globo.com/noticias/pagina222374.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2009.

O'DONNELL, G. "Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais". **Novos estudos**. n. 36, 1993.

OLIVEIRA, A. A raposa e o galinheiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 5 mar. 2009b. Grilagem de terras, p. 24.

OLIVEIRA, A. M. S. de. **Reordenamento Territorial e Produtivo do agronegócio canavieiro no Brasil e os desdobramentos para o trabalho**. 2009a. 597 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2009a.

OS ÍNDIOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 1988. Disponível em: <www.funai.gov.br/quem/.../indios_na_constitui.htm>. Acesso em: 29 de set. 2009.

PASTORAL DOS MIGRANTES (Org.). **Travessia na desordem global: fórum social das migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005.

PAULA, R. Z. A. E MESQUITA, B. A. **A dinâmica Recente, Impacto Social e Perspectivas da economia do estado do Maranhão 1970-2008**. São Luís: IMESC, 2008.

PEDROSA, L. A. C. A questão agrária no Maranhão. **ABDA** (Associação Brasileira de Direito Agrário), 2003. Disponível em: <<http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>>. Acesso em: jul. 2008.

PEDROSA, L. **O Maranhão dos grandes projetos de exclusão, 2006**. Disponível em: <<http://blog-do-pedrosa.blogspot.com/2010/11/povo-pukobye-gaviao-sofre-ameaca-em.html>>. Acesso em: 25 mar. 2007.

PEREIRA, A. R.; AFONSO, J. B. G.; NETO, R. C. N. **A exploração minerária e suas consequências na Amazônia brasileira**. Comissão Pastoral da Terra, 2009. Disponível em: <www.cptnac.com.br>. Acesso em: 28 out. 2009.

PEREIRA, H. A. A. R. Os estados Unidos e a aliança para o progresso no nordeste brasileiro. In: Reunião Anual da SBPC, Florianópolis, 2006. **Anais...** Florianópolis: SBPC 2006.

PEREIRA, J. Condição camponesa e migração: caminhos e descaminhos do roçado. In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 297-314.

PEREIRA, J. O lugar é bom para viver... mas a condição não dá. In: ALVES, F.; MORAES SILVA, M; PEREIRA, J. (Org.). **Agrocombustíveis Solução?** São Paulo: CCJ – Centro de Capacitação da Juventude, 2008, p.58-71.

PIEROSI, M. **Usinas de açúcar e álcool no Brasil chegam a 420**. Blog do Agronegócio, 2009. Disponível em: <<http://agribizz.blogspot.com>>. Acesso em: 22 de out. de 2010.

PIZZOLATTI, I. J. **Visão e conceito de Agribusiness**. 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/d086c43daf01071b03256ebe004897a0/c84fadced2d0109e03256f0e00788fa6/\\$FILE/NT0009853A.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/bds.nsf/d086c43daf01071b03256ebe004897a0/c84fadced2d0109e03256f0e00788fa6/$FILE/NT0009853A.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2009.

PNUD Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal, 1991 e 2000**. 2000. Disponível em <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>. Acesso em: 03 de abr. 2010.

PONTES, S. K. **Produção Enxuta e Saúde do Trabalhador: um estudo de caso**. 2006. 123 p. Dissertação (Mestrado em Gestão da Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

PORSSE, A. A. Notas Metodológicas sobre o Dimensionamento do PIB do Agronegócio do Rio Grande do Sul. **Documentos FEE**. Porto Alegre, n. 55, out/dez. 2003.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO. **Soja e etanol crescem na balança comercial brasileira**, 2009. Disponível em: <www.portal.do.agronegocio.com.br>. Acesso em: 01 abr. 2010.

produção e do mercado de trabalho. Brasília, IPEA, 2007.

RESENDE, M.F.C. & AMADO, A.M. Liquidez Internacional e ciclo reflexo: algumas observações para a América Latina. **Revista de Economia Política**, n.1, Jan/mar. 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE ENERGIA, n. 2, set. 2008.

REVISTA PORTUÁRIA. Financiamentos do BNDES ao PAC somam R\$ 117,5 bilhões. Disponível em: <<http://www.revistaportuaria.com.br>>. Acesso em: 30 out.2010.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 339-63.

RIBEIRO, R. O eldorado do Brasil Central: História ambiental e convivência sustentável com o Cerrado. **CLACSO**, abr. 2002.

ROMANELLI, G. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: ROMANELLI, G; BIASOLI-ALVES, Z. M. (Org.). **Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Léis Summa, 1998. p.119-136.

ROSA. L. A. **Trabalho e trabalhadores dos canaviais: perfil dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto**. 2009. 103 p. Monografia (Monografia em Psicologia) – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

SÁ SILVA, J. de R.; MESQUITA, B. A. **algumas consequências da política neoliberal para a agricultura familiar na Amazônia brasileira: exclusão social e concentração de renda**. 2009.

SADER, R. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social**, n. 2, 1 sem.1990.

SADER, R. Migração e violência: o caso da pré-amazônia maranhense. **Terra Livre**, v. 6, 1991. p. 1-8.

SALLUM, JR.; B. Liberalismo e desenvolvimento no Brasil dos anos 90. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da. **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2001. p. 303-314.

SAMPAIO, P. A mega anistia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 4 jul. 2008. Folha Agronegócio, p. 24.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. **Pólo Siderúrgico e consequências sócio-ambientais**. Disponível em: <<http://www.alasru.org/cdaldasru2006/14%20GT%20Hor%C3%A1cio%20Antunes%20de%20Sant'Ana%20J%C3%BAnior.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p. 15-20.

SANTOS, N, dos; FIALHO, F. **Manual de Análise Ergonômica do Trabalho**. Curitiba: Genesis, 1995.

SCARPINELLI, G. A. **Reflorestamento no Brasil e o Protocolo de Quioto**. 2002. 182 p. Dissertação (Mestrado em Energia) – Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SCHLESINGER, S. **A soja no Brasil**. Brasil Sustentável e Democrático. Seminário do Cone sul – 2004.

SCHLESINGER, S. **Que agronegócio é esse?** Por que a agricultura e a pecuária crescem sem beneficiar a população brasileira. Rio de Janeiro: Fase, 2005. 24 p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 jun. 2008.

SETÚBAL, M. Refuncionalização da servidão: uma análise da permanência de formas de escravidão na agroindústria canavieira de Campos dos Goytacazes. In: NOVAES J. R.; ALVES, F. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007. p. 191-211.

SHIRAIISHI NETO, J. **Inventário de Leis, Decretos e Regulamentos de Terras do Maranhão: 1850/1996**. Belém: Supercores, 1998.

SILVA, C. R. Preconceito ao agronegócio. **Jornal a Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 de fev. 2010. Folha Opinião.

SILVA, F. **Da enxada à colher de pedreiro: trajetórias de vulnerabilidade social na construção civil**. 2008. 206 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

SILVA, F.L. Trabajo, “exclusión social”, “globalización” y imperialismo: repensando conceptos. In: - VII CONGRESO ARGENTINO CHILENO DE ESTUDIOS HISTORICOS Y INTEGRACION CULTURAL. 25 al 27 de abril, Salta. **Anais**. Rep. Argentina, 2007. p. 1-18.

SILVA, J. G.; STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SINDIFER. **Produtores de ferro-gusa no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sindifer.com.br>/ Anuario_2006.html>. Acesso em: 5 de jan. 2007.

SOUZA, P. M. A estratégica reserva extrativista do Taim. 02/03/2007. *Jornal Pequeno*. Disponível em: <www.jornalpequeno.com.br>. Acesso em: 6 fev. 2009.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, out./dez. 1988.

SZMRECSANYI E GONÇALVES. Efeitos econômicos e ambientais da expansão da lavoura canavieira no Brasil. Artigo apresentado no **XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos –LASA**. Rio de Janeiro, 2009.

TAUTZ, C. **Da Alca à IIRSA**, 2009. Disponível em: <<http://diplomatieque.uol.com.br/artigo.php>>. Acesso em: 7 fev. 2009.

TAVARES, M da C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 2, abr./jun. 1985.

UHLIG, A.; GOLDEMBERG, J.; COELHO, S. T. O uso de carvão vegetal na indústria siderúrgica brasileira e o impacto sobre as mudanças climáticas. **Revista Brasileira de Energia**, v. 14, n. 2, p. 67-85, 2º Sem. 2008, .

UMBELINO, A. O governo Lula dá adeus à Reforma agrária. **Jornal on-line Correio da Cidadania**, 22 jan. 2009. Disponível em: <<http://blog.controversia.com.br/2009/01/22/o-governo-lula-da-adeus-a-reforma-agraria>>. Acesso em: 18 mar. 2010.

VALIM, A. **Migrações: da perda da terra à exclusão social**. São Paulo: Atual, 1996.

VELASCO JR. A economia política das políticas públicas : fatores que favoreceram as privatizações no período 1985/94. **BNDES**. Textos para Discussão n.54, 1997. Disponível em: <www.bndes.gov.br> . Acesso em: out. 2009.

VETTORASSI, A. A Sociabilidade Sincrética dos Migrantes Temporários de Guariba. **XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS CAXAMBU**, MG, 18 a 22 de setembro de 2006.

VETTORASSI, A. Partindo para a cidade garantida e proibida. In: NOVAES, J.R.; ALVES, F.J.C. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

WEILL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. cap. 7.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n .45, fev. 2001.

ZILBOVICIUS, M. **Modelos para a produção, produção de modelos: contribuição à análise da gênese, lógica e difusão do modelo japonês**. São Paulo: Anna Blume / FAPESP, 1999.

ANEXOS

Lei de Terras do Maranhão

LEI Nº 2.979 - DE 17 DE JULHO DE 1969

Dispõe sobre as terras do domínio do Estado e dá outras providências.

CAPÍTULO I

Das terras do domínio público estadual.

Art. 1º. O domínio público do Estado do Maranhão sobre suas terras é imprescritível.

Art. 2º. Pertencem ao Estado;

I- as terras devolutas;

- II- as terras do seu domínio pleno;
- III- as terras concedidas na forma desta lei, sem perda, pelo Poder Público, da capacidade de livre disposição sobre as mesmas;
- IV- as terras que reverterem ao patrimônio estadual em virtude de desapropriação;
- V- as terras possuídas por comprador ou concessionário inadimplente;
- VI- as terras arrecadadas como bem vago.

Art. 3º. São terras devolutas:

- I- as que não estiverem aplicadas em qualquer uso público federal, estadual ou municipal;
- II- as que não estiverem no domínio particular por títulos legítimos e regulares;
- III- as que não estiverem fundadas em títulos de legitimação ou revalidação;
- IV- as áreas dos extintos aldeamentos dos selvícolas;

Art. 4º. Incluem -se entre os bens do Estado os Lagos e Rios em terreno do seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual, as Ilhas fluviais e lacustres (Constituição do Brasil, Art. 5º).

Art. 5º. O Estado poderá promover a revisão da posse de terras incluídas no domínio particular sem a comprovação da respectiva cadeia sucessória ou de sua aquisição regular, adotando medidas garantidoras do seu próprio domínio.

Art. 6º. Visando a regularização do seu domínio e a devolução das terras que lhes pertence, o Estado procederá revisão de todos os aforamentos, vendas, revalidação e legitimações de terras do domínio público estadual, deferidos na vigência da legislação anterior, a contar do Decreto nº 85-A, de 30 de julho de 1946.

CAPÍTULO II

Da regularização das terras públicas.

Art. 7º. A regularização de terras do domínio do Estado será administrativa, com audiência dos particulares interessados, ou judicial, quando houver discordância insuperável no âmbito administrativo.

Art. 8º. A regularização administrativa poderá ser feita de ofício ou a requerimento de pessoa interessada, e consistirá no reconhecimento preliminar, na discriminação técnico-jurídica e na decisão dispositiva.

§1º O reconhecimento preliminar compreenderá a elaboração de relatório suscinto e esboço cotado das terras do domínio público estadual e dos dados obtidos em cartório e outras fontes, para deslinde com terras do domínio estranho.

§2º A discriminação técnico-jurídica se fará pela apreciação do reconhecimento preliminar na obtenção de dados complementares do autor do relatório e do esboço compreendendo ainda:

- a) apresentação de provas pelos interessados confinantes e terceiros;
- b) o levantamento planimétrico do perímetro, assim como a divisão;

§3º A decisão dispositiva importará:

- a) no reconhecimento da posse dos moradores da área medida respeitadas as disposições do Capítulo III desta lei, expedindo-se-lhes títulos provisórios que lhes assegurará o direito de preferência para a concessão ou aquisição;
- b) na declaração da destinação das terras à concorrência ou hasta pública, ou a fim especial previsto no Art. 34º.

Art. 9º. A regularização judicial se fará perante o juízo competente; com a apresentação do relatório e do esboço referidos no parágrafo primeiro do artigo anterior, requerendo-se a citação dos proprietários posseiros, confinantes e demais interessados para acompanharem o processo até final e exibirem seus títulos ou prestarem minuciosas informações e provas sobre suas posses.

Parágrafo único. O processo discriminatório judicial obedecerá ao rito previsto para discriminação das terras da União.

CAPITULO III

Da utilização das terras públicas estaduais.

Art. 10º. A utilização das terras do domínio Estadual visa primordialmente à melhor distribuição de riquezas entre seus habitantes, vedada em qualquer hipótese a formação de latifúndios.

Art. 11º. É dever do Estado assegurar a utilização de suas terras aos que nelas moram e trabalham, sendo nulos os atos possessórios praticados à revelia do Poder Público, em prejuízo dessa utilização.

Art. 12º. As terras do Estado que não tiverem destinação especial, poderão ser alienadas ou concedidas em caráter oneroso, mediante requerimento dos interessados ou oferecimento em concorrência ou hasta pública.

Parágrafo único. Não serão colocadas em concorrência ou hasta pública, as terras do domínio público estadual que não estiverem regularizadas na forma desta Lei.

Art. 13º. O Estado somente concederá gratuitamente terras do seu domínio, quando ficar demonstrada a necessidade de sua cooperação com empreendimento de relevante interesse social ou iniciativa pioneira na economia da região.

Art. 14º. Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial.

Parágrafo único. Se as glebas requeridas forem configuradas as de posse e domínio anteriormente efetivados, e ficar comprovada a sua necessidade de utilização integral, para o fim indicado, conceder-se-á a anexação, sem prejuízo do disposto no Art. 10º desta lei.

Art. 15º. Os direitos decorrentes da concessão de terras não poderão ser transferidos a outrem, sem expressa autorização do Departamento de Desenvolvimento Agrário, pagas as taxas estabelecidas.

§1º A transferência de direitos da concessão se fará obrigatoriamente por escritura pública, transcrita na mesma a autorização e a certidão de pagamento das taxas de que trata o caput deste artigo.

§2º Não se autorizará nenhuma transferência antes de decorrido cinco anos da concessão anterior, salvo a sucessão "causa mortis" ou interesse social e econômico a juízo do D.D.A.

§3º. O novo concessionário, independentemente do prazo obrigará-se a cumprir todos os compromissos financeiros assumidos pelo cedente junto ao Departamento de Desenvolvimento Agrário e outras organizações, inclusive a explorar as terras nos termos da concessão transferida, salvo aprovação de novo plano esquemático de implantação, ampliação ou exploração.

§4º Fica mantido, quanto à transferência de direitos de concessão, o disposto no artigo 13.

§5º Em caso de sucessão "causa mortis" fica vedada a partição das terras em glebas inferiores a 100 ha., assegurando o Estado aos herdeiros interessados, prioridade na reclamação de novas terras.

§6º Salvo a exceção prevista no parágrafo anterior não será concedida, em nenhuma hipótese, concessão nova ou aceitação de direitos, a cessionário inadimplente ou transferente de concessão anterior, onerosa ou gratuita.

Art. 16º. Aplicam-se as disposições do artigo anterior as terras alienadas mediante pagamento a prazo, enquanto não for totalmente satisfeita a dívida e transferido definitivamente o respectivo domínio.

Art. 17º. Os interessados na concessão ou aquisição de terras do domínio do Estado deverão preencher as seguintes condições:

- I. Nacionalidade brasileira;
- II. Ser maior de 18 anos;
- III. Idoneidade financeira.

§1º O requerimento, além da qualificação do interessado, deverá especificar:

- a) as disponibilidades locais dos recursos naturais, culturais e humanos;
- b) os títulos, documentos e outros elementos de informação sobre as condições jurídicas, financeiras e econômicas do interessado, relacionados ou não à área requerida;
- c) o plano esquemático de implantação, ampliação ou exploração da área, adequado ao modelo e orientação oficiais com duração mínima de cinco anos.

§2º Os requisitos mencionados no parágrafo anterior deverão ser atendidos em qualquer classe ou escala de atividade rural por qualquer pessoa que se habilite à alienação ou concessão de terras do domínio estadual, quer física, quer jurídica.

§3º Não se considera cultura efetiva, para efeito de concessão ou alienação, aquela que não denote e prove o ânimo e a ação de explorar a terra em caráter estável, não se considerando como tal os aptos esporádicos, transitórios, descontínuos ou impertinentes.

§4º O requerimento deverá ser feito por um dos cônjuges, ficando vedado ao outro cônjuge o direito a novo requerimento.

§5º Qualquer que seja a finalidade da concessão terá sempre preferência aquele que, anterior a presente lei, tenha moradia habitual ou cultura efetiva nas terras pretendidas.

§6º O D..D..A. apreciará o ante-projeto que deverá vir acompanhado, com documento básico sem o qual, não será dado andamento ao processo, de resposta a carta consulta sobre o projeto, dada por um dos organismos de desenvolvimento da área, ou aprovação dos órgãos financiadores. Caso aprovado será emitido ao solicitante título provisório.

§7º No caso da apresentação de diversos requerimentos de pessoas físicas para áreas contíguas e cujo objetivo seja incorporação em sociedades anônimas para exploração agropecuária, florestal, industrial ou extrativa, o conjunto desses requerimentos deverá ser encaminhado ao Departamento de

Desenvolvimento Agrário, juntamente com o anti projeto de aproveitamento envolvendo a área total o qual deverá indicar as fontes dos recursos mediante os quais serão implantadas as atividades programadas.

§8º Os solicitantes, até o prazo de seis meses após a emissão desses títulos, deverão compor um projeto definitivo, o qual se aprovado pelo Departamento de Desenvolvimento Agrário e pelo organismo financiador, conferirá aos solicitantes o direito de incorporar as terras a sociedade anônima.

§9º A emissão do título definitivo não será em nome dos solicitantes, mas em nome da Sociedade Anônima. A emissão acima citada estará condicionada a implantação do projeto.

§10º O pagamento das terras, objeto deste artigo, far-se-á no prazo máximo de quarenta e oito (48) meses a partir da emissão dos títulos definitivos, para o que o Departamento de Desenvolvimento Agrário exigirá uma confissão de dívidas da Sociedade Anônima e papéis devidamente aceitos e avaliados no montante da dívida e na forma combinada para o pagamento, ab-rogando-se o direito àquele, de reza ayalistas.

Art. 18º. As terras alienadas poderão ser pagas no prazo máximo de dez (10) anos, com abatimento por redução de prazo, devidamente avençado com o Estado.

Art. 19º. As concessões terão duração máxima de dez (10) anos, podendo ser convertidas em alienação ou renovadas, consoante o interesse do Estado.

Art. 20º. As formas de concessão de terras do domínio estadual serão estabelecidas em regulamento desta lei.

Art. 21º. Aos adquirentes de terras do seu domínio, o Estado conferirá títulos provisórios, que serão substituídos por definitivos, com transferência do domínio ao serem satisfeitas as obrigações contraídas, inclusive, as de implantação e exploração da área, de acordo com a orientação e os programas oficiais, com duração mínima de cinco (5) anos (Art. 17, §1º letra "c").

§único. A expedição de títulos definitivos a que se refere o caput deste artigo, poderá ser antecipada, a juízo da autoridade do Departamento do

Desenvolvimento Agrário, desde que denotado o ânimo do titular para a execução do plano apresentado.

Art. 22º. Aos concessionários serão expedidos títulos de posse, renováveis a juízo do poder público estadual.

Art. 23º. Os títulos provisórios e definitivos, assim como os de posse, serão conferidos pelo Governador do Estado e referendados pelo Secretário de Agricultura.

Art. 24º. Será prelativo e sumário o processo de regularização de terras requeridas, quando as mesmas equivalerem, por requerente, ao módulo estabelecido pela lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispensando-se o custo de regularização.

CAPTULO IV

Da fixação do valor das terras.

Art. 25º. O valor de hectare de terras do domínio estadual será igual ao custo unitário da regularização da mesma mais o preço unitário do capital fundiário.

§primeiro. O custo unitário de regularização de terras será padronizado e estimado mediante tabela em termos estruturais a ser elaborada pelo Departamento de Desenvolvimento Agrário.

§segundo. O preço unitário do capital fundiário será pesquisado in loco, calculado e anualmente corrigido, representando 50% (cinquenta por cento) dos valores de produção e localização.

§terceiro. Deduzir-se-ão do preço fixado em termos unitários das despesas contantes do custo unitário de regularização, desde que as mesmas tenham sido efetuadas pelo requerente, com o levantamento topográfico e a confecção de cartas.

Art. 26º. Em caso de hasta pública ou concorrência, havendo igualdade de preços de oferta, ou diferença inferior a 10% (dez por cento) do preço fixado,

velará o proponente que melhor satisfazer as condições previstas no artigo 17 e seus parágrafos.

Art. 27º. A alienação e a concessão serão retribuídas a preços progressivos, com oneração proporcional à área de terra cedida e ao prazo de pagamento contratado.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, serão calculados índices, com base no preço fixado e sem nenhuma progressão até a área equivalente ao módulo.

Art. 28º. O resultado financeiro da alienação ou concessão de terras fica constituído em Fundo Especial destinado ao Programa de Desenvolvimento Agrário do Estado, na forma do regulamento a ser baixado.

Parágrafo único. O Banco de Desenvolvimento do Estado do Maranhão em organização, será beneficiário de 40% (quarenta por cento) do Fundo ora criado para aplicação em projetos agrícolas, pecuários ou de exploração florestal.

CAPITULO V

Da fiscalização das terras do Estado.

Art. 29º. O Estado velará pela observância das obrigações relativas às alienações e concessões, realizando, por zonas fisiográficas ou geo-econômicas, fiscalizações, preferentemente nas épocas propícias à comercialização da produção rural.

Art. 30º. Sob pena de rescisão contratual, por parte do Estado, sem qualquer indenização, o comprador e o concessionário se obrigam:

I. a observar o requisito constante da letra "c" do parágrafo primeiro do artigo 17;

II. a cumprir as obrigações contraídas com o Estado, inclusive a quitação regular das dívidas relativas à alienação ou à concessão bem assim as exigências da política de terras do domínio público estadual;

III. a facilitar a ação fiscalizadora do Estado;

IV. a respeitar as servidões existentes ou estabelecidas em favor de áreas vizinhas ou administrativas.

Art. 31º. O Estado fiscalizará adequadamente as terras desapropriadas, as que tiverem destinação especial e as pendentes de regularização, bem como guardará as de seu domínio pleno contra a destruição dos recursos naturais, a invasão, ocupação, e a turbação de sua posse ou de posses por ele reconhecidas em favor de pequenos lavradores antigos moradores.

Art. 32º. Não terão validade os registros imobiliários de terras do domínio público estadual em nome de particulares, ou de benfeitorias nelas construídas, senão se fundarem nos títulos referidos nos artigos 21, 22 e 23 desta lei.

Parágrafo único. O Estado promoverá a responsabilidade do serventuário de justiça que proceder ao registro imobiliário ou lavrar escrituras referentes a terras de domínio público estadual, sem a comprovação da legitimidade do domínio, conferida pela autoridade competente.

CAPITULO VI

Das desapropriações e destinações especiais.

Art. 33º. As terras do domínio particular poderão ser objeto de desapropriação pelo Estado, na forma da legislação federal.

Art. 34º. O Estado poderá dar à terras do seu domínio destinações especiais.

§1º Para os fins previstos neste artigo, o domínio deverá ser devidamente regularizado.

§2º As benfeitorias necessários e úteis de posseiros de terras estaduais, cuja destinação esteja prevista no presente artigo, serão desapropriadas e indenizadas, na forma do artigo anterior.

Art. 35º. O Estado poderá destinar ao uso da administração federal, municipal ou autárquica, terras do seu domínio, mediante solicitação da pessoa de direito público interessada e prévia fixação do fim visado.

§Único. A destinação se fará sob a forma de doação, empréstimo, locação ou arrendamento, cláusula rescisória, devolutiva e indenizatória, se por motivo do fim expresso na solicitação forem contrariados interesses do Estado.

Art. 36º. O Estado promoverá o desenvolvimento agrário em terras do seu domínio, diretamente ou mediante acôrdo, convênio ou contrato com entidades públicas, fundações, associações e cooperativas ou ainda pela participação em sociedade de economia mista.

§Único. O desenvolvimento Agrário obedecerá as disposições da legislação federal e aos princípios de justiça distributiva visando aos fins sociais e econômicos da utilização da terra, em benefício da fixação do homem e da melhoria das condições regionais.

Art. 37º. O Estado fará as reservas das terras de seu domínio por motivo de:

- I. conservação da natureza;
- II. segurança nacional;
- III. interesse econômico-social.

§1º Serão reservadas por motivo de conservação da natureza as terras do domínio estadual em que haja recursos naturais de suprimento decrescente ou variável que devem ser protegidos, por interesse estético, recreativo, cultural, científico, sanitário, social e extrativista, tais como:

- a) os monumentos naturais fisiográficos, botânicos, zoológicos, paleontológicos e etnográficos;
- b) os recursos culturais tangíveis necessários ao habitante rural;
- c) os recursos panorâmicos, recreacionais, e de salubridade;
- d) o microclima.

§2º Serão reservadas por motivo de segurança nacional as áreas de terras especificadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

§3º Serão reservadas por motivo de utilidade pública as terras do domínio estadual que compreendam:

a) as áreas necessárias e logradouros públicos à fundação e incremento de povoações e a instalação de núcleos de desenvolvimento agrário;

b) as áreas indispensáveis à construção de estradas de ferro, rodovias, aeródomos, barragens e outras obras de interesse público.

§4º Serão reservadas por motivo de interesse econômico as terras em que existirem quedas d'águas, jazidas e minas, com as áreas adjacentes indispensáveis ao seu aproveitamento, ou pesquisa e lavra.

Art. 38º. Nenhuma atividade se exercerá nas áreas reservadas na forma do artigo anterior, sem expressa autorização do Governador do Estado, mediante Decreto.

CAPÍTULO VII

Do departamento do desenvolvimento agrário.

Art. 39º. Ao Departamento do Desenvolvimento Agrário da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, incumbe a administração e a execução da política de terras do domínio estadual estabelecida pela presente lei e sua regulamentação:

Art. 40º. O Departamento do Desenvolvimento Agrário terá estrutura fixada em seu Regimento e cumprirá as atribuições seguintes:

- I. Promover as discriminações das terras devolutas, a fim de descrevê-las, medí-las e extremá-las das pertencentes a particulares;
- II. funcionar nos processos administrativos de legitimação de posse;
- III. regular os casos de comisso em que incidirem as sesmarias e posses;
- IV. funcionar nos processos de alienação e concessão, destinações especiais, reservas, arrecadação de terras e desapropriações;
- V. organizar anualmente, a tabela de preços de alienação e concessão, bem como das taxas que forem criadas;
- VI. proceder a execução dos contratos, acordos e convenios firmados para o desenvolvimento agrário ou quaisquer outras finalidades de interesse da política de terras públicas do Estado;

VII. guardar as terras do domínio pleno do Estado adotando medidas administrativas e jurídicas para sua proteção;

VIII. controlar e avaliar resultados das terras de destinação especial;

IX. manter em dias o cadastro de terras a seu cargo;

X. tomar e defender os recursos e monumentos naturais das terras públicas estaduais;

XI. ingressar nas demandas judiciais pertinentes à demarcação e divisão de terras, para o que deverá ser citado como representante do Estado;

XII. arrecadar como bens vagos as terras do domínio particular que se encontrarem abandonadas pelos proprietários;

XIII. executar o desenvolvimento agrário;

XIV. exercer as demais atribuições que lhe são conferidas por esta lei.

Art. 41º. O Departamento de Desenvolvimento Agrário exercerá suas atribuições através de Delegacias de Terras, distribuídas no território do Estado, de acordo com o zoneamento estabelecido.

Art. 42º. O Departamento do Desenvolvimento Agrário manterá um setor de topografia e cartografia, podendo ainda contratar serviços de escritórios técnicos especializados.

§1º Os trabalhos de levantamento de áreas e mapeamento, serão de responsabilidade de profissionais credenciados junto ao Departamento e devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§2º O setor de topografia e cartografia deverá emitir parecer sobre os trabalhos realizados por quaisquer profissionais estranhos aos quadros funcionais, do D.D.A.

CAPÍTULO VIII

Das disposições gerais e transitórias.

Art. 43º. As condições de legitimação de posse e de preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem

produtivas com o seu trabalho, e de sua família serão estabelecidas pela lei federal (Constituição do Brasil, Art. 164).

Art. 44º. Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação e concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares (Constituição do Brasil, Art. 164, §único).

Art. 45º. Ao possessor de terras do domínio público estadual que tiver sua situação definida de acordo com o parágrafo terceiro do artigo 8º, será assegurada a respectiva posse, desde que não importe em formação de latifúndio, regularizando-se a mesma dentro de 180 (cento e oitenta) dias a contar da vigência desta lei.

Art. 46º. A ninguém que não esteja legitimado como adquirente ou concessionário de terras do domínio público estadual, se reconhecerá o direito de desalojar posseiro amparado, na forma do artigo anterior.

§Único. O simples requerimento ou habilitação preliminar à aquisição ou concessão, não importa em legitimação capaz de gerar direito a que se refere este artigo.

Art. 47º. Para efeito de concessão de crédito rural, os títulos provisórios e definitivos, concedidos na forma desta lei, terão igual valor.

Art. 48º. O Estado promoverá a responsabilidade penal de quem, visando aos benefícios desta lei, se fizer autor, co-autor, ou cúmplice.

- I. de grilo (Código Penal, Art. 297 a 301, 304 a 305);
- II. de grilagem (Código Penal, Art. 288);
- III. de figuração de preposto de estrangeiro (Código Penal, Art. 311);
- IV. de atentado à segurança do serviço público de terras (Código Penal, Art. 262 e 265);
- V. de incêndio de campos (Código Penal, Art. 250);
- VI. de invasão de estabelecimento rural (Código Penal, Art. 202);
- VII. de atentado contra a sindicalização rural (Código Penal, Art. 199);

VIII. de destruição dos recursos naturais (Código Florestal e Código de Caça e Pesca).

Art. 49º. Terão prioridade, por ordem cronológica, para exame e decisão, os requerimentos de regularização de terras de domínio público estadual, recebidos até a data da entrada em vigor desta lei.

Parágrafo único. O atendimento dos requerimentos aludidos neste artigo, será feito de conformidade com as disposições da presente lei.

Art. 50º. As terras a serem atravessadas pela futura rodovia que ligará Santa Luzia a Açailândia são declaradas reserva, por motivo de conservação da natureza e utilidade pública, não se reconhecendo nenhuma atividade não autorizada por quem de direito.

Art. 51º. Fica extinto o Departamento de Terras, Geografia, Colonização e Imigração, da Secretaria da Agricultura.

Art. 52º. Fica criado, na Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, o Departamento de Desenvolvimento Agrário, com as atribuições constantes do Capítulo VII desta lei.

§1º O Departamento de Desenvolvimento Agrário será estruturado dentro de 30 (trinta) dias, a contar da vigência desta lei, com a aprovação do respectivo regimento.

§2º O pessoal e o acervo do extinto Departamento de Terras, Geografia, Colonização e Imigração, assim como os recursos orçamentários destinados à sua manutenção e à aplicação da política de terras do Estado, passarão a integrar o Departamento do Desenvolvimento Agrário.

§3º O Departamento do Desenvolvimento Agrário elaborará dentro de 90 (noventa) dias, estudos para a fixação dos preços e taxas referentes à utilização, regularização, fiscalização e outros serviços referentes às terras públicas estaduais, a serem adotadas nos exercícios financeiros de 1969 e 1970.

Art. 53º. Sem prejuízo do que for auto aplicável, o poder Executivo aprovará dentro de 30 (trinta) dias, o Regulamento de Terras Públicas Estaduais na forma desta lei.

Art. 54º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o Decreto-lei números 385 A, de 30 de julho de 1946, as leis estaduais números 270, de 31 de dezembro de 1948 e 1.807, de 21 de agosto de 1959 e demais disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem que a cumpra e façam cumprir inteiramente como nela se contém. O Exmo. Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, a faça publicar, imprimir e correr.

Palácio do Governo do Estado do Maranhão, em São Luis, 17 de Julho de 1969, 147º da Independência e 80º da República.

JOSÉ SARNEY,
Governador.

Eliézer Moreira Filho,
Secretário Sem Pasta para os Assuntos
do Gabinete do Governador.

Cícero Neiva,
Secretário de Interior e Justiça.

José Duailibe Murad,
Secretário de Saúde Pública.

José Raymundo Nunes Sobrinho,
Secretário de Segurança Pública.

Haroldo Olympio Lisboa Tavares,
Secretário de Viação e Obras Públicas.

Lourenço José Tavares Vieira da Silva,
Secretário da Agricultura.

José Maria Cabral Marques,
Secretário de Educação e Cultura.

Pedro Neiva de Santana,
Secretário da Fazenda.

Reproduzida por incorreção.

ANEXOS

Números do Trabalho escravo no país e no Maranhão

TRABALHO ESCRAVO – RANKING	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<i>número de denúncias</i>	237	230	278	265	264	280	240	106
<i>os campeões</i>	PA MA TO MT	PA TO MA MT	PA TO MA MT	PA TO MA MT	PA MA TO MT	PA MA MT TO	PA MA MT TO	PA GO TO MA
Nº de trabalhadores envolvidos	8.315	5.812	7.628	6.933	8.651	6.997	6.231	1.948
<i>os campeões</i>	PA BA MT TO	PA MT TO GO	PA MT TO MA	PA BA MT TO	PA MS MA GO	PA MA GO AL	PA RJ TO MA	GO PA SC MA
<i>número de escravos libertados</i>	5.228	3.212	4.570	3.666	5.968	5.266	4.283	1.613
<i>os campeões</i>	PA BA MT TO	PA TO MA MT	MT PA MT TO	PA BA TO MT	PA MS GO MG	PA GO AL MT	RJ MG PE ES	GO PA SC ES
Nº de proprietários na Lista Suja	53	163	133	172	184	203	179	153
<i>os campeões</i>	PA MT MA	PA MT MA TO	PA MA MT TO	PA TO MA MT	PA TO MA GO	PA MA TO GO	PA MA MS TO	PA TO MA GO

TRABALHO ESCRAVO POR ESTADO								
<i>Fonte : CPT/GM-SRTE-MPT/imprensa</i>	Denúncias recebidas	Denúncias recebidas	Pessoas envolvidas	Pessoas envolvidas	Denúncias Fiscalizadas	Denúncias Fiscalizadas	Pessoas resgatadas	Pessoas resgatadas
Ano	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
GO	14	13	329	490	13	13	328	490
PA	85	32	1.657	377	41	24	326	260
SC	6	5	98	223	6	5	98	223
ES	4	7	387	169	4	7	387	169
BA	6	2	265	84	6	2	285	84
MG	6	6	421	79	6	6	421	79
PR	17	1	227	67	17	1	227	67
TO	18	11	648	108	11	7	353	62
MT	22	8	308	36	22	8	308	36
RO	3	3	74	34	3	3	74	34
RS	4	2	18	29	4	2	18	29
SP	5	2	82	20	4	2	70	20
AL	-	1	-	20	-	1	-	20
MA	30	9	486	173	12	3	161	19
AM	-	2	-	13	-	2	-	13
AC	6	1	22	8	6	1	14	8
RJ	5	1	715	18	5	-	715	-
MS	2	-	22	-	2	-	22	-
CE	1	-	20	-	1	-	20	-
PI	1	-	11	-	1	-	11	-
RN	-	-	-	-	-	-	-	-
PE	5	-	419	-	5	-	419	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-
RR	1	-	26	-	1	-	26	-
tot.1.2	241	106	6.235	1.948	170	87	4.283	1.613

TRABALHO ESCRAVO – DENÚNCIAS E FISCALIZAÇÕES – 2 anos anteriores

<i>Fonte : CPT/SIT/MPT</i>	Denúncias recebidas	Denúncias recebidas	Pessoas envolvidas	Pessoas envolvidas	Denúncias Fiscalizadas	Denúncias Fiscalizadas	Pessoas resgatadas	Pessoas resgatadas
NÚMEROS por UF	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
AC	1	0	2	0	1	0	2	0
AL		3		656		3		656
AM	1	7	10	85	1	7	10	85
BA	5	6	175	106	5	6	175	106
CE	2	2	19	193	2	2	19	192
ES	1	2	22	89	1	2	22	89
GO	11	6	704	867	11	6	658	867
MA	32	27	714	885	14	8	378	99
MG	6	13	532	229	5	13	425	229
MS	13	14	1.634	245	13	14	1.634	236
MT	19	33	310	608	9	31	117	581
PA	133	106	3.317	1.534	59	66	1.933	811
PB	1		22					
PE		3		309		3		309
PI	4	8	241	154	3	8	171	129
PR	4	13	129	391	4	13	129	391
RJ	4	2	49	57	4	2	49	57
RN		1		7		1		7
RO		2		28		2		28
RR								
RS	1	1	47	4	1	1	47	4
SC	3	8	52	132	3	8	52	132
SP	3	7	102	180	2	7	61	180
TO	21	16	570	238	14	13	91	78
TOTAL	265	280	8.651	6.997	152	216	5.973	5.266

ANÁLISE POR ATIVIDADE - dados SIT, MPT & CPT; processamento CPT até 31/07/2010

POR ATIVIDADE 2010	CASOS DENUNCIADOS	%	CASOS FISCALIZADOS	%	TRABALHADORES ENVOLVIDOS	%	TRABALHADORES LIBERTADOS	%
DESMATAMENTO	2	2%	1	1%	38	2%	2	0%
PECUÁRIA	63	59%	51	59%	691	35%	403	25%
REFLORESTAMENTO	5	5%	3	3%	93	5%	90	6%
EXTRATIVISMO	2	2%	2	2%	23	1%	23	1%
CANA	2	2%	2	2%	161	8%	143	9%
OUTRAS LAVOURAS	18	17%	14	16%	616	32%	616	38%
CARVÃO	11	10%	10	11%	232	12%	242	15%
OUTRO & n.i	3	3%	4	5%	94	5%	94	6%
TOTAL	106	100%	87	100%	1.948	100%	1.613	100%

POR ATIVIDADE 2009	CASOS DENUNCIADOS	%	CASOS FISCALIZADOS	%	TRABALHADORES ENVOLVIDOS	%	TRABALHADORES LIBERTADOS	%
DESMATAMENTO	4	2%	4	2%	160	3%	160	4%
PECUÁRIA	120	50%	71	42%	1.648	26%	603	14%
REFLORESTAMENTO	12	5%	11	7%	170	3%	105	2%
EXTRATIVISMO	11	5%	5	3%	638	10%	105	2%
CANA	16	7%	15	9%	1.911	31%	1.911	45%
OUTR. LAVOURAS	32	13%	30	18%	863	14%	804	19%
CARVÃO	27	11%	18	11%	475	8%	300	7%
OUTRO & n.i	18	8%	15	9%	366	6%	295	7%
TOTAL	240	100%	169	100%	6.231	100%	4.283	100%